

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

ABORDAGENS CULTURAIS NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: UMA COMPREENSÃO

ALMIR NABOZNY

ORIENTADOR: PROF. DR. ÁLVARO LUIZ HEIDRICH

PORTO ALEGRE, ABRIL DE 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ABORDAGENS CULTURAIS NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: UMA COMPREENSÃO

ALMIR NABOZNY

ORIENTADOR: PROF. DR. ÁLVARO LUIZ HEIDRICH

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray (POSGea/IG/UFRGS)  
Prof. Dr. Jörn Seemann (Dep. Geociências/URCA)  
Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto (FFLCH/USP)  
Prof. Dr. Nelson Rego (POSGea/IG/UFRGS)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

PORTO ALEGRE, ABRIL DE 2014.

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Reitor:** Carlos Alexandre Netto

**Vice-Reitor:** Rui Vicente Oppermann

## **INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**Diretor:** André Sampaio Mexias

**Vice-Diretor:** Nelson Luiz Sambaqui Gruber

Nabozny, Almir

Abordagens Culturais na Geografia Brasileira Uma compreensão. /  
Almir Nabozny. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2014.  
[290 f.] il.

Tese (Doutorado).- Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul.Programa de Pós-Graduação em Geografia.Instituto de  
Geociências. Porto Alegre, RS - BR,2014.

Orientador(es):Álvaro Luiz Heidrich

1.Geografia no Brasil.2.Abordagens Culturais.3.Campo  
Científico.4.Enunciações e Espaço Geográfico.l. Título.

CDU 911

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca Instituto de Geociências - UFRGS  
Alexandre Ribas Semeler CRB 10/1900

---

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus do Vale Av. Bento Gonçalves, 9500 - Porto Alegre - RS - Brasil

CEP: 91501-970 / Caixa Postal: 15001.

Fone: +55 51 3308-6329 Fax: +55 51 3308-6337

E-mail: bibgeo@ufrgs.br

Dedico este trabalho à memória de meu avô materno, Francisco Antunes Machado, pela eterna infância; e ao Valério Lorenzo Nabozny pela oportunidade que me concedeu de viver a infância enquanto um adulto. Ao pai e à mãe pela confiança. À Andrea Rita da Silva Nabozny pela presença inestimável. E a todas as pessoas/encontros que sempre denotam o sentido maior da vida: viver, conhecer e se relacionar.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Álvaro Luiz Heidrich, orientador desse trabalho, que, com o uso comedido das palavras, sempre ponderou não responder a meus questionamentos, contribuindo para melhor formulação das minhas questões. Também sou grato pelo humano carinho, espiritualidade, confiança, liberdade de criação, serenidade e outros verbos-adjetivos que me ajudou a cultivar.

A instituição Universidade Federal do Rio Grande do Sul, representada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGea), nominalmente agradeço as contribuições dos professores Nelson Rego e Dirce Maria Antunes Suertegaray e a ex-secretária do POSGea Zélia Zaghetto; externo ao POSGea, sou grato aos professores Pedrinho Arcides Guareschi e Rosa Maria Bueno Fischer pelos oportunos diálogos.

Acrescento um obrigado aos geógrafos Angelo Serpa (UFBA) e Dário de Araújo Lima (FURG), pelas valiosas observações na etapa de qualificação da tese. Juntamente com os já nominados professores Nelson, Dirce e Álvaro, agradeço pela atenciosa leitura-crítica do trabalho realizada pelos professores que compuseram a banca de avaliação da tese, Manoel Fernandes de Sousa Neto (USP) e Jörn Seemann (URCA), todos de modo diferenciando enriqueceram o trabalho, muito embora por conta do tempo para encerrar a redação, muitas contribuições não foram incorporadas no texto-final; contudo, certamente somado maiusculamente nas trajetórias de pesquisas a seguir [...].

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão por cerca de dois anos de uma “bolsa de estudos”.

O que seria da vida sem os encontros? Do ingresso no doutorado e estadia em Porto Alegre, agradeço a convivência fraterna dos amigos Cleder Fontana, Lucas Manassi Panitz e Rafael Wanke.

Sou afável a Sérgio Gonçalves (duasunhas) quando do nosso encontro na UNICENTRO em Irati, PR, companheiro e grande motivador! Estendo o agradecimento pelos incentivos para cursar doutorado, despendidos por Roberto França da Silva Júnior e Aparecido Ribeiro de Andrade.

À professora Joseli Maria Silva, pela leitura atenta e as criativas sugestões no momento em que readequamos as questões da tese. Ao Rodrigo Rossi, pelas interlocuções quando me isolei da Universidade (fase Edifício Iolanda). Grato aos pesquisadores membros do GETE/UEPG por nos conceder partes (categorias) constitutivas da “grelha de leitura” utilizada na interpretação dos artigos do Periódico Espaço e Cultura.

Da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde trabalho, agradeço aos professores João A. Madalozzo, Carla S. Pimentel, Adriana S. Uller e Maria L. Cassol Pinto, pela compreensiva montagem dos meus horários de aula no ano de 2013, propiciando-me um pequeno tempo para a redação desta tese. Sou agradecido dos encontros na UEPG, com Isonel Sandino Meneguzzo, Edinéia Villanova Grizio-Orita e Ricardo Oyarzabal Sovek, representado os demais. Agradeço pela inestimável contribuição a esse trabalho no que menciono os meus educandos Jardel de Lima, Everton Miranda e, posteriormente, Pedro Crist e Lucas Renato Adami, como representantes de todos os outros.

Valiosas contribuições quanto à redação foram efetivas por José do Carmo Ligeski, muito embora eu tenha sido um aprendiz rebelde às normativas da língua e insistente nos vícios. Agradecimentos estendidos ao Pablo Ferreira Biglia, Melissa Moura Mello.

Sou grato pelas companhias de Wagner Chinisky, Jason Salles Rosa, Ben-Hur Demeneck, Jovane Aparecida Dalzotto, Theodoro Silva Junior e Nair Ferreira Rosa.

Dentre os muitos nomes que compõem esta tese, diretamente participam: Álvaro Luiz Heidrich, Amélia Regina Batista Nogueira, Angelo Szaniecki Perret Serpa, Christian Dennys Monteiro de Oliveira, Dário de Araújo Lima, Dirce Maria Antunes Suertegaray, Eduardo Marandola Júnior, Janio Roque Barros de Castro, Jean Carlos Rodrigues, Joseli Maria Silva, Lívia de Oliveira, Lúcia Helena Batista Gratão, Maria Geralda de Almeida, Nelson Rego, Rosselvelt José Santos, Sylvio Fausto Gil Filho, Werther Holzer e Zeny Rosendahl, desses, especiais agradecimentos pelas entrevistas e, sobretudo, por socializarem seus conhecimentos. A todos meus professores, muito obrigado!

Cada trabalho produz também uma história, as quais são representadas por

todos os nomes anteriormente listados. Igualmente acontece a nossa história pela qual sou sempre grato à minha família, em especial, meus irmãos Alci, Alison e Ari Estevão e ao afilhado Arilson Alex pela confiança de sempre. Viva a letra A!

Reforço os agradecimentos àqueles a que dediquei esta tese, Valério Lorenzo Nabozny, Andrea Rita da Silva Nabozny, Pedro Nabozny e Petronilha Antunes Nabozny (Tuna). Novamente o A, os P's no meio e um V para completar meu alfabeto.

## NÃO-COISA

O que o poeta quer dizer  
no discurso não cabe  
e se diz é pra saber  
o que ainda não sabe.

Uma fruta uma flor  
um odor que relume ...  
Como dizer o sabor,  
seu clarão seu perfume?

Como enfim traduzir  
na lógica do ouvido  
o que na coisa é coisa  
e que não tem sentido?  
Uma fruta uma flor

A linguagem dispõe  
de conceitos, de nomes  
mas o gosto da fruta  
só o sabes se a comes

só sabes no corpo  
o sabor que assimilas  
e que na boca é festa  
de saliva e papilas

invadindo-te inteiro  
tal dum mar o marulho  
e que a fala submerge  
e reduz a um barulho,

um tumulto de vozes  
de gozos, de espasmos,  
vertiginoso e pleno  
como são os orgasmos

No entanto, o poeta  
desafia o impossível  
e tenta no poema  
dizer o indizível:

subverte a sintaxe  
implode a fala, ousa  
incurtir na linguagem  
densidade de coisa

sem permitir, porém,  
que perca a transparência  
já que a coisa é fechada  
à humana consciência.

O que o poeta faz  
mais do que mencioná-la  
é torná-la aparência  
pura – e iluminá-la.

Toda coisa tem peso:  
uma noite em seu centro.  
O poema é uma coisa  
que não tem nada dentro,

a não ser o ressoar  
de uma imprecisa voz  
que não quer se apagar  
- essa voz somos nós.

**Ferreira Gullar (Muitas Vozes, 2005).**



## RESUMO

A presente tese pretende compreender de que modo ocorreu o processo de autoidentificação das Geografias Culturais no âmbito político científico da Geografia acadêmica brasileira, relacionando um campo científico (BOURDIEU, 2004) a uma espacialidade empírica. A operacionalização envolve a exploração de fontes secundárias, como Relatórios CAPES, de Projetos de Pesquisas, vinculados aos Programas de Pós-Graduação da Geografia Brasileira e leituras de teses de doutorado do Banco de Teses da CAPES (1987-2012). Os discursos, as ações e as representações dos agentes que integram, tensionam e também subvertem o campo são apreendidos em entrevistas qualitativas e entrevistas intermediadas por meio digital, realizadas com geógrafos e geógrafas de três grupos/redes de pesquisas escolhidos, sendo eles: o NEPEC, o NEER e o Grupo de Geografia Humanista e Cultural. Embora tenhamos menor acesso discursivo e oral por entrevista ao grupo NEPEC, tracejamos compreensões sobre o mesmo em leituras sistemáticas do Periódico Espaço e Cultura (UERJ, 1995-2011), o qual é capitaneado pelo Grupo. Essas ações metodológicas guardam estrita relação com as nomeações culturais autoelencadas da literatura geográfica. Na construção do campo como um axioma, são relevantes os aspectos da posicionalidade e reflexibilidade do pesquisador, concomitante a reflexão balizada por uma narrativa arqueológica e com deslocamentos paralíticos, evitando-se as construções cronológicas e taxionômicas. Dentre a autocompreensão tracejada, destacam-se os autos posicionamentos de difusão de uma perspectiva importada e, por vezes, enredada numa “territorialidade brasileira”, conforme as discussões temáticas. De outro, o amalgamento de dispersos geógrafos (no espaço ôntico e institucional) com tendências temáticas, teóricas mais propensas para as abordagens não racionalistas anunciadas por Gomes (1996), indicando uma mudança epistêmica e de mundo (Modernidade). Nesse ínterim, um debate humanista cultural é angariado sob os auspícios das fenomenologias. Na reconfiguração de uma tradição crítica, sobressaem-se as questões de identidades e de espaço geográfico engendradas em uma luta pelo espaço e apoderamento das condições de existência, em oposição a um discurso privilegiado entre identidade e imagem de espaço em que a representação (científica) maximiza o efeito semiótico da venda do espetáculo. Dentre outros domínios, salientam-se os tensionamentos entre uma ideia/representação, real/materialidade, pesquisador/pesquisados, etc., em que os conceitos enunciados buscam configurar mediações, como partes das possibilidades, das transformações sociais e científicas desejadas. A racionalidade é pluralizada, resultando em linguagens compreensivas em oposição às preditivas, com propensão para uma “epistemologia” em que as estruturas de poder trabalham na produção e valorização da diferença.

**Palavras-chaves:** Geografia no Brasil, abordagens culturais, campo científico, enunciações e espaço geográfico.

## ABSTRACT

This thesis aims to understand how occurred the process of self-identification of Cultural Geographies in the political scientific context of the Brazilian academic Geography, relating a scientific field (Bourdieu, 2004) and to an empirical spatiality. The operationalisation involves the exploitation of secondary sources such as CAPES Reports, Research Projects linked to the Post-Graduate Programs of the Brazilian Geography and readings doctoral theses of CAPES Bank thesis (1987-2012). The speeches, actions and representations of agents who form, confront and also subvert the field, are seized on qualitative interviews and mediated by digital media interviews with geographers of three groups/networks of research that were chosen, namely: the NEPEC, the NEER and the Group of Cultural and Humanistic Geography. Although we had less discursive and oral interview to access from NEPEC group, we showed understandings about the it in systematic readings of Space and Culture Journal (UERJ, 1995-2011), which is headed by the Group. These methodological actions keep close relationship with the nominations of cultural listed in geographical literature. In the construction field as an axiom, the aspects of positionality and reflexivity of the researcher are relevant, concomitant to the reflection imposed by an archaeological narrative and related to parallax displacements, avoiding the chronological and taxonomic constructions. Among the self-comprehension, we highlight the self-placements of diffusion of an imported perspective and, sometimes, entangled in a "Brazilian territoriality" along to the thematic discussions. In another perspective, the amalgamation of dispersed geographers (the ontic and institutional space) with thematic and theoretical trends, more likely for non-rationalist approaches announced by Gomes (1996), indicating an epistemic and world change (Modernity). Meanwhile, a humanist cultural debate is raised under the auspices of the phenomenologies. In the reconfiguration of a critical tradition, stand out the issues of identity and geographical space, engendered in a fight for space and empowerment of conditions of existence, in opposition to a privileged discourse between identity and image space in which the representation (scientific) maximizes the semiotic effect of the sale of the show. Among other areas, it is highlighted were the tensions between an idea/representation, real/materiality, researcher/researched, etc., in which the enunciated concepts seek to configure the mediations, as parts of the possibilities, of the desired social and scientific transformations. The rationality is pluralized, resulting in comprehensive languages in opposition to predictives, with a propensity for an "epistemology" in which the power structures work in the production and appreciation of the difference.

**Keywords:** Geography in Brazil, cultural approaches, scientific field, enunciations and geographical space

## RÉSUMÉ

Cette thèse cherche à comprendre comment s'est déroulé le processus d'auto-identification des géographies culturelles dans le cadre politico-scientifique de la géographie universitaire brésilienne en mettant en relation un champ scientifique (BOURDIEU, 2004) et une spatialité ontique. Son opérationnalisation a exigé l'exploration de sources secondaires, comme des rapports CAPES, des projets de recherches rattachés aux programmes de master/doctorat en géographie et des lectures de thèses de doctorat de la banque de thèses de la CAPES (1987-2012). Les discours, les actions et les représentations des agents qui évoluent dans ce champ, et qui le mettent en tension et le subvertissent également, sont appréhendés dans des entrevues qualitatives et des entrevues mettant en œuvre des moyens numériques, réalisées avec des géographes, hommes et femmes, de trois groupes/réseaux de recherches: le *Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura* (NEPEC – Groupe d'Études et de Recherches sur l'Espace et la Culture), le *Núcleo de Estudos em Espaço e Representações* (NEER – Groupe d'Études sur l'Espace et les Représentations) et le *Grupo de Geografia Humanista e Cultural* (Groupe de Géographie Humaniste et Culturelle). Bien que nous n'ayons pu réaliser que peu d'entretiens avec le NEPEC, nous avons pu parvenir à une meilleure compréhension de son discours par des lectures systématiques du périodique *Espaço e Cultura* (UERJ, 1995-2011), publié sous l'égide ce groupe. Ces actions méthodologiques sont en relation étroite avec les nominations culturelles auto-citées dans la littérature géographique. Dans la construction du champ comme axiome, les aspects de positionnalité et de réflexibilité du chercheur sont pertinents, qui sont concomitants à la réflexion balisée par une narration archéologique, aux déplacements parallaxiques, pour éviter toute construction chronologique et taxinomique. Dans l'autocompréhension retracée, nous soulignerons les auto-positions de diffusion d'une perspective importée, parfois prise à une « territorialité brésilienne », selon les discussions thématiques. En outre, l'amalgame de géographes dispersés (dans l'espace ontique et institutionnel) et de tendances thématiques et théoriques plus enclines aux approches non rationalistes annoncées par Gomes (1996) indique un changement épistémique et de monde (modernité). Entre-temps, un débat humaniste culturel se tient sous les auspices des phénoménologies. Dans la reconfiguration d'une tradition critique, les questions d'identités et d'espace géographique engendrées par une lutte pour l'espace et la domination des conditions d'existence ont pris le dessus sur un discours privilégié entre identité et image d'espace où la représentation (scientifique) maximise l'effet sémiotique de la vente du spectacle. Nous soulignons, entre autres, les tensions idée/représentation, réel/matérialité, chercheur/sujets étudiés, etc., où les concepts énoncés cherchent à configurer des médiations, comme parties des possibilités et des transformations sociales et scientifiques désirées. La rationalité est pluralisée, qui résulte sur des langages compréhensifs en opposition aux prédictions, avec leur propension à une « épistémologie » où les structures de pouvoir travaillent à la production et à la valorisation de la différence.

**Mots-clés:** géographie au Brésil, approches culturelles, champ scientifique, énonciations et espace géographique.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais  
AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros  
AGETEO – Associação de Geografia Teorética  
ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia  
ASSINTEC – Associação Inter-religiosa do Paraná  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COMUT – Comutação Bibliográfica  
DCE – Diretório Central de Estudantes  
EMPRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FACED – Faculdade de Educação  
FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul  
FUFSE – Fundação Universidade Federal de Sergipe  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FURG – Fundação Universidade Federal do Rio Grande  
GPS – Sistema de Posicionamento Global  
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MEC – Ministério da Educação  
NASA – National Aeronautics and Space Administration  
NEER – Núcleo de Estudos em Espaço e Representações  
NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura  
NUPECAM – Núcleo de Pesquisas Percepção e Cognição Ambiental  
NEPO – Núcleo de Estudos de População  
NUPPER – Núcleo Paranaense de Pesquisa em Religião  
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.  
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
POSGea – Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do

Rio Grande do Sul

PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

QUALIS – “Instrumento de avaliação da produção intelectual da “pós-graduação” brasileira realizada pela CAPES”

ReCiMe - Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias

RECIMES - Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias da Argentina, Brasil e Chile

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFG – Universidade Federal de Goiás. Campus de Goiânia

UFG – CATALÃO - Universidade Federal de Goiás. Campus de Catalão

UFG – JATAÍ - Universidade Federal de Goiás. Campus de Jataí

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria  
UFU – Universidade Federal de Uberlândia  
UGI – International Geographical Union  
ULBRA – Universidade Luterana do Brasil  
UNB – Universidade de Brasília  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNESP-PP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Campus de Presidente Prudente  
UNESP-RC – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Campus de Rio Claro  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste.  
UNIOESTE F.B – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. F.B – Campus de Francisco Beltrão  
UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia  
USP – FIS – Universidade de São Paulo. FIS – referência ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Física.  
USP-HUM – Universidade de São Paulo. HUM – referência ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

### A) LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 – Primeira Estruturação da Tese .....	75
Fluxograma 2 - Reelaboração da Tese .....	76

### B) LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Periódicos para levantamento da produção científica em “Geografias Culturais” .....	79
Quadro 2 – Periódicos para levantamento da produção científica em “Geografias Culturais”/Revisado .....	85
Quadro 3 – Tríade do mundo Social .....	101
Quadro 4 – Distribuição do percentual de projetos com evocações culturais na pós-graduação em Geografia no Brasil (2007-2009) .....	172
Quadro 5 – Associações entre conceitos e abordagens nos projetos com evocações culturais na pós-graduação em Geografia no Brasil (2007-2009).....	176-177
Quadro 6 – Teses de Geografia com nuances culturais .....	213
Quadro 7 – Artigos representativos das discussões epistêmicas na Revista <i>Espaço e Cultura</i> (1995-2011) .....	231-232
Quadro 8 – Movimento temporal das teses de acordo com as chaves de buscas – 2012 .....	244

### C) LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Movimento das publicações por “áreas” – Revista <i>Espaço e Cultura</i> (1995-2011).....	234
Gráfico 2 – Agrupamento das publicações por “áreas” – Revista <i>Espaço e Cultura</i> (1995-2011).....	234
Gráfico 3 – Percentual de Teses por Chaves de Buscas .....	243

## SUMÁRIO

<b>PALAVRAS INICIAIS</b> .....	18
<b>CAPÍTULO 01 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA EM TESE</b> .....	27
1 A Construção de um objeto .....	27
1.1 Uma apresentação (ação) da problemática.....	27
1.2 O modo como começamos a problemática de tese .....	30
1.3 O que estamos qualificando como críticas a Modernidade? A construção de um contexto.....	40
1.4 Em busca de um método ou de que modo mudamos nossos questionamentos iniciais .....	51
2 As primeiras enunciações autoidentificadas na bibliografia geral .....	66
3 A reconstrução do objeto no desenvolvimento da pesquisa.....	68
3.1 De que modo reformulamos as nossas questões de tese.....	69
4 A matéria do fenômeno e os procedimentos de pesquisa.....	77
<b>CAPÍTULO 02 DEMARCAÇÃO CULTURAL NO CAMPO DA GEOGRAFIA: APRECIÇÕES, AUTOIDENTIFICAÇÕES E IMBRICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS</b> .....	95
1 Abordagens Culturais no Campo da Geografia: nominações sincrônicas e diacrônicas .....	95
2 Alguns pontos de vista (nominações) atinentes ao debate cultural no Campo da Geografia produzida no Brasil.....	102
3 Novos elementos teórico-metodológicos na comunidade científica da Geografia e contextos objetiváveis .....	112
4 Intertextualidade – nós no campo/paisagem: reflexibilidade e posicionalidade, uma autoidentificação .....	128
4.1 Arremates do capítulo: posições, conexões e divergências.....	132
<b>CAPÍTULO 03 AUTOPOSIÇÕES NO CAMPO DISCURSIVO DA GEOGRAFIA</b> ...	135
1 Trajetórias de pesquisas.....	135
2 Uma interpretação das trajetórias teóricas: do discurso crítico (tradição) ao novo como incorporação das mudanças .....	143
2.1 Uma interpretação das trajetórias teóricas: encontros e escolhas.....	154
2.2 Das trajetórias dos geógrafos às espacialidades das trajetórias – coetaneidades .....	158



**CAPÍTULO 04 PROJETOS DE PESQUISAS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL (2007-2009) E SUAS EVOCAÇÕES CULTURAIS.....168**

1 Notas explicativas .....	168
2 Os lastros espaciais das pesquisas: imbricações do campo geográfico com as instituições.....	171
2.1 As manifestações espaciais das pesquisas: imbricações do campo geográfico com os espaços dos projetos e os projetos do espaço .....	175
2.1.1 Os espaços dos projetos e suas leituras conceituais .....	181
3 As pesquisas e suas conexões espaciais .....	193
4 Conexões e sínteses do capítulo .....	198
5 Trecho paralático – posfácio do capítulo .....	204

**CAPÍTULO 05 REPRESENTAÇÕES DAS ENUNCIÇÕES CULTURAIS EM TESES DE GEOGRAFIA E NO PERIÓDICO ESPAÇO E CULTURA .....212**

1 Notas introdutórias .....	212
1.1 Percursos de construção dos instrumentos de leitura dos artigos .....	214
2 Espaço e Cultura, um apanhado editorial: trajetórias histórico-geográficas de um projeto político-epistemológico .....	218
2.1 Da política editorial teórico e metodológico às áreas representativas: aspectos qualitativos e variáveis nas respectivas abordagens.....	228
3 Representações enlaçadas em palavras-chaves de teses em Geografia: escolhas, compreensões e os interstícios do campo .....	235

**CONSIDERAÇÕES FINAIS .....247**

**POSFÁCIO.....261**

**REFERÊNCIAS.....265**

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – PROFESSORES INTEGRANTES DAS REDES/GRUPOS DE PESQUISAS .....285**

**APÊNDICE B – GRELHA DE LEITURA: PROJETOS DE PESQUISAS VINCULADOS AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL .....287**

**APÊNDICE C – PLANILHA DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA ESPAÇO E CULTURA.....288**

**APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – PROFESSORES INTEGRANTES DAS REDES/GRUPOS DE PESQUISAS (REFORMULADO).....290**

## PALAVRAS INICIAIS

Esta tese busca refletir sobre os modos como ocorrem os processos de autoidentificação das abordagens culturais no âmbito político e científico da Geografia acadêmica brasileira. Tal ensejo compreende a relação entre o campo científico da Geografia no Brasil e os pesquisadores geógrafos, envolvendo um diálogo científico e a universalização desses discursos em práticas científicas e políticas acadêmicas em relação ao espaço geográfico em que se realizam. Nisso, exploro minha posicionalidade, reflexibilidade e as escolhas teóricas e operacionais atinentes ao processo metodológico de composição das pesquisas e a construção de um objeto de tese na primeira face do texto. Posteriormente, no segundo capítulo, construo um seletivo apanhado de enunciações culturais na literatura escolhida para leitura. Noutro momento, teço uma compreensão das falas e dos dados elencados nas investigações angariados nas implicações das minhas escolhas em relação à compreensão do objeto de pesquisa e seus possíveis debates.

Na construção do campo de investigação, ressalto que a proposta de discussão de problemas e de metodologias que envolvam falas e subjetividades (como compreender esses elementos na efetivação textual, como procurar esses discursos, entre outras noções) nos direcionam para um mote das abordagens qualitativas que se exacerbam no escopo de uma Geografia contemporânea, e que nos remete à busca de uma linha de sentido que possa enlaçar diversos eixos discursivos.

A pista vem da ideia de uma nova qualificação daquilo que estamos acostumados, de elencarmos no rol do pensamento geográfico como Geografia Humana, ou seja, há uma proposição de buscar discutir a organização espacial desse humano na essência de sua humanização. Com isso, diversos geógrafos que buscam trilhar esse caminho se deparam com um problema crucial que é a discussão de si mesmo (dupla hermenêutica), é o debate de uma Geografia que funciona como o espelho projetivo de um psicanalista (linguagem). E é dessa feita que afloram uma gama de processos, angústias e ansiedades que não são em si de

ordem metodológica, mas problemas também existenciais ou que se acantonam na esfera ontológica. Porém, nesta tese, busco incorporar esses anseios na discussão metodológica, no âmbito da problematização da posicionalidade dos sujeitos (pesquisador e pesquisados) e na minha flexibilidade enquanto a representação que, por ora, é produzida em relação ao domínio empírico.

Longe de uma dicotomia entre o real e sua representação, a tensionalidade expressada na construção retórica visa, justamente, a ressaltar que a objetivação é fundamentada em outros discursos científicos, tanto em leituras, como nos campos de pesquisas, e essas, por fim, não são vislumbradas, senão como imbricadas na composição do mundo, nesse caso, enfrentadas pela totalização espacial (geográfica). Disso, estou de acordo com Bauer, Gaskell e Allum (2008) a respeito da construção de dados em pesquisas, quanto ao que confecciono na tese são, também, construções comunicacionais do mundo, sob o aspecto que não se constituem como um dado em si aparente. Os dados podem ser acessados por mecanismos informais e formais, a exemplo, as entrevistas com os sujeitos-geógrafos são dados informais. Já quando pesquiso teses, projetos de pesquisas, artigos, estes seguem determinadas regras (BOURDIEU, 2004).

O objeto de estudo é o que acontece em um determinado campo de ação (BAUER, GASKELL, ALLUM 2008). Na problematização atual da relação sujeito e objeto, acrescentaria a dimensão de como os sujeitos experienciam os acontecimentos do campo de ação. Nisso, minha primeira incursão fora na ideia de identidade dos geógrafos como fundantes das diferenças, nominadas genericamente de “Geografia Cultural”. Todavia, para experienciar, pressuponho a existência de ações, logo o objeto não pode ser dualizado entre experiência e prática, mas em sua integralidade no campo.

Assim, esta posição é também uma mediação comunicacional de ação, fundamentada na tríade científica ressaltada por Bauer, Gaskell e Allum (2008), o *logos*, o *pathos* e o *ethos* – o *logos*, representando pela busca de uma força interna do argumento; o *pathos* como um tipo de apelo à audiência; e o *ethos* na busca por legitimidade do discurso. Para os três autores, por meio da metodologia enquanto elemento retórico, é que se desenvolve uma comunicação pública, o que proferia uma comunicação de forma a assumir uma responsabilidade também pública,

centrado muito mais no *logos*, na ética de nossa ação de pesquisa.

Baseado nessas primeiras observações em que fundamentarei o texto, dialogo com relatos das experiências de pesquisas (diário de tese), nos quais em diversos momentos me deparei com essas encruzilhadas. Tal fenômeno é explorado na concepção dos capítulos, a partir do terceiro capítulo, sobretudo, a redação é introduzida com detalhes dos processos das construções operacionais de tal momento da empreitada. Ressalto que a macro questão que permeia esta investigação no momento que se estabelecem os diálogos em torno das posições culturais, ao focar as autoidentificações dos geógrafos e geógrafas brasileiros (as)<sup>1</sup> sob aquilo que é produzido enquanto Geografia, atrela-se aos sentidos e às posições que esses geógrafos efetuam.

Com esses postulados, distancio-me das perspectivas de análises paradigmáticas, ou mesmo de um anarquismo epistêmico, sendo uma primeira escolha o conceito de campo (BOURDIEU, 2004), o qual é mobilizado por estruturas de relações objetivas numa composição disciplinar. Todavia, estou colhendo sinais de mudanças e resistências em que tateamos a possibilidade de uma *Geografia dessa produção geográfica*, naquilo em que esse campo ganha existência no espaço geográfico em que se realiza, enquanto posições, relações, extensões, conexões e representações, ao mesmo tempo compondo espacialmente esse campo (ESCOLAR, 1996).

Como um exemplo das armadilhas e escolhas que fui trilhando, destaco a tentativa de referendar uma escolha baseada em critérios externos como a qualificação Qualis<sup>2</sup>, para composição de artigos e revistas em que investigaria as enunciações culturais. A escolha vinculava-se a uma postura delineada em nossa formação como pesquisador, na procura por sustentar uma opção (de dados e fontes) em que tivéssemos uma objetividade científica. Essa passagem é interessante no aspecto de pensarmos o próprio ser (sujeito da pesquisa) e seu envolvimento no delineamento metodológico, uma vez que, embora buscando um

---

<sup>1</sup> Sem qualquer preconceito de gênero ou linguagem sexista, deste trecho em diante na tese, sempre que citarmos geógrafos estarei me referindo tanto aos homens como às mulheres.

<sup>2</sup> Destaque-se que Qualis é um instrumento de avaliação da produção intelectual da “pós-graduação” brasileira, realizado pela CAPES desde 1998. São avaliados periódicos, livros e anais de eventos, buscando constituir um indicador de qualidade da produção científica dos docentes e discentes vinculados aos programas de pós-graduação credenciados pela CAPES.

fulcro qualitativo para executarmos a investigação, a amálgama da objetividade científica seria atraente para um critério externo, onde falsamente não haveria uma escolha subjetiva do pesquisador. Não obstante, trata-se de uma especulação científica que envolve um universo de investigação, cujo grupo focal de investigação são os próprios geógrafos professores/pesquisadores das Universidades brasileiras, ou seja, um grupo no qual o “eu pesquisante” está incluso por conta da própria inserção na pós-graduação (estudante), em que não há como fugir de uma *nebulosa*.

Assim, a composição do universo de investigação foi, de algum modo, mais subjetiva, quando optei por trabalhar com fontes secundárias, na busca das expressões da produção de trabalhos atinentes à Geografia com alguma identificação cultural e seus desdobramentos por meio de pesquisas de pós-graduação em Geografia, investigando tanto as pesquisas que são registradas pelos professores no relatório Data-Capes<sup>3</sup> (2009), como o banco de dissertações e teses (1987-2012). Inicialmente, estava pesquisando o grupo de periódicos qualificados no ranque do Qualis, tentando tatear as aparições, dispersões ou ausências dos trabalhos identificados com o mote cultural. Vislumbrei um esforço inútil, pois detectei pouquíssimos trabalhos dessa seara discursiva no primeiro recorte “amostral” no qual, ao final, teria muito mais ausências do que a presença, inviabilizando a intenção de debater qualitativamente os textos. Deste modo, optei por pesquisar somente o Periódico *Espaço e Cultura*, onde a autonominação está evidente desde o nome. Outra tomada de buscas se efetuou por meio de entrevistas qualitativas com professores vinculados a três grupos de pesquisas que elegemos: o Núcleo de Estudo e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC); Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER); e o Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural. Dos três grupos, com exceção ao NEPEC, os mesmos não se configuram em si mesmo como núcleos de pesquisa em Geografia Cultural, portanto trata-se de uma escolha minha por meio de algumas pistas, tais como pesquisadores que compõem essas redes, tipos de pesquisas executadas, temas de investigação, tendências de métodos, teorias, entre outros sinais.

Dessas escolhas, cabe frisar do ponto de vista das técnicas de pesquisa, que

---

<sup>3</sup> CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

alcei mão de uma perspectiva metodológica concebida como “triangulação”, a qual se observa sua utilização com recorrência na Psicologia Social, que consiste no pesquisador empreender uma investigação casando técnicas de pesquisas diferenciadas, no leque de promover um cerco do seu objeto por diferentes tomadas. Da mesma forma, as múltiplas fontes e técnicas buscam fortalecer a confiabilidade das interpretações e um enriquecimento na compreensão dos fenômenos pesquisados (SÁ, 1998; JOVCHELOVITCH, 2000).

E, por outro lado, se a objetividade científica num primeiro momento fora buscada alinhavando-se escolhas externas a esta investigação e, posteriormente, abandonadas em favor de uma escolha pessoalizada e enlaçada às interrogações da investigação, no entanto, tais escolhas não foram em si deliberadas; acrescida a metodologia da triangulação, também manteve uma vigilância no ensejo da posicionalidade e reflexibilidade como pesquisador, análogo alternativas de composição da objetividade científica no escopo de pesquisas qualitativas. Essa seara é bastante explorada na composição do primeiro capítulo da tese no qual delinheio o processo de construção do objeto de pesquisa. Não muito distante, noutros capítulos prosseguiu esse tensionamento entre aquilo que é efetivado na pesquisa, seus avanços, retrocessos, decisões e, por vezes, o próprio argumento recorre a algumas repetições.

Destaco que as estratégias de leituras dos dados remetem, de algum modo, à constituição arqueológica de Foucault (2009), a uma visão em paralaxe (ŽIŽEK, 2008), naquilo que delinheio como uma compreensão de cruzamento entre estrutura de um campo e as posições individuais dos geógrafos, promovendo um efeito de deslocamento dos objetos. Tal empreitada visa, de alguma forma, a estabelecer uma mesma linguagem para fenômenos “intraduzíveis”, elementos de dois lados e, por isso mesmo, que não se encontram, senão em uma posição metodológica em paralaxe, ou seja, num acontecer universal posicionado. Dito de outro modo, as estruturas exploradas (o campo científico) formam uma materialidade em que, mesmo produzidas pelos próprios sujeitos, não possibilitam arbitrariamente de fechar em uma síntese. O recurso da paralaxe, então, está muito presente quando no terceiro capítulo elenco os discursos dos geógrafos como trajetórias e coetaneidades (MASSEY, 2008), posicionalidades e autoidentificações com um

possível enunciado cultural.

Como o fez Castro (2010), antecipo prováveis críticas ao pretender discutir como a “cultura invadiu” diferentes dimensões da ciência geográfica. Um mecanismo necessário para tal intuito, é o de romper com “um consenso ortodoxo” lançando-se mão de um “pluralismo teórico-conceitual” (juntamente com a *triangulação* operacional), referente às múltiplas dimensões dos fenômenos aparentemente contraditórios. Essa alçada, de modo algum, filia-se a um relativismo epistemológico ou a um ecletismo. Em meu entendimento, a incursão eclética (no sentido em que recebe críticas pejorativas) refere-se aos trabalhos nos quais se nega a possibilidade da elaboração de uma objetividade na ciência, em torno da elucubração de um conhecimento sobre a construção social da realidade. Assim, tal relativismo também seria efetivado naquilo que questionam a validade de métodos, conceitos e mesmos relativos a “conceitos”, como realidade, fato, empiria, etc.

Desse modo, quero argumentar que, efetivamente, em muitos casos quando, se inscreve uma crítica ao rotular o “outro” de eclético (culturalista), está muito mais se configurando aquilo que Žižek (2012) pondera, no sentido que, por “de trás” dessa arguição ou intencionalidade, está a afirmativa: — se “quer” argumentar algo precisa passar pelo filtro do patamar estabelecido, sobre os auspícios do discurso posto, ou seja, pelo crivo de uma finalidade, do sentido de um projeto de transformação social, de pragmatismo ou de revolução, etc., vide a ordem do discurso (FOUCAULT, 2008).

As posições por mim tomadas vêm de encontro, também, com as pesquisas atuais em que por conta das inúmeras possibilidades de fontes, informações têm se debruçado sobre questões em fase de acontecimento (assim como a minha), com as quais os sujeitos pesquisadores estão extremamente envolvidos, ao passo que as investigações que me antecedem exigiam um trabalho mais arquivista, de visitas longas às bibliotecas, resultando em trabalhos com certos distanciamentos do ponto de vista temporal dos fatos.

Como resultado desse processo, aventaram-se três questões: primeiro, uma exacerbação da contemporaneidade no sentido de originalidade completa em uma vivência complexa, acelerada, com fragmentação das identidades, entre outras qualificações. Segundo, as pesquisas anteriores, no aspecto da teorização sobre a história do desenrolar de um pensamento, aconteciam em certos umbrais de

observação, resultando na produção de *histórias das ideias* encaixadas em narrativas que definiam escolas de pensamento, paradigmas, etc. Terceira questão é que mesmo essas possibilidades classificatórias, de algum modo, se expressam tênues, vide as múltiplas revisitações que se fazem na história do pensamento geográfico, ora em termos de método, ou sobre determinados autores específicos.

Dessa terceira questão, elaboro uma hipótese que vai ao encontro com os questionamentos anteriores, em que as perspectivas classificatórias apresentam fragilidades por acesso mais restrito às informações, mas também por uma opção teórica mesmo em encaixar os acontecimentos em narrativas lineares, tais como aquilo que é criticado por Foucault (2009).

Quanto aos processos de leituras das falas dos sujeitos, dos dados secundários, a universalização em práticas e os espaços de acontecimentos, ressalta-se que os diálogos estabelecidos com os pesquisadores geógrafos não transcorreram exatamente por perguntas, mas por questões com certo caráter afirmativo das quais se exigia dos entrevistados um posicionamento/comentário em relação à “evocação cultural”.

A interpretação dos discursos individuais (entrevistas), no aspecto de universalização em práticas de pesquisa e posicionamentos em relação ao campo instituído dos saberes geográficos, foi efetivada dentro do esquema de “visão em paralaxe”. A interpretação paralática vista como a ocupação (por mim – pesquisante), enquanto a tomada de posição em que no nível empírico não ocorreria linearmente. Assim, a própria posição compõe particularmente essa universalização, mediante um efeito de aparente deslocamento do objeto na medida em que o observo em várias tomadas de posição e de fontes, simultaneamente estabelecendo relações dialéticas que não se resolvem numa síntese.

Para tal intento, elejo a trajetória dos pesquisadores como enlace principal na discussão de suas posições em torno da provocação “identificação com o discurso cultural”, suscitando uma espécie de “sujeito ideal” ou representativo de outros, esse *supersujeito* tecido por meio de um “móvil” constituído por mim, mediante as minhas interpretações dos textos produzidos pelas entrevistas pessoais ou pelas respostas que nos foram enviadas por meio eletrônico (internet).

Não obstante, optei por citar longos trechos de entrevistas com a



intencionalidade de preservar, ao máximo, as arguições dos sujeitos entrevistados. Mas a própria pontuação das falas nas transcrições de entrevistas constitui uma edição de texto, não reportam exatamente a fala. Embora nos trabalhos científicos escritos em português predominem formas impessoais no estilo das redações (SOUZA, 2013), oscilo entre a primeira pessoa do singular e a do plural na busca por preservar a posição dos sujeitos e, como as fontes de pesquisa são diversas, apresenta-se intencionalmente a repetição de ideias no texto da tese, assim, a variação no estilo da redação é também uma maneira de não ser pleonástico, até porque os capítulos são extensos<sup>4</sup>.

Já no quarto capítulo é explorada a parte estrutural dos discursos do campo geográfico brasileiro, por meio da leitura de projetos de pesquisas de docentes vinculados aos programas de pós-graduação credenciados pela CAPES. Nesse ínterim, vislumbro parte do Ensino Superior intimamente ligado aos processos de produção dos conhecimentos, intermediados por pesquisas, como tais, *loci* privilegiados das discussões epistemológicas. Isto é, de alteração das regras científicas do campo (cientificidade), os métodos, os conceitos e as compreensões de objetos, os tipos de abordagem, os fenômenos elegidos e as visões sociais de mundo. Obviamente que meu corte analítico vem dos projetos em que se evidenciam perspectivas culturais.

Ainda no quarto capítulo, friso os “espaços” de acontecimentos das pesquisas ancorados nas instituições, em que as questões culturais, ainda que periféricamente, marcam presença em 75% dos cursos de pós-graduação da Geografia brasileira. Também é importante a empiria com a qual dialogam esses projetos em seus enlaces com os conceitos geográficos e os temas elegidos, traduzindo os acontecimentos do espaço que indicam certa tendência para uma visão social de mundo (dos pesquisadores) sustentada por uma política da diferença, por vezes decantada na discussão identitária. É identificada, pela discussão escalar, certa preocupação epistemológica, fato que se acresce ao debate do quarto capítulo onde

---

<sup>4</sup> A redação da tese segue o Decreto Federal 6.583 de 29 de setembro de 2008 que promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, “entre os Governos da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República de Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa e da República Democrática de São Tomé e Príncipe” (BRASIL, s/p, 2013). Exceto as transcrições de entrevistas em que se buscou ao máximo preservar os aspectos da oralidade.

delineamos um apreço para discussão filosófica nos discursos emitidos pelos geógrafos em entrevista. Também no quarto capítulo tracejo um recurso de escrita e de posicionamento metodológico (que se repete) o qual qualifico como “trecho paralático”. Nesse, explora-se uma discussão suscitada no próprio capítulo, todavia, numa posição de relativa autonomia em relação aos argumentos.

Finalmente, no quinto capítulo, debato o Periódico Espaço e Cultura (1995-2011) e sua política de difusão cultural das suas representações de Geografia Cultural. Assim como referenciamos as enunciações presentes nos sites dos grupos de pesquisas, por mim enfatizados, no sentido de fundamentar expressões de buscas em teses de doutorados (CAPES, 1987-2012), nessas destaco esforços em efetivar operacionalizações renovadas (qualitativas) e buscas teóricas heterodoxas, dos quais diferentes expressões (enunciações) de Geografia fundamentam propensões para qualificação de autoidentificações ou fundamentações de um enunciado cultural na Geografia brasileira.

## **CAPÍTULO 01 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA *EM TESE***

Este capítulo visa a compartilhar o processo de construção do argumento da tese. Demarcamos essa exposição por horizontes selados pelas inquietações da tese: um eixo inicial, constituído por nossas primeiras interrogações de investigação após o abandono de nosso anteprojeto da tese, com o qual ingressamos no programa por meio de processo seletivo; um segundo horizonte no qual configuramos os novos questionamentos da tese, angariados pela nossa procura de um método e tensionados pelas investigações preliminares; o terceiro momento da construção do projeto é sustentado pela reconstrução da tese em meio ao início da sua elaboração. Os fluxogramas 01 e 02, vinculados ao processo de reconstrução do projeto da tese, constituem-se num inventário desse movimento tríade de constituição de nossa problemática de investigações.

### **1 A Construção de um objeto**

#### **1.1 Uma apresentação (ação) da problemática**

Desse modo, como se constituísse em matéria-prima, perguntamos: na Geografia produzida no Brasil, pode ser viável uma pesquisa em que se formule uma questão aglutinando perspectivas culturais, e uma Geografia Social, acrescida dos debates humanistas? É válido ressaltar que não discutimos as questões-chave, na tentativa de antecipar possíveis respostas, mas debatemos exatamente essas questões, de modo a procurar outros questionamentos. E se nos fizerem críticas afirmando que estamos tentando dialogar autores estruturalistas com pós-estruturalistas, entre outras concepções aparentemente díspares, nos adiantamos às críticas revelando que não perpassamos por caminhos ecléticos, apenas deixamos de forma rizomática que os autores se fecundem. Somente extraímos seus frutos e acoplamos a ética em que nossas perguntas estão vinculadas.

O problema não está aqui, nosso esforço está nas questões do presente, na interrogação a uma construção de realidade científica, a uma construção discursiva num campo científico, no qual queremos deixar transparecer e fazer emergir como

numa descrição profunda a sua própria superfície.

Ao focar a construção de uma problemática de pesquisa, em meio à elaboração de nossas interrogações ou objetivos, buscamos discutir alguns elementos fundamentais: o onde, o quando, o como e o porquê de tal tese no leque de estabelecimento de recortes espaciais e temporais de investigação, ao mesmo tempo em que traçamos uma inscrição temática.

Inicialmente, arguimos a respeito dos preâmbulos e justificativas das nossas inquietações, buscando estabelecer uma temporalidade para nossa incursão. Posteriormente, traçamos uma espécie de contextualização das questões lançadas à construção social do debate científico, permeando uma questão da problemática de pesquisa: “o quê?”.

Na terceira parte da construção da problemática de pesquisa, que a denominamos de “a procura de um método”, ao mesmo tempo em que reconfiguramos nossas questões de tese, acreditamos ter erguido um objeto de tese angariando em si uma construção híbrida<sup>5</sup>. De um lado, a hipótese (argumento de tese) que a espacialidade dos geógrafos na estrutura do campo científico (posicionalidade), seu lugar de mundo — sua visão social de mundo e *objetos objetivados* e o contexto social – interferem de maneira incisiva na produção de seus discursos geográficos e são, também, seus produtos. Por outro, perfilamos uma questão central de tese (um problema) como uma tentativa de exercício do argumento quando nos interrogamos: *De que modo o debate cultural (incluindo a predicação social e humanista) se insere na Geografia efetivada no Brasil? E de que modo essa discussão cultural se estabelece na Geografia produzida no Brasil?* Nessa terceira parte da problemática, pensamos que se permeia como um “papel de parede” a discussão de questões de como caminhar (percurso metodológico), do mesmo modo que tracejamos a elaboração de um recorte espacial em que muito

---

<sup>5</sup> Usamos o termo híbrido aqui com certa moderação, apenas estamos nos inspirando em Latour (1992) quanto o autor descreve uma hipotética, folhada de um jornal impresso, em que uma determinada questão é política, mas ao mesmo tempo é cultural, histórica etc., e poderia estar na página de relações internacionais, como não seria equívoco se estivesse no editorial, etc. Assim, nosso elemento de hibridismo diz respeito a um argumento de tese que mescla questões epistemológicas, de história do pensamento e de um dimensionamento de objeto geográfico (espacialidade) muito próximo de alguns clássicos princípios geográficos (tradição), como de posição, localização e extensão. Tudo isso permeado por uma questão de exercício que é epistemológica e de história do pensamento geográfico brasileiro.

embora a expressão traga em si a ideia de um rebatimento, nosso intuito é somente de apontar para uma possibilidade fluída de prováveis disposições espaciais dos agentes da pesquisa.

Em termos de discussões conceituais, podemos afirmar que Gomes (1996, 2006), Bourdieu (2004) e Escolar (1996) balizam nossa epistemologia. Quanto à história do pensamento geográfico, partimos de Claval (1999a, 2002a, 2002b, 2006a, 2007a, 2011), Moreira (2007, 2008), e fazemos uma investida metodológica ancorada em Foucault (2009) e Žižek (2008). Essas abordagens são exploradas e qualificadas detalhadamente ao longo das exposições.

Efetivada a problemática de pesquisa, trazemos ao leitor uma breve justificativa do trabalho, baseada, sobretudo, na constatação de uma expressiva produção de textos na Geografia brasileira atual, com enfoques culturalistas, ao mesmo tempo em que permanece uma espécie de nebulosidade quanto ao que seriam esses enfoques. Na sequência, fazemos uma síntese das discussões denominadas de objetivos ou hipóteses e também, uma explanação de como pensamos a operacionalização da tese.

Posteriormente, escreve-se a nossa reconstrução da concepção da tese em meio ao início das pesquisas. Tal exercício se fez necessário mediante os primeiros ruídos que surgiram entre o campo de investigação e as questões centrais de tese que citamos a montante. Basicamente, fazemos algumas justificativas internas quanto à reconfiguração dos questionamentos, assim como uma complementação de nossa matriz de operacionalização. Como referência à leitura, pontuamos a nova questão central de tese:

**De que modo ocorreu o processo de autoidentificação das Geografias Culturais no âmbito político e científico da Geografia acadêmica brasileira?**

Desdobrada em:

I) De que modo deram-se as tensões que resultaram na nomeação da produção científica geográfica brasileira enquanto Geografia Cultural?

II) Quais os elementos epistemológicos e metodológicos que caracterizam as diferentes redes/grupos da produção científica cultural?

III) Quais as relações estabelecidas entre os sujeitos pesquisadores da

perspectiva cultural e o campo científico consolidado na Geografia brasileira no processo de autoidentificação?

## 1.2 O modo como começamos a problemática de tese

Começamos esta tese pintando um quadro que foi se construindo por meio de questionamentos e confrontos com as leituras. Desses questionamentos e leituras, camadas de ideias foram sedimentando-se, ao mesmo tempo em que erodiam algumas outras.

De início, tínhamos uma premissa que nos direcionava às seguintes hipóteses de pesquisa:

a) diante de uma crise da sociedade e das ciências os (as) geógrafos (as) buscam novos sentidos para suas vidas (pautadas no respeito, nas diversidades culturais e epistemológicas) acolhem “novas filosofias” e saberes (para suas vidas e os seus fazeres científicos) e, concomitantemente, produziram Geografias Plurais;

b) existem propensões para os sujeitos sociais que exercitam identidades sociais que estão às margens das relações sociais hegemônicas a produzirem Geografias Marginais (exemplos: o estrangeiro, a mulher, o *religioso* – “*não-cristão*”, o homossexual, entre outras adjetivações identitárias), partindo de um apriorismo daquilo que seria hegemônico (homem branco, classe média alta, católico apostólico romano, heterossexual, entre outras categorizações) em termos de “brasilidade”.

Dessas duas bases de premissas e inquietações, elucubramos nosso primeiro fio condutor (Fios de Ariadne), lançando uma primeira interrogação dirigida ao campo de investigação: *Como as críticas à Modernidade (modernidade líquida, alta modernidade, pós-modernidade, império, pós-coloniais, etc.) são acolhidas nas novas abordagens socioculturais e humanistas na Geografia brasileira após os anos noventa?* Essa macrointerrogação se desdobra em **questões específicas** (com relação de interpolação na tentativa de discussão da questão principal): *Como as trajetórias individuais em sociedade e no Campo do Saber-Fazer Científico da Geografia influenciam nas escolhas para os geógrafos e geógrafas trabalharem com*

*as perspectivas culturais, sociais e/ou humanistas? E quais seriam as visões sociais de mundo que permeiam o trabalho desses “novos” geógrafos (grafias)?*

De fato, isso se daria se pensasse, por exemplo, que a valorização dos sujeitos (os outros) nos estudos das abordagens socioculturais e humanistas na ciência geográfica seria convergente com o processo evidenciado por Hall (1998), como fragmentações das identidades de classes (mestras). O autor destaca como substitutivo das identidades mestras a exacerbação das identidades de gênero, religiosas, etc. Assim, cogita-se como extensão desse movimento a emergência (na produção científica) das múltiplas identidades sociais dos sujeitos geógrafos fazedores dessas *geo-grafias*. Ou seja, uma grafia no corpus teórico da própria Geografia.

Nesse momento, temos a *emergência de três eixos* aparentemente desconexos: Sentidos atrelados às identidades dos geógrafos; Ciência Moderna/Geografia; e Perspectivas socioculturais e/ou humanistas angariadas à produção do conhecimento científico da Geografia.

Faz-se jus configurar uma tentativa de enlace entre os eixos de emergência e as interrogações iniciais no âmbito de uma projeção teórica. O termo angariado como sociocultural e humanista passa por três abordagens distintas, todavia, relacionais: Geografia Cultural, Geografia Social e Geografia Humanista. Elencamos estas três acepções por considerar serem elas as perspectivas que acolheram com maior entusiasmo aquilo que Claval (2002a, 2002b) denomina, a partir da leitura dos geógrafos ingleses, como volta do cultural na Geografia.

Observando os argumentos tecidos por Gomes (1996), destacamos que em todo o desenvolvimento da Geografia enquanto uma Ciência Moderna configuram-se tentativas epistêmicas de estabelecimento de hegemonias teórico-metodológicas frente às demais. Reforce que, em todas as investidas de domínio teórico-metodológico, elas guardaram entre si uma característica de se posicionarem no debate interno da ciência geográfica enquanto superior ao discurso posto, o que configuraria um mecanismo moderno por excelência, sendo esse dispositivo acionado tanto quando ocorrem retornos a um “classicismo”, quanto na apresentação de uma postura epistemológica nova (dicotomia do novo versus o tradicional).

Agora retornamos (as primeiras) às interrogações de pesquisa, na tentativa de fazer aflorar relações e mecanismos de confronto entre o discurso que estamos trilhando e os discursos postos. Contudo, nossa incursão não se efetiva com relação a nenhuma corrente epistemológica específica, mas em relação à própria Geografia enquanto uma Ciência Moderna, em que hodiernamente haveria uma possível pluralidade discursiva e uma aparente falta de foco, reverberando, ao mesmo tempo, a multiplicidade epistêmica que acompanhou a Geografia ao longo da Modernidade tanto no rol racional como nas correntes não racionalistas (GOMES, 1996).

Assim, teríamos a inerência e o enlace entre uma premissa e a questão de tese naquilo que configuraria um preâmbulo interno da ciência. Por outro lado, numa hermenêutica do sujeito pesquisador, em observância do campo científico da Geografia, destacam-se uma emergência de sujeitos (geógrafos) e suas identidades de grupo na confabulação de suas incursões teórico-metodológicas e na configuração de seus discursos geográficos como ações internas no campo.

Assim, enumeramos uma das muitas questões que se podem formular na fertilização desse encontro: “Qual seria o papel dos geógrafos (as) nesse momento?”, uma vez que trazemos alguns possíveis fenômenos em que haveria uma emergência das identidades dos pesquisadores. Acrescentemos que Moreira (2007, p.13-22) discute a Geografia e o geógrafo na história destacando a cada periodização um perfil de geógrafo(a). Curioso observar que Gomes (1996) realça que a Geografia sempre esteve preocupada com a criação de uma imagem mundo, sendo o próprio discurso geográfico a imagem da Modernidade, peculiarmente no trabalho de Moreira (2007, p.13-22), texto em que o autor conclama para uma teoria da imagem na Geografia.

Segundo Moreira (2007, especialmente p.56-57) atualmente, estaríamos vivenciando três planos: o dos fins das fronteiras dos pensamentos, das instituições e dos territórios, cujas fragmentações se encaixariam (numa totalidade) no paradigma da complexidade. Optamos por deixar a questão em aberto. No entanto, trouxemos esses argumentos no texto para ressaltar aquilo que chamamos de hermenêutica do pesquisador, que poderia ser facilmente qualificada como uma postura indutiva, ou seja, observância de um pesquisador geógrafo com vinculações sociais não hegemônicas e com trabalhos acadêmicos nos eixos das teorias não



racionalistas, logo, todos os não-racionalistas estariam, de alguma forma, na margem societária. Contudo, apenas ressaltamos um aspecto que orienta uma curiosidade investigativa. Numa outra perspectiva, demonstramos que essa curiosidade não é fortuita, mas que possui reciprocidade com debates já efetivados no âmbito da discussão científica.

Também para além de uma pré-resposta vinculada ao retorno do cultural na Geografia, com esse balbucio queremos justamente estabelecer fios que teceriam amarras entre identidades dos geógrafos, críticas à Modernidade e produção geográfica com enfoque cultural. Nesse sentido, as pistas estariam justamente em novos perfis de geógrafos(as), frente às novas configurações sociais e epistemológicas, e essa novidade afetaria agudamente a Geografia, uma vez que, conforme destacamos, ela configura-se num debate profundamente arraigado às bases epistemológicas da Ciência Moderna. E que num momento (atual) de críticas internas à própria ciência, a emergência de uma pluralidade de bases epistemológicas na Geografia poderia estar, justamente, como uma síntese daquilo que permeou em diferentes momentos a própria Modernidade.

Feita essa tentativa de justificativa entre premissas e eixos de emergência, retornemos a um discurso estabelecendo um raciocínio por um viés de **marcadores temporais**, tal qual efetivado por Claval (2007a, 1999a) que extraiu uma linha do novelo a qual passa por Ratzel<sup>6</sup> (e outros alemães), após configurar um debate atinente aos primórdios da abordagem cultural na Geografia, extraindo La Blache e os geógrafos franceses e, posteriormente, pontuando a formação de uma Escola de Geografia Cultural em Berkeley (EUA) ancorada em torno do trabalho do geógrafo C. Sauer (1889-1975). Após um hiato nas abordagens culturais, Claval (2007a) pontua que, em torno de 1986 e 1987, os geógrafos se apercebem do entrecruzamento de seus esforços em torno de uma discussão anglo-saxônica angariada em uma *New Cultural Geography* a qual culminaria com o lançamento da *Revista Ecumene*, em 1994. Em contraponto na Geografia francesa, a Revista

---

<sup>6</sup> Claval (2007a. p.20) perfila uma espécie de “mito fundador” em que, em 1880, apareceria pela primeira vez o termo Geografia Cultural com o trabalho de Friedrich Ratzel (1844-1904) sobre os Estados Unidos da América do Norte, etc. Na avaliação do texto da tese em tela, o geógrafo Jörn Seemann destacou como referência antecedente ao trabalho de Ratzel as publicações do geógrafo alemão e professor de Geografia no Texas, Ernst Kapp (1808-1896), conhecido pelas suas reflexões sobre “as técnicas”.

*Geographie et Cultures* expressaria alguns esforços na renovação e retomada das discussões culturais em Geografia.

Em resumo, temos uma linha horizontal de narração temporal progressiva, interposta por uma linha verticalizada de diferentes países (Escolas?) e entrecruzados por diferentes matizes de preocupações. Na linha anglo-saxônica, a interpretação simbólica e as representações. No leque francês, um esforço analítico apregoadado nas heranças dos gêneros de vida que resultariam em perspectivas com uma forte presença dos aspectos materiais da cultura, desdobrando-se em questões de elos sociais e identidades com vínculos territoriais.

Arriscaríamos uma possível síntese traduzida por uma espécie de questão comum: Como a cultura é concebida nessas diferentes nuances de Geografia Cultural? Incrustado e referendado em Claval (2007a) e, também por Macdowell (1996), postulamos uma afirmação em aberto de que diferentes entendimentos de cultura desdobram-se nessas diferenciações que, por ora, aglutinamos numa simplificação; tais quais os autores que lemos, esticamos uma espécie de elástico no bojo que tentamos prendê-lo no momento em que o mesmo se encolhe. Para sermos mais elucidativos, cabe destacar, por exemplo, a cultura inserida numa abordagem mais de objetos em que derivam as interpretações evidenciadas numa preponderância material em Sauer. Somaríamos um detalhe significativo, considerado por Corrêa (2008a), que a cultura, nesse aspecto, também teria um atributo de objeto, no qual deriva a consideração dos geógrafos de ler as expressões morfológicas das paisagens.

Estiquemos novamente a linha elástica, a preocupação com a cultura já estava presente na Geografia do final do século XIX, passando por um período de menor intensidade e, atualmente, por um momento em que as abordagens da cultura se ampliam e tomam proporções maiores. Dessa forma, os aportes teóricos metodológicos que focalizam a relação entre espaço geográfico e a cultura perpassariam com nossas interrogações iniciais de pesquisas na intersecção, pelos sentidos que os seres humanos atribuem às suas próprias vidas, ao transfigurar uma ontologia do espaço, para uma ontogênese (natureza) do *ser cultural* e o geográfico.

Pintando um pouco mais os quadrantes de nossa geometria imaginária, verificamos em Claval (1999a) um argumento denso com o objetivo de situar o

“estado da arte” dos estudos culturais na Geografia, em que descreve que a cultura, inicialmente, foi concebida enquanto sinônimo de aspectos materiais, extensões do humano (próteses/técnicas), sendo duas as perspectivas chaves desse período inicial. Por um lado, encontravam-se as observações das técnicas, dos ritmos e das atividades instituintes dos gêneros de vida e, por outro, a descrição das marcas humanas na instituição das paisagens culturais. Ambas as posições buscavam analisar os modos de existência dos grupos humanos. Contudo, os enfoques estavam vinculados mais nas condições instituintes que nos próprios sujeitos, configurando os seres humanos como objetos indiretos de interesse, os quais estão voltados para a investigação de suas marcas culturais expressas na paisagem, suas casas, campos, mercados, entre outras demar**Ações** formadoras do ecúmeno humano.

Ainda de acordo com Claval (1999a), verifica-se que essa fase investigativa entra em declínio (1950 a 1970), e os motivos dessa recessão são a sua centralidade de análise na materialidade (objetiva) que se embaralha com a modernização e a homogeneização das técnicas e urbanização das sociedades. Está imbricado na constituição da crise dessa agenda de pesquisa o descompasso entre os seus aparatos teórico-metodológicos com as transformações sociais e espaço-temporais.

O retorno ao cultural vem concomitantemente à crítica de sua antiga abordagem.. Na concepção de Duncan (2002), a significação da cultura na Geografia Saueriana prescreve que a cultura teria um valor supraorgânico<sup>7</sup>, uma entidade acima dos homens e não o fruto de sua imaginação criativa, como ele a qualificará. Em uma análise supraorgânica, não haveria possibilidades de explicação dos conflitos, contestações e mudanças, apenas uma homogeneidade consensual que seria expressa na paisagem humanizada.

Mesmo com esse longo histórico já traçado pelas abordagens culturalista, para Corrêa e Rosendahl (1999), a Geografia Brasileira permaneceu insensível a essa discussão quando argumentam que:

---

<sup>7</sup> De acordo com Mondada e Söderström (2004. p.137), o termo supraorgânico remete ao darwinismo social e a sua ontologia em três etapas – inorgânica, orgânica, supraorgânica. Ainda: “O conceito de superorgânico foi cunhado por Herbert Spencer, o pai do darwinismo social, e aceito por Kroeber e Lowie no primeiro quartel deste século, tendo sido elaborado mais tarde por Leslie White” (CORRÊA, 1989. p.119).

o Brasil – que tem uma importante produção geográfica de cunho acadêmico e profissional desde a década de 1930 – ficou à margem desse percurso. É verdade que **alguns textos podem ser classificados como sendo de geografia cultural**, mas não se tinha consciência de que se poderia denominá-los assim. (CORRÊA; ROSENDAHL, 1999. p.9) (grifos nossos)

E os autores prosseguem evidenciando a criação do Núcleo de Estudo e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC/UERJ), em 1993, publicação da Revista Espaço e Cultura em 1995, edição da Série de livros de Geografia Cultural (pela Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ) e do Simpósio Nacional Sobre Espaço e Cultura em 1998 (atualmente internacional), destacando-os como esforços que visaram a contribuir para inserir a Geografia Brasileira num percurso de valorização da dimensão espacial da cultura e suas perspectivas (possibilidades) de abordagens.

Assim, fecharíamos o argumento dos marcadores temporais, pois já tínhamos elementos que formariam uma espécie de encaixe da nossa narrativa (nacional) em uma narrativa global apregoada por Claval (1999a, 2007a). Nossos marcadores discursivos para o Brasil – década de 1990. Além do mais, na coleção de Geografia Cultural organizadas por Corrêa e Rosendahl, os geógrafos sempre pontuam uma afiliação à Nova Geografia Cultural, ao mesmo tempo em que destacam a existência de uma abordagem humanista, e mesmo a possibilidade de estudos culturais, sob uma concepção saueriana.

Entretanto, Sahr (2009) remete que os discursos dos geógrafos supracitados tendem a focalizar a Geografia Carioca como a precursora da abordagem cultural no Brasil, desconsiderando importantes estudos como a Escola do Recife, liderada pelo antropólogo Gilberto Freyre, entre outros interessantes trabalhos que Sahr (2009) nomeia e que, segundo o autor, poderiam ser denominados de Geografia Cultural, num comparativo com a produção de Sauer<sup>8</sup>, sendo esses trabalhos anteriores aos marcadores discursivos defendidos por Corrêa e Rosendahl (1999).

No entanto, se observarmos atentamente a citação de Corrêa e Rosendahl

---

<sup>8</sup> Essa comparação efetivada por Sahr (2009) é peculiar, uma vez que Capel (1987) destaca que a Antropologia e a Geografia possuem algumas questões em comum, tais como “origens”, períodos de institucionalização relativamente próximos, debate da relação sociedade e natureza, discussões de método, entre outros aspectos.

(1999), veremos que os autores reconhecem que havia estudos, embora não tivessem consciência ou, como nós acrescentamos, sem o “rótulo” de Geografia Cultural. Contudo, num enfoque mais amplo, para além do nome Geografia Cultural, considerando estudos cognitivos, percepção, comportamental, percebe-se que esses trabalhos já eram desenvolvidos no Brasil na década de 1970, principalmente pela geógrafa Livia de Oliveira<sup>9</sup>, em interface com o debate do ensino de Cartografia e Geografia. Desse aspecto, acompanhamos um raciocínio mais amplo e plural apregoado por Sahr (2009), da mesma forma que consideramos que a pauta de discussão angariada pelos geógrafos cariocas contribui, significativamente, para incidir num “retorno ao cultural na Geografia brasileira”, no início da década de 1990, e posteriormente.

Entretanto, o mais importante é que a Geografia está hodiernamente “confrontada com novas formas de afirmação da diversidade dos grupos” (CLAVAL, 1999a, p.61), emergindo debates referentes aos nacionalismos e as questões identitárias, significação diferenciada dos grupos mediante as uniformizações das técnicas e as questões culturais atreladas às representações e às subjetividades, estas constituindo exigências históricas e geográficas (?).

Embora, às vezes, possa soar como certo “modismo” uma maior incidência dos trabalhos socioculturalistas e humanistas, evidencia-se a problemática identitária, por exemplo, a qual perpassa pela comunicabilidade. Destarte, temos a valorização dos grupos sociais, contrariamente o que se apregoa pelas ideologias individualistas de cunho neoliberal, que se configuram como marcas importantes do capitalismo contemporâneo.

Assim, estamos partindo de uma constatação em que um considerável

---

<sup>9</sup> Por exemplo, em artigo publicado em 1977, na **Revista Geografia**, Livia de Oliveira apresenta um debate sob a percepção geográfica com aporte teórico fundamentado em Jean Piaget, no qual podemos observar um profícuo diálogo entre a Geografia da Universidade Estadual Paulista de “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Rio Claro (UNESP) e a Geografia Americana de então. De um lado, tínhamos os estudos pautados no neopositivismo (quantitativo) e, por outro, a presença de uma Geografia Humanista, que são concomitantes também nos estudos anglo-saxônicos, conforme pode ser visto em Johnston (1986), em edição publicada no Brasil sobre a coordenação do geógrafo Antonio Christofolletti (1936-1999), então professor da UNESP de Rio Claro, SP. Em 1982, Christofolletti também organiza o livro **Perspectivas da Geografia**, no qual temos a presença de artigos de geógrafos(as) como David Lowenthal e Anne Buttimer, os quais são frequentemente citados em textos da seara humanista na Geografia.

número de trabalhos geográficos<sup>10</sup> está preocupado com a questão identitária e suas relações espaciais, e que nosso argumento se encontra ao lado dessas discussões identitárias ao acenarmos para valorização dos grupos sociais no âmbito da formação identitária, que revelaria um tema hodierno e, ao mesmo tempo, engajado frente a inúmeras discussões (neoliberais) que revelam a valorização do individualismo e o “exercício da cidadania” por meio da sinonimização cidadão e consumidor. Não é nosso objetivo estender esse debate, sob o aspecto que resultaria em outra tese; o fato de expor essas demarcações refere-se ao nosso posicionamento para demonstrar uma questão social pertinente na pauta geográfica contemporânea, descartando a crítica do modismo que, para nós, exerceria um fator pejorativo e de obstáculo ao debate.

Não obstante, em nossa interrogação, além de pendermos para problemáticas contemporâneas, queremos reforçar a questão das “novas” perspectivas culturalistas que embrenhamos na nossa questão central. Se olharmos para a obra de Gomes (1996), podemos postular que algumas dessas perspectivas inscrevem-se em alguns polos não racionalistas, salientados pelo autor. Isso se daria em função de haver uma diversidade de argumento na literatura geográfica<sup>11</sup> atestando que haveria um período composto de diversos debates e críticas internas na ciência geográfica na década 1970. Contudo, os principais eixos de críticas, nos anos setenta, são as discussões aglutinadas em nomes como Geografia Radical e Crítica com uma aproximação ao marxismo; debates humanistas e até mesmo culturais, sendo que esses últimos despontariam mais nos anos de 1980, configurando o cerne das “novas perspectivas”, por nós realçadas<sup>12</sup>.

Contudo, ao configurarmos uma adjetivação de “novas”, estamos frisando que ocorrem fenômenos que são inerentes ao momento atual, tais como cruzamento de matizes teóricos que, na década de 1970, configuravam como que uma espécie de “inimigos epistemológicos”. Vejamos, como exemplo, o trabalho do geógrafo Cosgrove (1998), que numa discussão referente a uma Geografia Cultural,

---

<sup>10</sup> Apenas como demonstrativo do argumento, destacamos os trabalhos de Haesbaert (1999, 2007), ainda que estejamos mais próximos da discussão da identidade atinente à relação de grupo ao passo que o autor trabalha também com identidades em outras escalas de relações.

<sup>11</sup> Ver, por exemplo, Gomes (1996) e Moreira (2007, 2008).

<sup>12</sup> Gomes (1996) e Almeida (2008) falam de um marxismo humanista, e Albet I Mas (1988) disserta sobre a valorização de “ligações” entre uma Geografia Radical e Humanista.

referendada em simbolismos, em aspectos da não materialidade, entre outras qualificações, busca um diálogo com a teoria social crítica de base marxista. Em que é possível delinear hibridismos epistêmicos<sup>13</sup> naquilo que estamos denominando de novas abordagens socioculturalista e humanista, sendo que algumas dessas incursões são, também, filhas de renovações internas das próprias matrizes metodológicas; na esteira dos marxismos, a obra do filósofo italiano Antonio Gramsci, frequentemente, é recorrência no âmbito de sustentar incursões culturais atinentes às suas discussões de hegemonia. O debate de culturas transversais percorridas por Serpa (2007) pode ser apontado como uma representante dessas releituras.

Serpa (2007) destaca como a cultura opera no âmbito da produção e reprodução da vida. Um pouco próximo das argumentações de hegemonia cultural que se fazem presentes nas “culturas de massa”, argumenta que existe uma dupla eficiência: questões efeitos de classe (segmentação) e efeitos de massa (transversalidade). O autor enfatiza em seu texto o papel das mídias (comunicação) para demonstrar como as transversalidades chegam aos lugares, certificando como os temas por ele elegidos<sup>14</sup> promovem mudanças significativas na materialidade (morfologia urbana) e possibilitam o acontecer simultâneo de experiências topofóbicas e de afeição quando essas transversalidades se cruzam.

Assim, embora frequentemente pontuado no texto os termos sociocultural e humanista, longe de purificarmos em caixas sólidas cada possibilidade, buscando mais discutir enfoques culturalistas, destacam-se trabalhos que se identificam com tais nomeações e, ao mesmo tempo, valendo-se de debates que evidenciam aspectos representacionais, formas simbólicas, conteúdos que são rotulados pelos *outsiders* (“geógrafos materialistas”) como postulantes de uma “Geografia Cultural”.

Fizemos esse mergulho numa historiografia do pensamento geográfico, tentando acompanhar o raciocínio dos autores que nos precedem e

---

<sup>13</sup> O que denominamos de hibridismo, de nenhuma forma, vincula-se a uma diversidade de método, mas na possibilidade de consorciar discussão de formas espaciais com a questão representacional, ou mesmo processo e conteúdo, materialidade e idealização. Fora da Geografia, um exemplo bastante contundente disso é o trabalho de Guattari e Rolnik (1986), que discutem uma imbricação profunda entre cultura e modo de produção capitalista, naquilo que denominam cultura capitalística.

<sup>14</sup> São cinco os objetos de análise: o automóvel, condomínios fechados, shoppings centers, as praias e o futebol.

transubstanciando as questões para a apreensão do movimento no Brasil, justificando a provisória questão: *Como as críticas à Modernidade (modernidade líquida, alta modernidade, pós-modernidade, império, pós-coloniais, etc.) são acolhidas nas novas abordagens socioculturais e humanistas na Geografia brasileira após os anos noventa?* No entanto, ao olhar para a questão, percebemos que somente o “quando”, sua temporalidade investigativa, estaria esclarecida.

### 1.3 O que estamos qualificando como críticas a Modernidade? A construção de um contexto

Como ponto de partida, focalizamos Moreira (2008), quando argumenta que, desde o período de 1970, a Geografia irá processar um debate crítico em torno dos rumos do seu pensamento. Reflexões essas que, para Santos (2008a, p.18), seriam necessárias mediante as transformações das “condições gerais de realização da vida sobre a terra”. Em Moreira (2008), teremos o acréscimo de que essas interrogações se debruçam (também) na crítica à razão fragmentária do positivismo, enquanto base da Ciência que se gestou hegemônica na Modernidade, estando esse movimento “plugado” em novos amplificadores mediante as diversas tendências que se projetam na Geografia atualmente<sup>15</sup>.

Contudo, vale lembrar que existem diversas periodizações e mesmo “definições” relativas ao debate daquilo que configuraria a Modernidade; conforme elencamos as críticas a ela, nossa opção refere-se à consideração da Modernidade enquanto fundante de um projeto social de mundo. Do ponto de vista da ciência, demarcamos simbolicamente Copérnico, Galileu, Newton, entre outros precursores.

Voltando à Geografia, salientemos que essas múltiplas abordagens

---

<sup>15</sup> Mediante a multiplicidade, certamente deixaremos de lado “Outras Geografias”, mas em termos de exemplificação, citemos alguns nomes/obras (da Geografia Brasileira) representativos das diversas possibilidades atuais: **Geografia e Complexidade** (CAMARGO, 2005); **Nova Geografia Cultural** (CORRÊA; ROSENDAHL, 2007 [org]); **Geografia e Representação** (KOZEL, 2004); **Geografia e Cognição/Percepção** (OLIVEIRA, 2004); **Geografia Social** (SAHR, 2007); **Geografia Humanista** (MELLO, 2005), acrescidos dos já consagrados topônimos: Geografia Crítica de base marxista e na teoria social crítica, revigorada pela filosofia da práxis marxista. Geografia dos Planejamentos (com base neopositivista); Geografia(s) Física(s) (algumas referendadas na Teoria Geral dos Sistemas, outras se aproximando da Complexidade, dos Holismos, etc); Geografia Comportamental; entre outros possíveis olhares. Acrescentemos que a chamada Geografia Física no Brasil desloca-se atualmente para a elucubração de uma Geografia Ambiental, conforme identifica a pesquisa de Suertegaray (2005a).



destacadas por Moreira (2008) não se configuram, predominantemente, como novidades de uma crítica pós-moderna (HARVEY, 1993). Não são apenas sintomas de uma valorização da discussão da categoria espaço nas ciências (SOJA, 1993; MASSEY, 2008; SANTOS, 2008a), são também emergências ou retomadas de algumas bases filosóficas que já se faziam presentes no bojo da “criação do projeto de Modernidade”, enquanto contra correntes à racionalidade positivista (GOMES, 1996)<sup>16</sup>.

Uma ressalva se faz importante. O que concebemos aqui como pós-modernidade de modo algum se constitui em ruptura com a Modernidade; de fato, poderíamos falar de Império (HARDT; NEGRI, 2001), Ultramodernidade (MOREIRA, 2008), estudos pós-coloniais, emergência do pós-estruturalismo, entre outras questões.

Dadas as diferenças das bases metodológicas dos autores, alicerçamo-nos na concepção de Harvey (1993) o qual, dialogando com ideias de Charles Baudelaire (1821-1867), afirma que experienciamos uma condição (pós) na Modernidade (alta) e não depois. E poderíamos acrescentar “são essas as condições pós-modernas?” Então, nunca fomos tão modernos! Embora discursando em torno do desenvolvimento socioespacial, muito bem nos alerta Souza (1996, p.08) que, muitos de nós estamos comprometidos com o universo cultural do Ocidente, o qual é fundante do Projeto Moderno e, por conseguinte, já nos constitui. Logo, não nos livraremos disso como num passo de mágica e por isso colocamo-nos em sentido oposto aos autores niilistas, que são contra a Modernidade. Destarte, convidamos Soja (1993, p.12) para elucidarmos a questão:

estou mais a vontade com o rótulo epítetico de pós moderno e com seu anúncio intencional de uma transição, possivelmente marcante, no pensamento crítico e na vida material. Continuo a encarar o período atual como uma reestruturação ampla e profunda da modernidade, e não como uma ruptura completa e uma substituição de todo o pensamento progressista pós Iluminista.

Assim, temos a indicação de que, por um lado, o movimento de crítica perpassa por transformações na ordem da *reprodução da vida (1)* e, por outro

---

<sup>16</sup> Maiores detalhes sobre a relação entre modernidade e pós-modernidade na Geografia, ler Evangelista (1999), Salvi (2000) e Haesbaert (2006, 2009).

ângulo, nas opções ou *bases filosóficas* **(2)**. Contudo, o quadro ainda está incompleto: acrescentamos que há uma reflexão aguda com relação à própria *Ciência* **(3)**. Se preferirmos ser mais “sintéticos”, poderíamos dizer que há uma questão epistemológica e outra ontológica, sendo esta última frisada por Moreira (2007) e que frequentemente tem sido entendida como sinônimo de sobrevivência sob o aspecto da discussão geográfica. Para retornarmos a nossa ideia tríade, da qual na sintetização abriríamos mão, podemos dizer que se trata de um debate epistemológico, ontológico e de sobrevivência.

Sem pormenorizar, destacamos que nos casos das mudanças na reprodução da vida **(1)**, as mesmas não se tratam simplesmente de amplificação das transformações da década de 1970, embora mantenham relações e certas (des) continuidades. Nesse primeiro momento de crítica (1970), os debates giravam em torno das mudanças provindas do pós Segunda Guerra Mundial, internacionalização das empresas capitalistas, produção fordista, politização do debate ambiental, feminismo, entre tantas qualificações possíveis.

Já contemporaneamente, somados aos elementos pontuados nas críticas anteriores, temos novos cenários bem dispostos, tais como a hegemonia de um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008b); passagem de um poder disciplinar/confinamento (caracterizado por FOUCAULT, 1990, 2000) para uma ordem de controle/aberto<sup>17</sup>; financeirização (CHESNAIS, 1998), assim como, os desenvolvimentos geográficos desiguais (HARVEY, 2004) como caracterização de um período histórico e, ao mesmo tempo, em contraposição à conceituação da Globalização tal qual um discurso ideológico. Nesse ínterim, a conceituação de desenvolvimento em um viés geográfico também é uma crítica as definições de multinacionalização fundadas em um prisma temporal, leitura a qual seria aniquilante das diferenças espaciais e operada por Geometrias de Poder (MASSEY, 2007), entre outras possíveis pinceladas nesse quadro multicolor, curiosamente, por ora, configurado com diferentes matizes epistemológicas.

E, para citarmos apenas mais um componente, chamamos a atenção para mudanças nas acepções de tempo e espaço. Se há pouco citamos uma valorização do espaço em contraposição aos historicismos a-espaciais, ressaltamos que não há

---

<sup>17</sup> Ver a discussão de Império e Bio-Poder em Hardt e Negri (2001) ou de Deleuze (1992).

uma aniquilação do tempo na valorização do espaço como se apregoa erroneamente. Entendemos o tempo tal qual Elias (1998), ou seja, como fruto das necessidades materiais e simbólicas das sociedades, um significado apreendido e construído socialmente, cuja existência só se sustenta no humano. Assim, o tempo constituiu-se num recurso de linguagem, de comunicação e de autorregulação social na Modernidade, o qual vem se tornando mais descontínuo e instantâneo na sua empiria espacial atual. Isso não significa sua aniquilação, mas sim, que este torna mais disperso seu efeito na autorregulação social.

Finalizemos o triplo quadro começado. Com relação às bases filosóficas **(2)**, salientamos que elas orientam o(s) método(s) (e esse(s) direciona(m) metodologias), conseqüentemente, ancoram os olhares (visões sociais de mundo) para essa sociedade em transformação<sup>18</sup>. Disso, da crítica à Ciência **(3)**, derivam várias Teorias: Complexidade, Caos, Fractais, Gaia, Relatividade, entre outras. Se as bases filosóficas interferem na escolha do método, as teorias vinculam-se aos princípios da Ciência Moderna.

Como exemplos de críticas aos princípios da Ciência Moderna, citamos que em contraposição ao primado da Causalidade hodiernamente, há recorrência às Recursividades; das análises centradas em Dicotomias (Sociedade X Natureza<sup>19</sup>, Tempo X Espaço, etc.) à focalização das Relações, entre outras influências e mudanças, evidenciamos a valorização das Interfaces que, para nós, passam a ser um elemento importante naquilo que aflige a ciência geográfica.

Com relação ao que Moreira (2008) denomina de “A ultramodernidade e a tendência pluralista atual”, é possível perceber que alguns posicionamentos são mais genuínos do que o prosseguimento linear dos debates da década de 1970. Nisso, destacamos o acolhimento na Geografia da denominada “Virada Linguística”, baseada nas filosofias da linguagem de Ludwig Wittgenstein (1889-1951)<sup>20</sup> e Mikhail

---

<sup>18</sup> Destaque-se que, a partir da segunda metade do século XIX, haverá uma transformação nas matrizes filosóficas influenciadas pelos pensamentos do filósofo Friedrich Nietzsche (1844-1900).

<sup>19</sup> A exemplo, a crítica da natureza da Modernidade, incorporada na Geografia, uma natureza de ordem mecanicista, inorgânica e configurando uma externalidade ao homem, como projetos alternativos, a dialética da natureza fundamentada em Engels (CASSETI, 1999) e a natureza do paradigma ecológico e/ou holista (MOREIRA, 2008).

<sup>20</sup> Embora não concordemos com a exposição de Moreira (2008) pois o autor reúne em um mesmo movimento autores como Bakhtin e Wittgenstein, vide, por exemplo, que este último figura no seio da Filosofia Analítica, a qual foi explorada na Geografia por meio da corrente “teórica”. Já

Bakhtin (1895-1975), (MOREIRA, 2008. p.39). Estas, para nós, irão influenciar fortemente aquilo que Claval (2002a, 2002b) denomina de “A volta do cultural na Geografia”.

Façamos uma pausa e ao mesmo tempo um retorno, destacando com essa configuração uma volta à questão de pesquisa em que, ao explicitarmos aquilo que estamos entendendo por críticas à Ciência Moderna, também, pondera-se que as perspectivas socioculturais e humanistas na Geografia, são especialmente produções conscientes e intencionais dos geógrafos (as) brasileiros (no caso).

Uma das pistas que perseguimos vem de Gomes (1996), uma vez que percebemos de certo modo na literatura geográfica a emergência de algumas perspectivas metodológicas, as quais o autor havia postulado como perspectivas não hegemônica no bojo de institucionalização da ciência geográfica na Modernidade. Um exemplo é a recorrência de abordagens hermenêuticas na interpretação das paisagens.

Se na discussão postulada com Sahr (2009) pontuamos que o humanismo já estava presente na Geografia brasileira desde a década de setenta, tal qual na Geografia produzida no exterior, o que teríamos de novidade e que justificasse nossa preocupação de pesquisa que triangula uma Geografia ora mais social, ora mais cultural e acoplada à discussão do debate humanista como perspectivas emergentes no Brasil? Destacamos que em trabalho exploratório (primeira aproximação com a pesquisa) realizamos um processo de busca no Portal de Teses e Dissertações da CAPES<sup>21</sup>, ao longo da qual percebemos que, embora tenhamos

---

Bakhtin é um pesquisador voltado para uma Filosofia da Linguagem, análises discursivas, sendo referência na Geografia no debate das representações ou mesmo dos Mapas Mentais como discute Kozel (2007), assim como, há textos na ciência geográfica relacionando Bakhtin às “Filosofias do Significado”. Uma curiosidade: o debate teórico-quantitativo orientou a nomenclatura Nova Geografia, as representações muitas vezes estão ligadas à Nova Geografia Cultural, ambas angariadas primeiramente no âmbito anglo-saxônico. Haveria mais coincidências para além da nomenclatura?

<sup>21</sup> No período de 09 a 13 de agosto de 2010, realizamos uma pesquisa exploratória no âmbito de levantamento de teses e dissertações no Portal de Teses da Capes, disponível em <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>> com as seguintes expressões de buscas: Geografia Social, Geografia Cultural, Geografia Humanista. O portal disponibiliza teses e dissertações desde 1987 e nele efetuamos a busca desde este ano até agosto de 2010. Certamente as expressões de busca podem não ter ajudado a dar visibilidade ao fenômeno inquirido, mas, tratava-se justamente de um momento de testes, de checagem no intuito de testar nossas questões e pesquisas assim como de levantarmos pistas da superfície empírica de emergência de nossos problemas. Destaquemos por fim que essa fase exploratória de pesquisa (aproximação com o campo) está profundamente influenciada pelas sugestões de elaboração de projetos de pesquisas angariadas

alguns debates atinentes à influência humanística, o humanismo não se configura inicialmente enquanto opção de métodos, tais como fenomenologia, hermenêutica ou mesmo o existencialismo, mas sim, na incorporação de perspectivas mais subjetivas (“percepções”) no âmbito de pesquisa em Climatologia, ou mesmo na consideração da perspectiva cognitiva no campo da educação geográfica numa interface bastante profícua com a Cartografia, para citarmos alguns exemplos.

No entanto, são trabalhos esporádicos, embora saibamos dos trabalhos de geógrafos como Livia de Oliveira (UNESP Rio Claro), Oswaldo B Amorim Filho (UFMG/PUC-MG) e a própria discussão de ontologia feita por Armando Corrêa da Silva (USP), os quais fomentavam preocupações às questões referentes ao humanismo. Em termos de orientações de teses e dissertações no período inquirido na nossa chave de busca, curiosamente um dos nomes que mais apareceu (com três orientações nessa fase), foi o do professor da USP que trabalha com Climatologia, José Bueno Conti.

Dessa feita perpassa uma espécie de continuidade e descontinuidade na formação de um mesmo processo, as manifestações mais pessoalizadas numa periodização da década de 1970 nos idos dos anos noventas. Em termos de humanismo, o artigo de Seemann (2005) traz uma boa retrospectiva e potencialidades da abordagem no âmbito brasileiro, em que se destaca de forma mais aglutinada que o humanismo fora acolhido com certa ênfase, na percepção ambiental.

Avancemos e destaquemos que o artigo de Seemann (2005) trata de uma apresentação no “Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente”, realizado na cidade de Londrina, PR, em que a geógrafa Livia de Oliveira fora homenageada. Com essa pista, gostaríamos de solidificar o argumento em torno da opção: Geografias produzidas no Brasil com enfoques socioculturais e humanistas. Mas qual é a pista? Em nossas investigações hipertextuais pela Internet, iniciamos as buscas com expressões-chaves; posteriormente, com nomes de obras e de autores, percebemos que as pesquisas têm se articulado em torno de Redes de Pesquisas que aglutinam alguns nós em universidades (alguns

---

por Quivy e Campenhoudt (1992). Foi válido o teste, todavia, em banca de qualificação de projeto e em diálogo de orientação, já se identificou que as chaves de buscas eram restritivas.

pesquisadores) e pontos às vezes com um pesquisador em outra instituição, os quais se articulam de forma rizomática em torno de preocupações de pesquisas. E os mesmos se apresentam com nomeações de suas redes/grupos de pesquisas, às vezes, centralizadas em um matiz teórico, às vezes, envolvendo de forma heterotópica (DUNCAN, 2000), com sobreposições e combinações de diferentes aportes teóricos e temáticos desvinculados de uma ortodoxia e, talvez justamente por isso, tenham proporcionado debates – heterotopia entendida como sentidos diversos e seus espaços de enunciação<sup>22</sup>.

As posicionalidades plural e heterotópica exposta anteriormente, são visualizadas nas discussões articuladas pelo Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER), que congrega pesquisadores de diversas universidades periféricas, do ponto de vista da temporalidade da instituição de seus cursos de Geografia e, mais ainda, de pós-graduação, em relação à localização das principais editoras do país, das agências financiadoras de pesquisas, etc. Essa é uma auto-nominação apregoada por Sahr (2009), remetendo a um movimento de distanciamento mental dos centros do país. Não há conotação de dicotomias balizada por valores hierárquicos.

Há uma ironia expressa no texto de Sahr (2009) ao denotar uma colonialidade territorializada e ao afirmar que a construção de uma geografia cultural no Rio de Janeiro se realiza sob o apadrinhamento de Paul Claval, muito embora na página da internet do NEER apresente uma “fotografia de sua fundação” e nesse registro Claval, é uma das pessoas fotografadas, o que configura uma sátira de “mão dupla”, uma vez que Sahr no ano de 2009 também era membro efetivo do NEER.

Essa configuração do NEER vislumbra uma aproximação com “o cultural” mais plural do ponto de vista teórico e metodológico e, também, no âmbito da diversidade da empiria com que debatem – múltiplas racionalidades, agentes e sentidos. Mais cultural? Nesse caso, já seria exagero e contraditório, talvez com menores tensionamentos de poder. Já se organizaram cinco simpósios nacionais (Curitiba – 2005), (Salvador – 2007), (Porto Velho – 2009), (Santa Maria – 2011),

---

<sup>22</sup> Esse encontro de Londrina, PR, nos parece que tem muito a ver com a formação do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural com sede na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, contando como líder o professor Werther Holzer da mesma instituição e a professora Lívia de Oliveira da UNESP de Rio Claro.

(Cuiabá – 2013) para se debaterem suas preocupações com pesquisas, conforme consulta efetivada na *homepage* do Núcleo (primeiramente em dezembro de 2010), consta que há a participação de pesquisadores e projetos de pesquisas de dezenove Universidades brasileiras<sup>23</sup>.

Na mesma seara de discussão, destaquemos novamente o já citado Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC)<sup>24</sup>, criado em 1993 e que, embora esteja sediado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), têm congregado geógrafos de diversos matizes epistemológicos ao longo do Simpósio Internacional Espaço e Cultura, nas publicações da Coletânea de livros intitulada “**Geografia Cultural**” e no Periódico Espaço e Cultura. Embora Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl (líderes do NEPEC) enfatizem por meio de prefácios e apresentações de textos uma opção pelo termo Nova Geografia Cultural, os mesmos têm traduzido e publicado em suas coletâneas, trabalhos de diferentes perspectivas teórico metodológicas.

Com a apresentação dessas três possíveis redes<sup>25</sup> de pesquisa nas perspectivas socioculturais e humanistas, se delineia uma vastidão de temáticas e orientações. Então, atemo-nos para a necessidade de uma preocupação investigativa, de um esforço epistemológico acentuando que, tais discussões, “dizem respeito, antes de tudo, aos métodos, aos objetos e as finalidades de um conhecimento científico” (GOMES, 2009a, p.14). Efetivamos essa ressalva uma vez que é recorrente à transfiguração do pensamento geográfico enquanto sinônimo de conhecimentos geográficos, para citarmos a diferenciação efetuada por Sposito (2004), ou seja, confusão entre Debate Epistemológico e História da Geografia<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://www.neer.com.br/home/>>, visitado em 10 de dezembro de 2010. Na página da internet são apresentandos os seguintes temas de investigação: Nova Geografia Cultural; Geografia Humanista-Cultural; Estudos de Percepção e Cognição em Geografia; Geografia das Representações; Geografia Social. Geografia da Religião; Geografia Escolar: Representações e Ensino; Teoria e Método na Geografia Cultural e Social.

<sup>24</sup> Informações extraídas de <<http://www.nepec.com.br/>>, visitado em 10 de dezembro de 2010.

<sup>25</sup> Destacamos também o Laboratório de estudos sobre Espaço e Cultura (LECgeo) fundado em 2008 e sediado na Universidade Federal do Pernambuco que, embora, não se constitua como uma rede articulada nacionalmente, merece destaque devido ao fato de que no ano de 2010 angariaram a organização do II Seminário Nacional do Laboratório de Estudos sobre Espaço e Cultura. De acordo com a programação do evento, reuniram-se além dos pesquisadores do laboratório (UFPE) professores de oito (08) universidades brasileiras e um pesquisador francês. Informações extraídas de <<http://www.lecgeo.com.br/>>, visitado em 25 de agosto de 2010.

<sup>26</sup> Esse tipo de abordagem pode ser vislumbrado em Moraes (1987), Pereira (1989), entre outros, embora consideremos que há uma convergência importante nesses autores, a ciência geográfica

Assim, se percebemos os métodos com vinculações próximos às questões socioculturais e humanistas em concomitância à Ciência Moderna, tal qual defendido por Gomes (1996), nesse momento nos interessa começar também a questionar os “porquês” de suas aparentes ausências no discurso geográfico brasileiro, em um período em que em outros países já se efetivam tais pesquisas. Já Amorim Filho (2007), mesmo recorrendo a uma temporalização sincrônica, ou seja, aproximando epistemologia e historiografia da ciência geográfica, argumenta que a Geografia sempre foi um saber de caráter plural. E que em cada um de seus períodos sempre estiveram presentes *démarches*, compreendidas atualmente como humanistas/culturais, ou debates concertantes, que estamos denominando como posturas socioculturais e humanistas.

O autor prossegue que seria possível uma identificação de unidade desse saber (plural) no âmbito de seus objetivos e princípios gerais<sup>27</sup>, os quais exerceriam um papel de unidade na diferença. Contudo, Amorim Filho (2007) argumenta que, sobretudo, houve uma leitura ingênua das ideias de paradigmas de Thomas Kuhn em que se buscou ver no discurso geográfico períodos de paradigmas hegemônicos. O autor declara que isso foi buscado enquanto projeto ideológico por algumas “escolas” na Geografia, ou seja, se fazer hegemônico, valendo-se de seleção de trabalhos em congressos, verbas para pesquisas, etc.<sup>28</sup>. Esse é o caso, por exemplo, do neopositivismo das décadas de 1950 a 1970 e, posteriormente, com a Geografia de base marxista, denominando esse fenômeno de Tirantias Paradigmáticas.

Não obstante, Amorim Filho (2007) destaca que as “Tirantias Paradigmáticas” têm um período de duração relativamente curto. A resposta para isso estaria numa dimensão filosófico-estrutural (para nós seria uma dimensão existencial) dos seres

---

moderna. Diferente de outros livros dessa “natureza”, Lencioni (1996) e Moreira (1994), que consideram também os conhecimentos geográficos atrelados à civilidade humana, recortados por uma civilidade ocidental, não desconsideram outros conhecimentos geográficos.

<sup>27</sup> Seriam os princípios: Causalidade, Localização ou Posição, Unidade Terrestre, Extensão, Geografia Geral, Atividade, Diferenciação de Áreas ou Regional e o Princípio da Conexão.

<sup>28</sup> Monteiro (2008, p.19) exemplifica essa postura: “Em 1984 configura-se claramente o 'cisma' em nossa geografia. Sobretudo a falta de espaço nos temários das reuniões da AGB, para tratar de estudos naturais, resulta na criação dos Seminários de Geografia Física Aplicada [...]”. Acrescentando que em 2000 no Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), haveria novamente uma tentativa de aproximação dos debates quando a Conferência de Abertura do ENG foi proferida pelo geógrafo “físico” Aziz Ab'Saber (1924-2012).



humanos buscarem se diferenciar em si mesmos, por meio de suas obras, teorias, enfim, em tudo. Por outro lado, as contingências histórico-espaciais dos acolhimentos da pós-modernidade e “queda” do estruturalismo, pós-queda do Muro de Berlim, entre **outras mudanças**, formam um par complementar da desestabilização da tentativa de unidade de bases filosóficas. Nós preferimos tais contingências em contraposição à própria leitura, a partir da conceituação de Paradigmas, que consideramos mais prudente para a discussão das ciências naturais, possuindo um caráter muito mais relativo e um sentido próprio nas ciências humanas.

Com isso, hoje teríamos em evidência um discurso mais plural na Geografia, agrupado de acordo com Amorim Filho (2007), em três tendências básicas: (a) por um lado, os geógrafos, pautados em teoria social crítica, com uma visão flexível em relação ao radicalismo dos anos 1970 e 1980; (b) por outro ângulo, a ascensão das perspectivas humanísticas culturais e (c) um retorno “renovado” aos clássicos. Como resultados dessa tríade perspectiva contemporânea, decorreriam pluralidades temáticas e “paradigmáticas”, o que traria um dinamismo e uma riqueza para a Geografia atual.

Delongando-se na discussão de Amorim Filho (2007), ressaltamos que não há um enfrentamento direto das questões atinentes às críticas à Modernidade. Por outro viés, o autor descreve uma argumentação em defesa da pluralidade na Geografia, ao mesmo tempo em que pontua algumas mudanças filosóficas e transformações histórico-espaciais das sociedades como precursoras a uma aceitação dessa diversidade na Geografia. Destacamos algo mais de sua argumentação, o retorno aos clássicos, disso Gomes (2009a, p.17) nos alerta para que:

a cada momento em que correntes ou orientações novas procuram se impor na geografia, trazendo uma reavaliação do que comporia o conteúdo desta disciplina, elas também se viram forçadas a retrair a trajetória desse conteúdo na história disciplinar, redescobrimo antigos autores pouco valorizados ou ressaltando aspectos que teriam sido antes negligenciados.

Contudo, o argumento de Amorim Filho (2007), se tomado por uma posição ortodoxa, levaria a perguntar aquilo que o autor defende – a que tipo de tirania se

serve na contemporaneidade?

Ao evidenciarmos como sintomático o recurso teórico sugerido por Gomes (2009a), poderíamos arriscar uma inflexão do argumento exposto questionando se estaria havendo justamente em conluio com as críticas à Modernidade, pautada por uma hegemonia do positivismo e da razão fragmentária, uma tentativa de relocação em seu lugar justamente dessa tendência à pluralidade, da reverberação dos matizes racionais e não racionais presentes na própria Modernidade.

Conjecturamos a partir da leitura do texto de Gomes (2009a), esse percebe em suas investigações que cada vez que há uma tentativa de estabelecimento de determinadas orientações teórico-metodológicas, tem-se um imbricamento de retorno aos “clássicos”, temos efetivamente no presente uma revalorização, quando não a valorização de estudos que não foram atentamente discutidos em seu tempo de emergência. Citemos, por exemplo, a recorrente atenção dos geógrafos ao livro *L'Homme et la Terre* do geógrafo francês Eric Dardel (1899-1967), publicado originalmente em 1952<sup>29</sup>. Essa obra, de acordo Raffestin (1987), não foi lida adequadamente em seu tempo, e o autor aponta, por exemplo, que Dardel fora vítima da própria linguagem poética e sensível expressa em seu texto, estilo mal compreendido pelos críticos nos contextos de sua produção, em que a originalidade e a novidade de seu pensamento fora “distorcido”.

Nesse momento, já temos destacado de que modo começamos a nos interrogar sobre as questões que vimos perfilando na narração (não linear) de constituição da tese: se das questões destacou-se pistas, se das pistas fomos levados a dizer o que entendíamos por debates teóricos que estavam incrustados na nossa questão inicial de pesquisa. E se desse modo, aos poucos, afirmamos que um debate nesses moldes seria recomendável no âmbito de uma discussão epistemológica? Se trouxermos autores que defendem uma discussão epistemológica referente aos debates de definição, de método, de objetos, axiomas, posicionamento da ciência (nesse caso) num nível de debate interno? E se já falamos que alguns autores quando delineiam para esse mote de discussão acabam por fazer uma historiografia do pensamento e se dessa forma somos críticos a essas

---

<sup>29</sup> Edição brasileira: DARDEL, Eric. **O Homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011. Tradução de Werther Holzer.

perspectivas? Temos que admitir que nesse momento estejamos sendo inculpidos pelos mesmos problemas que apontamos, ou seja, trouxemos muito mais elementos historiográficos que efetivamente epistemológicos. Trouxemos sim, algumas questões epistemológicas quando qualificamos aquilo que entendíamos por críticas à Ciência Moderna. No entanto, pensamos que a procura de um método, a discussão de métodos, pode nos apontar caminhos, esteiras de reflexões em que possamos dialogar efetivamente com aquilo que tem nos inquietado e nos instigado a perguntar.

#### **1.4 Em busca de um método ou de que modo mudamos nossos questionamentos iniciais**

No caminho das interrogações, fomos traçando algumas aproximações e distanciamentos, colocando em cheque as ideias de críticas à Modernidade, virada linguística, virada espacial nas ciências sociais, temas que foram aparecendo na literatura como possíveis explicações para as incursões socioculturais e humanistas na Geografia brasileira. Mas de que modo surge essa espécie de desconfiança do argumento que viemos, de certa forma, buscando consolidar? Recorremos a trabalhos em que houvesse uma empreitada similar à nossa tentativa. Disso, em Monteiro (1980), numa enseada de efetivação de um estado da arte da Geografia brasileira (1934-1977), observamos que o autor lança mão de três aportes investigativos. Traçando uma espécie de resenha do trabalho de Thomas Kuhn (1922-1996), aponta que os processos de mudança da ciência geográfica, no caso debatido por Monteiro, estariam elucubrados por períodos normais em que seria possível o apregoamento até mesmo de livros manuais. Após os períodos normais, viriam as revoluções e crises paradigmáticas; nesses processos, imbricam-se simultaneamente preocupações científicas e de *política científica*.

Monteiro (1980) também disserta sobre Karl Popper (1902-1994) na ideia de progresso da ciência por meio das correções e, sobretudo, dos erros. Num modelo tríptico de análise, a evolução ou a explicação de produção das ciências estariam, de certo modo, angariadas por prerrogativas biológicas no âmbito da apreensão (cognição) do conhecimento já formulado, das estruturas de acúmulo de um campo.

Por outra perspectiva, um segundo aspecto diria sobre os fatores lógicos, em que uma teoria abrisse caminho para outra substitutiva por meio de um melhoramento lógico em que residiria, também, um nível comportamental dos sujeitos do conhecimento, ou seja, os usos do conhecimento adquirido. E, muito embora Popper enfatize uma Filosofia lógica, haveria um nível social pertinente às pressões econômicas e políticas (do tempo de emergência), assim como, as “aderências” metodológicas dos pesquisadores se estenderiam na configuração de cosmovisões (para o autor eram ideológicas<sup>30</sup>) orientando os projetos dos cientistas de transformação das ciências.

E, por fim, Monteiro (1980) disserta sobre Paul Feyerabend (1924-1994) na ideia de defesa de um pluralismo, que significa “mais um reforço na quebra dos padrões do racionalismo crítico do que a desordem e o caos na investigação científica” (MONTEIRO, 1980, p.72). Disso, embora havendo as diferenças metodológicas na tríade analítica debatida por Monteiro, observamos algumas pontes explicativas sobre os aspectos que estamos palpitando em nossa questão central. Com a diferença de que, ao invés de pressões políticas, estamos delineando uma hipótese de emergência dos sujeitos na investigação geográfica, manifestações de suas identidades, propiciadas concomitantemente pelo pluralismo em que se desenvolvem. Obviamente aqui incorremos numa encruzilhada: se seria o pluralismo um mote de desestabilização do racionalismo e-ou as questões societárias?

Já destacado em relação as Críticas à Modernidade, três eixos principais de confluências das arguições: Sistemas filosóficos, mudanças gerais na reprodução da vida, dos quais derivam novas *concepções-mundo* (éticas, valores, sentidos, identidades, orientações, etc.) e Críticas à Ciência. Acrescentamos um outro ingrediente relativo à ciência com a evidência de argumentos contra a constituição de seu saber-fazer Universal, sustentados genericamente em ideias “relativistas”.

De certo modo poderíamos ancorar esse movimento no anarquismo metodológico, inspirado em Feyerabend (1977), o qual destacou que a ciência se constitui em interpretações de fatos por pessoas posicionadas em determinados ângulos de visão e interpretação da realidade social. Embora falsamente sustentato

---

<sup>30</sup> Preferimos usar o termo “ideologia” de forma mais restritiva, tal qual defendido por Thompson (1995), enquanto uso negativo de formas simbólicas. Da forma como é exposto por Monteiro (1980) caracteriza muito mais uma cosmovisão.

em Feyerabend prolifere uma espécie de “hedonismo científico”, a partir do qual a arquitetura de pensamentos científicos, elaboração de pesquisas desencadeia-se numa seara que tudo pode, em que não existem diferenças entre formas de conhecimentos, métodos, metodologias. Assim, destacamos do autor a ideia de posição para, ao mesmo tempo, negarmos tanto o universalismo quanto o relativismo.

Inscrevemo-nos em congruência com Löwy (2000), que configura o pensamento da Ciência e a Posicionalidade, ancorando a ideia de que os conhecimentos necessitam estar situados, considerando-se as imbricações entre o político e a ciência, entre outras esferas de interpolação. Tanto quanto à autora, somos, desta feita, favoráveis a um reposicionamento do universal enquanto ideal de promoção (projeto suportado, sobretudo em ideais Iluministas) com os outros pontos de vista a serem inclusos. Para além da ciência sinonimizada em dogma (absoluto) e do hedonismo (“prazer- imediato”), uma ciência que é fruto de histórias, espaços e, sobretudo, pessoas, contra o culto e o vulgar, um saber sempre em debate, em que: “Os conhecimentos só podem crescer e se enriquecer pelo crescimento da base sobre a qual eles repousam, e é próprio das potencialidades desconhecidas abrirem novos domínios à exploração” (LÖWY, 2000, p.29).

Nesse viés, sustentato no texto de Bourdieu (2004), perguntamos se haveria uma lógica própria do mundo científico. Bourdieu (2004) parte de sua elaboração conceitual de *Noção de Campo* e argumenta que o entendimento da construção científica em uma Sociologia do Conhecimento tem perpassado por dois tipos de abordagens/representações: uma primeira internalista em que os autores baseiam-se na leitura dos textos para compreender a produção científica. Em outro viés (“marxistas”), estão os pesquisadores que indicam a necessidade de relacionar o texto em seu contexto, ou seja, representações endógenas e exógenas, colocar a produção acadêmica em relação ao mundo social (a estrutura).

Embora Bourdieu (2004) exponha os *contextos* como uma ideia marxista (por vezes, weberiana) observa-se dentro de variantes que tanto Thomas Kuhn como Karl Popper atribuem certa significância para os contextos externos da ciência na sua apregoação institucional, enquanto ciência. Contudo, Bourdieu (2004) refere que entender o contexto textual ou social e estabelecer relação direta com a produção do

campo recai em um erro, o qual denomina de curto circuito. Sua proposta configura-se da seguinte forma:

Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois polos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. (BOURDIEU, 2004, p.20)

Com essas aproximações em termos metodológicos, retornamos as nossas questões iniciais de tese, supondo alicerçar a ideia de campo e transsubstanciá-la para a noção de espacialidade, problematizando a relação entre produção científica e a espacialidade, com múltiplas imbricações espaciais na confabulação de nossas hipóteses de tese, considerando os seguintes pontos: a espacialidade na imbricação das geometrias de poder atinentes a uma esteira de reconhecimento e deflagradoras de potencialidades e freamentos para a produção científica; as problemáticas empíricas com que os geógrafos se debruçam; a localização espacial dos agentes sociais (pesquisadores) e suas posicionalidades no campo do saber geográfico brasileiro, configurando a espacialidade como teia locacional, relacional, processual e multidimensional instituída num movimento dialético de fenômenos/pesquisados, ações/pesquisas e geógrafos. Nisso arriscamos que a escala de suas análises também são fatores importantes<sup>31</sup>.

A Noção de Campo configuraria um intraespaço entre o texto e o contexto. Um microcosmo estabelecido por regras e ações relativamente autônomas. Existem pressões externas, ordens, instruções, etc. Contudo, quanto mais autônomo é o

---

<sup>31</sup> Essa é uma tentativa de debater a produção científica em termos de um diálogo daquilo que Barra (2011) qualifica como debate dualizado entre externalistas e internalistas. Barra (2011) também vislumbra uma perspectiva conciliadora, fundamentado em Philip Kitcher (filósofo britânico), e efetua sua discussão no entrelaçamento de pressupostos “realistas-racionalistas” e “sócio-históricos”. Outras abordagens conjuntivas também são propostas, em termos de demarcação científica, quando Demo (1989) discute a qualidade formal da ciência (interno) e a qualidade política (externo) sem dicotomizar. Morin (1996) debate questões similares criticando a construção da objetividade na ciência moderna, fundamentando um modelo ascendente de objetividade que perpassa por relações intersubjetivas, tanto na corporação científica quanto em sociedade, regras científicas, os contextos históricos, culturais e técnicos e as características bio-antropológicas do sujeito do conhecimento, o cientista precisamente. Em nosso caso, visamos a ponderar uma questão espacial, isto é, um mote geográfico nessa seara reflexiva.

campo, mais ele é voltado para suas próprias determinações internas. Essa é uma visão que busca relativizar uma ciência escrava das pressões externas, mas também desconstruir uma possível visão puritana. E é no Campo que, para nós, constituiria a residência da posicionalidade que vínhamos discutindo como desdobramento de Feyeraband (1977) e especialmente em Löwy (2000), quando passamos, num “corte seco”, para Bourdieu (2004). Seu contrário, a heteronomia, “manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente” (BOURDIEU, 2004, p.22), gerando um efeito justamente ao contrário do que corriqueiramente se pensa, segundo o qual quanto mais “politizado” um campo científico, menor sua autonomia. Dessa feita, o autor evidencia que todo o campo científico se caracterizará por relações de poder, por disposições de forças e lutas para transformá-lo ou conservá-lo sob as regras desse microcosmo intermediário entre os textos e os contextos sociais.

Assim, ao olharmos para a configuração de um campo, distanciamos da nossa questão: *Como as críticas à Modernidade são acolhidas nas novas abordagens socioculturais e humanistas na Geografia brasileira após os anos noventa?* Todavia, o debate que percorremos com ela até o presente momento não é descartado. Assim, perfilarmos um parâmetro para reprodução do próprio campo, muito embora esse critério seja tensionado pelas práticas dos geógrafos. Destarte, começamos a pensar: *como a espacialidade dos geógrafos articula suas posições no campo científico? Ao mesmo tempo, em que questionamos como as posicionalidades configuram tendências para a reprodução ou confronto das bases dispostas?*

Disso retomamos a ideia de posicionalidade apregoada por Löwy (2000) e acrescentamos os questionamentos de Escolar (1996), quando este pergunta se é possível refletir como os geógrafos produzem espaço, no âmbito dos processos de conhecimentos (conceitual) e da incorporação das representações científicas nos objetos. Nós inserimos: *como os geógrafos são produzidos pelo espaço ou como as espacialidades dos geógrafos compõem seus trabalhos geográficos no campo disciplinar?*

A proposta de Escolar (1996) refere-se à discussão de um campo teórico,

aludido ao papel do sujeito produtor do conhecimento, seu contexto de vida e sua concepção de mundo. Em que o discurso da comunidade científica se configura sumariamente por dois patamares: um epistemológico, ou seja, critérios de cientificidade, e outro contextual, configurado pelos fatos objetivados pela comunidade.

O teórico, no discurso de qualquer comunidade científica, está historicamente determinado por duas condições básicas: **uma epistemológica**, a que se supõe que o **critério de cientificidade assumido pela tradição em grupo** atual garante que os discursos enunciados pelos diferentes setores que o compõem permitem compreender e explicar os fatos da realidade que são os objetos próprios da disciplina; a outra, **contextual**, que faz referência às problemáticas reais, que, ao responder a determinadas perguntas, podem circunscrever quais são os fatos objetivos da comunidade em questão [...] íntima relação entre o que se considera conhecimento (e a forma de produzi-lo), e os objetos e processos em que este se concretiza no padrão de seu **contexto histórico particular**. (ESCOLAR, 1996, p.12) (Sem grifos no original)

Com a noção de *Campo*, Bourdieu (2004) evidencia que todo o campo científico se caracterizará por relações de poder, por disposições de forças e lutas que irão transformá-lo ou conservá-lo, sob as regras desse microcosmo intermediário entre os textos e os contextos sociais. Todavia, a proposta do sociólogo está mais familiarizada com aquilo que Escolar (1996) define como critério de cientificidade no discurso de uma comunidade científica.

Inserirmos a noção de espacialidade como mote explicativo de “comportamento” do campo e com isso acrescemos a dimensão dos fatos objetiváveis por uma comunidade científica. Também, postulamos outra qualificação que se refere às posicionalidades dos atores do campo nos contextos dos saberes (para além do relativismo e do universalismo).

Começamos a pensar que a nossa hipótese inicial pudesse ser traduzida por uma espécie de *Biografias geográficas* envolvendo como temáticas as espacialidades, traços e relatos que, transfigurados em questionamentos de investigação, se traduziriam por perguntas: Quer (em) dizer/ser o quê? Bifurcações e



encontros entre mundo (experiência social — sentido<sup>32</sup>), “mundo da vida” (experiência de sujeito — comunidades) e mundos do labor/cultura? Trabalho ou busca por perpetuação no âmbito do fazer científico (“imortalidade”)? Seria a própria Geografia Cultural um dispositivo cultural? Dessa maneira, também percebemos que, do mesmo modo que procuramos incursões teóricas no âmbito de formular uma problemática de investigação, começamos a nos distanciar da questão das abordagens socioculturais e humanistas; se com isso acolhemos as reflexões, negamos a questão inicial e nos perguntamos da seguinte forma:

– *De que modo as relações de produção da Geografia Cultural feitas em terra brasileira permeiam espacialidades?*

E prosseguindo: Essas relações mediam estratégias discursivas de poder? Pode haver uma *geopolítica* do *status quo*? Por exemplo, buscas para liderar um subcampo (entre grupos de pesquisas, por hegemonias de perspectivas teórico-metodológicas?) na Geografia Cultural? E/ou há procuras por hegemonia teórico-metodológica na Geografia produzida no Brasil contemporâneo? Isso é permitido por uma liberdade de expressão teórico-metodológica no embate? As tecnologias a disposição da pesquisa (Internet, periódicos on-line, informática) favorecem essas produções díspares numa mesma sincronia? Diminuem a reflexão – diacronia (esfera técnico – tática, utilizando-se de uma metáfora do futebol)? Os (as) geógrafos(as) inovam (tecnicamente) com a técnica ou seguem uma tática de reprodução?

Poderíamos vislumbrar como temáticas transversais a partir das quais se discutiria os modismos, as heterotopias conceituais, novos deslumbramentos com o mundo, busca da transformação social pela sensibilidade/arte (estética), combate (pela pesquisa/ciência) as capitalizações das emoções?

Qual a importância das espacialidades do lugar de onde se faz a Geografia? Para responder a tal questionamento, tensionamos essa questão entre o acúmulo de conhecimentos, recursos, oportunidades de publicações (dissimetrias de força) *versus* as diversidades empíricas, como os diferentes níveis de facilidade ou de dificuldade de acesso aos agentes sociais para a realização de entrevistas, geração

---

<sup>32</sup> Berger e Luckmann (2005) traçam reflexões em torno dos sentidos, os quais não seriam mais estáveis em escalas amplas da sociedade. Em escalas de grupos menores, porém, isso é perpassado por campos funcionais (macros), economia, política e ciência (instituições).

de empatia e confiabilidade entre pesquisados e pesquisadores, etc. Esses aspectos anteriores, por exemplo, diferem de uma ideia de “espírito dos lugares” na produção científica e simultaneamente referendam implicações entre os lugares e o fazer da Geografia.

Voltemos a Escolar (1996) que diz que para se refletir sobre determinado pressuposto, não basta a sua tomada empírica a priori, mas se perguntar quais são as práticas “definidoras” na comunidade geográfica, atividades demarcadoras agrupadas em quatro possibilidades: geografia acadêmica e científica, ensinada (escolar), profissional e a cotidiana. No nosso caso de estudo, delineamos a perspectiva acadêmica e científica na sua derivação epistemológica na ação dos geógrafos para a produção de seus discursos geográficos. Por outro lado, para Bourdieu (2004), a estrutura das relações entre os agentes é o que configura aquilo que pode ou não se fazer. Assim, pensar essas estruturas perpassa por evidenciar os seguintes fatores:

o que comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. É a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são, para empregar ainda a metáfora “einsteiniana”, os princípios do campo. (BOURDIEU, 2004, p. 23)

Cada agente, tem sua definição profundamente ligada à posição que ele ocupa nessa estrutura relacional. O seu lugar (enquanto cientista) na estrutura de relação é fundamental na definição de seu capital científico, cujo peso é proporcional ao peso total do campo (dos outros agentes). No caso brasileiro, poderíamos pensar, por exemplo, na CAPES enquanto uma instituição mediadora, qualificadora desse capital e, ao mesmo tempo, como reguladora de instrumentos para possíveis quantificações desses capitais?

Poderíamos dizer que os capitais científicos dos pesquisadores brasileiros, são mediados pelos dispositivos de quantificações da CAPES, tais como o ranqueamento de revistas científicas pelo padrão *Qualis*, avaliação dos programas de pós-graduação cujo máximo seria o nível sete. Além disso, acrescentamos na produção dos capitais o reconhecimento entre os pares na Geografia que poderia ser vislumbrado, também, por convites a “mesas redondas” em eventos, participação

em avaliação de teses, dissertações, assim como em bancas de concursos públicos para contratação de docentes do Ensino Superior, etc. Diferentes formas em que se assumem esse capital e proporcionalmente os variados poderes nas relações de forças e exercícios do poder, uma vez que esse poder não se configura como uma coisa em si (a se apoderar), mas como uma relação para produzir ou que produz efeitos dissimétricos de forças.

Mesmo sendo o capital científico creditado pelo conhecimento e reconhecimento entre os pares, entendemos que a sua acumulação demanda contínuas estratégias de conquistas, em que “Os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas” (BOURDIEU, 2004, p.27). Existem, também, lutas contra as forças do campo. Demarcando uma posicionalidade, ainda que assumindo uma postura de desvantagem, destaca-se que em todo campo há disputas similares aos jogos, no entanto, no campo científico, as próprias regras estão em disputa.

Nesses jogos de capitais, os agentes desenvolvem estratégias que operam no bojo de sua própria posição na estrutura objetiva. Curiosamente, pode-se

verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua estrutura social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição. (BOURDIEU, 2004, p.29)

As lutas epistemológicas ocorrem pelas regras do campo. No entanto, os investigadores conclamam ao mundo social como justificativa de demanda ou de ratificação dos discursos de poderes, valendo-se de argumentos, tais como, *crecem os números de estatísticas sobre isso ou aquilo (estatísticas sociais, etc.)*. Disso tudo, Bourdieu (2004) qualifica duas espécies de capital científico: de um lado, um poder (capital) temporal, institucional, vinculado à ocupação de cargos políticos, etc. (exemplo, no nosso caso, a participação em diretorias como da ANPEGE e AGB<sup>33</sup>). De outro lado, um poder de prestígio o qual independe do poder institucional, quando não é de certo modo incongruente com o primeiro, pois,

---

<sup>33</sup> ANPEGE: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. AGB: Associação dos Geógrafos Brasileiros.

constitui um “capital puro”.

É importante pensarmos do aspecto a partir do qual estamos elucubrando nossas questões naquilo a que Bourdieu (2004) se refere como o espaço dos pontos de vistas, ressaltando aos que fazem *a ciência da ciência* para o reconhecimento da posição da qual estão participando no campo. Neste ponto, fazemos uma autocrítica atinente à nossa própria posição no debate trilhado, em considerar o ponto vista (nosso) dentro dos pontos de vistas possíveis, em que as tomadas supracientíficas constituem-se como falsas posições, não havendo condições de se ocuparem umbrais puros. Contra o absolutismo e o relativismo, a admissão de um ponto de perspectiva.

E, assim, reconhecer no ponto de vista os seus próprios limites, diferentemente de perspectivas por ora em voga nas ciências como as ideias de Morin (1996) quando se apregoa para soluções de costuras infindáveis. Dispomos que Morin traz contribuições por meio de críticas à Ciência Moderna pelo problema da objetividade, arguições sustentadas na referência de que não se inicia uma empreitada científica pela objetividade, ou seja, pela construção apriorística de verdade racional. Contudo, o cientista chega a essa objetividade científica perpassando por uma série de consensos (inverte a lógica), na qual o autor debate que é a partir de um período, conforme a cultura e a(s) técnica(s) vigente(s) em determinada época, que é possível se ter/aparecer uma “coisa”, teorias, objetos e problemas.

Assim, inexistem certo ou errado, mas, sim, possibilidades. A pesquisa acontece a partir do método consagrado na comunidade científica; dentro de consensos, ou seja, aceitação das regras do jogo científico e, ao mesmo tempo, se permeiam conflitos de teorias, ideologias e metafísicas.

O que está atrás dos processos é que deve ser investigado/desvendado. Dessa forma, partindo da cultura, das disposições técnicas e identificado os consensos e conflitos da comunidade científica (aqui uma similaridade com o critério de cientificidade de Escolar 1996), deve-se acrescentar que há um diálogo também entre uma comunidade ampla e a sociedade científica, a partir das quais podemos exemplificar relações interpessoais, subjetividades constituintes do investigador e demandas sociais (objetividades), quando não demandas de um mercado e as

comunicações estabelecidas entre os investigadores (congressos, bancas, publicações...). E os experimentos cotidianos – *pesquisas acontecendo*.

Morin (1996) traça esse quadro (ascendente) da complexidade do problema da objetividade em que podemos visualizar uma série de ruídos que perpassam a cientificidade, ou parafraseando o próprio autor, as profundezas de não cientificidade.

Certamente o leitor poderá nos perguntar o que pretendemos ao trazermos para um debate Löwy (2000), Escolar (1996), Bourdieu (2004) e Morin (1996), cujos axiomas epistemológicos aparentemente estão como que o óleo para a água. No entanto, traçamos essas diferentes leituras para ressaltar pontos em que há sobreposições. E quais seriam as convergências? Sobrepondo suas incursões no âmbito de traçar algumas explicações daquilo que fundamentam as produções científicas, os autores supracitados apontam para a questão espacial, ou seja, os lugares de acontecimentos com suas técnicas, culturas e relações. Por outro lado, enfatizam uma espacialidade que seria interna da ciência com suas regras e consensos.

Embora a ideia de campo de Bourdieu (2004), apele para relações estruturais num sentido de reprodução do próprio campo, para amobilizações de forças, etc. Disso, conservamos como eloquentes as pistas e, principalmente, as regras de operacionalização que Bourdieu (2004) apregoa, desde os tipos de capitais científicos até relações que são estabelecidas. Enquanto que Morin (1996) ao mesmo tempo em que traz algo que consideramos importante, que é a parte de não cientificidade daquilo que é entendido como ciência, de certo modo, parece nos empurrar para uma busca de algo escondido, como na sua própria metáfora do iceberg.

E, assim, se há uma reprodução em termos de campo científico. Nisso experimentamos dialogar também com a *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault (2009), em que o autor explora a noção de descontinuidade, da fatalidade exterior para o conceito operatório enquanto critica a visão evolucionista da História.

Começamos a supor se as críticas foucaultianas aos saberes não poderiam ser transubstanciadas para uma reflexão sobre a Ciência Moderna. Mas, de certo modo, não estávamos desenvolvendo dessa seara investigativa? E por que não

deixar as janelas entreabertas? Ou apenas encostarmos a porta para podermos abri-la tanto quanto necessário para entrar nos debates, nos diálogos?

Foucault (2009) trava um debate opositivo à história das ideias, da própria História, com e contra o estruturalismo (principalmente francês) no tempo em que escreve a *Arqueologia do Saber*, isto é, final da década de 1960. E vai propor que as coisas não existem no tempo, mas que são sim distintas qualificações das coisas (em cada tempo e diferentes espaços de emergência/heterotopias), não ocorrendo uma imanência, mas sempre novas apropriações e invenções.

É claro que estamos subvertendo Foucault (2009), pois o autor está discutindo sobre o "lugar" dos sentidos com a não correspondência unívoca entre as palavras e as coisas, descolando a palavra da coisa. E qual seria a posição que o sujeito assume no discurso, em que as palavras também estão em termos de sentidos em outros lugares, não nas coisas, na qual a sua própria nomenclatura pode colocá-las em outro lugar? Assim, seus argumentos são altamente geográficos ou espaciais sem, no entanto, revelarem um aniquilamento do tempo, mas sim a consideração do espaço-tempo dos fenômenos, objetos, diferentemente de uma concepção etérea, por exemplo, a Geografia. Mas o que quer dizer Geografia na Idade Média? O que quer dizer a Geografia no Brasil na contemporaneidade, por exemplo? E, tentando relacionar críticas à Ciência Moderna e à emergência de uma ou várias perspectivas culturalistas na Geografia produzida no Brasil, isso parece interessante, uma vez que temos variadas influências filosóficas na própria institucionalização da ciência geográfica.

Por outro lado, é provável que temas pertinentes à cultura já estejam dispostos no seio de uma *Geografia Humana Moderna*. Algumas possíveis enunciações atinentes às discussões culturalistas em Geografia, como a ideia de virada linguística, virada espacial nas ciências sociais e, ao mesmo tempo, temos críticas à ideia de cultura enquanto um conceito, uma vez que não se viabilizaria como um constructo operatório. Disso teria um deslocamento de uma Geografia Cultural para uma *visão integracionista* (HAESBAERT, 2008), em que a cultura se incluiria numa Geografia Humana preocupada com simbolismos, significações e representações. No entanto, essa arguição se culminaria nas representações por meio da linguagem?

Assim, na questão que escrevemos há pouco, *de que modo – as relações de produção da geografia cultural feitas no Brasil permeiam espacialidades?* – recebem uma requalificação no entender das espacialidades como múltiplas relações locacionais, ou seja, de onde o sujeito se pronuncia e que relações ele tece, estando elas no campo científico de ordens epistemológicas e políticas. Relacionando os fatos do fazer Geografia e a prática social, em que se afirmam discursivamente um objeto, uma teoria, uma perspectiva de fazer científico. Embora venhamos arrolando no texto a despeito da espacialidade, nunca é tarde citarmos a fonte em que nos inspiramos:

Em primeiro lugar, **a ordem espacial dos objetos e das práticas sociais** passa a ser o elemento central desta análise, ou seja, **a trama relacional das localizações** é um dos elementos chave na compreensão dos fenômenos. Em segundo lugar, esta ordem espacial, além de ser uma das condições básicas para a existência das práticas, é também concebida, simultaneamente, como **portadora de sentidos**, ou seja, esta análise espacial pode produzir uma interpretação original desses fenômenos. (GOMES, 2006a, p.08) (Sem grifos no original)

Dentro dessas tramas das localizações relacionais (objetos e práticas) em que as ordens são primordiais para as práticas, tentamos abordar a relação entre a produção científica dos geógrafos (com enfoque cultural) com as regras do campo científico, denominando a conjunção desses fatores como espacialidade. Se em Bourdieu (2004) temos uma descrição das leis de formação do campo e de reprodução do capital científico, a nossa sobreposição espacial, nesse momento com influência de Foucault (2009), nos permite formular as seguintes pressuposições: “quais seriam as regras para formação dos objetos?” Quais os regimes de existências desses objetos de discursos? Como constituí-los nos limiares da superfície de seus aparecimentos? E quem estabelece a delimitação de sua existência enquanto objeto?

Assim, o objeto inscreve-se na prática social, na medida em que o objeto enlaça-se ao discurso que o nomeia. O discurso perpassa uma prática, como movimento, e assim forjamos mais uma ideia na leitura de Michel Foucault que é, também, uma interrogação: a unidade do discurso é constituída por enunciações que formam enunciados e/ou provém de um enunciado e, ao mesmo tempo, formam

e são formadas por um objeto em movimento? Como se constitui um objeto dentro de um corpo teórico (discursivo)? Quais são as confluências contribuintes ou convergentes a esse campo teórico?

Nesse ponto, façamos mais uma explicação interna no texto. Se iniciamos uma tentativa de projeto (indagação) tentando buscar uma resposta autoevidente para a “emergência das abordagens culturais”, da literatura especializada, encontramos a virada linguística, a acentuação das perspectivas críticas emergentes na década de 1970 e a virada espacial nas ciências sociais, como propostas de resolução. No entanto, isso não nos conforta, parece nos guiar para um esforço de leitura e erudição no âmbito de encontrarmos os nós em que tudo se amarraria e formaria um axioma único, que até então estava apenas disperso, mas que é possível vê-lo de longe perpassando por todos os discursos culturalistas da Geografia brasileira.

Porém, até de forma intuitiva, pensamos que uma questão não pode ter uma tentativa de resposta tão implícita, talvez numa espécie de contágio pela leitura de Michel Foucault, em que não temos uma dimensão operacional abstrata, mas uma inversão entre conjuntura e construção de uma singularidade. Embora tenhamos discutido até o presente com vários autores, reviramos de “cabeça para baixo” a tese, pensando que é possível e provável em termos de mote explicativo que ele não seja efetivamente teórico, mas que possa ser constituído da empiria (periódico, teses, projetos de pesquisas e entrevistas) uma discussão epistemológica tangente às discussões culturais e se lançando para um viés investigativo dentro do próprio discurso da Geografia. Não há segurança em definir como é isso ou aquilo nem interpretações. Mas nossa desconfiança flerta sobre quais são as regras, as formas que se estabelecem e se rejeitam determinados discursos e vieses culturais. Assim, finalmente, uma questão central emergiria, ficando da seguinte forma:

**De que modo o debate cultural (incluindo a questão social e humanista) se atravessa a diferentes nuances de Geografia efetivada no Brasil? E de que modo a discussão cultural se estabelece na Geografia produzida no Brasil?**

A ideia é descrever no tempo da emergência as posições e as funções ocupáveis por “um sujeito” no leque das diversidades discursivas, regularidades, formações discursivas e enunciadas, em que o sujeito é atravessado, se ignora uma



transcendência do discurso, diferente dos métodos de interpretação e estruturação linguística. Foucault (2009) salienta uma preocupação quanto à descrição dos enunciados, de suas formações e regularidades do próprio discurso. Ao invés de uma lei universalista que o sujeito falante colocaria em prática, o autor prefere visualizar “cada prática discursiva, suas regras de acúmulo, exclusão, reativação, suas formas próprias de derivação e suas modalidades específicas de conexão em sequências diversas” (FOUCAULT, 2009, p.225).

Mas a ideia de empiria de revirar as questões de “cabeça para baixo” não vem somente da leitura. Em entrevista exploratória quando a tese ainda era um projeto, dois professores universitários de Geografia nos concederam uma entrevista-diálogo: da entrevista, detectamos argumentos em torno do acolhimento dos debates culturais em uma Geografia pré-existente. Decorre-se como possibilidade de uma “Nova Geografia”, um novo discurso promovido da interposição de uma “velha Geografia” com a discussão cultural, em que as preocupações com as formas, os processos espaciais, elementos vistos como já estabelecidos fossem acrescentados às interpretações, às subjetividades e aos simbolismos, formando uma Geografia mais complexa, entre outros aspectos.

Nesse momento, não é nosso objetivo interpretar essas falas introdutórias das entrevistas exploratórias, mas trazê-las justamente como pistas, e de colocarmos um ponto de enlace com a nova questão e as perspectivas de Foucault (2009), que possam discutir com Bourdieu (2004), Escolar (1996), entre outros autores, no que estamos denominando de procura de um método. E se alguns autores são estruturalistas e outros não, estamos justamente inserindo um diálogo entre outros autores, deixando-os fecundarem-se em nossa ética. Nosso compromisso é com a questão que fazemos, é com a contribuição para ciência geográfica brasileira que ela possa trazer. E se, curiosamente, as perspectivas culturalistas em muitos casos são pós-estruturalistas, pós-modernas, nós não estamos com elas e nem fora delas.

E, assim, estaríamos agora tranquilos quando da elaboração de uma questão para exercício daquilo que fundamenta nosso objeto e hipótese. Todavia, a pergunta nem sempre é passível de resposta em um horizonte imediato. Nem por isso a pergunta deve deixar de ser feita. Ousamos dizer que é preciso ter coragem de perguntar mesmo na insegurança de não obter uma resposta. Obviamente, não

negligenciamos um caminho, fato pelo qual delineamos nossa procura de método e objetivamos a construção de um objeto. Do mesmo modo que pensamos ser satisfatório se ao final obtivermos como resposta a possibilidade de discussão da própria trajetória de interrogação e possíveis respostas, uma vez que consideramos que na ciência as certezas são sempre provisórias e levam consigo suas marcas espaço-temporais.

## **2 As primeiras enunciações autoidentificadas na bibliografia geral**

Ao longo de nossas leituras dos textos, que de certa forma se identificam com as premissas ou interface com a Geografia Cultural, poderia afirmar uma única questão a priori: não é homogênea ou é plural em termos teóricos – metodológicos. Contudo, temos a impressão de existir uma espécie de estabelecidos e *outsiders*, em que os estabelecidos não têm muita clareza do que fazem e os de fora veem a Geografia Cultural como sinônimo de Geografia da Percepção, vinculado a um método fenomenológico<sup>34</sup>, psicologismos, etc.

Todavia, acrescentamos que observamos o debate realizado pelos geógrafos Roberto Lobato Corrêa (UFRJ) e Manoel Fernandes (USP) ocorrido no Encontro Nacional de Geógrafos (Porto Alegre, 2010); nesse, discutiu-se uma espécie de interpretação do Estado da Arte da Geografia Brasileira. Percebemos que muitas das interrogações da plateia giravam em torno de uma compreensão da Geografia fundada na ideia de transformar a sociedade, sendo que o debate cultural para essa visão seria uma incursão alienada. E acrescentemos um último ingrediente: pareceu-nos que muitos que lançavam essas críticas o faziam a partir de uma ancoragem em um debate posto, ou seja, sem ler textos culturalistas.

Em outra perspectiva, ao considerarmos a universalidade e a relatividade das teorias e a análise sobre os vínculos da Geografia com outras áreas, ou mesmo com seus precursores, há uma indicação de que a Geografia é plural. E qual seria a razão de sempre indicarmos a perspectiva de maior evidência? Tendemos a expressar as ideias hegemônicas, especialmente, nos períodos que antecederam ao

---

<sup>34</sup> O que por si só é refratário ao debate, uma vez que, assim como marxismos, identificamos haver fenomenologias – no plural.

atual.<sup>35</sup>.

Um terceiro eixo de justificativa: já se tem uma produção significativa de textos nos vieses culturais no âmbito da produção da Geografia acadêmica brasileira. No entanto, as interpretações dessa produção, via de regra, perpassam por uma explicação de fora, em que a Geografia Cultural brasileira entraria como um encaixe na Nova Geografia Cultural, a qual tem uma linhagem anglo-saxônica e que a mesma viria de uma crítica à Geografia Cultural Saueriana, fechando-se uma narrativa linear.

Contudo, não estamos considerando que o debate seja em torno de escolas nacionais de Geografia, tanto que buscamos sempre no texto falar de uma Geografia produzida no Brasil, entre outras adjetivações. O debate se resolveria por uma profunda mudança da sociedade (industrialização e urbanização) e as teorias tinham que se renovar, ocorrendo a “morte” das perspectivas das abordagens dos gêneros de vida, sendo que o que viria seriam as representações, etc. No entanto, nos questionamos sobre as influências da condição territorial brasileira “um gigante em mutação”, (CLAVAL, 2010) para possibilidades interpretativas de *gênero de vida* em sociedades tradicionais como indígenas, pescadores, faxinalenses, quilombolas, etc. Da mesma forma que a expansão dos cursos de pós-graduação, recente e intensa, se relacionaria em termos espaciais com as produções culturais, etc.

Outro aspecto que consideramos importante refere-se à perspectiva de trazermos para o debate aquilo que é produzido e difundido como Geografia, os próprios sujeitos, ou seja, geógrafos e geógrafas que estão fazendo Geografia. É claro que não se inscreve um delineamento individualizante, mas ao trazermos a espacialidade e ao mesmo tempo realizarmos entrevistas qualitativas com os pesquisadores, buscamos acompanhar as suas compreensões de Geografia. Assim, postulamos que essas representações de Geografia interferem nas próprias pesquisas dos geógrafos.

Quando referirmos à *Geografia acadêmica brasileira* de antemão, rejeita-se a ideia de uma constituição linear em termos epistemológicos e tampouco se visa a configurar uma concepção de “Escola Nacional”. Já as condições em que essa

---

<sup>35</sup> A base dos argumentos desse parágrafo são comentários efetivados pela professora Dirce Maria Antunes Suertegaray sobre um texto nosso de finalização de disciplina.

Geografia brasileira é realizada possuem as suas especificidades, embora sob os auspícios do Estado Brasileiro (CNPq, CAPES) conforme apontam as críticas tecidas por Corrêa (2006), têm se estimulado um padrão de produção acadêmica aos moldes da academia norte-americana.

Assim, construir como hipótese/argumento a ideia de espacialidade dos geógrafos constituída pela teia das localizações relacionais, que acionam uma estrutura no campo científico — posicionalidade, seu lugar de mundo — sua visão social de mundo, *objetos objetivados* e seus contextos sociais é algo que interfere de maneira incisiva na produção de seus discursos geográficos e é também, seu produto. Assim, essa dinâmica da espacialidade é uma possível chave para compreendermos a emergência dos discursos com enfoques culturais na produção geográfica brasileira contemporânea.

O texto escrito contém ideias ou uma interrogação, porém, quem o escreve faz com uma intencionalidade, nem sempre explícita na expressão escrita; é isso que alguns autores argumentam ser o não dito, cuja descoberta perpassa finalmente por um exercício de adivinhação. Quando somos nós mesmos que escrevemos, é possível não só saber, mas sim dizer qual é a intenção por trás da palavra escrita. Assim, proferimos que nosso argumento expressa um desejo, uma intencionalidade em delinear que existe uma Geografia ou a configuração de geografia naquilo que é produzido como conhecimento, especificamente enquanto conhecimento geográfico. Logo, temos um argumento respaldado em alguns artifícios teóricos e, ao mesmo tempo, um desejo, uma possibilidade criativa e livre para se pesquisar.

### **3 A reconstrução do objeto no desenvolvimento da pesquisa**

Neste ítem, traçam-se brevemente alguns dos principais elementos da tese que foram reelaborados após o início das pesquisas de campo (no campo), sobretudo, as novas interrogações de tese, os aspectos operacionais que permaneceram (velhas ideias) e elementos operacionais (novos) que acrescentamos no âmbito de buscar respostas aos questionamentos empreendidos.

### 3.1 De que modo reformulamos as nossas questões de tese

Ao iniciar nossas pesquisas de tese, nos deparamos com alguns problemas. Concomitante às entrevistas qualitativas, efetivaram-se leituras sistemáticas dos projetos de pesquisas vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Geografia credenciados pela CAPES, tendo como base o relatório Data-CAPES ano de 2009, que se configurava como o último levantamento disponível. Poderíamos fazer um apanhado geral de todos os relatórios disponíveis e, inclusive, tentamos. Todavia, tal tarefa revelou-se desnecessária uma vez que os projetos de pesquisa possuem uma duração relativamente alongada. Assim, inquirir o relatório de 2009 nos representou uma possibilidade de se fazer um apanhado de quais são as tendências atuais das pesquisas coordenadas pelos docentes na pós-graduação.

Mais que a procura de uma estimativa quantitativa por meio de fontes secundárias, nossa intenção de delinear os projetos estava vinculada à argumentação de tese que o campo científico afere os critérios de cientificidade para possíveis investigações, constituindo-se por estruturas de poder. E que a posicionalidade ocupável pelos docentes das pós-graduações na espacialidade do campo e suas escolhas investigativas recondicionam a entrada de pesquisas por parte dos postulantes à pós-graduação. Assim, alimentam-se os possíveis discursos, prováveis posições a serem ocupadas pelos “novos” sujeitos do discurso geográfico brasileiro. Disso frisamos que, em geral, nossos recortes e amostras vislumbram uma apreciação daquilo que é produzido cientificamente na pós-graduação em Geografia, e tal escolha é adotada por se compartilhar das reflexões de Suertegaray (2005a), ao considerar que nesse nível de ensino há uma vinculação direta com a pesquisa e apregoa um entendimento do ato de pesquisar como um autorreconhecimento no mundo, muito embora na graduação tenhamos iniciação científica, à docência, estágios, dentre outros elementos, os quais têm sua concentração e efeitos menos coesos em relação ao papel exercido pela pós-graduação.

Por outro lado, no nosso levantamento de fontes primárias e, nas entrevistas, buscamos dar conta dos lugares em que os sujeitos (geógrafos e geógrafas) se pronunciam, seus embates e suas imbricações com as espacialidades contextuais,

dentro e fora da “paisagem” do campo científico. Uma espécie de imbricação verticalizada na estrutura científica e as relações pessoais horizontais, fluídas e multiformes.

Pois bem, na primeira empreitada percebemos que os parâmetros que havíamos tracejado no projeto, ou seja, a evidência de um discurso plural composto por matizes de argumentos de Geografias: Social, Humanista e Cultural, nos permitiam constatar nos projetos alguns agrupamentos temáticos.

No rol das primeiras entrevistas, crivados por um profundo tensionamento, conseguimos delinear uma espécie de “duas gerações”. Por uma ótica, alguns geógrafos(as) que conseguiram, de alguma forma, alçar mão de abordagens culturais em suas teses e/ou dissertações. Por outra, alguns pesquisadores nos relataram que produziram determinadas pesquisas já consagradas no leque de uma história do pensamento geográfico e, somente depois que passaram a ocupar uma posicionalidade de docente, puderam começar a efetivar ou a retomar interesses culturais antecedentes as suas pós-graduações.

Enfim, foram diversas pistas, das quais relatamos duas. De um lado, a aglutinação cultural, humanista e social que permitiu apenas confeccionar agrupamentos temáticos no âmbito dos levantamentos de projetos de pesquisas em pós-graduações. No outro vértice, temos a constatação de pesquisadores que se estabeleceram no campo científico, realizando pesquisas com ênfases culturais e investigadores que não conseguiram efetivar seus anseios em abordagens culturais antes de concluírem suas pós-graduações e se estabelecerem no campo científico enquanto docentes universitários. Assim:

*Compreender como o debate cultural é acolhido/desenvolvido na Geografia Brasileira contemporânea e como as espacialidades dos(as) geógrafos(as) compõem seus discursos geográficos no campo disciplinar. Desdobrados em:*

*identificar quais são as relações de poder na busca do reconhecimento e das potencialidades para a produção científica do debate cultural na Geografia brasileira;*

*delinear quais são as possíveis relações entre as problemáticas empíricas com que os(as) geógrafos(as) se debruçam e suas respectivas escalas no âmbito da produção do discurso geográfico com interfaces culturais;*

*relacionar as localizações espaciais dos(as) geógrafos(as) culturais com as posições no campo científico da ciência geográfica brasileira, correlacionando como elas configuram tendências de reprodução ou de confronto com as bases teórico-metodológicas dispostas.*

Até então, nossos questionamentos ou objetivos de tese em confronto com as primeiras pistas das pesquisas nos levaram a perceber algumas questões, das quais destacamos uma especificamente. Estávamos por elaborar um trabalho exaustivamente quantitativo em que iríamos ter, ao final, possíveis quadros que auferiam valores aos capitais científicos e os modos em que esses quadros seriam compostos pelas duplas espacialidades dos sujeitos investigados ou os agentes articuladores das abordagens culturalistas da Geografia.

Ainda correríamos o risco de ter de nos posicionar numa espécie de umbral em que nós teríamos que definir o que seria, enfim, Geografia Cultural, seus mitos fundadores, quem estaria fora e quem estaria dentro dos critérios por nós elaborados. Assim, incorreríamos, nós mesmos, em erros do passado, dos quais alguns já relatados na construção da problemática, tais como a efetivação de um discurso de história do pensamento geográfico camuflado por uma pseudodiscussão epistemológica e, sobretudo, cairíamos definitivamente na armadilha do paradigma ou de uma crise paradigmática.

O fato é que admitimos a presença ou a configuração de um campo científico e que o mesmo opera numa dimensão estrutural. Todavia, cogitamos que isso não dá conta de explicar uma possível emergência de abordagens culturais na Geografia brasileira hodierna. E, se da discussão que fizemos na problemática observa-se que as demarcações culturais sempre estiveram presentes na Geografia, não é nosso objetivo dizer o que isso é ou deixa de ser, mas trazer os próprios sujeitos que se efetivam como tal. Assim, longe de tentarmos encaixar novas evidências às velhas questões ou subverter as suas lógicas em resposta às nossas questões de pesquisa ou, o que seria mais grave, ignorar as respostas advindas das incursões investigativas, nos apercebemos que os problemas estavam nas perguntas e não na “realidade” em si. Então, a questão central de tese foi por nós reconfigurada em:

**De que modo ocorreu o processo de autoidentificação das Geografias**

### **Culturais no âmbito político científico da Geografia acadêmica brasileira?**

Esta se constitui na questão central que guiou as trilhas e os rumos das pesquisas antes e adiante. Ela traz, em si, a consideração que as demarcações culturais são plurais e fluídas. Contudo, os sujeitos humanos (geógrafos e geógrafas) são inventivos/criativos, entendendo a ciência também como criação humana, e considerou-se como ponto de partida para a reflexão o caráter da autoidentificação dos pesquisadores enquanto adeptos à Geografia(s) Cultural(ais) ou de uma abordagem cultural na Geografia, sob o aspecto que a identificação gera uma nomeação.

Os geógrafos(as), quando denominam aquilo que fazem como perspectivas culturais, posicionam-se numa visão de mundo e um modo de operar sobre o mesmo, interferindo e compondo os próprios objetos de estudo, ao mesmo tempo em que a emergência de um nome (rótulo) cultural se constitui num caráter político e científico, pois cria um sentido e, simultaneamente, coloca fronteiras que diferencia de outras abordagens geográficas internamente no campo científico. Muito embora o campo seja mobilizado por fatores estruturais, ele não configura um fator de determinação. Portanto, são passíveis de transformações a partir das operações de sujeitos que possuem distintas posicionalidades em seu meio estrutural.

Essa questão-chave desdobra-se nas seguintes interrogações específicas:

#### **De que modos deram-se as tensões que resultaram na nomeação da produção científica geográfica brasileira enquanto Geografia Cultural?**

Se o campo em sua efetivação científica constitui-se por estruturas de poder, autoidentificações (novas posicionalidades relacionais) em nomeações correspondem a escolhas e concepções epistemológicas (em termos metodológicos e filosóficos) que não são majoritárias nas demarcações epistêmicas presentes. Assim, nessa subquestão visa a delinear quais são os principais motes de tensão em termos epistemológicos gerados pela efetivação de um discurso cultural no seio de uma Geografia produzida no Brasil. A segunda subquestão diz respeito a:

#### **Quais os elementos epistemológicos e metodológicos que caracterizam as diferentes redes/grupos da produção científica cultural?**

Se partirmos de antemão da constatação e, principalmente, a partir das primeiras incursões (confrontamentos) com o campo que as demarcações culturais



são plurais, não nos eximimos de fazer emergir a partir da própria superfície de acontecimentos algumas das principais perspectivas. E, desse modo, destacamos que não buscamos de forma arbitrária fazer um agrupamento no sentido de evidenciar um paradigma, de efetuar uma narrativa em que se recobririam fatos e que, no final, conseguiríamos demonstrar uma perfeita narração sincrônica com fatos, sujeitos e mitos fundadores. Em termos de motes explicativos, e se evidenciarmos que a estrutura do campo passa por diferentes tensionalidades empreendidas por sujeitos pesquisadores, resta também deliberarmos algumas possibilidades táticas no âmbito da configuração dos grupos ou redes de pesquisa. Quais são seus modos operatórios, redes espaciais (sociais) com inserções capilares, grupos com fechamentos teórico-metodológicos, grupos centrais e/ou periféricos, etc. E, por fim, uma terceira subquestão compõe nossas novas interrogações de tese:

**Quais as relações estabelecidas entre os sujeitos pesquisadores da perspectiva cultural e o campo científico consolidado na Geografia brasileira no processo de autoidentificação?**

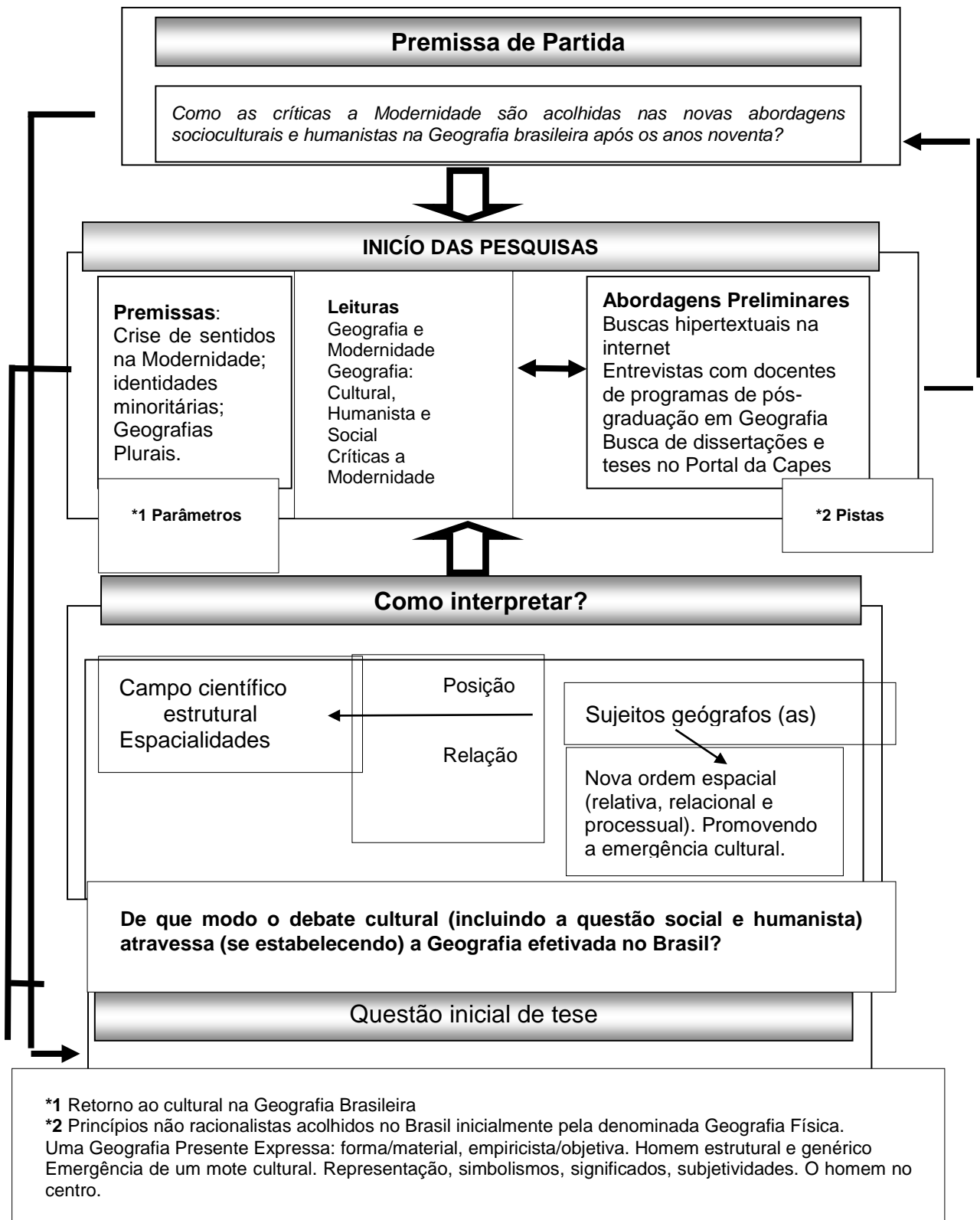
Aqui estamos remontando àquilo que vínhamos, até então, concebendo como a posicionalidade do investigador enquanto uma relação interseccionada pela conjunção da espacialidade, ou seja, relação processual e posicional entre os fatos objetiváveis, uma posição concreta e suas relações no campo científico, que comporiam uma ordem espacial. Todavia, ao invés de tentarmos demarcar quais seriam as geometrias de poder que nos direcionariam para uma descrição de múltiplos elementos no âmbito de quantificar essas posições, preferimos agora deixar aflorar simplesmente as relações e suas múltiplas decorrências, abertas pelas próprias evocações.

Assim, não perdemos a essência daquilo que vínhamos configurando enquanto construção de tese. Apenas calibramos nossas formas de perguntar com a intensão de não cairmos em velhas armadilhas.

Alcemos algumas notas explicativas. Abandonamos a ideia de configuração de parâmetros por nós arbitrados da literatura especializada enquanto motes socioculturais e humanistas, entre outros aspectos formais que visam a aprender um movimento. Nossa saída foi a autonominação, aqueles que se dizem geógrafos(as)

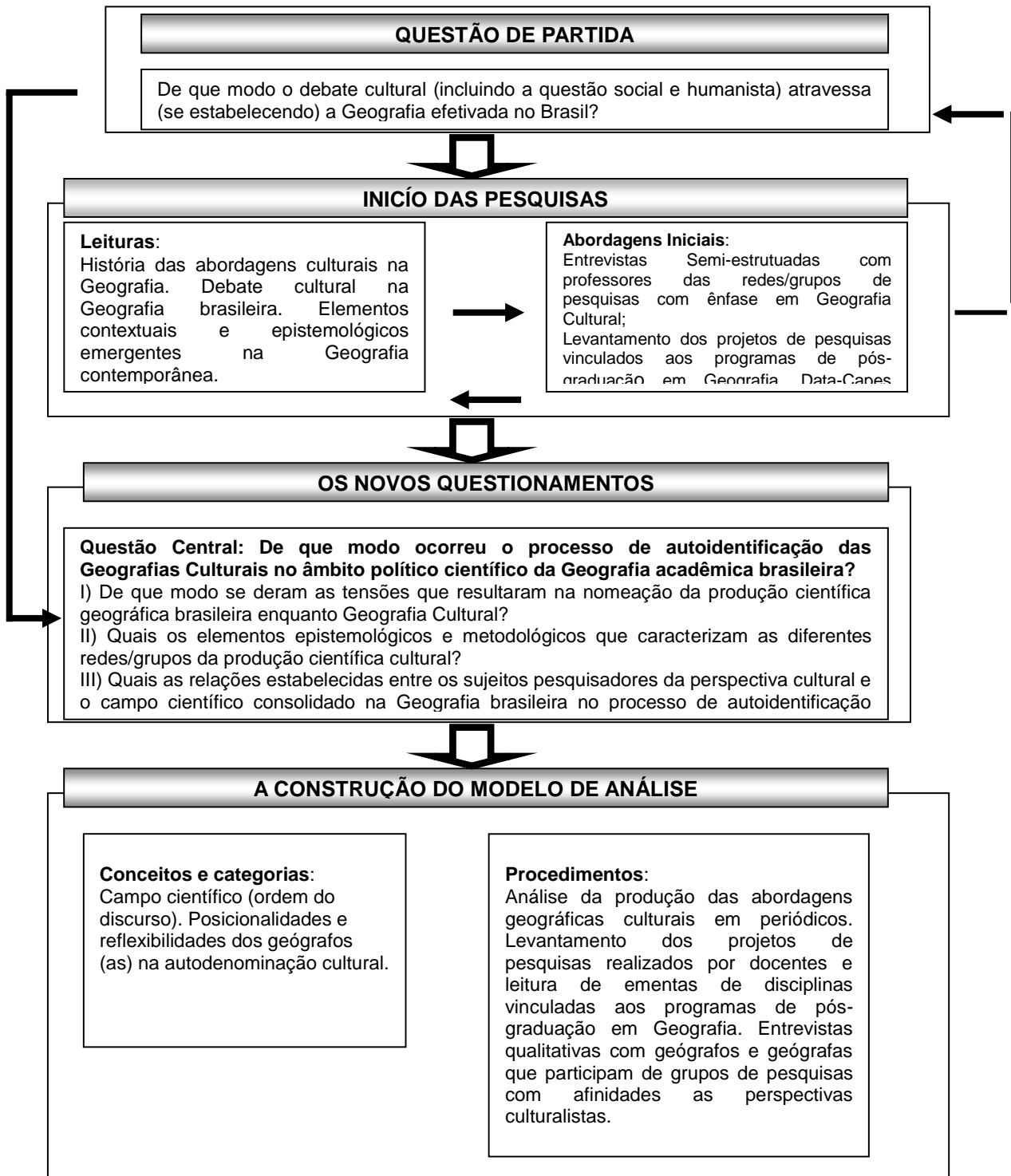
culturais, seja na eficiência de uma Geografia Cultural ou numa Geografia da Cultura.

Mesmo tendo destacado importantes mudanças na reformulação da construção do objeto de tese, com os fluxogramas 01 e 02 (a seguir), queremos fechar esta parte da seção, destacando a intrínseca relação entre as primeiras proposições ainda em projeto e as novas questões anteriormente expostas.



### Fluxograma 1 – Primeira Estruturação da Tese

Concepção e Elaboração: NABOZNY, Almir e SILVA, Anderson Geraldo Rosa da (2011).



### Fluxograma – 2 Reelaboração da Tese

Concepção e Elaboração: NABOZNY, Almir e SILVA, Anderson Geraldo Rosa da (2011).

#### 4 A matéria do fenômeno e os procedimentos de pesquisa

As pesquisas estão sistematizadas em duas fases: na primeira trabalhamos com fontes secundárias na busca das expressões da produção de trabalhos atinentes às abordagens culturais em Geografia e seus desdobramentos por meio de pesquisas de pós-graduação, publicações no Periódico Espaço e Cultura (UERJ - 1995-2011) e de teses no acervo da CAPES (1987-2012). Nesse ínterim, destacamos que a escolha da Revista *Espaço e Cultura* como matéria unívoca de pesquisa se deu após longas tentativas de configurações, as quais relatamos na sequência. Uma segunda face de nossos estudos são entrevistas semiestruturadas com professores universitários.

Essa fase primeira foi efetivada por meio da rede mundial de computadores (Internet), em que analisamos os projetos de pesquisas dispostos nos sítios eletrônicos dos Programas de Pós-Graduação em Geografia recomendados pela CAPES<sup>36</sup>. As escolhas de buscar qualificar as pesquisas geográficas por meio dos projetos vinculados aos programas, através dos relatórios Data-CAPES está englobada na perspectiva teórica em que se possa configurar aquilo que é hegemônico no campo científico (consagrado), com objetivo da qualificação dos capitais científicos que circulam pela Geografia. Por outro viés, as entrevistas qualitativas buscaram justamente a emergência, as táticas percorridas pelos geógrafos(as) para lutar com e contra aquilo que é institucionalizado como práticas e possibilidades nos programas de pós-graduação.

Salientamos que, embora estejamos nomeando nosso roteiro prévio de entrevista semiestruturada de acordo com aquilo que é apregoado no Glossário do livro “Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som” organizado pelos pesquisadores Bauer e Gaskell (2008), nossas entrevistas se configuraram em um misto de *entrevistas individuais em profundidade* e *entrevista narrativa*, ou seja, buscou-se alguns pontos estruturados para os diálogos, assim como uma interlocução na qual os entrevistados proferiram uma narrativa mais espontânea e sem cortes atinentes às expressões em debate. E, dessa forma, podemos dizer que

---

<sup>36</sup> <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em 14 de abril de 2011.

levamos a própria perspectiva de triangulação (ressaltada nas palavras iniciais) para os encontros/entrevistas.

Em relação aos projetos de pesquisas, foi por meio de uma grelha de leitura sistemática (ver Apêndice B) que observamos as principais práticas de pesquisas dos docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Geografia. Essa grelha foi composta por um misto daquilo que foi recorrente nos projetos previamente analisados, assim como por algumas chaves de interpretação vinculadas aos nossos objetivos de pesquisa.

Em relação às buscas por teses<sup>37</sup> de doutoramento em Geografia no Banco de Teses da CAPES (1987-2012), nosso trabalho foi relativamente simples, isto é, consultas ao banco de dados por meio de expressões como: Geografia Cultural Renovada, Geografia Humanista, Geografia das Representações, Geografia Cultural Saueriana, Geografia Social, Geografia e Cognição, Geografia Comportamental, Geografia da Percepção, Nova Geografia Cultural, Geografia Cultural. Esses termos foram extraídos da literatura geográfica, muito embora vários desses constituam-se como perspectivas desenvolvidas por pesquisadores vinculados ao NEER, conforme informações obtidas na página eletrônica do núcleo de pesquisas.

No âmbito das explorações de como o campo científico estrutura suas relações de poder, somado a já referendada busca de projetos de pesquisas em pós-graduações, antes da pesquisa destinada ao Periódico *Espaço Cultura*, buscamos produções científicas autoidentificadas enquanto como *cultural*, em ementas de disciplinas das pós-graduações em Geografia e revistas científicas.

---

<sup>37</sup> <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>.

Trecho Paralático:

As revistas escolhidas inicialmente para tal levantamento eram:

Nome do periódico	Vínculo institucional	Período analisado
Revista <i>Espaço e Cultura</i>	UERJ	(1995-2009)
Revista <i>GEOgraphia</i>	UFF	(1999-2009)
Revista <i>Geosul</i>	UFSC	(1986-2009)
RA'EGA	UFPR	(1997-2009)
Revista <i>Brasileira de Geografia</i>	IBGE	(1978-2005)
Revista do Departamento de Geografia	USP	(1983-2009)
Revista <i>Sociedade &amp; Natureza</i>	UFU	(1989-2009)
Revista <i>Território</i>	UFRJ	(1996-2004)
Revista <i>Mercator</i>	UFC	(2002-2009)

**Quadro 1 – Periódicos para levantamento da produção científica em “Geografias Culturais”**

Todas as revistas receberam na qualificação Qualis o conceito **A Nacional** no triênio de 2007—2009. Para aquele triênio, os periódicos eram classificados em A, B, C em termos de níveis de qualidade e em Internacional, Nacional e Local em termos de níveis de circulação, compostos, dessa forma, por nove níveis escalares. Escolhemos o triênio 2007-2009 como base para a seleção dos periódicos, uma vez que para o triênio de 2010-2012 as revistas são avaliadas segundo uma nova escala decrescente, de acordo com valor de impacto estratificado em: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, ranqueamento que está sendo aperfeiçoado.

Com relação aos períodos de análise – os levantamentos da produção, identificados como abordagem cultural na Geografia – os artigos seriam analisados desde a fundação do periódico até o ano de 2009, que corresponde ao final do triênio de avaliação. Exceção para Revista *Território* e Revista *Brasileira de Geografia* que se extinguiram em 2004 e 2005, respectivamente. Com relação à

data inicial, ressaltamos que a *Revista do Departamento de Geografia da USP* começou no ano de 1983 com o número dois, uma vez que não localizamos, nas bibliotecas às que temos acesso, o número um.

Destaca-se ainda que a *Revista Brasileira de Geografia*, vinculada ao Governo Federal por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem seu número um (1) editado em 1939; porém, nos primeiros anos não havia uma grande massa de artigos, pois eram publicados comentários, noticiários, entre outras informações. Também no período que compreende o “auge” da ditadura militar, especificamente entre 1967-1976, a Revista passou a publicar somente aquilo que denominou de *Atlas de Relações Internacionais*, em que figuravam textos de dois geógrafos, basicamente: Therezinha de Castro e Delgado de Carvalho, expressando ideias enciclopédicas referentes aos distintos territórios do “globo terrestre”. Dessa maneira, escolhemos para iniciar as análises o volume quarenta de 1978, que marca uma espécie de redemocratização da Revista.

E, por fim, os periódicos mais bem avaliados no ranqueamento Qualis acabam por compor as notas mais elevadas com relação às avaliações dos programas de pós-graduações, cujos docentes e discentes publicam nos periódicos bem gabaritados. Consequentemente, influenciam nos acessos a financiamentos e bolsas de pesquisas, entre outras facilidades para aqueles que alçam produzir cientificamente em determinadas esferas elitizadas. Assim, nessa tríade investigativa, estávamos por debruçar sobre aquilo que Bourdieu (2004) denomina de estruturas das relações objetivas entre os agentes do campo científico.

Essas estruturas das relações objetivas são compostas por escolhas de pesquisas, lugares de publicação e orientam os princípios do campo científico. Assim, o pesquisador está profundamente ligado à posição em que ocupa nessa estrutura relacional. O seu lugar (enquanto cientista) na estrutura de relação é fundamental na definição de seu capital científico, cujo peso é proporcional ao peso total do campo (dos outros agentes). Os pesquisadores dominantes, de certa forma, definem os objetos e as questões importantes para se pesquisar.

Ressaltemos ainda que Foucault (2008) em *A ordem do discurso* argumenta sobre a lógica que antecede o discurso individual, ou seja, a ordem de controlar, selecionar, organizar e distribuir esse discurso ou postulado de dominar a “terrível



materialidade” do próprio discurso. Cruzam-se a exclusão e a interdição, o ritual do que, quando e quem pode falar, no qual “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2008, p.10).

Assim, se nas interrogações iniciais de tese, nas genealogias do campo científico, estávamos por buscar os espaços e articulações espaciais de produção das abordagens culturais, alicerçávamos a ideia de campo em espacialidade, em relações espaciais de dupla imbricação. Primeiro, as relações de poder na procura do reconhecimento e as potencialidade para a produção científica. Segundo, as problemáticas empíricas sobre as quais os geógrafos se debruçam.

Com base nas novas questões que efetivamos anteriormente, destacamos que, ao invés de descrever as estruturas do campo ou as ordens dos discursos por meio de uma descrição quantificável, estamos visualizando as tensões que resultaram na nomeação da produção científica geográfica enquanto abordagem cultural, justamente no *locus* de regulação dos discursos, buscando reverberar as relações estabelecidas entre os sujeitos pesquisadores das perspectivas culturais e o campo científico consolidado na Geografia brasileira em pleno processo das autoidentificações culturais.

\*

Contudo, ressaltamos que a nossa leitura e interpretação se deram por meio de elementos epistemológicos e metodológicos, elencados em nossa planilha de leitura do Periódico Espaço e Cultura (ver Apêndice C). Ante o nosso processo de acerto com os periódicos, observamos temporalidades relativamente alongadas, constatamos os movimentos (temporalidades), quais eram os volumes da produção nomeada de cultural. Embora fugindo de uma lógica paradigmática por meio dos dispositivos analíticos em que nos apoiamos, a ideia era olhar se por parte dos geógrafos autoidentificados com abordagem cultural existiam tentativas ou não de vinculações de escolas e ou paradigmas, de fundar modelos de superação em termos paradigmáticos ou indicativos de coexistência “pacífica” entre distintas perspectivas de se fazer Geografia.

Por fim, as ações que formam as suas próprias estruturas de sustentação em seus matizes de abordagens culturais em Geografia são engendradas em inserções

capilares (redes, rizomas), enraizadas/sediadas em polos de universidades. E como essas possibilidades de estruturação refletem nos processos de difusão de suas perspectivas teórico-metodológicas? Se calcarmos o campo enquanto uma estrutura objetivante e elencarmos as abordagens culturais enquanto autoidentificação tensionante, repetimos uma ideia, essas nominações alçam-se também de estruturações.

### **Trecho Paralático:**

Cabe aqui mais uma *desconstrução* para continuarmos fiéis a nossa *construção* argumentativa. Mais que uma busca de fidelidade, a opção poderia ser simplesmente a de apagar uma primeira tentativa e expor ao leitor a última escolha. Contudo, quando deixamos aquilo que seriam as primeiras tentativas, delineamos os entraves e demonstramos os motivos e critérios das novas escolhas, deflagra-se também uma forma de compartilharmos com o leitor a angústia do pensar, da tentativa investigativa, da frustração e a (nova) solução apontada. Dividindo a intimidade de um fazer, transcorrendo uma espécie de *making of* dentro da própria construção discursiva.

\*

Ao enunciarmos uma gama diversa de teóricos, nos preocupavam possíveis incongruências genealógicas entre nossos autores e, conseqüentemente, em nossa construção discursiva, ou seja, temíamos veementemente sermos rotulados de ecléticos. Assim, buscamos uma genealogia de Foucault e Bourdieu, autores que consideramos essenciais na discussão que estamos travando. Essa busca nos levou a ler Certeau (1996), o qual, ao dissertar sobre Foucault e Bourdieu, designa a dificuldade em apontar em termos de procedimentos a genealogia dos textos em que um autor dialoga numa redação científica. Não obstante, se não se define, ao menos se deve precisar melhor seu funcionamento em relação ao discurso, o jogo da análise e seu objeto. “Vendo as coisas deste ponto de vista, os 'objetos' de nossas pesquisas não podem ser destacados do 'comércio' intelectual e social que organizam as suas distinções e seus deslocamentos” (CERTEAU, 1996, p.110).

Assim, o autor destaca que a não explicitação de uma genealogia pode promover um simulacro de objeto e autor.

Certeau (1996) destaca da obra de Michel Foucault (1926-1984) uma qualificação de tecnologias disseminadas (de poder) e a constituição de uma *série de séries* de tecnologias de poder, dispostas como instrumentos de disciplinar. Aborda também a delimitação de uma camada social de práticas sem discurso na instauração de um discurso sobre essas práticas. Essa tecnologia de poder é válida, também, no estabelecimento de uma matriz para o saber, uma tecnologia científica e judiciária.

Certeau (1996) questiona como explicar as práticas disseminadas, dominadas, mas não apagadas na esfera de uma hegemonia das tecnologias de poder, nas malhas das instituições. Nesse ínterim, o autor aponta para sua concepção de táticas, enquanto as astúcias sobreviventes nas práticas ordinárias do cotidiano.

De Pierre Bourdieu, Certeau (1996) debate os trabalhos “etnográficos” sobre a casa Kabília e as relações de sucessões “etárias” em Beárn. Certeau (1996) faz considerações elogiosas ao sociólogo, quanto ao tratamento, ao levantamento e a exposição das investigações. No entanto, faz duras críticas quando o sociólogo encaixa as investigações em suas teorias, em que haveria um aprisionamento das táticas, do saber cotidiano em uma espécie de fetiche globalizante — o habitus. Inclusive, o autor vale de sua discussão de estratégias, ou seja, o uso de um *dispositivo poder* de baixo para cima, engendrador das práticas, em que visa a mapear e a ordenar, em que a prática classificada irá estabelecer ordem nas heterogeneidades. Assim, o uso de quadros de referência, “modelos” nos trabalhos de Pierre Bourdieu, poderosamente afastaria a própria posição do cientista. Os pesquisados, por meio de táticas, esconderiam suas próprias práticas numa orientação discursiva das questões efetivadas pelo observador. Assim:

[...] fornecendo os 'dados' solicitados pelos pesquisadores, os praticantes calam necessariamente a diferença prática criada entre eles pelas operações que delas se servem (ou não), e assim colaboram na produção dos quadros gerais que escondem ao observador as suas táticas. O saber das práticas seria o efeito de dupla astúcia. (CERTEAU, 1996, p.121)

Onde seriam táticas de sobrevivência, jogos com as próprias regras criadas pelos grupos étnicos investigados, Pierre Bourdieu (1930-2002) irá enxergar nas próprias estruturas as disposições que ela produz. O *habitus* exerceria uma posição de encaixe e ajuste.

Destaque-se que Certeau (1996) observa em Bourdieu uma preocupação da gênese das práticas e o que as produz. Em Foucault, vem a inquietação com aquilo que as práticas irão produzir. Simplificadamente, de um lado, a causa, de outro seu efeito. Dessa forma, destacamos que nossa construção argumentativa, de modo algum, está relacionada a um ecletismo. De um lado, demonstramos que há uma estrutura objetivante na configuração de discursos geográficos. De outro, evidencia-se como isso produz os próprios discursos, que efeitos causam nas práticas e no ordenamento das posicionalidades dos sujeitos, ou seja, uma dupla permeação entre Foucault e Bourdieu, cuja análise do poder na elucubração da Geografia científica perfaz um item central, aqui experimentada enquanto exercício analítico por meio do mote da abordagem cultural.

Todavia, se fizermos uma nota explicativa sobre o afirmado anteriormente quanto à desconstrução e reconstrução dos argumentos no sentido de vislumbramos os processos de teorização, certamente o leitor observou que na tabela de periódicos, o verbo está conjugado no futuro do pretérito — as revistas que seriam analisadas. Nossa mudança veio justamente nessa busca de genealogia (do presente para o passado) de Foucault e Bourdieu onde recuperamos a ideia de táticas de Certeau (1996) e vislumbramos que, embora estejamos buscando configurar as estruturas de poder por meio das escolhas dos periódicos bem avaliados sob os critérios da CAPES, cabe frisar que nossa posição principal é delinear como se dão os processos de autoidentificação e, de certo modo, de fazer aparecer os sujeitos investigadores.

Dessa feita, quando começamos a explorar o material escolhido, percebemos que existiam revistas em que a nomeação cultural seria pouco visível. Exemplo, a *Revista Brasileira de Geografia* e a *Revista Sociedade & Natureza*, com isso o corte em *Revistas Qualis A* acarretaria em um fechamento, em que se faria uma investigação exaustiva para demonstrar, ao fim, certa invisibilidade das abordagens culturalistas. Contudo, Certeau (1996) arguiu que as táticas são os dribles e

artimanhas dadas pelos mais fracos diante das estratégias de poder, as quais visam a ordenamentos e fechamentos. Fizemos alguns testes (aleatórios) com outros periódicos no âmbito de tentar vislumbrar outros extratos de amostragem em que pudéssemos trazer, mais efetivamente, as autoidentificações das produções culturais no leque dos periódicos de divulgação científica, novamente sem muito sucesso.

Então, permanecemos com o critério de Qualis A, mas começamos a explorar somente as revistas do quadro a seguir:

<b>Nome do periódico</b>	<b>Vínculo institucional</b>	<b>Período analisado</b>
Revista <i>Espaço e Cultura</i>	UERJ	(1995-2009)
<i>RA'EGA</i>	UFPR	(1997-2009)
Revista <i>Mercator</i>	UFC	(2002-2009)

**Quadro 2 - Periódicos para levantamento da produção científica em “Geografias Culturais”/ Revisado**

O empreendimento visava a dar conta das estruturações de poder e, do mesmo modo, demonstrar as aparições e as formas de enunciação das perspectivas culturais nos periódicos escolhidos. Todavia, caberia um questionamento quanto aos critérios por nós elegidos para esse novo corte amostral. Destaquemos que em “Rumos e Rumores da Pós-Graduação e da Pesquisa em Geografia no Brasil”, Suertegaray (2007) elege três periódicos para sua análise: *Geosul*, *Ra'ega* e *Boletim Gaúcho de Geografia*. Seu argumento é de que se trata de veículos de divulgação científica, de algum modo vinculados aos Programas de Pós-Graduação diretamente e indiretamente, no caso do *Boletim Gaúcho*, e que os mesmos se constituem em periódicos representativos de cada Estado da Região Sul do Brasil. A escolha de Suertegaray (2007) não segue exatamente um rol de critérios estratificados, mesmo assim produz elementos qualitativos no âmbito de apregoar rumos e rumores de discussões geográficas. Do mesmo modo, operamos nossa escolha a partir da constatação que nesses periódicos, de antemão, se vislumbram algumas produções afiliadas às perspectivas culturais, bem como se tem uma representatividade regional mais dispersa.

Com isso, vislumbramos o poder e, de certa forma, as táticas dos

pesquisadores em jogar com a hegemonia do campo e, ao mesmo tempo, contra hegemonias, uma vez que o direcionamento de seus manuscritos para determinados periódicos pode constituir-se em artimanhas de hegemonização (intencional ou não) de determinados periódicos futuramente. Ainda vale lembrar que, conforme Dantas (2011), periódicos dos extratos B1 (de acordo com novo ranqueamento do qual a Revista *Mercator* faz parte) recebem, por exemplo, considerável número de textos de geógrafos da Região Sudeste e Nordeste, assim por diante. Então, por mais que nos esforcemos para estabelecer bons critérios, estes, de certo modo, passam por parâmetros subjetivos. Neste caso, a subjetividade de nossa escolha se estabelece pela opção de dar intervisibilidade às produções geográficas positivamente qualificadas (no Qualis) em que possam aparecer artigos nos quais os atores delineiem propensões para as abordagens culturais. Enfim, no âmbito das configurações de estratégias discursivas, de objetivações, de poder, ao mesmo tempo buscando compreender o enredamento de táticas.

Ainda com relação à planilha de leitura dos periódicos, esta se configura de elementos de identificação (nomes dos periódicos e dos pesquisadores, sexo dos autores, instituições de procedências, títulos dos artigos), posteriormente alguns dados qualitativos dos artigos, tais como: temática, subtemas e temas transversais, versando quais são as formas em que as autoidentificações culturais se manifestam. Num último conjunto apreciativo da planilha, são considerados elementos teórico-metodológicos atinentes às perspectivas de seres humanos delineadas nos artigos. Esse item é contemplado por meio da relação sujeito-objeto e, sobretudo, se o objeto contém em si a dimensão do outro (da investigação enquanto sujeito) e quais as perspectivas de sujeitos são empreendidas. Todos esses elementos são evidenciados no intuito de constituir quais são as posicionalidades que os geógrafos (as) efetivam no âmbito da construção de seus discursos científicos.

Todos esses elementos são mais bem detalhados por nós no próximo capítulo da tese, configurados como elementos emergentes dos debates culturais em Geografia. Aliados os componentes salientes, inserimos na planilha categorias de análise: quais são os traços epistêmicos privilegiados na abordagem dos objetos/sujeitos, materialidade, representação, forma/material, forma/representação, forma/representação/ação, ou por critérios conjuntivos que levam em conta forma,

processo, função, estrutura, representação e ação (caracteres subjetivos e objetivos). E, por fim, quais são as principais características dos fenômenos ou temas investigados, aglutinados em quatro qualificações: visível/invisível, tangível/intangível e efêmero/ou de longa duração.

Assim, ao detalharmos nossos elementos que compõem a planilha de análise dos periódicos selecionados, antes de fazermos emergir as produções culturais presentes nas estruturas do campo científico, buscamos também qualificá-las. Por um lado, mesmo buscando o máximo de componentes epistêmicos para se debater, há de se reconhecer seus limites. Sem antes detalharmos que, majoritariamente, eles emergem da própria efetivação cultural, acabamos por delinear nossa própria incursão enquanto uma pesquisa no rol de uma abordagem cultural em Geografia.

Todavia, se insistirmos em perguntar quais as relações estabelecidas entre os sujeitos pesquisadores dentro das perspectivas culturais e o campo científico consolidado na Geografia Brasileira, de algum modo já respondemos como serão abordadas as relações efetivadas pelos sujeitos dentro da alçada de poder do campo que, além de estar estruturado por ações objetivas, conforme Bourdieu (2004), em nossa interpretação promove também uma ordem de discurso de acordo com Foucault (2008).

Contudo, é com o próprio Foucault (2008) que encontramos algumas questões para trazer os próprios sujeitos geógrafos e geógrafas para o centro de “nossa metodologia”, tendo como referência que os mesmos dizem o que fazem a partir de suas autoidentificações. Assim, efetuamos entrevistas qualitativas com professores participantes do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER), Núcleo de Estudo Espaço e Cultural (NEPEC), Grupo de Pesquisa Humanista Cultural (vinculado a Universidade Federal Fluminense). A partir do roteiro de entrevista reelaborado (ver Apêndice A), o qual foi modificado do primeiro roteiro com o qual iniciamos as pesquisas (ver Apêndice D), buscou-se explorar, com um grau mais acentuado, o delineamento de tensões que os sujeitos queriam destacar, tais como rupturas, apoios, confrontos, aproximações e aspectos que os levaram (ou não) às abordagens culturais em Geografia.

Dessa forma, reafirmamos novamente o nosso ponto de inflexão, ou seja, a nossa posicionalidade em escolhas teóricas e metodológicas, bem como nossa ética

e postura com relação ao conhecimento que queremos produzir, uma vez que destacamos que o campo científico exerce uma espécie de controle estrutural que visa a se reproduzir a partir de sua autorregulação. Contudo, salientamos que os agentes mais bem posicionados buscam dominar aquilo que é possível ser investigado e os objetos elegíveis. Mas se assim reconhecemos o papel dos sujeitos pesquisadores em relação aos objetos por eles mensuráveis na construção social da realidade, estamos por delinear que existem mudanças, senão ocorreria sempre uma reprodução científica por ela mesma de forma etérea; em suma, trabalhamos também com as táticas (CERTEAU, 1996) no âmbito dos debates com as estratégias.

E, por fim, baseados nas próprias argumentações que construímos, acabamos por discutir qualitativamente na tese apenas o Periódico *Espaço e Cultura* por coadunar com a ideia de autoidentificação. Isso também devido ao fato que uma das questões de tese diz respeito às estratégias dos grupos de pesquisa, dentre outras; e é a isso que a análise da revista atende, também, essa preocupação, muito embora no capítulo de discussão do periódico, exploramos algumas questões observadas, por exemplo, na Revista *Rae'ga*.

E se a sociedade muda, o mundo também renova-se, novas questões surgem. E nossa posição é que o acolhimento dessas “novidades” efetiva-se justamente por investigadores que ocupam posições em movimento, para além da fixidez de uma periferia ou centralidade. Daí nossa busca em trazer os sujeitos qualificando os tensionamentos por eles produzidos. Porém, para não ficarmos no âmbito da hipótese indutiva ou dedutiva, arrolemos que essas pistas são antecedidas, de algum modo, na própria argumentação de Foucault (2008) de ordenamento dos discursos a partir da interdição e da exclusão. O autor aponta uma terceira linha no discurso que é a sua rarefação.

Avancemos um ponto mais com Foucault (2008), a partir do exemplo da *palavra do louco*. Antes não ouvida, censurada, a palavra teria no presente um consentimento para se poder pronunciá-la. Tal permissão viria da vontade de saber, na ordem do discurso, e efetivaria num sistema histórico e institucional constrangedor. O louco é ouvido na lógica da vontade de saber-se mais do mesmo e melhor saber controlá-lo.



A vontade de verdade apoiada na distribuição institucional tende a exercer uma pressão na ordem dos demais discursos. Essa vontade, “verdade” científica, extrapola-se a outros campos, como o sistema jurídico e a lei. Assim, tanto o louco, quanto o discurso proibido tendem a se orientar pela “vontade de verdade”. E se trazemos os sujeitos para o centro de nosso debate, investigamos e ressaltamos que o autor/indivíduo e o que se escreve promovem o recebimento de uma época e aquilo que pode modificar. O comentário do agente dessa relação se exprime: “pelo jogo de uma identidade que teria a forma da repetição e do mesmo. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu” (FOUCAULT, 2008, p.29), na qual a formação de uma disciplina, por exemplo, a Geografia enquanto um corpus de regras de seus fazeres, constitui um sistema para servir quem deseja fazer. Dessa forma

o erro só pode surgir e ser decidido no interior de uma prática definida [...]. Em resumo, uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina; antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se, como diria M. Canguilhem, 'no verdadeiro'. (FOUCAULT, 2008, p.33-34)

E assim, esse verdadeiro seria a concepção de verdade consensual no interior de uma disciplina, ou seja, nas teorias e conceitos consagrados, praticados e defendidos por aqueles que os praticam e os reforçam, blindando-as em uma guarnição de poder, pois é essa relação que mantém o próprio status daqueles que o fazem, permitindo o controle e presidindo os discursos individuais. Todavia, o autor avança ao deliberar que “é sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos realizar em cada um de nossos discursos” (FOUCAULT, 2008, p.35). Daí nossa insistência em abordar de um lado o campo — o verdadeiro. E as incursões das emergências culturais na Geografia brasileira, a partir de componentes epistêmicos, isto é, aquilo que permite a inscrição dessas perspectivas também enquanto verdadeiras. Vejamos, por exemplo, que a insistência de diversos autores na questão que uma demarcação cultural sempre esteve presente na abordagem humana da Geografia, buscando se fazer verdade no âmbito de uma sustentação histórica do discurso, pois a disciplina

exerce um papel regulador.

Entretanto, salientemos que há três níveis na nossa configuração analítica. De um lado Bourdieu, Escolar, Foucault orientam uma concepção de teorização (justificava das escolhas). Foucault também exerce um papel enquanto autor que influencia o caminho filosófico da pesquisa (método de discussão). Posto isso, há um terceiro nível que diz respeito ao mexer, “por a mão na massa” dos dados levantados, escolhas na configuração dos dados/materiais e a leitura sistemática deles.

Se dos projetos, os dados dos periódicos, as próprias planilhas elaboradas direcionam de certa forma as prováveis sistematizações e agrupamentos em enunciados, com relação às sentenças de entrevistas, talvez ainda não esteja muito claro como trabalhar esse conjunto qualitativo. Qual a interpretação fornecer? Para essa empreitada, Foucault também se faz presente. Fischer (2010) traça um caminho ao extrair de Foucault que, ao analisar o discurso, não se deve procurar um além, mas práticas históricas e concretas presentes nesse discurso. Por meio de descrições de enunciados, os quais advêm de palavras, são discursos, todavia, a linguagem também é constitutiva de práticas.

O discurso não é idealista ou estruturalmente constitutivo das realidades. Ele é produzido em relações sociais de poder. Embora se componha de signos, ele é em si uma prática, não exatamente o configurador de um significado a ser interpretado, ou significado das coisas, pois são práticas que formam as coisas. Obedecem a regras que não estão nos sujeitos senão no próprio discurso de determinado campo discursivo, em que falar pressupõe por em movimento a sua própria seara de conceitos constitutivos.

As entrevistas por nós analisadas pelo artifício do texto têm em si perguntas que buscam (no roteiro) explorar os contextos, as posições relacionais dos geógrafos, suas geograficidades, escolhas e trajetórias. Por outro lado, artigos e projetos demarcam propriamente os textos produzidos num campo científico de Geografia, fazendo uso de suas regras, as discordâncias e seus consensos metodológicos. Com isso, estamos alçando uma tática de pesquisa que visa a construir elementos que possam ser dialogados com as teorias, num formato de alerta, no sentido de ouvir o outro, não sob um aspecto atóxico, mas de uma

conjunção, de um tensionamento crítico, no crivo de uma teorização.

Ainda nos falta propriamente uma bula de leitura desses textos originários das entrevistas. Esse formulário de efeito analítico, por fim, buscamos na análise do discurso apregoada por Gill (2008), que destaca que há diversas perspectivas de análise de discurso, as quais compartilham a ideia de que a linguagem não é neutra e tampouco meramente descritiva do mundo, mas que atua de forma discursiva na construção da vida social.

Ainda sob o prisma de Gill (2008), evidencia-se que a prática de análise do discurso parte também da crítica do conhecimento tido como dado, constatando que apreensão do mundo se desenvolve dentro de contextos históricos, culturais e, por conseguinte, o conhecimento é socialmente produzido. Por fim, a busca para explorar a produção desses conhecimentos está ligada às ações práticas.

Assim, as análises de nossas entrevistas foram empreendidas da seguinte forma: primeiramente, a transcrição literal das falas, passagem de áudio a texto. Depois, a leitura e construção de funções dos discursos (falas/textos) entrelaçados pelas questões centrais de nossa tese, procurando ver se havia padrões e/ou dispersões em termos semânticos. Desse modo, configurando um esquema mais padronizado, um passo a passo da leitura das entrevistas, atentos também às questões metodológicas e teóricas que perpassam pelo trabalho, por exemplo, quando analisamos se há algum padrão e se isso pode constituir, de algum modo, o que Foucault (2009) denomina de enunciado, os quais, articulados numa mesma formação discursiva, constituem o próprio discurso. Trata-se de uma função transversa à fala, às práticas e às frases.

Então, aquilo que estamos chamando de agrupamentos semânticos, trata-se de buscas e extrações enunciativas, de observações de regras, formações discursivas, de olharmos quais são as cenas enunciativas. Mas, mesmo assim, admitimos possíveis inconstâncias, finalmente efetuamos a compreensão das entrevistas, partindo da seguinte pergunta: *como ler os entrevistados?* Vislumbramos que existiam trajetórias dentro de possibilidades ou de um repertório disposto, e por isso optamos por recusar a classificação e trazer as enunciações naquilo que fundamentam sentidos para os sujeitos entrevistados, na constituição de uma

espécie de um supersujeito alcunhado em uma leitura, próximo de um móbile<sup>38</sup>.

Gill (2008) ressalta uma importante dica, como as coisas são ditas de maneira a tendenciar soluções de problemas. Para nós, a mesma foi importante, uma vez que os entrevistados são também professores universitários e as entrevistas eram feitas a partir de uma pequena apresentação sobre a problemática de pesquisa, servindo de alerta quanto aos contextos em que os discursos são produzidos. Nisso, sem dúvida, muitos professores nas entrevistas também buscaram intencionalmente discursar para o próprio campo.

A interpretação é de texto, no entanto, tal fato não nos direciona para um patamar hermenêutico, nossa inscrição é crítica. Postulamos teorias (BOURDIEU, 2004) apregoando-se dois tipos de análises relativas à discussão da lógica de produção da ciência, a atenção aos contextos, a leitura dos textos e a vigilância analítica atrelada a noção de campo. Nesse momento, a análise de texto não está no entendimento teórico referendado anteriormente, trata-se de uma inscrição metodológica num patamar de discussão de nossos dados enquanto dados-texto. Todavia, são partes concebidas numa busca dialetizada entre teoria, dados e a forma de analisá-los. Nesse caso, os sujeitos por nós entrevistados fundem-se a um objeto construído, são fenômenos. Nisso, Žižek (2008) faz alusão ao cineasta Alfred Hitchcock (1889-1980) em que o objeto é a cena<sup>39</sup>; mais especificamente nesta tese, o pesquisador também compõe o cenário.

\*

Pedimos paciência ao leitor para fazermos a última nota explicativa com relação à configuração da tese. Quando começamos a pesquisa, identificamos uma espécie de dupla geração. Assim, pensamos em entrevistar aqueles geógrafos que seriam pioneiros nas incursões culturais na Geografia brasileira, evidenciando

---

<sup>38</sup> Mais que uma metáfora, a expressão móbile é inspirada na arte-em-movimento de Alexander Calder (1898-1976). Para nós, foi uma tática de tentar expressar propriamente os sujeitos, na “criação” de um super-sujeito por meio do movimento de suas trajetórias.

<sup>39</sup> Obviamente que o cruzamento de trajetórias distintas em uma representação por nós elaborada não existe propriamente num universo empírico, nisso o alerta para a cena criada. Também tem sido efetuada uma relação socioespacial propiciada pelo texto, que permitiria uma visão estendida de realidade. A respeito desse último, ver as discussões Anderson e McFarlane (2011) tida como “Assemblage and Geography”, publicado na revista inglesa *Area*, que chegou a consagrar uma edição inteira à temática/metodológica.

justamente como eles construíram elementos quando não tinham nenhuma âncora para seus barcos, deixando de lado as novas gerações que já “nasceram” com as possibilidades fundadas. Não obstante, estávamos com isso caindo num velho fetiche moderno apontado por Gomes (1996), o de se apresentar um novo frente a um velho. As nossas ideias são afeitas com presença de uma demarcação cultural ao longo da Geografia. Do mesmo modo que, na construção de nossa problemática de pesquisa, ressaltamos que haveria “novidades” hodiernas em termos de configurações epistemológicas. No entanto, nossa posição não se inscreve num âmbito paradigmático de novidade enquanto ruptura. Nossa opção é justamente por um debate aberto.

Outra artimanha, apontada por Gomes (1996) diz respeito à apreensão em cada momento de emergências de distintos horizontes na historiografia da Geografia de determinados mitos fundadores. Contudo, vejamos que Foucault (2008) adverte que, mesmo quando valorizando determinados pensadores e seus discursos como criativos e multiplicadores, devemos nos ater em seu papel coercitivo e repressor, como uma espécie de novo-padrão-referência. Assim, nas escolhas de quem entrevistar, se permaneceu com os pesquisadores dos três grupos de pesquisa já evidenciados na tese, tendo como critério sua autoidentificação como geógrafo, ou geógrafa, com influência da demarcação cultural. Embora nós mesmos considerássemos os critérios não muito seguros, evitamos fechamentos em incursões e armadilhas que nós mesmos criticamos.

E se Foucault (2008) adverte para a exclusão e interdição por meio de uma lógica externa ao discurso, um terceiro elemento de controle dos discursos refere-se, de acordo com o autor, à rarefação, ou seja, à não permeabilidade para todos de “entrar” na ordem do discurso — sem satisfazer outras exigências. Nessa relação, as trocas e as comunicações que se estabelecem no interior do sistema de restrição atuam de forma positiva, estando bem demarcada, uma apreensão do campo consolidado, as tensões deflagradas por aqueles que nominam suas produções como culturais, suas lógicas de ações para que se fizessem verdadeiras e suas comunicações positivas.

Por fim, gênero, forma, estilo, estrutura e linguagem, elementos que, acrescidos do último, compõem a compreensão da peça sinfônica, fazem parte da

terceira bricolagem que permeia o campo de *performance* da metafísica conceitual, que empreendemos na composição de nosso fenômeno. Tal qual Santos (2002), ao argumentar sobre o espaço, essa metafísica envolve uma idealidade em movimento de mudança e transformação concomitante a construção social da realidade. De um lado, o campo por nós construído enquanto pesquisa e, de outros, a desconstrução/construção do campo em relação àquilo que vamos tecendo. A linguagem, argumento esse acrescido na medida, — a nós representa uma grande mediadora/tempo e espaço no rol que comunica gerações que se sucedem e se entrecruzam num pensamento em elaboração. Disso, do ponto de vista metodológico, ao longo do texto temos excertos desconexos do texto linear, os quais denotam aquilo que se denominou de “trecho paralático”, peças de sonata, sobretudo, extraídas de comunicações pela Internet, os *insights*, esses mediados, muitas vezes, por interlocutores do espaço extensão/distantes, mas sem perder de vista a inserção de trechos paraláticos/sonatas de comunicações presenciais ou tangíveis. Efêmeros, longa periodizações/diluição da sociedade, etc. São essas outras subcategorias por nós ponderadas na compreensão, por exemplo, da Revista *Espaço e Cultura*, em seus artigos.

## CAPÍTULO 02 DEMARCAÇÃO CULTURAL NO CAMPO DA GEOGRAFIA: APRECIÇÕES, AUTOIDENTIFICAÇÕES E IMBRICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

### 1 Abordagens Culturais no Campo da Geografia: nomações sincrônicas e diacrônicas

Na discussão da história do pensamento geográfico, alguns autores têm buscado trazer elementos arqueológicos na discussão cultural da Geografia, ou seja, evidenciando que, de algum modo, a discussão referente à cultura sempre esteve presente na Geografia em sua “demarcação humana”, seguindo certa cronologia, cuja *chave da expressão* (Geografia Cultural) se faria presente inicialmente em Friedrich Ratzel (1844-1904). Posteriormente, são retratadas a denominada Escola da Paisagem Alemã<sup>40</sup>, a influência desses estudos nos trabalhos desenvolvidos por Carl Ortwin Sauer, na chamada Escola de Berkeley (EUA), assim como são destacados os trabalhos dos gêneros de vida lablacheanos nos quais haveria uma forte presença dos aspectos culturais. Essa leitura é recorrente e original em Claval (2007a – primeira edição francesa é de 1995), Bonnemaision (2000) e Almeida (2008) e, visivelmente ancorada na leitura de Paul Claval, nos textos de Ferraz (2007), Bloomfield (2007) e Zanatta (2008).

Broek (1967) destaca, por exemplo, que Ratzel deu ênfase às características culturais ao criticar as interpretações geográficas arraigadas aos ambientes locais quando da explicação da ocorrência de determinado “traço”. De acordo com Broek (1967), para Ratzel, o procedimento geográfico acertado seria perguntar de onde vinha o traço. E o autor prossegue “Carl O. Sauer, da Universidade da Califórnia, fez dessa preocupação com a origem e a dispersão a pedra fundamental de seu trabalho em Geografia Cultural” (BROEK, 1967, p.40-1)<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> Siegfried Passarge (1866-1958) que, posteriormente, alcançou notoriedade na Geomorfologia. Meitzen e os estudos das paisagens agrárias. Eduard Hahn com a domesticação de plantas e animais. E Otto Schlüter (1872-1959), cuja contribuição pode ser vislumbrada no texto de Seemann (2004). Ver nota 6 a respeito de Ernst Kapp (1808-1896).

<sup>41</sup> Acompanhamos os exemplos de influências que os autores acabam perfilando. Contudo, seria uma tarefa extremamente árdua se tentássemos mapear todo o rol de influência (genealogias), seja para um autor, seja no alicerce de uma Geografia Cultural. Vejamos, por exemplo, que, de acordo com Corrêa (1989), o método morfológico de estudo da paisagem efetivado por Sauer é similar aos estudos das monografias regionais francesas. Prossegue, argumentando que sua

Broek (1967) disserta que, inicialmente, a Geografia Cultural Americana concentrou-se nas características materiais que eram frutos da ação humana: em combinação ou isoladamente, sua disposição espacial formaria uma paisagem cultural. Destaca que fatores sociais, econômicos, tais como ideologia, leis e comércio eram reconhecidos como forças que ajudavam a modelar a paisagem; todavia, não foram elementos explorados nas abordagens iniciais da Geografia Cultural Americana. É interessante observar que, no período de reflexão, parece haver uma distinção entre uma Geografia Social (que estudaria os grupos sociais) e uma Geografia Cultural (que analisaria os traços culturais). Broek (1967) alude a um ponto de vista sociocultural, seja no entendimento que a Geografia estuda a Terra como moradia do homem, seja na perspectiva que investiga o homem como habitante da Terra, pois:

Se a ênfase recai sobre os próprios traços ou complexos culturais e não sobre os grupos sociais, deveríamos falar de 'Geografia Cultural', expressão que conquistou ampla aceitação nos Estados Unidos. Por exemplo, esse campo incluiria a distribuição de religiões, línguas, técnicas, animais domésticos e plantas, tipos de casas e formas de aldeamento. A Geografia Cultural e a Social confundem-se forçosamente. É difícil imaginar um traço cultural sem os povos que o possuem, difundem ou recebem. E não podemos imaginar a sociedade sem seus atributos culturais. (BROEK, 1967, p.39)

Broek (1967) destaca que aspectos como a religião são tratados sob o viés da distribuição, ou seja, do caráter da localização de um objeto ou ocorrência, como partes de um complexo de inter-relações que comporiam a Geografia enquanto ciência na busca de um conhecimento ordenado da diversidade da Terra.

Reforçamos que tanto as posições sociais como as culturais buscavam analisar os modos de existência dos grupos humanos. Contudo, os enfoques estavam vinculados mais nas condições instituintes do que nos próprios sujeitos, configurando os seres humanos como objetos indiretos de interesse (ciência dos lugares), que estão voltados para a investigação de suas marcas culturais,

---

proposta de morfologia é inspirada no Historicismo do Romantismo Alemão. Logo, Cantero (1987) salienta a presença da discussão romântica no horizonte cognoscitivo dos protagonistas Carl Ritter (1779-1859) e Alexander Von Humboldt (1769-1859). E, assim, incorreríamos em uma armadilha de andar em círculos.



formadoras do ecúmeno<sup>42</sup> humano.

Diferentemente de outros argumentos de Paul Claval já citados na tese, Claval (2006b) começa a *História da Geografia Cultural* chamando a atenção para a ideia de geograficidade de Eric Dardel, como a primeira proposição efetivamente humana de Geografia. O autor também ressalta que houve preocupações dos geógrafos atinentes aos aspectos culturais, mas que os mesmos não dispunham dos referentes metodológicos o suficiente para desenvolver a perspectiva. São exemplos dessas inquietações, à ideia de força dos hábitos na discussão de gênero de vida lablacheano, em que essas disposições diminuiriam a maleabilidade dos grupos em relação ao meio ambiente, produzindo uma tendência de resistência para mudar práticas mesmo em casos de migração para meios geográficos distintos. Outra questão destacada é a reflexão sobre o papel das técnicas na inovação dos gêneros de vida.

Em uma revisão sobre a contribuição francesa atinente à *abordagem cultural pela Geografia*, como prefere Claval (2007b), ao diferir-se de Geografia Cultural, o autor pontua um caminho diferente para os geógrafos franceses. Destacam-se os trabalhos dos chamados “geógrafos tropicais”, que estudaram áreas rurais dos países do “Terceiro Mundo” nos anos quarenta e cinquenta sob o prisma dos gêneros de vida. Contudo, Claval (2007b) destaca que Vidal de La Blache (1845-1918) “não concebia a geografia como uma ciência do concreto, da paisagem. A descrição e a análise das paisagens eram apenas um meio para aprender a organização regional do espaço” (CLAVAL, 2007b, p. 149). Dessa forma, na acepção de Lencioni (1999), a concepção regional lablacheana é idealista ou nominalista, diferente de um entendimento realista. Nesse caso, é uma região produto da racionalidade, a partir da análise dos mapas de densidade, entre outros aspectos. Assim, se traçarmos um paralelismo com estudos de Sauer<sup>43</sup>, por exemplo, já se percebe uma diferenciação em termos de um mote francês e outro alemão-

---

<sup>42</sup> A ideia de ecúmeno, ressaltada nesse momento, diz respeito a um entendimento “clássico”, ver, por exemplo, Breton (1990), principalmente o capítulo 2. Diferentemente da argumentação renovada de Augustin Berque que, de acordo com Claval (2007b), fala de um ecúmeno presente nas mentes humanas os quais grafaram as paisagens com suas aspirações e sonhos.

<sup>43</sup> Para Sauer (2004 [1925]), a paisagem refere-se à base da realidade significativa de uma relação corológica, na qual “O argumento é então deslocado do conteúdo fenomenal para a natureza das conexões dos fenômenos” (SAUER, 2004, p.17).

americano.

Se em La Blache a técnica (como elemento cultural) é apreendida na esfera da produção e transportes, seus debatedores incutiriam outros aspectos. Sorre (1963), no delineamento do gênero de vida, evidencia como elementos chaves no seu discurso a ideia das *atividades* enquanto componente das evoluções dos gêneros de vida vinculadas aos grupos, e as técnicas entendidas, essas no âmbito dos artefatos, das regras e simbolismos, sendo o gênero de vida de modo sucinto uma combinação das técnicas. Assim, Claval (2007b) ressalta a dimensão social da cultura ao se falar em técnicas sociais, como organização de instituições políticas, etc. Perpassando por outros exemplos de geógrafos e suas contribuições, Claval (2007b) insiste que eles incorreram numa fraqueza fundamental da tradição vidalina: a recusa em analisar o papel das concepções mentais e das ideias. Esse aspecto, de certo modo, avançado na acepção da Geografia histórica quando Roger Dion (1896-1981) destaca o papel simbólico na distribuição dos vinhedos de alta qualidade na França.

Claval (2001) novamente salienta a presença do mote cultural na Geografia, desde sempre ligada aos aspectos materiais, entretanto, nesse texto, o autor evidencia que o viés explicativo da cultura só apareceria como uma última incursão quando se esgotassem as possibilidades racionalistas, “dizer que uma distribuição é de origem cultural é confessar que não se dispõe de interpretação racional” (CLAVAL, 2001, p.36).

Dentre a lógica de racionalização dos anos cinquenta, há um caráter de rompimento com certo naturalismo, surge a perspectiva da explicação racional, das máximas das localizações, etc. Todavia, Claval (2001) destaca destes estudos que, mesmo sob essa égide, busca-se explicar que a lógica da racionalização não é universal, depende de caracteres filosóficos, sistema de crenças, entre outros. Não obstante, tanto a lógica econômica, racional, quanto os primeiros aportes culturais renovados trazem consigo um rompimento com o naturalismo<sup>44</sup>.

Como uma possível transição de uma lógica racional para um apreço as perspectivas culturais, pode-se constatar “que as realidades que refletem a

---

<sup>44</sup> Gomes (2009b) nos indica a compreensão de que uma Geografia da cultura traria uma contribuição no rol de libertação do mote explicativo naturalista, das amarras ao “físico”.

organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais” (CLAVAL, 2001, p.39). As relações dos homens com o meio ambiente passam pelas questões das relações úteis (apropriações), redes sociais e os comportamentos psicossociais, como três aspectos de uma Geografia Humana Renovada.

Dessa forma a perspectiva de uma Nova Geografia Cultural anglo-saxônica tem um impulso na crítica da concepção da Escola de Berkeley. Cabe lembrar que, aqui, estamos apenas destacando aquilo que Corrêa e Rosendahl (2007) denominam de críticas internas na Geografia Cultural Americana. No entanto, os autores são enfáticos em destacar que a abordagem saueriana dialeticamente se faz presente na Geografia Cultural Renovada. Em uma espécie de síntese, pontuam que:

No processo de renovação e revalorização da geografia cultural, diversas influências se fazem presentes. De um lado, a própria tradição saueriana e o legado vidalino. De outro, a influência das filosofias do significado, especialmente a fenomenologia, e do denominado materialismo cultural de Raymond Williams. (CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p.12)

Claval (2007b) reivindica que o debate francês renovado passa pelas descobertas de novos domínios nos estudos culturais, tais como a dimensão do espaço vivido, o papel dos sentidos e do corpo, representações, imagens mentais e discursos. Por outro lado, visam a uma reconstrução da Geografia Humana a partir de uma abordagem cultural.

Concomitante às interpretações simbólicas e às representações, há permanência de temas saureanos propagados por Wagner e Mikesell (2007), tais como: a cultura em termos de origem, dispersão, o potencial técnico das comunidades, as questões das áreas culturais sob os aspectos da distribuição e conexão e suas diferenças expressas em “paisagens culturais”, individualizando conteúdos geográficos, assim como a história cultural em que o “tempo humano” é apreendido por rotas, arqueologia, toponímia, língua, entre outros aspectos. Outro tema é a ecologia cultural, que sumariamente estudaria as correlações entre aspectos humanos e circunstâncias naturais.

Essa pluralidade, apontada anteriormente, conduz Duncan (2000) a afirmar

que após uma “Guerra Civil” entre uma Geografia Saueriana e uma crítica renovada, haveria como matiz atual uma heterotopia epistemológica. A ideia é inspirada em Michel Foucault quando este discute sobre o “lugar” dos sentidos, com a não correspondência unívoca entre as palavras e as coisas. Do mesmo modo que seria possível a justaposição de vários espaços em um só lugar de sentido, sendo eles em si, às vezes, incompatíveis. A partir dessa observância, Duncan (2000, p.65) afirma que “a geografia cultural contemporânea, como muitas outras disciplinas no presente, não é mais um espaço de partilha de um projeto intelectual, mas sim um espaço institucional, contendo diferenças epistemológicas importantes”.

Entende-se que a afirmação de Duncan (2000) traz em si um possível enlace explicativo, mas que precisa ser ponderado no lugar em que se pronuncia. Embora o próprio autor não o faça, sua visão de algum modo é etnocêntrica no sentido de olhar para uma Geografia inglesa e americana. Por exemplo, num leque francês, haveria um esforço analítico apregoado nas heranças dos gêneros de vida que resultariam em perspectivas com uma forte presença dos aspectos materiais da cultura, desdobrando-se em questões de elos sociais e identidades com vínculos territoriais. Ou mesmo no desdobramento de uma Geografia mais social, sobre influências dos trabalhos do “espaço social”, tais como Di Méo e Buleón (2007), que trabalham com ideias como a dupla realidade do espaço social — *ideal e material*, para os quais o ideal implica em referência ao pensamento humano, as ideias, as imagens e as representações. Por outro lado, os sujeitos dos pensamentos, mesmo emanados de uma suposta autonomia, resultam de condições objetivas de existência. Por isso, alimentam-se de representações coletivas geradas pela ação social.

Essa ideia de uma discussão do espaço social estaria mais efetivamente no leque daquilo que Claval (2007b) denomina de reconstituição da Geografia Humana. Porém, essa perspectiva no rol de uma Geografia mais social não é unanimidade. Vejamos, por exemplo, os debates que se sucedem para além das fronteiras francesas, como os argumentos de Werlen (2000) em torno da reivindicação de abandono da ideia de espaço na Geografia, uma vez que:

O espaço não existe como objeto material ou como um objeto teórico consistente. Ele é – e esta é minha tese – mais do que um conceito

formal e classificatório, um quadro de referência para os componentes físicos das ações e um “grammatalogue” para problemas e possibilidades relacionadas ao desempenho da ação no mundo físico. Como já foi mencionado, o “espaço” não é um conceito empírico porque não há uma coisa chamada espaço. Ele é um quadro formal de referência pois não se refere a nenhum conceito específico de objetos materiais. Ele é “classificatório” porque nos permite descrever certa ordem de objetos materiais com relação a suas dimensões específicas. (WERLEN, 2000, p.09)

A crítica de Werlen (2000), no entanto, tem um interessante lastro com Kant (1724-1804), ao passo que remete o espaço a uma condição da percepção (sentidos/classificatórios), reforça um conhecimento de origem empírica. Assim, Werlen (2000) defende a ideia de uma Geografia Social da ação, ao invés da discussão do mundo em que os sujeitos vivem. O desafio é estudar como esses sujeitos vivem o mundo. Esta seria uma Geografia Social que seguiria, de acordo com o autor, uma fenomenologia constitutiva. Considerando que o mundo social é constituído de ações, é ele o objeto e não o espaço. Se em Di Méo e Buleón (2007) há uma consideração de uma dupla imbricação do espaço, em Werlen (2000) para se evidenciar a questão de como os sujeitos vivem o mundo, o autor chama a atenção para uma conceituação tríade do mundo social.

<b>MUNDO SOCIAL</b>	<b>MUNDO SUBJETIVO</b>	<b>MUNDO FÍSICO</b>
conteúdos de significado “objetivos” das ações e consequências das ações, como produtos de atos intersubjetivos de constituição.	do estoque de conhecimento do agente, formado de elementos biográficos específicos.	fatos materiais do mundo exterior, incluindo o corpo do agente.

**Quadro 3 – Tríade do mundo Social**

Fonte: Werlen (2000. p.12).

Pelo esquema, é possível entender que os conteúdos de significados no mundo social existem na ação. Assim, o autor se difere de concepções em que haveria valores “no espaço”. Por outro lado, o agente é entendido na sua corporeidade, enquanto uma acepção de seus valores subjetivos e sua projeção enquanto um componente do mundo físico. Novamente, há referências à

Antropologia Pragmática e à Geografia Física de Kant<sup>45</sup>.

Nesse momento do texto em que estamos expondo mais debates, não nos cabe uma síntese em defesa de uma ou outra perspectiva. Mas o fato de citarmos Werlen (2000), um geógrafo cuja produção está centralizada no idioma alemão, traz em seu bojo o acompanhamento da crítica efetivada por Riera (1999)<sup>46</sup>, quando o autor ressalta a completa miopia do debate dentro da renovação dos estudos culturais da Geografia com relação à periferia da disciplina. Inclusive, o autor chama a atenção para o adjetivo novo, pois o mesmo já havia sido empregado na disposição de uma Nova Geografia (quantitativa) em que a estratégia de poder se repetia agora em Nova Geografia Cultural, sempre centrada na língua inglesa (anglofonia). Em outra perspectiva, Riera (1999) também destaca que os textos publicados em francês possuiriam uma postura autocentrada nas publicações de seu próprio idioma. Também argumenta que não é apenas o idioma inglês, mas o que é produzido em inglês fica nos Estados Unidos da América e Reino Unido (idiomas oficiais), diferentemente de Canadá, Austrália ou Nova Zelândia, onde o inglês também é o idioma predominante.

Em outro aspecto, voltando-se para periferia, também há, além de citações em língua materna, uma forte presença de citações em inglês e francês, pouco em alemão ou russo, por exemplo. Em sua apreciação, Riera (1999) destaca uma produção rica em Geografia Cultural no Brasil e na Itália e uma agenda ainda incipiente na Espanha.

## **2 Alguns pontos de vista (nomações) atinentes ao debate cultural no Campo da Geografia produzida no Brasil**

Mesmo com esse longo histórico já traçado pelas abordagens culturalistas, para Corrêa e Rosendahl (1999, 2005, 2007, 2008), a Geografia Brasileira permaneceu insensível a essa discussão quando argumentam que:

---

<sup>45</sup> Observação baseada em Moreira (1994).

<sup>46</sup> O mesmo teor de crítica pode ser visualizado com relação às “geografias feministas”, como percebido nos argumentos de García-Ramon (2009). Destaquemos que em “relato de evento” publicado na Revista *Ecumene* (1998) por Hancock, a autora evidencia que no encontro sobre abordagens culturais na Geografia da União Internacional Geográfica (IGU) realizado em Paris (08 a 11 de dezembro de 1997) teve-se a participação de geógrafos de mais de 20 países.

o Brasil – que tem uma importante produção geográfica de cunho acadêmico e profissional desde a década de 1930 – ficou à margem desse percurso. É verdade que alguns textos podem ser classificados como sendo de geografia cultural, mas não se tinha consciência de que se poderia denominá-los assim. (CORRÊA; ROSENDAHL, 1999, p.09)

[...] a geografia cultural foi, até ao final da década de 1980, negligenciada, mesmo desconhecida pelos geógrafos brasileiros. Aspectos da cultura, no entanto, eram tratados nos estudos regionais, mas não eram priorizados nem se tinha a consciência de que a cultura, em suas múltiplas manifestações, poderia ser tema central nas pesquisas. (CORRÊA; ROSENDAHL, 2005, p.97).

A Geografia cultural é um significativo subcampo da geografia, que a partir da Europa difundiu-se e já tem um século de existência. Contudo, a geografia cultural não tem ainda no Brasil a importância que desfruta nos Estados Unidos e na Europa (CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p.09).

[...] foram necessários 60 anos para que a geografia cultural fosse reconhecida, e ainda assim por poucos geógrafos (CORRÊA; ROSENDAHL, 2008, p.73).

Corrêa e Rosendahl (2008) defendem a ideia de um desenvolvimento tardio da Geografia Cultural no Brasil, por uma série de fatores que, justapostos, promoveram uma negligência nesse subcampo, conforme suas concepções. Desses elementos, os autores destacam uma “excessiva” influência da Geografia francesa de matiz lablachaena nos estudos geográficos brasileiros, em que a cultura seria mais um componente nas abordagens das complexas relações de sociedade-natureza. Aliado a isso, estaria o desinteresse dos geógrafos brasileiros pela literatura americana, sobretudo por Carl Sauer.

Embora Abreu (1999) acompanhe a maioria dos argumentos de Corrêa e Rosendahl, o autor faz uma importante ressalva ao considerar que a influência francesa na Geografia realizada no Brasil teria muito mais apreço às monografias regionais, negligenciando-se as questões ligadas aos gêneros de vida. Disso, Abreu (1999) salienta a elucubração ideológica efetivada no século XIX — “O Brasil como um país em construção”, em que os brasileiros se fizeram ansiosos em cumprir a sua tarefa de futuro, logo, ignorando, ou mesmo, buscando abandonar seus “valores tradicionais”. Não é de se admirar para o autor que estudos de paisagens culturais, por exemplo, não tenham decolado nos empreendimentos investigativos da

Geografia brasileira, o que reflete no baixo valor colocado até recentemente sobre a herança (material e imaterial) do passado brasileiro<sup>47</sup>.

Corrêa e Rosendahl (2008) destacam outros dois pontos, referindo-se a um relativo domínio epistemológico do racionalismo lógico em torno de 1970 a 1978 e com a hegemonia do materialismo histórico e dialético<sup>48</sup>, posterior a 1978 em que a cultura seria determinada pela base material, econômica e, portanto, um dado secundário de investigação. Tudo isso acrescido do argumento de um forte empirismo na tradição geográfica brasileira, a qual estaria pautada numa pretensa leitura objetiva da realidade (CORRÊA; ROSENDAHL, 2007).

Corrêa e Rosendahl (2005, 2008) evidenciam a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC/UERJ), em 1993, a publicação da Revista *Espaço e Cultura*, em 1995, a edição da Série de livros de Geografia Cultural (pela Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ) e do Simpósio Nacional Sobre Espaço e Cultura, em 1998 (atualmente internacional), destacando-os como esforços que visaram a contribuir para inserir a Geografia Brasileira num percurso de valorização da dimensão espacial da cultura e suas diferentes abordagens. Também na linha de apontar algumas datas/marcas na Geografia Cultural brasileira, os autores destacam que, em 2003, a *International Geographical Union (IGU)* organizou no Rio de Janeiro, por intermédio do *Working Group of Cultural Approach in Geography*, uma Conferência Regional sobre a Dimensão Histórica da Cultura, em que reuniram cem trabalhos, dos quais sessenta eram de brasileiros, o que sinalizaria por uma inscrição completa da Geografia Cultural no Brasil a partir de um reconhecimento internacional. Em termos de

---

<sup>47</sup> Salvo as publicações intituladas de “Tipos e Aspectos do Brasil” que desde o número 4, ano I (1939) da *Revista Brasileira de Geografia*, propagou “uma longa série de quadros que a magnificência e prodigalidade da paisagem cultural brasileira tornam inesgotável”, conforme os argumentos de Christovam Leite de Castro em nota explicativa a 5 edição da reunião dos “Tipos e Aspectos do Brasil”. Esses assuntos eram ilustrados por desenhos a bico de pena feito pelo artista peruano Percy Lau (1903-1972). Válido destacar que na 7 edição que consultamos (de 1963) reune-se 124 estudos provenientes de 23 anos de publicações.

<sup>48</sup> Em 1978, ocorreu um importante congresso da AGB, realizado na cidade de Fortaleza (CE). De certo modo, estamos acompanhando a reflexão dos autores em tela. Todavia, ao aglutinarmos um debate plural e extenso em termos de “materialismo histórico e dialético”, incorremos numa simplificação e num reducionismo, por exemplo, ver a diferenciação de Gomes (1996) entre uma Geografia Crítica e outra Radical; as argumentações de Diniz Filho (2004, 2013) sobre a influência do marxismo na Geografia e suas diferentes possibilidades. Porém, como observa Monteiro (2008), Haesbaert (2006) houve um movimento político científico no âmbito de constituir-se uma “hegemonia paradigmática” qualificada por Amorim Filho (2007) como Tirania Paradigmática.



números que justificariam essa “consolidação”, Almeida (2008, p. 36) destaca que, no VII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), realizado na cidade de Niterói, RJ, no ano de 2007, sessenta trabalhos foram considerados como de Geografia Cultural, igualando “subcampos” tradicionais como a Geografia Urbana e superando outros como a Geografia Agrária (trinta e sete trabalhos).

Entretanto, Corrêa e Rosendahl (2008) interrogam sobre quais contextos emergiriam as abordagens culturais no Brasil. Considerando duas escalas de análises, uma externa e outra interna, em que a externalidade é demarcada por um movimento da ciência e a internalidade pela apropriação do debate/movimento. Em termos externos são evidências as diversidades metodológicas que se estabeleceram na Geografia contemporaneamente, com destaque para o humanismo, marxismo e o pós-estruturalismo, bem como pela renovação crítica dos estudos culturais na Geografia americana, que implicariam numa dupla possibilidade de discussão, uma vinculada à tradição saueriana, e outra renovada (Nova Geografia Cultural), estando esta última pautada nos significados e na polivocalidade simbólica (CORRÊA; ROSENDAHL, 2008) e no entendimento da cultura como conjunto de significados compartilhados e expressos nas práticas sociais “localizadas” e/ou, nos padrões de significados das paisagens (MCDOWELL, 1996; ALMEIDA, 2008). Assim, existe a possibilidade de investigação angariada por um viés francês atinente à renovação dos estudos de gênero de vida, ou por meio do “humanismo francês”<sup>49</sup>, bem como trabalhos inspirados nos estudos tropicais, ou seja, baseados nos contrastes e na diversidade cultural, conforme evidenciado em Almeida (1993).

No âmbito da escala do contexto interno, se acima postulamos alguns eventos/datas, que segundo Corrêa e Rosendahl (1999, 2005, 2008) contribuíram

---

<sup>49</sup> Adjetivamos de humanismo francês. Já Almeida (1993) destaca que Frémont, Gallais, entre outros franceses, apesar de trabalharem com termos similares aos dos geógrafos anglo-saxônicos, como valorização da experiência humana, dos espaços vividos, não adotam uma abordagem fenomenológica e/ou existencialista. Os próprios conceitos poderiam ser aspectos de diferenciação, enquanto na Geografia Humanista Americana tem-se uma priorização do conceito de lugar. Frémont (1979), por exemplo, trabalha com a ideia de região vivida, cujo objetivo do geógrafo é o de captar na realidade o que une os homens aos lugares, o homem ativo e o espaço humanizado. Por outro lado, Holzer (1997, 2001, 2010) destaca uma influência da obra do francês Eric Dardel na Geografia Humanista Americana.

para a inserção do “subcampo” Geografia Cultural no debate da Geografia brasileira, cabe frisar que, especificamente, no texto de 2008 eles se inscrevem de forma pessoalizada como acolhedores do debate externo na Geografia brasileira. É destacado como elemento inaugural o texto de Corrêa (1989), publicado na *Revista Brasileira de Geografia* sobre Carl Sauer e a Geografia Cultural. Por conseguinte, os autores enfatizam o ingresso de Zeny Rosendahl na Universidade de São Paulo (USP) para realização de doutorado e em decorrência do doutoramento um encontro com Roberto Lobato Corrêa. Dessa reunião, a Geografia Cultural seria um denominador comum. Ainda se destacam “outros eventos independentes que ocorreram à mesma época, mas não geraram convergências capazes de estabelecer progressivamente uma forte geografia cultural” (CORRÊA; ROSENDAHL, 2008, p. 77). Também no texto de 2005, os autores destacam que tanto o periódico *Espaço e Cultura* quanto a coleção de livros “Geografia Cultural” têm se valido das traduções de obras clássicas, no intuito de contribuir na estruturação de uma sólida base teórica na Geografia Cultural brasileira, evitando uma apropriação superficial e efêmera, pois:

A apropriação superficial e efêmera já ocorrera na geografia brasileira, primeiramente com a denominada geografia teórico-quantitativa por volta de 1970 e, em segundo lugar, com a geografia radical, de matriz marxista, por volta de 1980. Com a geografia humanista a difusão e adoção foram mais efêmeras e limitadas ainda e os seus poucos adeptos foram incorporados à geografia cultural na década de 1990. A tradução para a língua portuguesa de textos clássicos, que representam posições teóricas nitidamente identificáveis, e de debates no âmbito da geografia cultural, foi uma solução encontrada. Solução condizente com as necessidades e vicissitudes da geografia brasileira. (CORRÊA; ROSENDAHL, 2005, p.99)

Já frisamos na tese a crítica de Sahr (2009), que destacou importantes estudos como a Escola do Recife, liderada pelo antropólogo<sup>50</sup> Gilberto Freyre (1900-

---

<sup>50</sup> Assim como a Geografia de base marxista pouco dialogou com intelectuais como Florestan Fernandes (1920-1995), Otavio Ianni (1926-2004), entre outros, salvo José de Souza Martins com forte presença nos textos de Geografia Agrária, ou mesmo Paul Singer na Geografia Urbana. Cabe aqui destacar o pouco diálogo dos *geógrafos (as) culturais* brasileiros com autores como Gilberto Freyre, Alfredo Bosi, Antonio Candido de Mello e Souza, entre outros intelectuais brasileiros que há muito tempo têm discutido sobre questões culturais em nosso território. Um bom exemplo de diálogos que estamos sinalizando, e que deveriam ser mais recorrentes, encontra-se

1987), ou mesmo o trabalho de Oliveira Viana (1883-1951), entre outros importantes textos que Sahr (2009) nomeia e que, segundo o autor, poderiam ser denominados de Geografia Cultura. Para Sahr (2009), as investigações desses autores poderiam ser comparadas à produção científica de Sauer, por exemplo, sendo estes trabalhos anteriores aos marcadores discursivos defendidos por Corrêa e Rosendahl (1999, 2005, 2008)<sup>51</sup>. Essa consideração ecoa, por exemplo, no texto de Corrêa (1995a) que, entre os principais temas de investigação da dimensão espacial da cultura, destaca a “Percepção Ambiental e Cultura”.

Todavia, vale lembrar Corrêa e Rosendahl (2007, 2008) que suas discussões são a partir de uma posição centrada em si, ao mesmo tempo, que reconhecem, por exemplo, a criação do Núcleo de Pesquisa em Espaço e Representação (NEER) como iniciativas de propagação de uma abordagem cultural na Geografia brasileira. Assim como no texto de 2008, os autores dão a entender que sabem da existência do Grupo de Pesquisa em Geografia Humanista Cultural, liderados por Werther Holzer e Livia de Oliveira, embora façam questão de frisar que Holzer fez sua dissertação de mestrado em “Geografia Humanista” (1992) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (instituição onde leciona Roberto Lobato Corrêa). E Corrêa e Rosendahl (2005), por exemplo, atestam para a obra de Almeida e Ratts (2003) como iniciativas de produção de uma abordagem cultural pela Geografia brasileira, porém, afirmando que muitos dos doze artigos que compõem a obra não se caracterizam por uma base teórica sólida, revelando-se muito mais como descrições ou interpretações superficiais. Também destacaram-se a criação de alguns núcleos autônomos em Curitiba, Uberlândia e Recife, ressaltando-se que seus criadores participaram de atividades ligadas ao NEPEC.

Já Sahr (2009), por sua vez, traz em sua argumentação elementos de críticas a uma modernidade racional, seus argumentos são mais contundentes no ímpeto de

---

no livro organizado por Santos e Silveira (2008) em que se destacam ao fazerem falar a nação pelo território, mas admitindo que tal ensejo já houvesse sido efetivado por meio da economia com Celso Furtado (1920-2004) e pelo povo em Darcy Ribeiro (1922-1997) e pela cultura por Florestan Fernandes, etc.

<sup>51</sup> Uma das poucas exceções nominadas pelos autores refere ao trabalho de Hilgard O'Reilly Sternberg na Geografia Brasileira, em que teria desenvolvido uma Geografia muito próxima da perspectiva saureana. O livro *A Água e o Homem na Várzea do Careiro*, apresentado originalmente no formato de tese no ano de 1956, seria um marco. Na reedição de 1998 (volume I), Sternberg faz uma nova introdução debatendo asseveradamente sobre os “novos” rumos da Geografia.

uma compreensão das culturalidades brasileiras, apontando para a necessidade de uma Geografia Cultural no Brasil que esteja disposta a aprender com as culturas populares. Embora Sahr (2009) não faça uma declaração acintosa como Mignolo (2004) em torno de um par complementar entre a modernidade e a colonialidade<sup>52</sup>, Sahr (2009) vê como urgente uma perspectiva em se descolonizar, afirmando que, para um avanço, as possibilidades em voga no Brasil ainda são precárias, seja na “semiótica (destaque: significado), da fenomenologia individualista (destaque: identidade e lugar) e do materialismo dialético (destaque: indústria cultural, alienação, luta de classe)” (SAHR, 2009, p.267-268), as quais, para o autor, se restringem a importantes parâmetros da Modernidade.

Efetivando essas observações, Sahr (2009) pontua como importante a agenda de pesquisas efetivada por Corrêa e Rosendahl (2008). Contudo, os líderes do NEPEC apontam para a necessidade de se constituir uma base teórica sólida para uma Geografia Cultural no Brasil, uma vez que os trabalhos geográficos mais antigos que destacaram as questões culturais o fizeram concebendo a cultura sob o viés de um senso comum. Sahr (2009) destaca esses elementos discursivos como típicos de uma elitização da intelectualidade e de uma perspectiva colonialista.

Desse modo, Sahr (2009) atenta para a necessidade de se considerar a autonomia intelectual das “culturas brasileiras” como um ato de descolonização do pensamento científico. Sahr (2009) preconiza a importância de uma descolonização sob o aspecto da dimensão espacial, destacando a criação do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER) com a congregação de geógrafos de departamentos “periféricos” — para além do eixo Rio de Janeiro – São Paulo, o qual seria organizado de forma igualitária e fluída. O autor também destaca que as perspectivas teóricas do NEER diferem-se do itinerário temático do NEPEC, o qual prioriza o Significado. Para Sahr (2009), no NEER, focaliza-se a percepção, representação, estruturação e ação. Com grandes influências europeias, todavia, os autores são tomados em diferentes apropriações com as alternativas brasileiras.

Nas reflexões de Sahr (2009), há como pano de fundo, também, uma crítica à “Geografia Cultural do NEPEC” que, de certo modo, na busca por instituição de uma

---

<sup>52</sup> Silva *et al.* (2009a) efetivam argumentos em torno da própria Geografia enquanto um discurso moderno, eurocêntrico e seus meandros na ocultação do saber colonial.

“sólida base teórica”, passaria uma ideia de compor parâmetros para um subcampo do que seria efetivamente Geografia Cultural. Nisso a insistência em aprender com as racionalidades de múltiplos grupos culturais brasileiros, no anseio de dar vazão a essas perspectivas, diferentemente de seu silenciamento num encaixe as teorias.

Também é importante frisar que Wolf-Dietrich Sahr (2009), ao escrever o texto, também era membro do NEER. Disso destacamos posições pessoalizadas, sendo importante salientar o lugar de onde fala o sujeito, bem como a tomada da própria posição. Vejamos que Almeida (2008) também destaca como atividades importantes no âmbito de desenvolvimento das abordagens culturais na Geografia brasileira a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Turismo e Cultura, na Universidade Federal de Goiás em 1999. Salienta-se que Almeida é uma das lideranças do mesmo núcleo.

Poderíamos fazer uma defesa em torno de algum posicionamento para buscarmos uma síntese conciliadora, ou ainda, recorrermos a artifícios interpretativos, recorrentes na história do pensamento geográfico, tal qual faz Evangelista (2007), tentando conceber uma apreensão da emergência das abordagens da cultura pela Geografia brasileira em comparativo com o contexto histórico e político de emergência da denominada matriz radical. Uma vez que o autor destaca a efetivação de uma Geografia crítica no Brasil, estaria profundamente arraigada com uma abertura política, redemocratização do país, entre outros fatores. Entretanto,

Quando procuramos ver (sic) a geografia cultural no Brasil, no entanto, notamos um quadro bem diferente. Em primeiro lugar, ela é difusa, porém viva. Particularmente são os mais jovens que estão dispostos a discutir religião, hip-hop e lendas do sertão. Outro aspecto que chama a atenção é certa marginalidade que esta geografia apresenta, ou seja, a Geografia cultural ainda não aconteceu enquanto um *happening* no Brasil. Ainda não se deu uma inflexão pela qual ela possa virar uma referência com envergadura nacional. O que temos são pessoas que juntas a outras formam núcleos, mas estes ainda não estabeleceram uma agenda que percorra o país. (EVANGELISTA, 2007, s/p)

Evangelista (2007) ressalta que não há nenhuma grande escola sendo construída pelos autores ligados à Geografia Cultural. E que esses autores não capitaneiam entidades como a Associação Nacional de Geógrafos (AGB), entre

outras estratégias de poder. Assim, como o autor destaca que não há nenhum projeto social de grande porte ancorado nessas abordagens, aqui cabe uma crítica ao autor de, novamente, tentar ler os enfoques culturais com os óculos do passado. Pois é justamente devido ao fato de essa dinâmica ser difusa, de não visar a ser hegemônica que se caracterizam alguns dos discursos dos “geógrafos(as) culturais”. Quando realizamos as entrevistas qualitativas, alguns ponderam um sentido de respeito a pluralidade, da diversidade cultural e, conseqüentemente, de perspectivas epistêmicas.

Por outro lado, o fato de haver posicionamentos distintos, seja entre Corrêa e Rosendahl (1999, 2005, 2008), Sahr (2009), Almeida (2008), entre outros possíveis posicionamentos autocentrados ou em compartilhamento de esforços, esses tensionamentos ratificam e sinalizam alguns pontos na discussão dos *processos de autoidentificação das Geografias culturais no âmbito político científico da Geografia acadêmica brasileira*. Nossa inspiração está em Foucault (2009), na discussão da *Palavra e seu Referente*, de onde se apresenta a ideia *foucaultiana* de que “o homem é uma invenção recente”, pois só existe a partir do momento em que o criamos. Assim se estabelece nosso ponto de partida, em que não estamos buscando um rastro de originalidade para pontuá-lo numa faixa sequencial, mas inquietando-se com as coisas presentes, isto é, com os geógrafos que autodenominam seus trabalhos como pesquisas de Geografia Cultural. Dessa maneira, resgatamos uma expressão que cunhamos anteriormente, quando destacamos que os autores, na disposição de configurar uma história da abordagem cultural na Geografia, acabam por esmiuçar elementos de um passado longínquo. Esses esforços têm o valor no sentido de pontuar algumas possíveis linhas de abordagem. Contudo, essas narrativas pautadas em periodizações regulares, constantes, as quais são recobertas por camadas de acontecimentos, acabam por sugerir ideias de acúmulo e aperfeiçoamento. Porém, estamos com Foucault (2009) ao argumentar que “o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite: não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundações e renovação dos fundamentos” (FOUCAULT, 2009, p.06).

Foucault (2009) critica uma visão evolucionista da História, argumentando que as coisas não existem no tempo, mas que são sim distintas qualificações das coisas

(em cada tempo e diferentes espaços de emergência), não ocorrendo uma imanência, mas sempre novas apropriações e invenções. Vejamos como exemplo que Claval (1999a, 2007a, 2007b) sempre insiste que mesmo nas intervenções que se preocuparam com atributos da cultura em Geografia, negligenciou-se o papel das questões mentais e das representações. Porém, as grandes narrativas são passíveis de questionamentos ao se demonstrarem relatos que não se encaixam na sua descrição. Por exemplo, Krebs (1931), em um texto relativamente antigo, já argumentava com relação às questões “mentais”. Ao dialogar sobre as relações homem e meio, vai frisar que um dos pontos de mediação dessa relação são justamente as atividades intelectuais dos grupos. As influências denominadas de intelectuais de certa forma são entendidas como uma ação criativa dos seres humanos frente a uma natureza, com uma concepção de cultura muito próxima da ideia weberiana de tradição, ao argumentar-se que

Quando cada individuo se ve obligado a efectuar repetidas veces una operación determinada, llega a alcanzar en ella una gran destreza: esta operación se convierte entonces en costumbre. Así, el medio ambiente crea y la herencia fomenta esta adaptación espiritual [...]. (KREBS, 1931, p.18)<sup>53</sup>

O exemplo anterior ilustra a gama de possibilidades e divergências que pode haver em incursões que se valham de reconstruções históricas das abordagens culturais em Geografia, a partir do pincelamento de determinados aspectos, sejam eles conceituais, sejam temáticos. Por outro lado, Claval (1999a, 2007a, 2007b), ao se posicionar, não está efetivamente negligenciando outras possibilidades anteriores, mas demarcando uma nomenclatura, uma posição que considera nova, ou seja, criando sentido. Dessa feita vamos identificando alguns aspectos de ocorrência dos processos de autoidentificação das geografias culturais no âmbito político e científico da Geografia acadêmica brasileira. Também questionamos de que modo se deram as tensões que resultaram na nomeação da produção científica geográfica brasileira enquanto Geografia Cultural, até então identificada num autopoicionamento.

---

<sup>53</sup> É claro que o excerto pontuado tem sua interpretação prejudicada se vislumbrado fora de seu contexto de escrita.

Não obstante, a nossa opção para debatermos as produções que se vinculam, de alguma forma, a um debate cultural na Geografia brasileira refere-se a entender os elementos epistemológicos e metodológicos que caracterizam as diferentes redes/grupos da produção científica cultural. Por isso, esboçamos elementos de nossa posicionalidade, escolhidos da literatura tal a um croqui de leitura. Elencamos alguns aspectos epistêmicos da Geografia contemporânea como as transformações que fundamentam as renovações dos próprios fundamentos, ou seja, reinventa a própria tradição se concebermos que, numa visão ampliada, toda Geografia científica é cultural, pois é produto da criação humana.

### **3 Novos elementos teórico-metodológicos na comunidade científica da Geografia e contextos objetiváveis**

Vale ressaltar a observação de Claval (2001) sobre as mudanças com relação às questões efetivadas pelos geógrafos(as). Da questão (anterior) de por que os lugares se diferem, ampliam-se as interrogações: por que os grupos não vivenciam os lugares das mesmas maneiras, seja dos aspectos de reações subjetivas (afetividade), seja no leque do aproveitamento material, dos sonhos e projetos? Claval (2001) destaca que nesse aspecto há enriquecimento da Geografia que, desde o final do século XIX, passava por hegemonia da perspectiva material, passando a trabalhar-se com a dialética “das relações sociais no espaço, com sua ligação ao meio ambiente e ao papel complexo das paisagens, ao mesmo tempo suportes e matrizes culturais” (CLAVAL, 2001, p.41). Dessas questões, temos um novo itinerário de pesquisa. Não se trata mais de descrever a diversidade da superfície terrestre, mas de questionar a experiência e os sentidos que envolvem as “modelagens” e as apreensões dos ambientes.

Claval (2006b) destaca que a abordagem cultural renovada na Geografia traz o homem para o centro da discussão, desenvolvendo-se sobre novas perspectivas, enfatizando as sensações e percepções, em que prevaleceriam estudos atinentes aos discursos e as representações pelas quais os grupos humanos codificam as coisas. Segundo o autor, “os homens não agem em função do real, mas em razão da imagem que fazem dele” (CLAVAL, 2006b, p.94). Um segundo eixo possível de abordagem estaria vinculado à cultura analisada pela ótica das comunicações, nas



quais o tratamento cultural se efetiva a partir da circulação das informações, mediação dos laços que unem os grupos e arregimentam regras, abordadas principalmente nas escalas de relações intersubjetivas. E, por fim, um terceiro patamar no qual a cultura é pensada na perspectiva da construção das identidades, no papel dos indivíduos e dos símbolos sociais, onde prevalecem relações de valores e arquiteturas das relações que permeiam as vidas dos grupos, tais como lógica de empresas, famílias, etc.

Dessa renovação, Claval (2006b) destaca quatro elementos importantes para serem problematizados na Geografia. Primeiramente uma questão de ordem epistemológica. Como produzir conhecimentos se o pesquisador também está embrenhado no lugar de suas pesquisas. Tanto a Fenomenologia quanto a Crítica Radical rompem com o naturalismo. A Fenomenologia irá destacar como as pessoas experienciam os lugares; a Crítica Radical evidencia que as regras sociais resultam em desigualdades e, assim, reivindica um posicionamento axiológico do pesquisador com a justiça social. Assim,

Há mais similaridades do que parece, à primeira vista, entre os geógrafos atraídos pela fenomenologia e aqueles que abraçam a causa radical, pois os dois grupos consideram que os fatos sociais diferem dos fatos naturais [...]. A ideia de que os especialistas das ciências sociais podem se apoiar em uma revolução epistemológica, para dispor de um paradigma que se oponha à experiência das pessoas comuns, é refutada. Os especialistas das ciências sociais são seres humanos que estudam realidades sociais e não têm o direito de ignorar a experiência dos outros seres humanos, muito menos confrontá-los com um tipo de discurso que seria fundamentalmente diferente – e superior – ao deles. (CLAVAL, 2006b, p.46-47)

Da forma como foi exposto, parece haver uma linearidade evolutiva, contudo, continuam em aberto outras possibilidades de se fazer Geografia, como o próprio Claval (2004) ressalta em seu texto sobre a revolução pós-funcionalista, que a evolução do pensamento geográfico se encaminha para uma via diferente da construção paradigmática, propondo-se “a constituição de uma série de pontos de vistas diferentes, mas que não se excluem totalmente” (CLAVAL, 2004, p.37). O que pode ser dito, eventualmente, é que isso cria uma possibilidade discursiva para que apareça aquilo que estamos denominando de abordagens culturais pela Geografia

contemporânea. O autor vai além ao retratar que “A geografia não pode ser concebida como um metadiscorso completamente diferente daquele que as pessoas propõem sobre sua experiência terrestre” (CLAVAL, 2006b, p.47). Nesses processos de autoidentificações estreitam-se os diálogos, a posição do autor se assemelha a Lowenthal (1982, p.105) “como Geografia, entretanto, o universo mais amplo do discurso se centraliza sobre o conhecimento e ideias a propósito do homem e meio ambiente; qualquer pessoa que examine o mundo ao redor de si é, de algum modo, um geógrafo”, isto é, um harmonioso diálogo entre uma tradição e outra.

Nessa mesma linha epistêmica, Claval (2006b) destaca essa problematização epistemológica como um novo fundamento da Geografia Humana. Sob o viés de relativizar os trabalhos, ou seja, “não é possível construir um conhecimento das realidades sociais isento das determinações materiais, históricas e geográficas das pessoas que o produzem” (CLAVAL, 2006b, p.48). Mais semelhanças? Se Claval (2006b) destaca as reciprocidades entre as “pessoas comuns” e o saber construindo enquanto Geografia, Lowenthal (1982) pondera que a própria análise do ambiente cotidiano configura num ato de geografar;

As crenças primitivas do mundo eram simples e suficientemente consistentes para que todo participante compartilhasse muito da sua substância. Na sociedade científica do mundo ocidental ninguém realmente capta mais do que uma pequena fração da visão geral do mundo, teoricamente comunicável. (LOWENTHAL, 1982, p.108)

Mesmo os conceitos são concebidos dentro de uma racionalização efetivada no seio de uma comunidade cultural, científica, assim como as ciências sociais, de maneira geral, passam por uma virada cultural a partir da constatação da não eficiência do termo sociedade, uma vez que “as sociedades são sempre realidades fragmentadas e diversificadas” (CLAVAL, 2006b, p.49), ou seja, como falar da sociedade brasileira, por exemplo, quando os indivíduos participam de diversas performances identitárias. Não obstante, há também uma negligência quanto às identidades modernas, em que, por mais diversas que sejam as sociedades, não se pode negar as suas identificações com o discurso nacional, do qual a Geografia participa ativamente, seja pela preponderância do território, seja pelo discurso escolar, não necessariamente “nacionalista”, mas que, de algum modo, promove o

conhecimento do espaço, criando propensões para os reconhecimentos.

Nessa transição interna também se ressalta que o próprio termo cultura precisa ser utilizado de forma ponderada, pois não existe nada que se assemelhe no mundo objetivo; portanto, é um conceito que só existe no humano, ou seja, só encontra-se uma cultura reelaborada e transmitida como herança, comunicação e ambiente, advindo dessa postura uma tendência para estudos micros e mapeáveis em grandes escalas cartográficas. Outro aspecto epistemológico diz respeito a uma relativização de determinadas categorias como sistema econômico, Estado, ou mesmo, a ideia de classes sociais, ou seja, ordenamentos que perpassam pelo entendimento de serem algumas das formas de organização e classificação em que os seres humanos se auto-representam nas ciências, embora não sejam as únicas. Claramente, não há uma negação em relação ao Estado ou ao sistema macroeconômico, mas um entendimento diferenciado de seus papéis e, conseqüentemente, de seus efeitos e funções sociais.

Um segundo elemento renovado com a reestruturação cultural, ressaltado por Claval (2006b), diz respeito a uma nova *abordagem ecológica*. Angariada pela renovação das relações entre homem e o meio ambiente, pautada em uma nova posição sobre o papel da técnica, para além da postura material, artefato, acenando para uma discussão de como elas são inventadas, transmitidas e quais são os seus “rituais” e usos. Também são criticadas as ideias de se conceber a natureza enquanto externalidade.

Nessa nova questão ecológica, a paisagem tem uma apreensão privilegiada. Pois,

O interesse pelos problemas ecológicos está intimamente mesclado à exploração da paisagem como aspecto fundamental da experiência humana da Terra [...] a nova abordagem explora a convivência que se estabelece entre o espírito e o meio ambiente que o envolve. (CLAVAL, 2006b, p.57)

Um terceiro debate reavivado diz respeito à relação sujeito e objeto, da análise centrada nos geógrafos para a experiência dos outros em relação à Terra<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Lindón (2008) referencia que essa problemática tem trazido uma forte discussão metodológica na Geografia, no sentido da interpretação das interpretações do “outro”, havendo nesse sentido

As identidades, as imaginações, a experiência do corpo e os sentidos, são ressaltados como elementos explicativos, destacando-se que:

A nova orientação das pesquisas sobre a diversidade parte dos homens, e não mais dos lugares: a grande preocupação é inventariar todas as facetas da experiência que os homens têm do espaço. Isto começa pela exploração do papel que o corpo e os sentidos desempenham em suas relações com o meio ambiente. (CLAVAL, 2006b, p.61)

Além da questão de sujeito e objeto, há uma perspectiva de se discutir efetivamente o humano em suas nuances de sexo, idade, do corpo. São explorados os papéis da imaginação para se entender a diversidade, para além de uma visão objetiva do geógrafo, por vezes arbitrária. Categorias gerais, sociedade, raça, entre outras, passam a ser reinterpretadas sobre a lógica das identidades, sob o viés da construção dialética do outro, fecundando estudos de minorias, construção do estrangeiro, do homossexual, segregações socioculturais (racialidades), etc., assim, como o papel dessas minorias na construção de paisagens e processos de territorialização. Pesquisas versam sobre “um mundo onde as pessoas lutam por reconhecimento, esforçam-se para ter acesso a territórios seguros e desejam expressar suas preferências” (CLAVAL, 2006b, p.65).

Ainda baseado em Claval (2006b), destacamos um quarto elemento com relação aos debates teóricos. Aparentemente, não há mais perspectivas de síntese, apenas a multiplicação de pontos de vista. Alguns falam em torno de regularidades estatísticas, outros em tipos ideais similares às propostas de Max Weber (1864-1920). Claval (2001, 2002a, 2006b) busca destacar o “papel integrador da comunicação”, como tentativa de oferecer uma visão de síntese, no aprofundamento das questões multiplicadas, em que a cultura se edifica por meio da comunicação entre os seres humanos.

Também na análise da comunicação, para Claval (2001, 2002a, 2006b), debateriam-se aspectos relativos aos meios utilizados, os códigos, e os símbolos mobilizados. O papel do tempo (na análise) também é importante sobre o viés da herança cultural e as atribuições da intercomunicação, destacando-se que é graças

à comunicação que as pessoas adquirem as habilidades para sobrevivência e, ao mesmo tempo, o reconhecimento social, em outras palavras, uma identidade. Ressalta-se que, quando alguém comunica um dado existente ou imaginário, oferece também indicativos de um fazer (necessidade, orientações), seja no desenvolvimento ou na significação das diferenças sociais, experiências ambientais; para o autor, a previsibilidade de certas condutas pode ser visualizada pelo papel e experiência da comunicação.

Dentre as autoidentificações, há também uma preocupação com a integração nesses debates da tradição de uma análise crítica na Geografia. Jackson (2002), ao discutir sobre as culturas comerciais, busca transcender um possível divórcio entre aquilo que é chamado de cultural e econômico, destacando que, eminentemente, quando se fala em cultura, se tem associado a mesma à beleza estética, à criatividade, à imaginação, entre outros adjetivos, os quais não têm conexão com discussões atinentes ao lucro, por exemplo. Em um diferente aspecto, a discussão econômica purificada seria qualificada como um debate em que não existem forças morais, em que toda e qualquer ação humana é subordinada a lógica do capital.

Para Jackson (2002), os desafios são de superação dessa lógica dualista (cultural x econômico). Através da exploração dos mercados da moda e da alimentação, o autor constrói uma densa argumentação de como esses elementos se imbricam e, assim, faz uma defesa entre uma interação dialética entre o cultural e o econômico. Longe de uma artimanha discursiva (de retórica), inclusive, o autor pontua que as chamadas para romper com essa dicotomia têm sido bem mais amplas que as efetivas tentativas de demonstração empírica dessa relação. O autor ressalta que tal pensamento dualista também se revela em estudos que separam a produção do consumo, o local do global. Jackson (2002) expressa, por exemplo, da *mega marca Nike*, a qual efetiva uma verdadeira comercialização dos esportes. Em outras palavras, seu enorme sucesso é visivelmente pautado no trabalho estrangeiro, do mesmo modo que seus gastos efetivos são maiores que a produção no âmbito do marketing e da propaganda.

Ainda sob o exemplo da Nike para além de uma rediscussão do fetiche da mercadoria, Jackson (2002) ressalta o ano de 1997 em que a Nike teria sido denunciada por exploração do trabalho (internacionalmente), em que seus

representantes destacaram que localmente teriam sido premiados. Alçando mão, nesse caso, do relativismo cultural para maquiar a exploração. Exemplos da culinária também refratam discursos que potencializam oferecer ao consumidor um desfrute de determinada “cultura” quando, na verdade, são de proprietários distintos e mesmo produzidos em diferentes partes do mundo, destacando-se nesse contexto o papel das mídias.

Fora da Geografia, Guattari e Rolnik (1986) discutem uma cultura capitalística, a qual promove um mercado de poder, em que:

Não existe, a meu ver, cultura popular e cultura erudita. Há uma cultura capitalística que permeia todos os campos de expressão semiótica. [...] Assim como o capital é um modo de semiotização que permite um equivalente geral para as produções econômicas e sociais, a cultura é o equivalente geral para as promoções do poder. (GUATTARI; ROLNIK 1986, p.23-24)

Um elemento fortemente debatido é a subjetividade enquanto uma matéria-prima para todos os sistemas produtivos, contrapondo o que se tentou explicar pelos vieses ideológicos, considerando-se que muitos conflitos não se vinculam a uma somatória de subjetividades na escala mundo.

Por outro lado, em debate com o geógrafo Don Mitchell, Duncan e Duncan (1999) argumentam que se afastar de explicações economicistas não quer dizer rejeitar as compreensões econômicas ou políticas como válidas. Os autores advertem que a cultura, enquanto um sistema significativo, está inextricavelmente articulada ao econômico e ao político, bem como guarda em si sua especificidade, embora possa “parecer um conceito caótico, mas apenas reflete sistemas importantes fragmentados, altamente contestados, frequentemente híbridos e sempre fluídos”. (DUNCAN; DUNCAN, 1999, p.64). E destacam achar estranho que o uso de expressões como texto ou discurso soe para os críticos, como análises desarticuladas à vida material. Em consequência, temos o xeque-mate: “autores sem engajamento com uma séria análise social”. Prosseguem Duncan e Duncan (1999), não importam quão associadas estejam à vida material, parece levar algumas pessoas a pensar em que o autor, de algum modo, não está preocupado com questões sociais sérias.

Muito próximo a essa discussão de rompimento com o dualismo entre cultura e o econômico, está a ideia de natureza externalizada versus sociedade, bem como questões atinentes ao universo material versus imaterialidade, o tensionamento entre o mundo de fato e as representações, que para alguns seria o reavivamento do idealismo em contraste com o materialismo. Todavia, essas questões são mais abrangentes.

Vejamos, por exemplo, a discussão de Sahr (2007), cujo argumento passa por uma justaposição de “existência” do espaço: um nível simbólico configurado pela interpretação epistemológica e um nível ontológico de existência. Para isso, Sahr (2007) chama um diálogo com as ideias de significado e significante da semiótica, apontando, a partir de Anthony Giddens, que a relação se constitui por uma dupla hermenêutica entre geógrafo ser social e seu objeto socialmente produzido. Sahr (2007) visa a demonstrar como o signo vem compor essa materialidade do espaço, acrescentado à ação, como se ocupasse a faixa de relação (contato) entre a materialidade concreta e a materialidade simbólica. Note-se que não há uma dicotomia entre símbolo e material, sendo que ambos são dimensões da materialidade.

Dialogando Linguística e Geografia, Sahr (2007) traz o exemplo de Ferdinand Saussure (1857-1913) sobre a língua e a fala, destacando que os significados passam antes pela mente que pelos objetos em si. Da Semiótica de Charles Sanders Peirce (1839-1914), destaca a estrutura tríade objeto/signo, comunicado e intérprete, em que evidencia haver intencionalidades nos objetos, mas sendo mais importante o domínio de prevalência dos discursos, dos quais “os signos, sim, participam na construção dos espaços, mas são apenas formadores mentais de espacialidades” (SAHR, 2007, p.63).

Posteriormente, Sahr (2007) demonstrará algumas presenças da dicotomia significado/significante no âmbito da história do pensamento geográfico, exemplos como dualidade natureza e cultura, relações de homem e meio na Geografia lablacheana, na qual se desdenha a relação de objeto e ideia de objeto para por em seu lugar uma concepção materialista e naturalizante de meio. Matéria versus ideia também está presente na concepção de artefatos de Friedrich Ratzel. Por um lado, a necessidade, e de outro, a idealização dos artefatos. Em Alfred Hettner (1859-1941),

a partir de uma acepção kantiana, o espaço tem um caráter metodológico para a compreensão de qualidades ideais e materiais dos objetos (rompimento com dualismo).

Na Geografia humanista, a ideia de sentidos aos lugares é um avanço. Porém, por não discutir se esses sentidos podem ser diversos, fragiliza a abordagem na medida em que se perde a noção de contestação, entre outros confrontamentos. Já na denominada Geografia Crítica, o autor discute uma semiótica da mais-valia, em que tudo vira valor capitalista. Anula-se a diversidade, o que era para ser crítico passa a ser alienante. Somente em Henri Lefebvre (1901-1991) haveria um rompimento com a concepção da tríade espacial, o percebido, o vivido com certas hegemonias e o concebido por grupos dominantes, planejadores, arquitetos, e o espaço vivido, como concepção de fuga, imaginação utópica, diríamos o projeto e o sonhado.

Propositalmente deixamos no texto a ideia de tríade espacial de Henri Lefebvre, pois o filósofo francês em muito inspirou o geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001), que por sua vez, por consequência, influenciou significativamente a Geografia produzida no Brasil. Dessa forma, destacamos que Santos<sup>55</sup> (2008c) adverte para a consideração da estrutura, o processo, a função e a forma como categorias do método geográfico. Embora seja uma proposta arraigada em uma concepção estrutural do espaço, o autor salienta que qualquer categoria tomada isoladamente representa apenas realidades parciais. Mesmo com a acepção de uma proposta clássica e difundida no Brasil, a proposição de Santos, que visa a uma discussão de espaço geográfico pautado no conceito de totalidade, adverte que enquanto processo intelectual, a abstração é um elemento preponderante e que, por questões cognoscitivas, racionalmente se faz impossível a tomada da realidade por sua totalidade. Dessa forma, disserta sobre as múltiplas imbricações das categorias ou de sua inseparabilidade concreta e conceitual; assim, percebe-se que o autor toma como ponto de partida a *forma* enquanto uma possibilidade visual.

Dessa forma, poderíamos dizer que a forma exerce uma espécie de força centrífuga com relação às demais categorias. Seja na consideração das funções da

---

<sup>55</sup> Primeira edição do livro é de 1985, todavia, a mesma se trata de uma reunião de textos escritos anteriormente.



forma, nas estruturas sociais que auferem valor e formatam as formas, nos processos que imputam a forma como resultado histórico de acúmulo de tempos desiguais com rugosidades e novidades, que implicam em mudanças sociais extremamente mediadas pela técnica, etc.

Fazemos esse exercício, aparentemente desconexo, com o intuito de trazer um ponto de transição entre as características e críticas trazidas pelas abordagens culturais atinentes às demais possibilidades de se fazer Geografia.

Se anteriormente falamos de uma crítica entre uma dualização entre acepção simbólica, parâmetros representacionais, diante de uma materialidade ou uma concepção física, seja em relação a um objeto geográfico, seja em desdobramentos ontológicos e epistemológicos, é porque estamos trazendo no bojo das críticas argumentações que salientam para um forte apelo à materialidade física (empirista) na Geografia brasileira. Silva (2009c) e Silva *et al* (2009b), ao efetivaram uma análise de alguns periódicos brasileiros e de currículos de cursos de graduação, pontuam a seguinte afirmação:

O apego à forma material: a geografia brasileira, embora evidencie em seus currículos um esforço de conceber o espaço para além da dimensão concreto/material, apresenta conteúdos que retratam abordagens que não possuem uma prevalência da manifestação material. Contudo, os referentes da forma concreta do espaço são, muitas vezes, incapazes de alcançar os arranjos imateriais, híbridos, flexíveis, múltiplos, plurais, tão típicos da ordem contemporânea. (SILVA, *et al*, 2009b, p.58)

Se pontuamos anteriormente que, mesmo uma posição influente da obra do geógrafo Milton Santos não teria tido um acolhimento amplo no sentido de superação da centralidade da forma, cabe salientar que o próprio Santos (2008c) destaca que a percepção individual do pesquisador, condicionada por fatores culturais, pode levar o teorizador a superestimar uma das componentes (forma, processo, função e estrutura). Nesse caso, não faríamos um apelo ao componente perceptivo individual, mas há de se buscá-lo parafraseando o sentido empregado por Cantero (1987), em uma tradição geográfica, esta se constituindo também numa cultura enquanto sistema representacional, paradoxalmente apegado à forma/concreto/material. Embora fora do Brasil pareça haver tendências mais

intensas em romper com a centralidade da forma, cabe lembrar que os seus legados não são exclusividades brasileiros. Ao escreverem o capítulo de apresentação de uma obra com um título sugestivo, “Otras Geografías”, que reuniu geógrafos e não geógrafos de diversas nacionalidades, Nogué e Romero (2006) pontuam as contundentes afirmações:

Cuando en este libro hablamos de las 'otras' geografías no nos referimos sólo al nuevo e incierto mapa geopolítico del mundo o a aquellas expresiones geográficas de la globalización, poco estudiadas habitualmente por su intrínseca dificultad y accesibilidad y em buena medida apuntadas em el apartado anterior. Nos referimos también a un sinfín de geografías – algunas nuevas, outras no tanto – que, dese nuestro punto de vista, no han recibido la atención que se merecen em los textos de geografía humana convencionales, nem tampoco em otras muchas ciencias sociales. (NOGUÉ; ROMERO, 2006, p.37)

Essas outras Geografias, em mais ou menos intensidade, incidem em três características principais de tratamento: a invisibilidade, a intangibilidade e a efemeridade, que os autores pontuam como três categorias/dimensões claramente marginais nos estudos geográficos.

Nuestra disciplina trata lo visible, lo tangible y el tiempo de media y larga duración. La descripción geográfica es, en esencia, una descripción visual, de base empírica y cartesiana, que se apoya fundamentalmente en los tangibles y que tiene serias dificultades para integrar en su análisis el tiempo corto, ya sea efémero o fugaz. (NOGUÉ; ROMERO, 2006, p.38)

Todavia, os autores salientam a necessidade de se empregarem nas metodologias geográficas as dimensões de efêmero, do intangível e invisível, já que cada vez mais esses aspectos fazem-se presentes nas sociedades contemporâneas. Nogué e Romero baseados nas argumentações do filósofo Daniel Innerarity (nascido em 1959) destacam, por exemplo, que o poder é cada vez mais invisível, menos identificável, uma vez que os atores se “escondem” em anônimos conglomerados, de localização imprecisa, onde a invisibilidade é promovida por complexos processos de mobilidade, volatilidade e múltiplas fusões, nas quais essas alianças dificultam a compreensão das distribuições de poder. Do contrário, a forma com sua “ditadura do visível” parece surgir com um poder autoexplicativo, como um

dado aparente e inegável. Contudo, não é exatamente a forma que é visível, mas a intrínseca relação entre a matéria e a forma, seja na compreensão que dissocia a forma da matéria pelo pensamento, seja na concepção de conjunto (forma e matéria) enquanto uma “propriedade da percepção visual”.

Todavia, não nos cabe duvidar da validade e das compreensões já elaboradas no seio de uma tradição geográfica, no âmbito de uma “Modernidade Dura” (sólida), para fazermos um trocadilho em relação à Modernidade Líquida apregoada por Zygmunt Bauman (2001) com longas periodizações, centralidade do planejamento, dos projetos desenvolvimentistas, entre outras características.

Em outro viés, se vemos a emergência de novas categorias na Geografia ou, ao menos, indicativos da necessidade de novos tratamentos, nos é imputado apontar mais elementos que justifiquem essa demanda. O papel cada vez mais eloquente dos objetos intangíveis é destacado por Nogué e Romero (2006), quando trabalham com noções de *patrimônio*, por exemplo, em políticas culturais, quando não se autoriza a construção de determinada obra imobiliária para não “atrapalhar” o desfrute do por do sol. Como “medir” isso numa ideia de visualidade tangível?

Ainda com base em Nogué e Romero (2006), registra-se a volatilidade e o efêmero, por exemplo, com base nas ideias de tempo líquido de Bauman, assim como a reestruturação do mundo da produção, com formas de trabalho esporádicas, efêmeras e voláteis, fragmentação e descontinuidades. Assim, questionam-se também as narrativas teóricas universais e, baseados em Foucault, na ideia de heterotopia, destacam que haveria inúmeras alternativas de coexistências espaciais em mundos fragmentados.

Uma nova discussão do poder também ganha força nos argumentos de Evangelista (2007), ao destacar que o mesmo vem paulatinamente alçando cada vez menos dispositivos de força e muito mais de artifícios “culturais”, como a propaganda e seu poder de sedução, bem como a imposição de padrões de comportamento por meio das artes e da mídia, sobretudo, televisiva, com uso eficiente da imagem. Valores que antes eram apregoados pelo patriotismo, por exemplo, hoje são envolvidos num processo “mais disseminado e o que se visa com isso é disseminar a situação de ausência de medida” (EVANGELISTA, 2007, s/p).

Assim, o autor destaca a cultura como a ordem do dia no século XXI,

refletindo sobre ela no âmbito das “novas” estratégias de controle. Mais do que a ordem do dia, fazemos novamente um apelo às ideias já apresentadas de Guattari e Rolnik (1986) no sentido de uma semiotização capitalística.

Outro aspecto destacado por Evangelista (2007), na emergência da cultura, refere-se ao qual denomina governança mundial, em que a

constituição da governança mundial, em substituição às quadrículas de poder representadas pelos estados nacionais, está a exigir uma profunda mudança cultural com novos parâmetros e valores sendo que uma base de apoio é o chamado estado de direito. (EVANGELISTA, 2007, s/p)

Nesse aspecto é que a discussão das ideias tem um papel preponderante, sob o viés do convencimento para o exercício do poder, para as disputas das consciências. O autor efetiva uma reflexão atinente a um deliberado processo de combate às religiões, haja vista que elas atuam com uma ordem que é transcendente, enquanto que o exercício de poder atual visa a um regulamento pautado no estado de direito. Em resumo:

O processo de governança mundial exige um duplo encaminhamento, a saber: a) de um lado, tornar a pessoa isolada, sem a possibilidade de autoidentificação, a menos que isso ocorra “à luz da mídia”; b) de outro lado, proporcionar uma grande rapidez nos contatos entre pessoas através dos diferentes aparelhos de comunicação a ponto de gerar certa “anestesia social”, ou seja, inculcar a dimensão de agrupamentos (uma aldeia global), sem uma identificação mútua, sem condições de um autorreconhecimento. Cabe notar, no entanto, que este novo estilo de controle social adquire vulto recentemente. Se, no passado, sempre ocorreram tentativas expressas de se controlar a opinião para viabilizar relações de poder, este controle, no entanto, não era de todo suficiente, havia de vir correlato à força. Atualmente, o ato de forjar a opinião pública, via mídia, é mais impactante, e menos necessário de expedientes físicos (policial/militar) no controle. (EVANGELISTA, 2007, s/p)

Contudo, a interpretação de Evangelista (2007) é unilateral e contraditória. Já ressaltamos em nosso texto os expedientes de geógrafos que efetivam reflexões em torno das identidades territoriais, por exemplo, nas quais residiriam manifestações de contra poderes, ou seja, arregimentação de lutas espaciais, no rol que se apregoa um discurso de quebra de fronteiras, volatilidade, efemeridade, etc. Por

outro lado, longe de uma busca inventiva incessante, o que se justificaria pela própria ideia de criação e diferenciação, é importante evidenciarmos um estado de alerta, de atenção aos diferentes contextos espaciais. Werlen (2000), por exemplo, com um argumento para o contexto europeu específico, salienta para o perigo da renovação de algumas identidades territoriais “pactuadas pelo sangue”.

Assim, longe de um ecleticismo epistêmico, ressaltamos a importância de atenção também para diferentes interpretações das construções da realidade social. E a relevância de algumas convergências em suas aproximações. Vejamos que Harvey (2004), numa leitura mais afeita com os matizes de um materialismo histórico dialético<sup>56</sup>, também ressalta das mudanças contemporâneas a emergência despolitizada, após os anos setenta, do conceito de globalização (enquanto discurso) que, no mínimo, seria um neocolonialismo ou imperialismo, tendo como marco a simbologia da acessibilidade e o ícone da imagem do globo “pendurado” ao invés do mapa bidimensional, mudando completamente a atividade intelectual dos seres humanos.

As especificidades espaciais são ressaltadas por Harvey (2004), ao criticar o “Manifesto Comunista” de Marx e Engels em que haveria uma visão linear da expansão do capital como uma força central europeia para os não civilizados. Assim, para o autor:

Os fluxos de capital encontraram alguns terrenos mais fáceis de ocupar do que outros em diferentes fases do desenvolvimento. E no contato com o mercado capitalista mundial, algumas formações sociais adaptaram-se para se inserir agressivamente nas formas capitalistas de troca de mercado, ao passo que outros não o fizeram, por uma ampla gama de motivos. (HARVEY, 2004, p.51)

Com Harvey (2004) queremos apontar para uma velha máxima: “não se deve jogar fora o bebê junto com a água do banho”. Estamos chamando atenção para o fato de nos atermos às formas simbólicas e intangíveis do espaço, entre outros elementos; todavia, isso não significa divorciarmo-nos de suas dimensões materiais,

---

<sup>56</sup> Cabe frisar que temos companhia no vislumbramento de aproximação entre abordagens culturais e a obra de David Harvey. Sarmiento (2008) salienta como vanguarda esses estudos ao relacionar ideias e imaginação com a materialidade do mundo. Defende que muitas incursões da Geografia Cultural, de certo modo, foram antecipadas ou mesmo desenvolvidas pelo trabalho de Harvey.

embora, às vezes, seja preciso detalhar que a própria base material se reconfigura. Um exemplo contemporâneo e ilustrativo da questão pode ser extraído da própria argumentação de Harvey (2004), quando configura haver uma erosão do movimento operário que tinha como base geográfica a fábrica (material e simbólica). Com a fluidez e a flexibilidade do trabalho, urge pela incorporação por parte do movimento solidificar novas alianças e novas bases, articular-se ao movimento de base cívica, espacialmente mais fluído.

Assim, destacamos uma reconsideração da política no que diz respeito a uma reorientação da ação no âmbito do novo contexto histórico e geográfico concreto. Esse encadeamento é baseado no constante processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do modo de produção capitalista, de tal modo que o capital vem agindo, de maneira contínua, ao longo de toda a história geográfica do capitalismo. Assim, efetiva-se como mudanças fundamentais na contemporaneidade a desregulamentação financeira — mercados financeiros (após 1970 – EUA), com as inovações tecnológicas, o crescente papel da comunicação e mídias e custo tempo, libertando-se das condições espaciais procedentes, permitindo ajustes rápidos (HARVEY, 2004).

Como consequência, a dispersão e fragmentação geográfica da produção, com a redução dos custos (informação e transportes), lógica das corporações, forte imigração da periferia capitalista para países centrais, mudanças da classe operária com uma crescente feminização e a intensificação dos processos de urbanização.

Essas alterações na territorialização do mundo resultam na perda de alguns dos poderes chaves do Estado, reduzindo-o em alguns momentos a um Estado administrador “de negócios” (*business/mercado*). Desse modo, há um debate do esvaziamento do papel do Estado. Na contramão dessa discussão, Harvey (2004) afirma que o Estado continua “a ser uma das principais defesas contra o poder predatório do mercado [...] um dos recursos essenciais de defesa de identidades culturais e éticas [...] diante da compressão do espaço-tempo e da mercadificação global” (HARVEY, 2004, p.94-95).

Outra consequência é a mudança do Estado com relação à fonte de regulação do trabalho, também com discurso da globalização, a mudança de escala na discussão ambiental. Por fim, um espinhoso problema com relação à reprodução

cultural, não simplista e nem unilateral. Entretanto, Harvey (2004) considera inegável que estes impulsos têm sido fortemente gerados pela “globalização capitalista”.

Se de Harvey (2004) trazemos elementos de uma empiria que dialetizam materialidade e não materialidade, frisamos de Di Méo e Buléon (2007) a concepção teórica da dupla realidade do espaço social — material e ideal, os quais salientam que, em princípio, parece a Geografia estar mais vinculada com as questões atinentes à materialidade do espaço e, por conseguinte, atualmente incorporando as representações, etc. Contudo, para os autores, trata-se de compor uma seara metodológica que avance para uma concepção dialetizadora desses dois vieses.

Para Di Méo e Buleón (2007), o ideal está ligado ao pensamento, porém, essa produção pensante do “eu” é codeterminada por mediações sociais. Já o material seria primeiramente o que a natureza proporciona. E o que seria natureza? O mundo físico mais suas leis e os dispositivos de valores que engendram a relação da sociedade com a materialidade natural, fruto ou consequência da disposição material da natureza. Segundo os autores, são elementos indissociáveis. Uma proposta de superação seriam as práticas e representações espaciais na dialética material no ideal.

Portanto, exige-se uma transformação teórica e política. Paradoxalmente, se anteriormente destacamos de Claval (1999a, 2007b) que haveria um descompasso entre artifícios teórico-metodológicos das abordagens culturais com as mudanças na ordem social que teriam freado suas investigações, são as próprias mudanças hodiernas que acenam para um renovado papel político e teórico da perspectiva. E essas transformações também são delineadas pelos próprios geógrafos compromissados com a abordagem cultural. Vejamos Corrêa e Rosendahl (2007), que trazem alguns argumentos de Mitchell (2000) na configuração da “virada cultural”. Alguns pontos já foram aqui relatados, outros mais originais, com destaque para fim da chamada “Guerra Fria”, o movimento ecológico e as novas formas de ativismos sociais. E com destaque para uma ascendente “consciência” da necessidade de se construir entendimentos do mundo para além do racionalismo moderno, técnico e cientificista.

Outro argumento recorrente são as ideias que o homem e a mulher, por exemplo, para além da linguagem sexista, ganham corpus central nas abordagens.

Heidrich (2010) destaca que a compreensão de humano anteriormente fora efetivada na tradição geográfica por meio de sua generalidade/homem e meio. Almeida (2008) diz que a aceção de um homem (por inteiro) no centro da Geografia viria com a rejeição das dicotomias entre mundo externo (objetivo) e o mundo interno da subjetividade.

Para Claval (2007b), a efetivação dessa centralidade humana seria delineada na apreensão da materialização das ações humanas, já efetivadas dessa forma no rol de uma Geografia Humana, somando as materializações às experiências humanas, crenças, educação, suas inter-relações e suas práticas. Tal raciocínio, de certo modo, é acompanhado por Bonnemaïson (2000).

Contudo, gostaríamos de destacar que a efetivação dessas prerrogativas passa pela superação de certos preconceitos teóricos que, fundamentados em uma suposta coerência epistemológica, têm se eximido do debate com outras perspectivas teóricas, ditas incongruentes de antemão.

Também são positivas as observações de Oberhauser *et al* (2003) em que os geógrafos(as), preocupados com a cultura, têm empreendido uma grande variedade de teorias e, assim, ampliando o leque de tópicos dentro de uma Geografia Humana. A atenção primordial nesses casos é a linguagem no âmbito da efetivação dos discursos e na recriação de identidades e espaço geográfico.

Ainda com base nas mesmas autoras, destacamos os papéis das representações como mediação das relações entre identidades e espaço. E, nesse patamar, a ênfase na arguição da não possibilidade de apreensão total dos sujeitos, em formas fixas e modelísticas de conhecimento e para inseparabilidade entre o material e o representacional.

#### **4 Intertextualidade – nós no campo/paisagem: reflexibilidade e posicionalidade, uma autoidentificação**

Ao enunciar a ideia de paisagem no título desta seção, sugere-se que estamos articulando nosso debate ao seu construto representacional/conceito. Destarte, empregamos o termo muito mais num sentido metafórico, inspirado na ideia de paisagem texto de Duncan (2004), em que o autor trabalha com a concepção de uma paisagem material e, ao mesmo tempo, um sistema de



significados. Assim como um texto, a paisagem configuraria um matiz de significados e simultaneamente transmissora de mensagens.

Destacamos que as interpretações dependem dos sujeitos atuantes no processo. De um lado os textos, os sujeitos e suas arguições do/para campo científico da Geografia (os pares). Por do outro vértice, nossa interpretação compositora da materialidade significante/o texto científico produzido. Desse modo que fazemos mediações e negociações na interpretação dos textos também à luz dos próprios discursos, configuramos uma trama de discursos, a que Duncan (2004) denomina de intertextualidades.

Sugerimos uma relação entre a noção de campo e paisagem, empreendemos a ideia de paisagem também enquanto um horizonte. Logo, o campo científico, aparentemente fechado e estrutural, transubstancia-se em um patamar de inscrição também como um horizonte ao qual nos projetamos e nos embrenhamos como numa metáfora: mergulhássemos em um retrovisor.

Nesse ínterim, em nosso Trabalho de Campo (entrevistas) e no campo (BOURDIEU, 2004), revelam contingências em nossa tese, nas quais produzimos também representações. Pluciennik e Drew (2000), na Arqueologia, destacam que pensar sobre isso remete ao entendimento das inter-relações entre estruturas, constrangimentos e oportunidades, que constituem os resultados de determinadas incursões de pesquisas como representações em entrelaçamento. Assim, ao delinear os aspectos que consideramos pertinentes a esse movimento, demarcamos também a nossa ética com relação às respostas, estas sempre menores ou redutoras da complexidade maior que é o próprio campo — neste caso o científico e o trabalho de campo.

Se já configuramos alguns elementos epistêmicos, como a discussão de sujeito e objeto, a reivindicação do homem e da mulher (de fato) para centralidade das interpretações geográficas, entre outros fatores, cabe destacar que estas são também extrações feitas por nós em relação aos outros discursos por ora agrupados. Então, para além de uma pretensa objetividade/verdade, destacamos a intertextualidade enquanto resultado daquilo que está expresso, assim como os argumentos que se seguem.

E gostaríamos de crivar alguns elementos que vêm dessas novas discussões

aqui efetivadas, ao mesmo tempo em que chamamos atenção que essas discussões se constituem em artifícios metodológicos nessa empreitada. Assim, frisamos um caráter relativo de nossos argumentos, uma posição dentre as possibilidades, pois desconsideramos a possibilidade de se ocupar um umbral privilegiado fora do debate. Assim, não há fechamentos, mas aberturas para a própria pluralidade constatada. Vejamos, por exemplo, que Löwy (2000), ao discutir a contribuição dos estudos de gênero para análise do conceito de ciência universal, mostra uma preocupação feminina com uma ciência de base masculina pautada num *ideal de conhecimento* universal e objetivo.

Tal qual a autora, nos posicionamos no sentido de um reposicionamento do universal, enquanto ideal de promoção com outros pontos de vista inclusos. Löwy (2000), ao traçar uma crítica também a um especialismo feminista relativo a um olhar de mundo, associa-se a uma visão histórico/social de grupo, em que não se trata de realçar uma dominação ao avesso, mas de levantar potencialidades.

Para a autora, estudos de gênero na perspectiva anticolonial revelam certo universal concreto em uma realidade situada e comunicada. Nesse sentido, também há um posicionamento de um conhecimento gerado sempre dentro de uma comunidade científica, inscritos em redes e produzidos por indivíduos que fazem opções. A conclusão da autora é que esse conhecimento situado é uma estratégia para sair tanto do totalitarismo quanto do relativismo.

Rose (1997) discute a questão da posicionalidade do pesquisador, da relação sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, defendendo que todo conhecimento é produzido em determinadas circunstâncias, ressaltando a importância de se refletir também com relação aos contextos em que se efetivam as relações pesquisador/pesquisado, sendo que essas circunstâncias, de certa forma, moldam o conhecimento produzido. A autora discute sobre a *reflexibilidade* como uma estratégia para situar os conhecimentos, evitando a falsa neutralidade como a universalidade dos conhecimentos científicos.

Rose (1997) ressalta, ainda, que o critério de “reflexibilidade” constitui-se numa discussão metodológica, em que se debate o papel do pesquisador nas escolhas das perguntas, na condução da investigação e, sobretudo, em sua condição de dar a última palavra, ou seja, tecer as interpretações. Logo, são

inerentes a essa discussão questões referentes ao poder, na configuração das “verdades” científicas, dos tipos (classificação) dos “resultados”, dos produtos das incursões científicas. Baseada em Moss (1995), ela debate uma flexibilidade interna, a introspecção do pensamento analítico, autoconsciente e autocrítico do pesquisador, assim como a reflexão externa, naquilo que reflete a aceitabilidade de seu trabalho, a sua inscrição na comunidade científica.

Bourdieu (2004), ao discutir aquilo que chama de espaço dos pontos de vista, critica aqueles autores que fazem a ciência da ciência e que não reconhecem a posição em que estão pronunciando-se como participantes do campo (puritanismo de sua posição), advertindo para se considerar seus pontos de vista dentro dos enfoques possíveis em que as tomadas como supracientíficas, nada mais são do que falsas. Contra o absolutismo e o relativismo, adverte para a admissão de uma tomada de posição:

Essa tomada de posição objetivante (a que se pode aplicar ao próprio sujeito objetivante quando ele toma por objeto) [...] está implicado no fato de situar esses pontos de vista no espaço das tomadas de posição e relacioná-los às posições correspondentes, isto é, ao mesmo tempo, destituí-los de sua pretensão “absolutista” à objetividade (ligada à ilusão da ausência do ponto de vista) e também de explicá-los, dar-lhes razão, torná-los compreensíveis, inelegíveis. (BOURDIEU, 2004, p.45)

Destaquemos que Rose (1997) atesta para a dificuldade de se conhecer todo o contexto em que se desenvolve a produção do conhecimento, assim como a impossibilidade de todo um entendimento do eu (posicionalidade do pesquisador). Essa problematização, para nós, tem uma validade no âmbito do reconhecimento dos limites de uma investigação e do posicionamento ao se dizer de se onde está falando ou, nas palavras de Bourdieu (2004), no reconhecimento de uma tomada de posição no jogo de forças e disputas de poder.

Assim, reconhecemos nossa posição, assim como os seus limites, diferentemente de autores como Morin (1996) e outros que, ao traçarem críticas à Ciência Moderna, propõem como solução costuras infindáveis que, para nós, seriam menos pobres, mais complexas, mas de improvável operacionalização. Contudo, assumindo deliberadamente, como destaca Rose (1997), que a investigação e os

sujeitos envolvidos no processo funcionam como textos interativos. Nesse contexto, concordamos com Morin (1990) no âmbito em que “caminhamos, hoje, em direção à pesquisa de uma razão aberta, e não mais de uma razão fechada da lógica clássica” (MORIN, 1990, p.26-27). Essa citação tem a ver com necessidade do diálogo entre a certeza e a incerteza. O que quer dizer que não é suplantação da lógica clássica, mas sua abertura para o diálogo com o mundo no qual sempre há algo não contemplado pela teoria.

Assim, quando trazemos uma série de informações de um espaço-tempo contemporâneo que afastariam as críticas a um possível modismo nos estudos culturais, acrescentamos que estamos também nos posicionando, assumindo o ponto de vista; simultaneamente justificamos e buscamos valorizar a nossa própria incursão investigativa.

#### **4.1 Arremates do capítulo: posições, conexões e divergências**

Neste capítulo, apresentamos uma demarcação da abordagem cultural na Geografia como uma presença alinhavada na investigação das invenções humanas, expressas em materialidades, suas dispersões e diferentes níveis de soluções em relação ao meio ambiente, auferido pela abstração da paisagem. Uma demarcação apreendida na caracterização do complexo regional e, posteriormente, uma sofisticação da abordagem por meio da incorporação da problemática das regras sociais.

Também foi evidenciado que, com a apreensão da lógica das localizações espaciais, concomitantemente, debate-se que as mesmas não se efetivam plenamente por meio de uma racionalidade pura, evidenciando-se as crenças e as representações. No bojo dessa intersecção, surgiu um apelo à constatação do espaço vivido, discussão da corporalidade por meio dos sentidos e apreciação representacional, recorrendo a diferentes linguagens. Num outro viés, o debate dos significados e da interpretação simbólica.

Destacamos que essas discussões estão inseridas no âmbito de uma processalidade da história do pensamento geográfico. Todavia, nossa incursão em torno de suas mudanças é concebida por intermédio dos processos epistêmicos, ou seja, pelo debate da construção social do conhecimento, em que aparecem embates

atinentes à materialidade, reconstituição de uma Geografia mediante a consideração das espacialidades representacionais, das ideias e das ações.

Essas são algumas das características epistêmicas requisitadas para explicar o desenvolvimento das perspectivas culturais no Brasil. Destacamos autores que ressaltam apreço à objetividade, à materialidade (forma) e ao empirismo. Por outro lado, busquemos deixar transparecer que há um embate no âmbito das posicionalidades e das autoidentificações desse campo na Geografia brasileira. Se alguns autores acenam para a incorporação de um debate internacional na ótica de um desenvolvimento de uma Geografia cultural tardia (no Brasil), outros tecem uma crítica pós-colonial com o intuito de dar visibilidade às diferentes matrizes de racionalidade presentes nas espacialidades brasileiras.

Efetivada essa apreciação temporal, com percursos sincrônicos e diacrônicos, discutimos algumas mudanças contemporâneas com relação aos contextos objetiváveis e, simultaneamente, evidenciamos alguns elementos teóricos e metodológicos enquanto características que denotam a constituição de regras e critérios de cientificidade da Geografia.

Dos elementos, em termos sintéticos, gostaríamos de fazer um contorno especial atinente à passagem de uma hegemonia do material para consideração das sensações e percepções no âmbito dos estudos das representações, o papel destacado para as comunicações, os laços identitários e as relações intersubjetivas.

Também, enquanto elementos concomitantes à ascensão de um debate cultural, referendamos a consideração de uma dupla hermenêutica no âmbito da problematização da relação entre sujeito e objeto na produção dos discursos geográficos, como um saber social com a ascensão de uma valorização dos conhecimentos dos “sujeitos comuns”, com suas imaginações, experiências e múltiplas linguagens.

Algumas críticas renovadas são apregoadas a debates referentes à Modernidade, sobretudo, em relação a uma lógica racional dual. Disso emergem discussões que visam a superar dualidades como sociedade e natureza, econômico versus cultural, signo frente à materialidade, assim como a altercação entre significado e significante. Destacamos que dentre essas novas requisições teóricas e metodológicas, bem como referentes aos contextos históricos e geográficos

contemporâneos, há de se salientar a consideração de objetos e debates que estejam atentos àquilo que Nogué e Romero (2006) apontam como intangível, efêmero e invisível, assim como o papel das mídias, as mudanças da divisão territorial e social do trabalho, as ações políticas fluídas, bem como a flexibilização financeira e redimensionamento do Estado, todos esses pontos como características que levariam à produção dos conhecimentos no nível científico, pautados numa relativização de seus discursos.

Estas características foram por nós pinceladas no âmbito da discussão interna do campo da ciência geográfica, bem como sua intercomunicação no rol das ciências e as relações históricas “concretas”. Assim, conforme Bourdieu (2004), a existência de regras específicas do campo, a partir da ideia de autonominação, evidenciamos o papel dos sujeitos na construção dessas regras, sob o aspecto das lutas e do poder, para além de um caráter de reprodução. Aqui também são importantes as contribuições de Foucault (2009) no âmbito de consideração do enredamento entre os discursos e os objetos em práticas sociais.

Assim, buscamos fazer emergir quais as expressões culturais evidenciadas e de que modo são expressas, as escalas de enredamento, ou seja, de cima para baixo ou a partir dos sujeitos, se o homem e a mulher estão no centro das discussões, e que tipo de homem e mulher fazem parte dessa nova Geografia Humana delineada. Desse modo, demarcamos nossa posicionalidade como uma construção discursiva situada na imbricação mútua com os outros discursos.

## CAPÍTULO 03 AUTOPOSIÇÕES NO CAMPO DISCURSIVO DA GEOGRAFIA

Se você quer entender o que é a ciência, você deve olhar, em primeiro lugar, não para as suas teorias ou as suas descobertas, e certamente não para o que seus apologistas dizem sobre ela; você deve ver o que os praticantes da ciência fazem. (GEERTZ, 2008, p.04)

A análise do discurso e da intercomunicação entre os geógrafos culturais permite traçar um quadro de tradição e inovação do pensamento geográfico – cultural. Através de um exemplo ilustrativo, portanto não representativo para todos os geógrafos culturais, de um representante da geografia cultural, pretendo mostrar que não é a disciplina "geografia cultural" que está em constante movimento, mas são as pessoas que a criam e (re) formulam. (SEEMANN, 2000, p.50)

### 1 Trajetórias de pesquisas

#### *Você se considera um(a) geógrafo(a) cultural?*

Quanto à questão de identificação com o “rótulo de Geografia Cultural”, suscitam-se algumas apreensões das quais destacamos a compreensão da cultura enquanto uma *dimensão*<sup>57</sup> importante de ser pensada na ciência geográfica. Essa ideia, por exemplo, aparece na trajetória do geógrafo Absirto<sup>58</sup> a partir da sobreposição de dimensões no entendimento da produção do espaço público, tendo como mote de pesquisa os bairros populares das metrópoles de Salvador e São Paulo. De um lado, os debates teóricos inseridos nas reflexões dos fenômenos de pesquisa levam à dimensão da cultura; de outro lance, os próprios objetos apresentam essa faceta, no enlace teórico. Destaque-se a perspectiva de Hanna Arendt (1906-1975) de discussão de política e cultura na formação do espaço público reflexionado ao espaço urbano

---

<sup>57</sup> Souza (2013) considera a cultura como dimensão das relações sociais, assim como as situações econômicas e políticas.

<sup>58</sup> Os nomes verdadeiros de nossos entrevistados foram trocados por nomes fictícios. Desse modo, cada repetição de um nome corresponde a um mesmo sujeito entrevistado. Entre entrevistas pessoais, entrevista piloto com dois professores e consultas por e-mail participaram da pesquisa 18 geógrafos/professores.

pela discussão de Henri Lefebvre com a questão do direito à cidade, ou seja, um direito que amplia os aspectos monolíticos, envolvendo elementos próximos também da cultura. E, por fim, essa postura reveste-se na ideia de uma recomposição da Geografia Humana de modo geral, como se pode evidenciar no trecho de entrevista:

Eu acho que tem duas formas diferentes de pensar isso. Eu acho que não é a mesma coisa você falar que trabalha com abordagem cultural e você falar que trabalha com Geografia Cultural. Estou mais inclinado a dizer que eu trabalho com abordagem cultural em Geografia Humana. Eu não estaria nada inclinado a dizer que eu trabalho com Geografia Cultural. Inclusive eu refuto essa ideia de uma Geografia Cultural estrita, sem relação com outras dimensões que eu considero importantes na produção do conhecimento geográfico. Afinal a Geografia ela está aí para entender o mundo, digamos assim, como é que esse espaço mundo é produzido. Com todas as suas singularidades também. Eu acho que se você restringe a uma Geografia Cultural, acho que você perde muito dessas possibilidades analíticas dos processos socioespaciais que acontecem no mundo hoje<sup>59</sup>.

Abarcamos em nível semelhante de compreensão, o posicionamento do geógrafo Jônio: “não posso afirmar que seja um ‘geógrafo cultural’. Esses rótulos me incomodam um pouco”<sup>60</sup>. Jônio destaca, posteriormente, que tem trabalhado em pesquisas em que busca debater a formação dos espaços e composição dos mesmos na apreçoção de sentidos enredados pelos sujeitos. Tal empreitada, dentro das múltiplas possibilidades de abordagem da cultura, leva-o também para uma inclinação cultural dentro da compreensão de cultura como “um universo” simbólico o qual compõe identidades (individuais e coletivas) e, conseqüentemente, “acabam por influenciar na formação dos sentidos e espacialidades da existência”.

A posição denotada por Absirto quanto à incorporação do espectro cultural dentro da Geografia Humana é similar aos argumentos de Cabarne<sup>61</sup>, que se autoidentifica como um estudioso de Geografia Humana e formador de

---

<sup>59</sup> Entrevista concedida por Absirto (outubro, 2011). Entrevistador: Almir Nabozny. Goiânia, 2011, 1 arquivo em formato mp3 (58 min). A identificação completa da entrevista é relacionada na primeira citação, na sequência são assinaladas como “referências”.

<sup>60</sup> Entrevista concedida por Jônio (fevereiro, 2012). Por e-mail.

<sup>61</sup> Entrevista concedida por Cabarne (dezembro, 2011). Por e-mail.



profissionais de Geografia na área do Ensino. Ao mesmo tempo Cabarne ressalta que, em determinados contextos externos, quando se fazem necessárias determinadas afiliações, considera-se um pesquisador das perspectivas culturais. Esses sentidos apregoados por nossos entrevistados incrementam os argumentos de Gomes (2009a) de que o “giro cultural” na Geografia brasileira traz consigo aquilo que não teria lugar em uma “Geografia Humana Tradicional”, pensamento próximo de Claval (2007b) quando da análise da Geografia francesa, onde identifica a abordagem cultural como uma postura de reconstrução da Geografia Humana.

Colhemos enunciações em termos de uma abordagem teórica, ora apontando uma especificidade filosófica ou de método, atrelado em específico à Fenomenologia, fazendo alude à questão humanista. Destarte, refuta essa possibilidade enquanto fundamento na construção da Geografia em si. Essa postura enlaça-se, ao menos, em três tipos de trajetórias, como uma opção no decorrer dos estudos em Geografia (01), enquanto um encontro decorrente da execução de estágios de pós-doutorado em outros países (02), ou como uma opção tardia (03), embora latente e constrangida perante a impossibilidade de expressá-la por conta da não permeabilidade dos estudos enunciados nas pós-graduações brasileiras em um passado não muito distante.

A primeira opção se exemplifica pela trajetória da professora Aagje.

Ao final do curso de graduação e início da carreira profissional, no final da década de 80, me colocava como uma profissional que pautaria sua carreira tomando como referência teórica o materialismo histórico dialético. Como professora da disciplina Teoria e Método em Geografia, pude discutir com meus alunos os fundamentos filosóficos e metodológicos da ciência e da ciência geográfica. Em meio aos debates construindo argumentos e desconstruindo outros, pude perceber que a geografia teria como ciência que buscar compreender o mundo na sua dimensão humana, superar a abordagem que via o homem apenas como classe social. Assim me aproximei dos geógrafos que radicalizaram ao criticar a racionalidade exagerada da ciência e com ela a exagerada geometrização do espaço. Aproximei-me, portanto, da perspectiva fenomenológica, dos existencialistas. Essa visão de mundo se articulou com a abordagem cultural e humanista da ciência geográfica. Parti então para a retomada da geografia cultural, que permitiu ver que os homens tem também uma relação subjetiva com o mundo que

em dado momento se coletiviza, produzindo cultura<sup>62</sup>.

Nos argumentos da geógrafa Aagje, a questão da radicalização é um elemento discursivo que tem um sentido interessante, uma vez, que tal qualificação é mais comum aos trabalhos geográficos próximos aos marxismos, de tal modo que surte no Brasil um efeito obscurecedor em que o movimento de renovação da Geografia seria somente alcunhado pela denominada Geografia Crítica ou Radical. Poderíamos especular uma série de razões, tais como a fundamentação da obra “Por Uma Geografia Nova” (SANTOS, 2008b [1978]), que de algum modo se torna aquilo que Monteiro (1982) qualifica como um “livro manual” de um período, pois, em tal texto, Santos (2008b) claramente faz uma opção por uma renovação da Geografia sob os auspícios de uma abordagem materialista.

Contudo, em entrevista, a geógrafa Laódice<sup>63</sup> relata que em Rio Claro (Universidade Estadual Paulista – UNESP) houve um trabalho conjunto entre duas frentes de renovação que era composto por geógrafos com trabalhos vinculados à denominada “Geografia Quantitativa” e um trabalho alinhavado por Livia de Oliveira em torno da percepção do meio ambiente na Geografia. De tal modo, a concepção de Geografia, atrelada aos modelos matemáticos e com fundamentos filosóficos próximos as teorizações do “Círculo de Viena”, foi uma perspectiva severamente contestada no debate brasileiro. O texto de Moraes (1987) fornece uma ideia de como essa discussão foi encarada no Brasil, em que a denominada Geografia Quantitativa fora compreendida enquanto um debate positivista e vinculada ao planejamento burguês.

Com relação aos debates e críticas supracitadas, estamos longe de tentarmos efetuar um julgamento dos fatos destoados de seus universos contextuais. Todavia, aqui, procuramos entender e encontrar com a reflexão de Oliveira (2007) aquilo que a autora praticava como percepção geográfica do

---

<sup>62</sup> Entrevista concedida por Aagje (janeiro, 2012). Por e-mail.

<sup>63</sup> Entrevista concedida por Laódice (maio, 2011). Entrevistador: Almir Nabozny. Rio Claro, 2011, 1 arquivo em formato mp3 (46 min).

meio ambiente<sup>64</sup> estaria muito mais próximo de uma Geografia Humanista, com proximidade das obras do geógrafo Yi-Fu Tuan. No entanto, Livia de Oliveira destaca que seu trabalho foi em grande parte taxado de Geografia da Percepção<sup>65</sup> e que, por trás desse rótulo, viria a ideia de uma visão biológica presa pelo psicologismo da Gestalt ou algo Behaviorista. Nesse compasso, Aagje defende a ideia de uma Geografia Humanista como uma crítica renovadora para sinalizar que, de algum modo, essa é uma compreensão tardia no discurso brasileiro, uma vez que tal debate foi associado a uma crítica conservadora, talvez pela convivência amigável entre o grupo de pesquisadores relacionados com Livia de Oliveira e os geógrafos afincos da Geografia Quantitativa, ou mesmo por ambas pertencerem a uma “origem” mais anglo-saxônica. Já o discurso marxista aproximava-se no Brasil ao debate americano (Revista Antipode), mas, sobretudo, herdará as reflexões que se iniciam na França sob o rótulo de Geografia Ativa (GEORGE, *et al*, 1973).

Já a professora Melpone<sup>66</sup> relata que teve uma formação muito mais próxima de uma Geografia descritiva ou aplicada e o doutoramento na França com uma leitura mais próxima do marxismo, quando pode vislumbrar a incursão de uma Geografia Cultural. Com relação à Geografia Cultural, Melpone aproxima-se num estágio de pós-doutoramento, buscando um diálogo entre uma ótica crítica com uma linhagem cultural, em encontros na França, Itália e Canadá. Disso a posição de Melpone é de que a Geografia Cultural configura uma modalidade de compreensão da realidade. E nesse ponto há um encontro com a ideia de radicalização discursiva expressada por Aagje (em entrevista), no aspecto que Melpone pondera como aproximações entre uma Geografia Crítica com o humanismo ou construindo um marxismo humanista (ALBET I MAS, 1988). Sobre os mesmos alicerces de interrogações, temos pesquisadores que se disseram praticantes de Geografia Cultural (Daciano<sup>67</sup>) e,

---

<sup>64</sup> Referenciado na Epistemologia Genética baseada em Jean Piaget (OLIVEIRA, 2007).

<sup>65</sup> “A tendência Humanista na Geografia se propaga na mesma época da Geografia Quantitativa. Nessa época os geógrafos radicais vinculavam a visão fenomenológica com a Psicologia do Comportamento e atribuíram aos seguidores desta perspectiva severas críticas” (SUERTEGARAY, 2005b, p.31).

<sup>66</sup> Entrevista concedida por Melpone (janeiro, 2012). Por e-mail.

<sup>67</sup> Entrevista concedida por Daciano (janeiro, 2012). Por e-mail.

até mesmo, militantes de uma espécie de sub-área (Júnio<sup>68</sup>).

Não obstante, Seleno<sup>69</sup>, que se graduou em 1986 quando desenvolveu um trabalho de graduação próximo da Geografia Humanista, relata que posteriormente, realizou um trabalho de mestrado sob os auspícios do estruturalismo, o qual, segundo o entrevistado, era o que estava em voga no início da década de 1990, no Brasil. Em torno da metade da mesma década, o estudioso começou a procurar um programa de pós-graduação para desenvolver uma Geografia sob o aporte mais humanista; no entanto, não obtendo êxito, teve de desenvolver sua tese em um Programa de Pós-graduação em História. Vale salientar que o retorno para um aporte próximo da fenomenologia, ou mesmo da filosofia de modo geral ocorre no escrutínio de ministrar aulas de disciplinas com discussões de ordem epistemológicas nas universidades.

Dentro dessa espécie de Geosofia<sup>70</sup>, se de um lado identificamos certo constrangimento para o desenvolvimento de determinadas pesquisas no escopo do campo geográfico (estrutura universitária) instituído no Brasil, ressaltamos em outro mote os tensionamentos no nível teórico, como expressa o relato da professora Jabel<sup>71</sup>:

Então, eu trabalho na [ ] desde 1995. E quando eu entrei na [ ] eu estava no final de minha dissertação de mestrado e, minha dissertação de mestrado me levava bastante a pensar o urbano a partir de uma perspectiva do planejamento urbano alternativo que era minha trajetória profissional anterior. E com essa trajetória profissional anterior de trabalhar, digamos, com prefeituras e tal, eu comecei, digamos assim, a observar que quando o técnico trabalhava com as pessoas existiam diferentes perspectivas de urbano pelos grupos que eu estava trabalhando. Então, foi uma coisa assim, na época nós estávamos numa

---

<sup>68</sup> Entrevista concedida por Júnio (janeiro, 2012). Por e-mail.

<sup>69</sup> Entrevista concedida por Seleno (maio, 2011). Entrevistador: Almir Nabozny. Curitiba, 2011, 1 arquivo em formato mp3 (89 min).

<sup>70</sup> Conforme a proposta de Grupo de Trabalho, realizado em julho de 2012, durante o XVII Encontro Nacional de Geógrafos, Geosofia remete a “uma geografia do conhecimento, à maneira de uma história, ou uma sociologia do conhecimento”. Esta coloca em evidência a natureza geográfica da existência e da experiência, enfatizando os contextos geográficos de produção e difusão do conhecimento (Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural. Disponível: <<http://geografiahumanista.wordpress.com>>, visitado em 23 de agosto de 2013).

<sup>71</sup> Entrevista concedida por Jabel (maio, 2011). Entrevistador: Almir Nabozny. Ponta Grossa, 2011, 1 arquivo em formato mp3 (67 min).

hegemonia do pensamento da cidade, do espaço urbano, a partir de uma perspectiva política econômica estrutural. E eu não consegui fugir desse padrão em minha dissertação de mestrado. Eu acho que muito mais por medo de ousar desafiar os pressupostos que já estavam estabelecidos pela análise do urbano no campo da Geografia e, eu me mantive então, embora percebendo na minha prática de trabalho que existiam grupos que pensavam o espaço que eles vivenciavam de formas diversas, eu ainda não conseguia dentro da Geografia uma maneira de trabalhar isso cientificamente. Então, eu passei minha dissertação de mestrado e, depois eu passei e fui fazer doutorado e no doutorado eu estabeleci uma relação que eu fiz meu doutorado na UFRJ aí eu estabeleci uma relação de maior ousadia. Na UFRJ, em função até de meu orientador que disse: “olha você tem que ter os seus próprios voos”, principalmente na tese de doutorado. E aí que eu comecei a trabalhar com a ideia das representações sociais, já muito influenciada por essas práticas de trabalho que eu tinha nas prefeituras e pensando como que diversos grupos tinham, digamos assim, conteúdos representacionais diferentes. Então, essa é uma, um período que eu estava vinculada a [...], aí eu sai de uma análise puramente econômica e política, para trabalhar as representações diferentes dos diversos grupos sociais. E quando eu voltei de minha tese de doutorado, eu ainda tinha essa inquietação ligada às questões de gênero, que até então eu também não conseguia, digamos assim, pelos conceitos que eu havia apreendido, pelo, digamos, pela minha história de fazer as disciplinas de epistemologia e metodologia nunca eu ouvi falar sobre a perspectiva de gênero dentro da Geografia. Isso posso te garantir desde minha graduação até terminar o doutorado, nunca! Em nenhum momento de minha existência acadêmica eu tive alguma aula sobre ciência, sobre pensamento, ou sobre o desenvolvimento da ciência que me apresentasse multiplicidades de pensamentos sobre o que era a Geografia do campo do gênero. Mas, essa era uma inquietação minha. E aí quando eu voltei para [...] eu decidi que iria trabalhar com isso, que era um desafio pra mim e um desafio até para Geografia como um todo.

Na fala de Jabel, além da dificuldade teórica em certos períodos para problematizar determinados desafios que a empiria proporcionava, em virtude de determinadas hegemonias epistêmicas, outros aspectos merecem destaque: a importância acentuada pela pesquisadora em relação às disciplinas de epistemologia da Geografia e de metodologia da pesquisa no rol da formação do profissional geógrafo.

Ainda em relação aos argumentos de Jabel, destacamos a questão da relação entre a autonomia do pesquisador e o seu grau de titulação. Esse aspecto pode ser relevante se conjecturamos em torno de “gerações de

pesquisadores” envolvidos com determinados temas, pois, primeiramente, é aprovado na CAPES o curso de mestrado e, passado alguns anos, é passível que o Programa de Pós-graduação pleiteie o curso de doutorado. Nesse ínterim, alguns mestres migram para outros orientadores, interrompendo possíveis ciclos de trabalhos, ao passo que existe uma tendência de adequação das pesquisas dos alunos de Pós-graduação a linha de pesquisa do professor orientador, o que por um lado estimula uma coerência investigativa, de outro mote, engessa as possibilidades de desenvolvimento de pesquisas autônomas pelos jovens pesquisadores. Mesmo o progressivo avanço em aprovações de cursos de doutorados em Geografia no Brasil pode vir cerceado por uma inclinação ao produtivismo acadêmico disfarçado do discurso da coerência da linha de pesquisa<sup>72</sup>.

Assim, podemos relacionar alguns aspectos com os relatos antecedentes, vide a descoberta de novos horizontes epistêmicos no caso de Aagje e, ao mesmo tempo, o trabalho com essas novas perspectivas reforçado na entrevista de Seleno, na gradativa autonomia de pesquisa da dissertação ao doutoramento expressado por Jabel. Finalmente, tanto no caso da professora Jabel como no exemplo do professor Seleno, ambos puderam, finalmente, desenvolver plenamente aquilo que era latente em seus anseios posterior, ou seja, à “formação completa” (no caso doutoramento) quando iniciam o desenvolvimento de pesquisas sob suas coordenações, enquanto professores efetivos de universidades públicas brasileiras.

Nesses trechos anteriormente citados, buscamos demonstrar determinadas influências do campo científico na prática individual dos fazedores da ciência; por outro lado, é possível observar como determinadas posicionalidades individuais podem deflagrar transformações nas próprias estruturas estabelecidas. Como diálogo com o campo, ressaltam-se as deflagrações conceituais providas, por exemplo, de Seleno e Aagje (entrevistas), entre uma crítica à Geografia integralmente (epistêmica) e às dificuldades em se exercerem determinados tipos de pesquisas na pós-

---

<sup>72</sup> Essa temática da produção acadêmica, do controle discursivo e o poder foi tema de um enxuto, porém provocativo ensaio escrito por Corrêa (2006) e reforçado em entrevista (2011a).

graduação. Por outro lado, a busca por estágios de pós-doutoramentos fora do Brasil; as investidas em objetos/fenômenos em que o pesquisador teve que buscar aportes conceituais em autores cujos debates da dimensão cultural estavam delineados, etc., demarcam posicionalidades dos pesquisadores na sua inserção relacional no próprio campo.

Assim como, a posicionalidade e a reflexibilidade do pesquisador, cabe salientar da entrevista de Jabel o “medo” em desafiar as teorias consagradas em determinado período da sua trajetória acadêmica, tais como, efeitos de um poder simbólico (BOURDIEU, 1989)? Sob esse aspecto, nem tudo pode ser reduzido às relações de poder, mas de uma condição do sujeito – uma jovem pesquisadora, por exemplo, cujos movimentos de estudos e descobertas não estão isentos de idealizações, respeito e admiração. Nisso as trajetórias vislumbradas, suas interposições demarcam movimentos de construções científicas corporativas e ao mesmo tempo as ações e as práticas dos sujeitos.

## **2 Uma interpretação das trajetórias teóricas: do discurso crítico (tradição) ao novo como incorporação das mudanças**

Absirto (em entrevista), ao ser interpelado sobre o seu desenvolvimento teórico ao longo da carreira universitária, pondera como primeira questão a paisagem e a região como dois cerne em seus trabalhos, ou seja, o primeiro alicerce pensado é em termos de conceito, destacando a paisagem em diferentes abordagens, ao passo que trata da região sobre o aspecto de seu ingresso como professor da [ ] em um concurso para Geografia Regional (1996). Evidência que, pelos seus pares, é identificado por determinados temas como periferias metropolitanas, buscando compreender o outro (alteridade) e conforme entrevista, destaca,

isso me levou, também, para um aprofundamento de leituras que acho que me identificariam nesses momentos com uma Geografia dita social, crítica ou marxista e, certamente, ainda muito distante dessa perspectiva cultural, dessa perspectiva que se coloca hoje mais claramente nos trabalhos dos grupos que coordeno. (ABSIRTO, em entrevista)

Assim, as escolhas e pesquisas atuais do geógrafo Absirto representam leituras de textos de autores como Hanna Arendt e Henri Lefebvre, articulados às temáticas como da produção de mídias alternativas. Sob os aspectos conceituais, o pesquisador destaca o papel da paisagem geográfica enquanto expressora de uma produção cultural diversa, numa compreensão aproximada de geógrafos como D. Cosgrove e James Duncan. Nesse ínterim, o estudioso salienta a busca de um diálogo entre uma análise materialista de referência marxista e as fenomenologias (a qual faz questão frisá-la no plural). A aproximação adevem que Cosgrove (1998) trabalha a questão cultural próximo a uma linguagem marxista referendada em paisagens hegemônicas e residuais, ao passo que Duncan (2004) traz a tônica uma compreensão da paisagem tal qual um texto que reflete os tensionamentos do poder em sua “escrita”.

Então, a paisagem finalmente está aqui presente novamente e ela foi um conceito operacionalmente muito importante para o desenvolvimento das pesquisas. E, inclusive, para compreender esse espaço outro, que se produz de uma forma bem diferenciada e isso acabou revelando agentes, sujeitos que produzem o espaço, não somente morfologicamente, formalmente, estruturalmente diferenciado, mas também, digamos assim, espacialidades que se manifestam não necessariamente de uma forma materializada ou permanente. Isso me levou também a um aprofundamento desse estudo das manifestações culturais populares, que é outro tema que também identifica muito minha trajetória. E, também, o acesso desses grupos e iniciativas à esfera pública e ao espaço público na cidade, quer dizer, como essas ideias de cultura, essas produções outras, elas se manifestam no espaço público e como há aí também uma espécie de hierarquia a ser vencida. Então, acho que isso, da ideia do espaço público como espaço da ação política, como espaço da cultura, da política (Absirto, em entrevista).

Então, a referência à operacionalização da paisagem, conforme a autoavaliação de Absirto, comunga com outras arguições, isto é, a procura de um rompimento com a expressão humana apregoada pela forma geográfica, vinculada apenas à materialidade; um homem-estrutura, etc. Em contraposição, alardem questões dos sentidos, subjetividades, a experiência e a imaginação dos grupos, enfim, pessoas em relação ao espaço geográfico. Disso, é



interessante a compreensão expressa em entrevista por Corrêa (2011a) destacando que essas experiências podem ser, inclusive, alienantes; porém, cabe ao geógrafo pesquisar e entender essa vivência diversa do espaço. Nesse argumento, de um lado, há a valorização do outro, assim como a presença de uma nuance discursiva marxiana em termos da ideia de alienação.

Nesse enlace, é importante ressaltar argumentos presentes nas falas de nossos entrevistados em que um novo discurso é visionado através da interposição de uma “Velha Geografia” com a discussão cultural.

Do mesmo modo, não muito distante do eixo central de emergência discursiva, aparecem enunciações que questionam quais seriam os axiomas comuns às pluralidades evidenciadas. Em termos de métodos, filiações filosóficas há uma tendência de complexificação daquilo que denominávamos de “Geografia Crítica”. Assim, se da entrevista de Absirto salientamos a ideia de diálogo em marxismos e fenomenologias, na entrevista de Corrêa (2011a) percebem-se sinais de uma teoria marxista na ideia de alienação.

Em entrevista piloto, realizada com o geógrafo Abner, nota-se a compreensão de um campo de conhecimento, em que destacamos a amplificação do argumento de uma bifurcação entre perspectivas críticas, balizadas na referência da presença de uma ideia dialética, no tensionamento entre a materialidade e a sua representação, em que mesmo a ideia de materialidade é ampliada de uma concepção meramente aturdida pela forma espacial, dos objetos e fenômenos, ou seja,

que não é redutível aquilo que está materialmente posicionado, justaposto, arranjado no espaço geográfico, nos territórios, nas paisagens. Embora compreenda isto, é relação com isto (*anotações do pesquisador* – sinalizou com a mão em cima da mesa indicando uma ideia sobreposição). Então, um campo de observação, um campo de ideias, campo de manifestações que até sejam dependentes da nossa mente. E se (pausa) que se pode compreender como cultural e como geografia é um campo que está estreitamente ligado entre essa materialidade e aquilo que é o pensamento, a ideia, a mente de (pausa) um indivíduo, de um grupo que ele participa, de uma sociedade que ele participa. Então, é essa relação. Como a materialidade e a imaterialidade estão sempre se provocando. O material fornece elementos pra que, digamos assim pra que a ideia se manifeste. É, o sentimento de sentir-se acolhido a um espaço, por exemplo, um sentimento de afeição de uma paisagem, é o material que

fornece esse elemento para a manifestação. E, ao mesmo tempo, esse imaterial, que digamos assim, são ideias, manifestações, são danças, são cultos, eles compõem um universo místico, simbólico, que permite que na relação tanto de grupos pequenos, como grandes, projetem uma ação. E materializem-na. Então, aquilo que é propriamente um conhecimento que a gente hoje está chamando de geografia cultural é um campo dessa ligação do material com o imaterial que tem a ver com a extensão, a extensão das áreas, com conexões e pontos, lugares posicionados. Concebo dessa maneira. Ah! Já não é uma impressão de senso comum, não é? É uma impressão influenciada por ideias sobre isso<sup>73</sup>.

A ideia de entrecruzamento entre certa tradição<sup>74</sup> geográfica e um movimento de renovação também é sinalizada pela presença no discurso de elementos como extensão, posição e conexão que formam aquilo que Moreira (2007) e Amorin Filho (2007) denominam de princípios lógicos da Geografia. De algum modo, essa concepção apregoada por Abner quanto àquilo que formaria esse debate, rotulado por “Geografia Cultural”, se aproxima em muito à ideia de “paisagem marca” e “paisagem matriz” desenvolvida por Berque (2004). Entre a provocação da materialidade e a representação, um aspecto que faria a mediação seria justamente a ideia dos sentidos que a sociedade dá à sua relação com o espaço, na qual, para Berque (2004), a paisagem exprime concretamente a relação socioespacial produzida, reproduzida e transformada por um sujeito social. Entretanto, o olhar do sujeito é cointegrante do espaço, em que os sentidos são mediados pela expressão da teia de relações em sociedade, sendo esta frequentemente redesenhada, fluída e híbrida. Além disso, de acordo com Duncan e Duncan (1999), as teias das relações produzem a própria cultura enquanto obra humana.

Nas relações entre o agente e o mundo, não é somente a percepção que

---

<sup>73</sup> Entrevista concedida por Abner (outubro, 2010). Entrevistador: Almir Nabozny. Porto Alegre, 2010, 1 arquivo em formato mp3 (62 min). Essa entrevista piloto foi realizada em fase de concepção da pesquisa, onde se buscou explorar quais seriam as representações sociais do termo “Geografia Cultural”, para tanto se fez um diálogo em conjunto entre Abner e a professora Dinarteia.

<sup>74</sup> A ideia de tradição, embora preceda de certa influência weberiana, de modo algum é ancorada numa repetição prática, sem reflexão; o sentido por nós empregado vem de encontro com as observações de Cantero (1987) enquanto uma tradição geográfica moderna, no aspecto de negar uma interpretação dogmática do passado do pensamento geográfico, pensando de forma complexa em termos tanto de objeto como de sujeitos do conhecimento e, por fim, uma analogia com o parentesco e a tradição (WAGNER, 1974), na qual a língua efetua uma mediação, no nosso caso: um vocabulário geográfico.

viabiliza a mediação, mas todos os modos de ações em que o indivíduo é situado no seio de uma cultura no seu estar-junto espacial, muito embora o sentido nunca seja exatamente o mesmo para cada indivíduo (BERQUE, 2004). O espaço geográfico, na sua dimensão concreta, comporta significado enquanto produto social, sendo que esse é representado por sujeitos que lhe atribuem sentidos a partir de sua significação social, formada em seus círculos de intersubjetividades, na sua conformação identitária de grupo.

Com isso, reforçamos outro aspecto atinente aos conceitos geográficos que são empregados nessas abordagens em evidência. Vejamos que McDowell (1996), ao refletir sobre a Geografia Cultural e interpretá-la enquanto uma área de trabalho geográfico, esboça três "correntes majoritárias", isto é, a Escola de Berkeley no período entre as duas guerras mundiais e uma abordagem que enfoca a cultura "como conjunto de significados compartilhados expressos nas práticas sociais dentro de um lugar" (MACDOWELL, 1996, p.159-60). Numa terceira via, McDowell (1996) denomina de "escola de paisagismo" na qual a preocupação dos geógrafos é a interpretação de padrões de significados ou significações das paisagens. Para além da Geografia, puramente, ela aponta também a problemática da produção e do consumo apregoados como uma matriz de sentidos<sup>75</sup> global que interfere nas relações cotidianas de identidade, significado e lugar. Apontamos que, em grande medida, o discurso geográfico produzido no Brasil com aproximações ao debate crítico, em boa parte, efetuou-se tendo o espaço geográfico como conceito-objeto norteador e que, inclusive, era requisitado como mote identitário da ciência geográfica (CORRÊA, 1995b), cuja apreensão de Santos (2008b) constitui-se num ponto nevrálgico desse debate.

Vindo da ideia de complexificação de um discurso crítico, por meio de

---

<sup>75</sup> Essa ideia de matriz de sentidos é por nós concebida na leitura da "mundialização da cultura", na qual Ortiz (1996) destaca que a mesma envolve um padrão civilizatório. Todavia, "sua materialização pressupõe a presença de um tipo específico de organização social, sua manifestação é desigual" (ORTIZ, 1996, p.24). E é esse diálogo entre o espaço e a matriz de sentidos que promove a distintas compreensões desses fenômenos, não como falsa consciência ou como "uma ideologia imposta de forma exógena. Ela corresponde a um processo real, transformador do sentido das sociedades contemporâneas. Os objetos que nos circundam – utensílios, máquinas – são manifestações desta mundialidade. Eles encerram a sua 'verdade', exprimindo-a a sua cotidianidade, na sua rotina" (ORTIZ, 1996, p.20). Por fim, o amalgama ou a mediação desse processo se dá hegemonicamente pelo consumo.

uma nova compreensão dos objetos enfocados nos estudos geográficos, e os motes conceituais, referendamos que Berque (2004), ao discorrer sobre a paisagem, assim como Cosgrove (1998), fundamenta ligações com a discussão da “produção do espaço” na Geografia Brasileira. Disso um aspecto de acolhimento e entrecruzamento entre as abordagens renovadas e o apreço de geógrafos que, de algum modo, praticavam uma Geografia próxima ao cabedal marxista no campo geográfico brasileiro. Contudo, identificam-se duas derivações desses encontros: a ideia de paisagem já mencionada e a elucubração das críticas enfocadas no debate do poder que, de algum modo, encontra-se nos estudos efetuados no Brasil com aproximações daquilo que McDowell (1996) qualifica como “escola do paisagismo”. Por outro modo, verifica-se, na discussão dos territórios, tendo como pano de fundo uma compreensão de cultura próxima da ideia seguinte, que:

Cultura é um conjunto de ideias, hábitos e crenças que dá forma às ações das pessoas e à sua produção de artefatos materiais, incluindo a paisagem e o ambiente construído. A cultura é socialmente definida e socialmente determinada. Ideias culturais são expressas nas vidas de grupos sociais que articulam, expressam e contestam esses conjuntos de ideias e valores, que são eles próprios específicos no tempo e no espaço. (MCDOWELL, 1996, p.161)

As ideias de cultura supracitadas atraíram os geógrafos de uma tradição crítica no aspecto de evidenciar práticas contestatórias ligadas às relações de poder. É isso, por exemplo, que parece refletir as aproximações ressaltadas por Absirto, em entrevista, na valorização das espacialidades periféricas, na produção de contestação por meio da cultura resultando em elementos que são expressos em paisagens.

Num outro viés, na discussão do território, o poder e a cultura têm uma aliança com o debate espacial, muito mais evidente; citemos o denominado debate do espaço social presente no texto de Di Méo e Buleón (2007), no qual os autores expressam a vitalidade do conceito de território, desde seu conteúdo semântico e os seus aparecimentos nos lugares em que mobiliza os registros da vida humana em sociedade. Assim, o território combina as dimensões

concretas, materiais, os objetos e espaços atrelados às práticas, da mesma forma como as experiências sociais das quais se articulam as representações enquanto dimensões ideais (ideias, imagens, símbolos, lembranças) e os poderes. Esse território multidimensional seria um princípio unificador da experiência dos espaços compartilhados pelas pessoas; além disso, os autores criticam a dimensão do espaço geográfico alegando um princípio mais limitado, trazendo em seu lugar a ferramenta conceitual da formação socioespacial agregada à consciência dos sujeitos em relação a essa formação.

Essas relações entre cultura e debates críticos por nós ressaltados reverbera, por exemplo, no prefácio e apresentação do livro *Pelo Espaço* de Doreen Massey (2008). Neste Haesbaert (2008) identifica uma similitude entre o conceito de lugar empregado pelos geógrafos anglo-saxônicos e o conceito de território desenvolvido pelos novos geógrafos brasileiros.

A percepção de uma “infiltração” de novas ideias no escopo de uma tradição crítica, envolvendo o encontro do debate do poder, o território e a discussão do espaço geográfico, é por nós aventada na concepção de formação socioespacial de Di Méo e Buleón (2007). No Brasil, é recorrente em referência ao livro *Por Uma Geografia Nova*, em que Milton Santos debate a formação socioespacial<sup>76</sup> na ideia do espaço geográfico como uma instância social (tal qual a política e a economia) e, deste modo, contido em todas as relações que os seres humanos possam desempenhar e, ao mesmo tempo,

---

<sup>76</sup> Essa aproximação de modo algum visa a sinonimizar as discussões sócio-espaciais. O objetivo amplo é evidenciar potenciais aproximações e diálogos. Pois Di Méo e Buleón (2007) enfocam a ação acrescida à representação como matriz de história e espaço em que a formação socioespacial fundamenta a “realidade social” do geográfico, em suas construções políticas, ligações culturais, etc., configurando método e realidade. Já para Santos (2008a) diz que a ótica é de uma totalidade geográfica na produção de um modo particular, articulado à superestrutura. Por outro lado, Souza (2013) chega a distinguir “socioespacial” de “sócio-espacial”, advertendo que na segunda opção prevalecem duas adjetivações, em ambas o “espaço social”. Sem hífen fomenta-se a apreensão de uma materialidade em que – o social – meramente qualifica – o espacial. Segundo Souza (2013), ao evidenciar as relações sociais, os processos e as interações entre uma “sociedade concreta” que “animam” a materialidade configuram-se numa compreensão sócio-espacial. Portanto, se a estrutura material fundamenta um espaço locacional, as relações sociais incorporam dimensões culturais, políticas e econômicas, é novamente nessa interserção que reforçamos nosso argumento entre um “discurso” de uma tradição crítica e as ideias renovadas, tendo como plano comum a “discussão espacial”. Não obstante, se o espaço é presença constante na discussão geográfica, Reynaud (1986) credita ao historiador Fernand Braudel (1902-1985) a afirmação que o estudo geográfico conduz ao espaço, como extensão, a uma coordenada, etc., em que se deveria incluir uma segunda coordenada que levaria a sociedade enquanto estudo espacial das sociedades. Ademais, os trabalhos do geógrafo inglês J. Richard Peet podem somar nessas discussões.

condicionando essas relações.

Assim, o espaço geográfico é um produto social bem como pré-condição de sua reprodução. Embora Santos (2008a) valorize a concepção de espaço para a condição de existência da sociedade e considere a categoria de formação socioespacial como uma espécie de quadro de referência da evolução diferencial das sociedades, há em sua concepção uma noção reprodutivista que compromete o sentido de mudança social. Também é válido frisar que a analogia entre uso do conceito-fenômeno espaço geográfico para com os contemporâneos empregos de território e paisagem, de algum modo, são concepções relacionáveis aos debates da produção social do espaço urbano, como pode ser percebido no trabalho sociológico de Gottdiener (1993), o qual focaliza a análise na estrutura e na ação destacando o espaço como um produto codeterminado processualmente na produção total de vida. Assim, as pessoas, ao desenvolverem suas ações cotidianas, também compõem o espaço produzido.

Tanto Santos (2008a) como Gottdiener (1993) balizam suas definições de espaço sob influência do ideário marxista, ou seja, com sustentação no materialismo histórico-dialético. Para Corrêa (1995b), essa vertente tem como fundamento a formação espacial em que espaço e sociedade só são inteligíveis enquanto par indissociável. Mais recentemente, Santos (2008b), refinando a sua ideia de fixos e fluxos, refere-se ao espaço geográfico como um inter-relacionado sistema de objetos e ações. As ações (seres humanos, instituições, empresas) criam, dão forma e significado aos objetos.

Dessas conceituações de espaço geográfico, sintetizemos (NABOZNY, 2013) como pontos comuns a estrutura, o processo de produção, condição e reflexo da ação social. Ao mesmo tempo, enquanto instância social, estão contidas e contêm, de forma processual, todas as relações sociais.

Destarte, da síntese supracitada, temos dois pontos que se diferem na ideia de sobreposição entre a novidade e a tradição: da tradição, a ideia de paisagem e território contemporaneamente herdadas as compreensões de ações diferenciadas de produção social. Como novidade, os autores priorizam significativamente a paisagem e o território enquanto uma feição espacial de

manifestação de ações tanto pelo caráter da sua produção como as enfatizando enquanto precursoras da significação social mediante a sua percepção e representação. Nesse último aspecto, de algum modo, procede a certo distanciamento da posição referendada no espaço como uma estrutura da sociedade e destacado muito mais uma espécie de ligação/mediação entre sujeitos sociais e o mundo: construídos socialmente, mas experienciados distintamente pelos grupos humanos<sup>77</sup> e, ao mesmo tempo em que são passíveis de resignificação, isto é, valorizando-se contundentemente nesse aspecto também a dimensão temporal da produção e experiência do espaço geográfico.

Embora não explorada, supomos que a inserção das questões das *ideias* referencia substancialmente a dimensão da representação espacial, a qual fora aguçada mais na acepção/matriz da valorização da produção do espaço geográfico (CARLOS, 2011). Em que a representação, de fato, vigora não em um espaço enquanto materialidade posicionada, mas numa acepção apregoada por Santos (2002) em que:

Trata-se, na verdade de deslocá-lo para o campo da discussão possível, isto é, desnudá-lo de qualquer caráter de imanência para poder discuti-la no movimento mesmo que cria: as relações sociais que, na busca incessante de superação de suas próprias dificuldades, criam e recriam suas leituras de mundo – e, portanto, as categorias e seus significados – sem, jamais, transpor o limite de materialidade dado pelas relações em si mesmas. (SANTOS, 2002, p.19)

Tanto quanto o tempo, o espaço, nessa acepção, configura uma categoria simbólica, enquanto ferramenta para sistematizar a relação com o mundo. Mas,

---

<sup>77</sup> Há apreensão em termos de o grupo romper com uma inscrição individualizada, assim como dos valores inscritos contiguamente nos objetos. E, desse modo, ressaltamos a ideia de círculos de intersubjetividades discutida por Claval (2004) naquilo que as ideias sobre os objetos são comunicadas, experienciadas e compartilhadas, de modo similar com os processos de ancoragem e acomodação na discussão das representações sociais. Claval (1999b) especifica esse exercício em torno das identidades e a construção do território, enquanto estratégias identitárias, ou seja, as identidades construídas a partir do olhar do outro, como um discurso que os grupos têm para dar sentido à sua existência. Onde as territorialidades passam de uma, então, categoria de extensão para polos de referência, não necessariamente contínuos, território simbólico, fluído. Há uma relação de materialidade e uma construção de valores, concomitantemente, em um jogo/embate de hierarquização dos pertencimentos territoriais.

concomitantemente, configura a espacialidade dos próprios homens num movimento de conceito-fenômeno, em que

a identidade do indivíduo realiza-se na construção da identidade dos lugares, podemos afirmar que a construção cultural da humanidade é, entre outras coisas, a construção de sua geografia. Entendendo que o ato de localizar-se (ou perder-se) impõe uma unidade entre objetividade/subjetividade humana e sua alteridade – o não humano, as marcas territoriais conhecidas contra as não conhecidas, o significado operacional e mítico de cada ato/lugar, dividindo na diferenciação dos lugares os trabalhos necessários à sobrevivência –, pode-se dizer que a construção do discurso geográfico antecede o histórico (como discurso) e que é nesse jogo entre real e a criação do simbólico (linguagem) que o processo de sistematização se constitui enquanto geografia. (SANTOS, 2002, p.23-24)<sup>78</sup>

Disso há uma simbiose entre a ideia de Geografia e de espaço. Não obstante, o espaço enfatizado por Santos (2002) é subjacente à Modernidade e, com isso, nesse aspecto, a ideia reforça a compreensão de Gomes (1996) da interpretação do discurso geográfico sob os elementos constitutivos da Modernidade. Ao tempo em que se enfoca a dualidade novo versus o tradicional; ou, para Santos (2002), o papel da transformação como nuance explicativa da própria sociedade moderna. Mesmo estando presente a ideia de representação do espaço geográfico nas matrizes que o compreendem, enquanto um espaço produzido socialmente, existe uma distinção em relação a uma interpretação “pós-moderna”. Conforme as reflexões de Gomes (1996), primeiramente os modernistas apelam para os

---

<sup>78</sup> Gonçalves (2002) defende a espacialidade do social pelo viés de um estar-junto/proxemia (geografismo). Não obstante, a simbiose entre espaço, Geografia envolvem princípios lógicos (localização, relação, etc.) ressaltados em Santos (2002), denotando a ideia de topologia e posteriormente toponímica a que remontam a acepção de Geografia como conhecimento ordenado de mundo (GOMES, 1996) na Modernidade. Por outro, lado Cardoso (1998) também ressalta que em línguas “mais antigas que nos deixaram documentos - o sumério, o egípcio, o acádio e outros idiomas semíticos antigos - tendem a espacializar o tempo” (CARDOSO, 1998, p. 07), embora tenhamos acompanhado a discussão de “uma virada espacial” nas ciências sociais, Cardoso (1998) enfatiza que tal noção foi revigorada pelas ciências naturais, inclusive enfatiza que a crítica de Yves Lacoste (1989) a região lablachiana é antecedida por Einstein (1879-1955) pela relatividade, ou seja, em que não haveriam espaços absolutos senão configurações que só podem ser definidas em função de seus conteúdos.



novos códigos de representação, mas sempre com uma preocupação clara de integridade. Eles pressupunham o papel mediador da razão e da lógica na representação das significações e dos conteúdos, enquanto na proposta pós-moderna as significações devem ser fluídas, mutantes e permanentemente reatualizadas. Sua estrutura se aproxima dos mitos, onde os dramas, a cada vez revividos são significações sempre em mutação. (GOMES, 1996. p.21)

Ademais, se no primeiro nível a representação cumpre uma função, tal qual uma forma intelegível, na representação das enunciações contemporâneas o enfoque desloca-se para o estético. Contudo, uma ideia que nos parece completar sutilmente esse aspecto interpretativo. Observamos em nossa análise um exemplo desse paradoxo, ou seja, a proposição de Ortiz (1996) de encarar a própria Modernidade enquanto tradição, onde “O 'moderno' não era apenas novo, sua força somente se exprimia quando incorporado à cotidianidade dos hábitos e dos costumes” (ORTIZ, 1996, p.11). E, nisso, o novo estabelece residência justamente na compreensão de sobreposição, entrecruzamento, ou seja, embora façamos críticas avisões estruturais, apegadas apenas na forma geográfica, na materialidade, entre outros aspectos, não há intenção de negá-las enquanto ultrajadas<sup>79</sup>, mas, incorporar a essas dimensões outras problemáticas, inscrever o novo na tradição em que “no hay un punto en el que el principio del cambio se confunde con el de la permanencia?” (PAZ, 1981 *apud* CANTERO, 1987, p.17). Contudo, não é nosso propósito tomar a Modernidade apenas como um mecanismo de tensão entre moderno e tradição, subjetividade e análise, etc., mas justamente o contrário; trata-se de permear a essa constante tensão a reflexão de Claval (2007a), na medida em que toda Geografia é cultural (histórica e espacial), ao passo que resulta de uma criação humana.

---

<sup>79</sup> Essa crítica ao apego à forma, à materialidade não é em relação à dimensão priorizada, mas, em termos de tratamento metodológico, haja vista que Gomes (1991), ao debater a dialética materialista, por exemplo, ressalta que a mesma não reduz a consciência a um produto da matéria. Pela atividade sensorial e racional, há uma reflexão (imagem subjetiva) de um mundo exterior (realidade objetiva). Todavia, a consciência não é atributo da matéria, tão pouco existe uma dualidade entre a essência da consciência, uma vez que ela é, em si, imaterial (abstrata). A consciência é o reflexo da realidade objetiva: na medida em que realizo uma interpretação atinente de uma transformação, a mesma perpassará pela apreensão das leis existentes e independentes da consciência.

## 2.1 Uma interpretação das trajetórias teóricas: encontros e escolhas

Estabelecendo sequência à compreensão de movimento e de trajetórias pessoais e institucionais, no exercício compreensivo, identificamos como similar as trajetórias de Melpone e Absirto em suas experiências de estágios de pós-doutoramento fora do Brasil. Se Melpone destaca o encontro com outros geógrafos e, conseqüentemente, com suas produções, igualmente Absirto evidencia que buscou em experiências, como em Berlim (Alemanha) e Paris (França), acesso aos diversos contextos históricos e geográficos, de modo a estabelecer outro olhar sobre a própria construção social da realidade brasileira, mas fugindo de uma alternativa comparativa. Dessa experiência, Absirto agrega em suas investigações o conceito de lugar, no aspecto que as produções culturais populares metropolitanas, desta sorte, produzem também lugares. E da perspectiva do lugar há uma reincorporação da região, no sentido do espaço vivido, no entrecruzamento de pesquisas das políticas públicas no Estado da Bahia. Práticas políticas que o entrevistado percebe engendradas por representações culturais, isto é, políticas que tomam como base um discurso representacional do lugar alinhavado em aspectos culturais, extrapolada em escala ao regional, o que, de algum modo, encontra a região vivida (FRÉMONT, 1979).

Outro fato notório é a busca por fundamentação dos trabalhos em leituras filosóficas. Seleno e Laódice atestam importantes encontros com as leituras do filósofo Ernest Cassirer (1874-1945), assim como Absirtodistingue um apreço contemporâneo em suas leituras pelas Fenomenologias. Nas entrevistas realizadas com os membros do Grupo de Geografia Humanista Cultural, há uma presença significativa em seus discursos em relação a Martin Heidegger (1889-1976) e Gaston Bachelard (1884-1962). Assim como os trabalhos que envolvem poder e território, por exemplo, em grande parte dialogam com Michel Foucault (1926-1984), Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Guattari (1930-1992), entre outros.

Nossa observação, enquanto algo que demarcaria esse movimento, no sentido de autenticidade, vem da constatação de Oliveira (2004) que, ao

prefaciando o livro de Sposito (2004), *Geografia e Filosofia*, atesta uma grande distância entre o debate filosófico e a Geografia, alegando inclusive a sistematização da Geografia primeiramente como um conhecimento escolar ao revés de um discurso cientificamente sistematizado. Contudo, faríamos um salvo conduto em relação ao próprio Karl Marx (1818-1893) e sua repercussão em Geografia, bem como a influência de Henri Lefebvre (1901-1991), sobretudo na Geografia Urbana. Assim como Gomes (1996) ressalta uma influência de Immanuel Kant (1724-1804) na ideia de uma ciência nomotética e, por outro viés, o prestígio à Johann Gottfried Von Herder (1744-1803), dentre a discussão das representações culturais em Geografia vinculadas às ideias de nação.

Não obstante, a reflexão de Oliveira (2004) não é totalmente fiel à história do pensamento geográfico, vide o destaque de Cantero (1987) quanto à influência do romantismo alemão, por exemplo, no horizonte cognoscitivo dos sistematizadores da Geografia Moderna. Por outro lado, a questão apontada por Oliveira (2004) é muito mais no sentido de um debate interno na Geografia em termos de apreensões filosóficas.

Já com relação às influências filosóficas no pensamento geográfico, há discussões como as de Moreira (2008) em uma perspectiva tríade: primeiro pensamento geográfico se estrutura em uma fase holística ordenada pelas reflexões da baixa modernidade, segundo em princípios fragmentários no bojo da modernidade industrial e um terceiro momento com ressurgência das abordagens holistas. As três posturas em Geografia, vinculadas por Moreira (2008), terão por fundamento claras influências de cunho filosófico. Na primeira abordagem, teremos o Iluminismo referenciado em Kant e o Romantismo Alemão representando por Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling (1775-1854), no âmbito da composição filosófica de estruturação da análise geográfica no transcorrer da segunda metade do século XVIII. Já na segunda postura, teremos como eixo o positivismo de Augusto Comte (1798-1857) e uma série de interpolações relacionadas aos desdobramentos científicos vinculados no princípio mecanicista de Isaac Newton (1643-1727), entre outras influências. E, por fim, uma terceira onda paradigmática conduzida em meados dos anos 1970 em que as bases filosóficas seriam o marxismo, a fenomenologia e,

recentemente, as ideias de complexidade e a Teoria de Gaia, entre outras influências como a Teoria Quântica.

Por outro lado, Marandola Jr. (2012), ao debater Martin Heidegger na proposta de uma ontologia geográfica, destaca que muitas leituras filosóficas em Geografia são de “terceira mão”. Também pondera a obra de Richard Hartshorne *The Nature of Geography* (1939) como uma importante contribuição em termos de reflexão filosófica, pelo viés epistemológico e metodológico<sup>80</sup>, pondo na berlinda “os propósitos, objetivos e o próprio objeto da Geografia, bem como seu lugar entre as ciências (MARANDOLA JR., 2012, p.82). Reiteramos, desse modo, que, apesar das críticas em torno da falta de um projeto ou de axiomas teóricos nos debates que circundam as discussões culturais, de algum modo, a aproximação da filosofia delineia uma preocupação quanto à discussão da ciência geográfica em si. Tal aspecto epistemológico e metodológico pode ser percebido quando diretamente provocamos nossos entrevistados sobre as suas trajetórias teóricas e metodológicas; Absirto responde enfatizando o trabalho com determinados conceitos geográficos; Cabarne efetua um relato de inconformidade com a Geografia Crítica e uma aproximação com metodologias etnográficas e com a fenomenologia na educação.

Esses são caminhos de dupla reverberação: nas formulações metodológicas, pautadas nas abordagens fenomenológicas, existe uma tendência de crítica a uma tradição empírica na Geografia. Por outro lado, a ontologia é debatida, em muitos casos, remetendo-se numa espécie de “filosofia geográfica”, isto é, um debate racional em que se conjecturam

---

<sup>80</sup> Trata-se de uma seara em que a generalização torna-se um instrumento bastante escorregadio. Ademais, lembrar que em obras de grande penetração nas referências bibliográficas de disciplinas de Epistemologia e História do Pensamento Geográfico (graduação), no Brasil, em que a crítica de Marandola Jr. (2012) tem suas correspondências, Sposito (2004) apoia-se no *Dicionário Básico da Filosofia* de Hilton Japiassu e Marcondes, além de qualificar o método dialético por J. Gaarder em *O mundo de Sophia*. Gomes (1996) também enfrenta importantes debates filosóficos sobre os ombros do filósofo Georges Gusdorf (1912-2000), dentre tantos outros exemplos que qualificam o Positivismo e seus filósofos pautados na leitura de Michel Löwy. Uma ressalva precisa ser feita: essas obras que citamos têm um caráter epistemológico compreensivo e propositivo mediante uma leitura do “pensamento geográfico”, em que os autores recorrem em obras filosóficas de ordem histórica e de “sínteses”; o que difere dos estudos em que se baseiam em determinada discussão filosófica para uma análise propositiva na Geografia; nesse último caso, as discussões da filosofia de Kant são recorrentes.

expressões do ser e o estar no mundo e, cujas expressões mundanas desse ser, são recorrentes nas linguagens, tais como, literatura, cinema e outras discussões de teor estético.

Assim, é importante também expressões empíricas ou trabalhos que tragam diretamente as pessoas e as suas compreensões dessas essências geográficas ou práticas banais, uma vez que também identificamos uma dada sedução nesse viés por pesquisas de populações tradicionais, grupos minoritários, paisagens vernáculas, entre outros “saudosismos geográficos”. Citemos exemplos banais dessas potencialidades do ser “aí mesmo” em memórias de casas de avós, abrigos esses em que o sujeito estende uma compreensão de uma espacialidade do afeto, afago, proeminentemente relacionado à presença dos entes queridos. Todavia, todo um cenário compõe essa relação, é o jardim das flores mais vistosas, a culinária de um sabor inigualável, etc. Devido à morte dos avós, esse pode se tornar um espaço da ausência: à medida que o mato cresce no jardim, ficam expressões espaciais disformes, embora o jardim possa estar mais bem cuidado ainda, mas, o neto não pertence mais a esse espaço, pois perdeu a mediação do espaço de relações.

E, com isso, haveria ontologias do próprio tempo? Deus (2012) ao investigar famílias moradoras de áreas de risco em Ponta Grossa (PR), as quais estavam incluídas em projetos de realocação habitacional, constatou uma enorme resistência à mudança. Suas hipóteses eram que tais residências ficam próximas aos trabalhos das pessoas, escolas, etc. Não obstante, os moradores fundamentaram uma ideia de um lugar a partir do tempo de crescimento dos filhos, da autoconstrução da casa própria, enfatizando um cenário o qual eles formam/constroem um lar, uma morada, isto é, humanizado. Utilizando a compreensão atinente à região de Haesbaert (2010): esse lugar é tanto uma ontologia, um *fato*, quanto o *artifício* em que o geógrafo utilizou para falar sobre essas relações (recurso analítico) ou, como prefere Haesbaert (2010), constitui um *artefato*. É a presença humana construindo o espaço que garante determinadas convenções ontológicas em espaço e tempo, presença e ausência.

## 2.2 Das trajetórias dos geógrafos às espacialidades das trajetórias – coetaneidades

Inscrito nos modos que vão ocorrendo as autoidentificações ou aproximações com aportes de um discurso cultural, de certa forma, ocorre uma relação dialética entre acolhimento e negação de um conjunto central de influência intelectual inicial, ou seja, Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP de Rio Claro) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pois essas instituições constituem os programas de pós-graduação mais antigos em Geografia no Brasil, muito embora a UFRJ tenha entrado tardiamente nessa seara de pós-graduação, por conta que o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), até meados dos anos noventa, foi o destino privilegiado dos geógrafos cariocas.

Visualizamos a dialética em termos de aproximação/manutenção, distanciamento e transformação da seguinte forma: de um lado, geógrafos por nós entrevistados, que tiveram alguma relação com a USP na sua formação, tendem a manter-se em um aporte do materialismo histórico e dialético. Outros pesquisadores agregam correntes fenomenológicas conforme suas novas temáticas de pesquisas. Já os geógrafos que relataram mudanças teórico-metodológicas abruptas referenciam, nesses discursos, que tal opção está acoplada em uma decepção com a “Geografia Crítica” de arcabouço mais marxista.

Porém, esse núcleo provindo da USP é mais resistente na admissão de uma possível “Geografia Cultural” delineando argumentos próximos de Claval (2002a, 2002b, 2007b) sobre uma abordagem cultural como transformadora da Geografia Humana.

Por outro lado, mesmo com essa tendência de resistência na USP em acolher um debate cultural, identificamos nos projetos de pesquisas e, sobretudo, na investigação em teses e dissertações, que foram ocorrendo “infiltrações” de trabalhos com tendências aos polos não racionalistas descritos por Gomes (1996). Curiosamente, há uma forte incidência no Programa de Pós-graduação em Geografia Física (Climatologia, Cartografia e Ensino de

Geografia), e no de Geografia Humana certa abertura em trabalhos na área de urbana e, por exemplo, nas pesquisas orientadas por Heinz Dieter Heidemann e Francisco Capuano Scarlato e Armando Corrêa da Silva (1931-2000). Identificamos uma forte presença conceitual e, até mesmo, de linguagem referente à produção do geógrafo Milton Santos tanto nos projetos de pesquisas vinculados à USP como em trabalhos de ex-alunos dessa instituição. Observamos um pequeno ruído em relação às ideias críticas ou uma aproximação entre perspectivas existencialistas e a discussão do espaço naqueles trabalhos que tomam como um aporte maior a obra “A natureza do espaço” (SANTOS, 2008b).

No rol de influência da UNESP de Rio Claro, sobretudo, capitaneada na figura da geógrafa Livia de Oliveira, se tem uma incidência menor na Geografia pelo próprio envolvimento interdisciplinar, visto na própria trajetória de Eudoro, parceiro de grupo de pesquisa de Oliveira, o qual, por exemplo, foi orientado no doutorado por um demógrafo e sociólogo. Relatos dessa linha de influência marcam um percurso de esforços que foram efetivados por esse eixo de investigação que envolvia o encontro (três) “Paisagem. Paisagens”, resultantes na organização do livro “Percepção ambiental: uma experiência brasileira” (DEL RIO, OLIVEIRA, 1996), no qual escrevem diversos ex-orientandos de Oliveira com ressaltos de serem áreas diversas.

No entanto, tais ações, repercutiram mais nos campi universitários da UNESP no interior paulista (Rio Claro, Bauru e Ourinhos), a princípio com reduzido alcance no restante do Brasil. Contudo, os movimentos foram reverberando e, em 2004, fundou-se o NUPECAM – Núcleo de Pesquisas Percepção e Cognição Ambiental, sediado em Bauru, SP, sobre a liderança de arquitetas. No ano de 2005, na cidade de Londrina, PR, foi realizado o Simpósio Nacional: Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente que, conforme nota de Ferreira (2005), contou com a participação de representantes de treze estados brasileiros. Ferreira (2005) também destaca que o evento foi uma homenagem à geógrafa Livia de Oliveira:

educadora, pesquisadora e pioneira na introdução e no desenvolvimento de pesquisas voltadas à Percepção e Cognição

do Meio Ambiente que, desde a década de 1970, tem influenciado estudantes e pesquisadores da Geografia e de áreas afins. Assim, um dos objetivos do evento foi congregar estudiosos e pesquisadores de várias universidades brasileiras em torno de estudos que se iniciaram com as fronteiras abertas pela Geografia Humanística, tendo a Fenomenologia, como um de seus caminhos. O conhecimento e a difusão de muitas pesquisas que vinham sendo realizadas pelos pesquisadores foi um ponto alto do simpósio. O intercâmbio que se estabeleceu no evento atingiu o objetivo, de aglutinar e discutir as várias vertentes reveladas nesse encontro, como a questão da linguagem, da literatura, da identidade, da saúde, da cultura, da arte-imagem etc. Recorrendo a novos conceitos, metodologias e áreas de conhecimento distintas da Geografia, a prática interdisciplinar passa a ser incorporada gradativamente ao amplo leque do saber geográfico. (FERREIRA, 2005, p.628)

Nessa longa citação de Ferreira (2005), destacam-se alguns aspectos como a oportunidade de uma reunião de pesquisadores dispersos pelo Brasil que, em conjunto, demonstram uma expressividade considerável — o que atenua os sentimentos de isolamento e solidão em relação às pesquisas que os mesmos vinham desenvolvendo dispersamente pelo Brasil. Entretanto, o principal ponto desse encontro foi de que se proporcionou o estreitamento dos laços de pesquisas e discussões nesses momentos facilitados pela rede mundial de computadores (Internet), acentuando diálogos, experiências e informações. Novamente, a questão da fenomenologia é reafirmada, bem como a presença marcante de temáticas como linguagens, as artes de maneira geral e as identidades. Na análise das composições das mesas de trabalho do evento, verificamos uma considerável presença de autores que, posteriormente, viriam constituir o Grupo de Geografia Humanista Cultural (2008), tais como o líder do grupo, o arquiteto Werther Holzer cuja dissertação de mestrado defendida na UFRJ, em 1992<sup>81</sup>, é frequentemente citada como uma grande síntese da discussão da Geografia Humanista produzida para a Geografia brasileira.

Dentre as influências intelectuais (espaciais e institucionais) que destacamos anteriormente, ponderamos a UFRJ numa visível articulação com o

---

<sup>81</sup> A Geografia Humanista – Sua Trajetória de 1950 a 1990, sob a orientação de Maurício de Almeida Abreu (1948-2011).



NEPEC<sup>82</sup> por meio da presença do geógrafo Roberto Lobato Corrêa. Nisso, relacionamos a repercussão de uma identificação com o termo “Nova Geografia Cultural” em que citamos a entrevista de uma ex-orientanda de Corrêa como um dos poucos depoimentos que cravaram, em entrevista, uma afirmativa de realizar trabalhos dentro da “Nova Geografia Cultural”. Embora as publicações produzidas sob a tutela do NEPEC tragam a perspectiva de uma Geografia Cultural enquanto uma heterotopia<sup>83</sup> (DUNCAN, 2000), provindas de acordo com Corrêa (2005) de uma matriz saueriana, marxista e das filosofias dos significados, ou seja, ampliando as ideias de uma “Nova Geografia Cultural”. Contudo, Corrêa (2005) expõe um apreço especial nas ponderações sobre os aspectos dos fenômenos culturais que se expressam espacialmente e que, por isso, se ligam ao lócus geográfico na compreensão de elementos de diferenciação dos lugares por meio da significação atribuída. Essa, por não ser de ordem estritamente econômica, eleva o espaço. Também há uma condição simbólica, em que são aspectos importantes de serem analisados as imagens e os simbolismos, o valor e os significados e, sobretudo, a concepção de cultura enquanto mapa de significados.

Nesse ínterim, há também uma aproximação com a ideia de cultura enquanto significados, símbolos, transmitidos e compartilhados (teia de

---

<sup>82</sup> Em capítulo próximo, vislumbraremos as teses, projetos de pesquisas, ressaltaremos aspectos dessa influência no rol de uma política editorial evidenciada no Periódico Espaço e Cultura.

<sup>83</sup> **Trecho paralítico:** curiosamente, a ideia de heterotopia, que aparece vinculada à obra de Michel Foucault, se distancia de Foucault quando da tentativa de empreender como uma lógica ou ideia de possibilidades, de arranjos não unívocos. Enquanto a heterotopia, para Foucault, de acordo com diálogo que travamos por e-mail com Rosa Maria Fischer (2010, s/p), diz repetido “em Foucault, da relação entre ficção e realidade, e também da representação. Tem a ver com o ‘lugar’ dos sentidos, com a não correspondência unívoca entre palavras e coisas, com o ‘outro’ dos signos -- tema que Foucault tratou tão apropriadamente no belo texto sobre Magritte (‘Isto não é um cachimbo’). Ele volta muitas vezes ao tema, em outros textos, como ‘O pensamento do exterior’, e se baseia muito na criação literária de Borges (Jorge Luis Borges – 1899-1986) para elaborar seus argumentos. Penso que há nesses escritos a reiteração de uma forte ideia -- de que as palavras são sempre, de alguma forma, exteriores àquilo que significam, estão em ‘outro lugar’, são criação; ou seja, não representam algo anterior a elas, são, no momento exato de sua enunciação, algo ‘exterior’ ao pensamento e, paradoxalmente ou não, ‘pensamento do exterior’. Isso sacode frontalmente os modos de tratar os discursos e as representações, a relação entre as palavras e as coisas, as interpretações quase sempre vistas como manifestações ou negações de uma verdade escondida, ou então as palavras como ‘detentoras’ de certo sentido -- e não como elaborações ‘positivas’ de outros modos de ‘ver’ o mundo, a ‘realidade’. Especialmente mesmo, elas são ‘outra’ coisa. Da mesma forma, o conceito de heterotopia em Foucault tem a ver com as posições (espaciais, poderíamos dizer também), do sujeito, na ordem do discurso” (FISCHER, 29 de novembro de 2010).

estrutura/estruturante) e no tocante que são incorporados nos objetos, tal qual Geertz (2008) salientando que o autor em tela registra, também, como essa teia de significados pode ser manejada no sentido do controle social (caráter interpretativo e de viés semiótico). Em termos de exemplificação, Rosendahl (2002) destaca o fenômeno religioso e as dimensões de sagrado e profano como forças atuantes na diferenciação atribuída ao espaço.

Ao ponderarmos três universidades como referência espacial, de jeito algum estamos ressaltando um jogo de espaços receptáculos que formulariam uma geometria espacial de poder. Da mesma feição em que estabelecemos nas trajetórias dos geógrafos por nós entrevistados seus encontros, escolhas, mudanças e permanências teóricas e metodológicas, nosso intuito é de evidenciar o espaço geográfico tal qual Massey (2008), enquanto multiplicidade de trajetórias, ou seja, encontro de distintas histórias, em que o tempo é o movimento da história e o espaço a coexistência do social. Assim, como o espaço efetiva um caráter modulador de nossa “visão social de mundo”, como se vê a política, os outros, a globalização, e nesse caso específico, a Geografia, e o debate cultural.

Esse movimento precede de duas compreensões importantes: a ideia de perspectivas desenvolvidas na Geografia enquanto horizontes (GOMES, 1996) e de uma explanação observada em entrevista com a geógrafa Lelanta<sup>84</sup>, a qual percebe a Geografia de acordo com a sua história de vida. Dito isto, Lelanta compreende os movimentos da Geografia enquanto travessias, termo muito apropriado, inclusive, para uma autora que estudou o Rio Araguaia.

Lelanta, na graduação, começou a trabalhar em Geomorfologia e na década de 1970, foi fazer mestrado na UNESP em Rio Claro, onde se deparou com uma travessia quantitativa, na qual pautava seus trabalhos, em termo de análises morfométricas, especificamente (Bacias Hidrográficas). Destaca, ainda, que, em 1978, participou do Congresso da AGB, em Fortaleza, que na sua avaliação constituiu-se sua travessia para Geografia Crítica. Essa última, posteriormente, seria dogmatizada enquanto Geografia Marxista.

---

<sup>84</sup> Entrevista concedida por Lelanta (junho, 2011). Entrevistador: Almir Nabozny. Rio Claro, 2011, 1 arquivo em formato mp3 (51 min).

Por outro lado, Lelanta relata que passou a fazer uma “Geomorfologia Social” sob o aspecto de entender o relevo em relação à urbanização, entre outras possibilidades em termos de interação homem, natureza e paisagem, mas sem buscar dicotomizar Geografia Física e Geografia Humana. Contudo, a entrevistada ficou certo tempo buscando um reencantamento com o mundo para prosseguir na carreira com projeto de doutoramento. Nesse caso, as únicas forças estruturais em termos de campo instituído, que podemos observar, é descontentamento com as bases teóricas que estavam em evidência, uma vez que Lelanta diz ter se reencantado com o mundo e a Geografia ao encontrar em “outras prateleiras da biblioteca” os livros de Gaston Bachelard. Afirma também que, posteriormente, percebe a influência do filósofo na obra do geógrafo Yi-Fu Tuan. Esse último autor estava sendo traduzido por Lívia de Oliveira no período em que Lelanta passou pela UNESP, não muito distante, ilesa dessa leitura. Então, nesse caso, é a própria pessoa que vai operar outra perspectiva de encontro e de história, conforme Lelanta (em entrevista):

Geografia e os Sonhos de Gaston Bachelard e, me encantei com essa obra, me encantei com esse filósofo que eu nunca tinha ouvido falar dele, né? E me debrucei na leitura de Bachelard, e o que é interessante que a leitura de Bachelard ou o encontro com Bachelard é que me levou a redescobrir Tuan que eu já tinha tido contato aqui em Rio Claro, enquanto estava aqui fazendo análise morfométrica e a professora Lívia estava fazendo a tradução do livro do Yi-Fu Tuan.

Por outro lado, é preciso estar atento para a importância da recepção de sua pesquisa na academia, no acolhimento de sua poética do Rio Araguaia, em que Lelanta efetiva uma leitura entre Gaston Bachelard e a poetisa Cora Coralina (1889-1985). Então, a geógrafa encontra, novamente, a ideia de Topofilia em a Poética do Espaço, e seduzida por Bachelard, mergulha nas águas sobre a poética do:

Rio Araguaia. Então, o que eu tinha descoberto o que eu estava precisando, da poesia, da poética, dessa geografia que, na verdade, a geografia ela é essencialmente poética, se a gente

quiser dizer uma palavra geopoética. Foi o que eu disse ontem quando eu li o Michel Onfray sobre a teoria da viagem e que ele usa como subtítulo poética geográfica. Então, foi aí que eu comecei a explorar esse novo campo, que antes se eu estivesse buscando uma epistemologia da geomorfologia, da geografia física, enfim; e aí agora eu estava procurando, eu estava encontrando, um, uma luz filosófica que orientasse essa minha nova paixão pela geografia.

Em outro movimento, a geógrafa em tela finaliza seu doutorado na Universidade de São Paulo (USP) e retorna para a Universidade onde leciona e novamente se depara com um chão vazio para sua perspectiva. Nesse momento, ela já está próxima da Geografia Humanista. Logo, começa a buscar outros tributários, capitanear alunos para desenvolver trabalhos, enfim, catapultar histórias, experienciando várias dificuldades até ir traçando certas aproximações com os pesquisadores que, atualmente, constituem o Grupo de Geografia Humanista Cultural (UFF). E:

pensar os encontros de geografia humanista que a gente vem fazendo. Aí que veio o Grupo de Pesquisa de Geografia Humanista Cultural, onde nós estamos hoje nos reunindo e onde eu posso hoje te dizer onde eu tenho um chão mais firme. Porque eu disse como no NEPEC, eu acho que não seria o meu lugar, o NEER eu também acho, não teria me encontrado. E hoje estamos no Cultural Humanista, onde você tem a possibilidade desse encontro do cultural humanista. Lembrando que o meu percurso pela geografia humanista fenomenológica, o meu olhar é da fenomenologia. Embora eu reconheça outros horizontes, até mesmo no campo da fenomenologia, mas os meus caminhos, o meu encontro de verdade é pela imaginação poética. E pelo mundo da poética. Que eu já tinha ousadamente no doutorado até por que lá foi um dos primeiros momentos que eu passei, que eu descobri e passei a usar a expressão geopoética. Que confesso, não conhecia essa expressão nas leituras de livros de geografia.

Nesse viés, vislumbramos uma concepção espacial no reconhecimento daquilo que Massey (2008) denomina de coetaneidade, ou seja, a existência de múltiplas trajetórias com especificidades autônomas, em que ocorrem encontros (ou não) e nessas reuniões podem produzir-se o novo, já que o espaço é relacional, aberto e em construção. Disso, o horizonte humanista (GOMES, 1996) encontra a trajetória de Lelanta, em uma travessia que não é mais sua,

mas a de um grupo, de autores como Tuan, Bachelard, isto é, encontros ou coexistências de múltiplas histórias conformando um espaço relacional em um tempo de autorregulação compartilhado (ELIAS, 1998).

Por outro lado, em observância da construção editorial da revista Espaço e Cultura arraigada às espacialidades articuladas pela UFRJ e UERJ que ressaltamos anteriormente, isto é, um projeto editorial atado a ideia de fomentar um encontro, num sentido de envolvimento de uma multiplicidade de autores brasileiros que vinham traçando perspectivas diferenciadas de Geografia pelo “país afora”. Não obstante, a tradução de determinadas obras e a definição de certos temas são, de alguma maneira, universalizações das tentativas de se imaginar o espaço (analogia com MASSEY, 2007) em termos de modulação espacial da modernidade, uniformização. Do outro lado, as construções desses movimentos precedem de certas fissuras nos movimentos hegemonicamente antecedentes (AMORIM, 2007). Assim, a perda de certos axiomas no escopo da geografia são também nostalgias de espaço tal qual a solidão pensada por Paz (2006) em termos de nostalgia de um centro do universo, disfunção de pares.

Não obstante, a trajetória de Jabel ilustra peculiarmente os tensionamentos dialéticos em relação a um núcleo discursivo NEPEC e UFRJ, pois, embora acolha a ideia de Nova Geografia Cultural, sua operacionalização é efetivada em proximidades com estudos pós-colonialistas (MIGNOLO, 2004; LANDER, 2005), em que, de algum modo, critica parte do discurso geográfico produzido no Brasil em uma perspectiva eurocêntrica. Com isso, estreita-se a relação entre espaço geográfico, sujeitos e aquilo que é produzido enquanto discurso geográfico.

Num outro patamar, o processo de não permeabilidade de uma perspectiva de Geografia e religião levou Seleno a encontrar-se com a ciência historiográfica. Em tal processo, afirma que teve contato com a virada linguística que não havia chegado à geografia brasileira até então fortemente. De acordo com entrevista, Seleno afirma:

E aí descobri uma maneira ótima de pesquisar religião, através da

linguística, da hermenêutica, enfim. E fiz esse trabalho da Igreja Católica, trabalhei com os discursos da igreja. Mas tem muita Geografia nesse trabalho. Tem toda uma discussão de territorialidade do sagrado, mas não é uma territorialidade no sentido material, mas uma territorialidade no plano do discurso. Das representações do discurso. Então, tem muita de Geografia. E minha Geografia da Religião começou a amadurecer, a partir daí. Eu comecei, a fazer leituras de Rudolf Otto (1869-1937) que era um teólogo protestante, que trabalhava o sagrado como categoria de análise, me afastei, foi me afastando de Mircea Eliade (1907-1986) que era a Geografia da Religião tradicional. Que o pessoal do Rio de Janeiro trabalha até hoje. Do sagrado e do profano. Afastei-me. Aproximei-me de Moscovici, das representações sociais. É, e trabalhei com Pierre Bourdieu e Foucault, a questão da hierarquia da igreja e a questão das relações de poder. É um trabalho que tem um conteúdo crítico grande, no sentido da teoria crítica. Porque tem marxistas no trabalho, tem Lefebvre, tem Bourdieu, têm estruturalistas, é Foucault, não se enquadra em nada né? Mas ele tem esse discurso do poder. Então, é um trabalho. Se você ler a tese, eu o penso como uma transição. Dessa Geografia que eu estava abandonando, que era a Geografia Crítica, e uma reaproximação com uma Geografia Cultural da Religião. Só que dentro da virada linguística, onde a questão do poder se faria, a partir da hermenêutica dos discursos, etc.

Além disso, o geógrafo em tela destaca que teve artigos oriundos de sua tese rejeitados em revistas da geografia brasileira sobre argumentos de que o trabalho não era geográfico. Desse modo, ao invés de buscar um enfrentamento de questões apriorísticas, virada linguísticas, *turn cultural*, virada espacial nas ciências sociais, etc., preferimos demonstrar neste capítulo de que modo algumas dessas questões vão emergindo no meio dos próprios discursos autoevidentes e de que modo essas compreensões orientam as próprias concepções de Geografia (representação) e a ação dos geógrafos enquanto pesquisa e posição no campo.

Na discussão de espaço geográfico ficou evidente no nível de compreensão da Geografia como um meio de regulação ou orientação do debate no nível de inscrição e orientação no rol de um campo social – a ciência geográfica –, fenômeno próximo da reflexão de Elias (1998) sobre o tempo, como “uma estrutura de personalidade dotada de uma percepção apuradíssima do tempo e submetida a sua disciplina [...]. Tudo isso tornou-se uma segunda natureza e é aceito como se fizesse parte do destino de todos os homens” (ELIAS, 1998, p.11). Quanto mais complexas as sociedades, mais desprendidas

de uma experiência pontual, o tempo perpassa uma mediação de referência de sofisticada elaboração simbólico. Nesse mesmo íterim, o espaço geográfico duplica a cena na medida em que fundamenta uma identidade na Geografia (um objeto de estudo) e, também, de leitura de mundo (conceito-fenômeno) e, conseqüentemente, de apreensão de Geografia (o que é Geografia?) por meio das tradições e regras. Por outro lado, delineamos o espaço tal qual a coetaneidade, as possibilidades dos encontros e de novas enunciações.

## CAPÍTULO 04 PROJETOS DE PESQUISAS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL (2007-2009) E SUAS EVOCAÇÕES CULTURAIS

### 1 Notas explicativas

Os projetos de pesquisas dos docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Geografia, no Brasil, foram lidos por meio dos relatórios da CAPES do triênio de 2007-2009 (Cadernos de Indicadores / Projetos de Pesquisa, 2009). Cabe salientar que em tal período o universo amostral era de quarenta e seis programas de pós-graduação, dos quais, cinco programas de mestrados não apresentavam informações nesse triênio, pois haviam sido recentemente implantados. Dos programas com informações, totalizamos quarenta e um, sendo que 51% desses ofertavam apenas o curso de mestrado e 49% ofereciam o curso de mestrado e doutorado.

Alguns programas apenas incluíam os títulos dos projetos sem muita descrição qualitativa; nesses casos, recorreremos aos currículos dos docentes disponíveis na plataforma *lattes*<sup>85</sup>, buscando os projetos em desenvolvimento pelos professores. Frisamos também que, embora o recorte seja do triênio, não existe um padrão quanto à durabilidade dos projetos em desenvolvimento: alguns antecedem o estabelecimento do programa de pós-graduação, outros mais recentes, projetos com longos períodos de execução e projetos em fase de encerramento. Com isso, o objetivo não era de trilharmos uma quantificação, mas de elucubrarmos uma espécie de fotografia do movimento, em que os projetos representam aquilo que os professores envolvidos nas pós-graduações estão pesquisando.

A compreensão qualitativa dos projetos foi feita com o uso de uma *grelha de leitura* (ver Apêndice B), a qual foi construída de acordo com as informações mais presentes nos relatórios após nossas leituras preliminares (piloto). Em paralelo a construção da *grelha*, montou-se um banco de dados com os títulos dos projetos de pesquisas, em que totalizamos 1591 (100%), sendo que desses, 95 (6%) possuíam palavras-chaves ou enunciações em seus textos em que foi possível identificá-los

---

<sup>85</sup> <<http://lattes.cnpq.br/>>.



com as abordagens culturais. Do ponto de vista da composição da grelha de leitura, destacamos que a mesma apresenta o número total de projetos por programas e as enunciações culturais. Dos projetos que localizaram identificações com os motes culturais, registramos: os nomes dos docentes líderes ou proponentes, títulos, perspectivas de diálogos com outros campos de saber quando possível e em um dos campos da grelha, onde denominamos de síntese, apreendemos os principais conceitos, teorias e temáticas elencadas.

Ainda com relação aos projetos de pesquisas analisados, em termos gerais de modo qualitativo, foram observadas as dimensões espaciais (forma, processo, função, estrutura, ações, representações, materialidade, etc.) apresentadas.

Outro dado anotado diz respeito às redes de pesquisas, em termos de projetos de colaboração entre programas de pós-graduação no Brasil, internacionais, ligações entre docentes de instituições diversas, projetos capitaneados por redes de pesquisas ou angariados por instituições que se vislumbravam para além da esfera dos programas de pós-graduação. Os aspectos das redes foram observados com atenção pelo caráter que dos três grupos de pesquisas que elegemos para o exercício investigativo de entrevistas com os docentes participantes, dois possuem claras propensões para formação de redes de professores. Não obstante, ainda não nos pareceria evidente a fundamentação dessa articulação política em rede no viés do estabelecimento de parcerias de investigação, ou mesmo de fundamentação teórica. Assim, ao olharmos para o campo em sua totalidade, a intencionalidade foi de vislumbrar se há alguma tendência para pesquisas colaborativas e de que modo essa nova possibilidade de pesquisa repercute. Também foi alvo de atenção as articulações possibilitadas pelas técnicas (infraestrutura informacional – em especial) e os trabalhos que visavam apenas a atender uma exigência da CAPES. O órgão governamental mencionado, além de atuar como mediador de capitais simbólicos no campo científico, em seu sistema de avaliação, destaca positivamente a internacionalização e/ou níveis de repercussão e/ou articulação dos programas de pós-graduação e das produções investigativas dos docentes.

Também nos chamou atenção, por exemplo, que o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas possuía uma linha

de pesquisa<sup>86</sup> intitulada Espaço, Território e **Cultura na Amazônia**. Todavia, efetivamos leituras de grupos de pesquisas, dissertações defendidas e constatamos que, em termos gerais, poucos professores desenvolviam produções articuladas à linha. Nesse último caso, encontramos proposições de pesquisa em torno do espaço vivido, cartografia com mapas mentais, geograficidades e lugar. E, ao contrapormos com a compreensão estendida da grelha de leitura, verificou-se a composição de dois projetos de pesquisas vinculados ao programa, envolvendo o planejamento participativo, a gestão sustentável do território constituído por territorialidades indígenas e pesquisas articuladas com a ideia de patrimônio cultural material e imaterial.

O procedimento supramencionado nos orientou para possibilidade de uma alternativa de fortalecimento das interpretações vide, por exemplo, que a cartografia orientava a marcação de territorialidades indígenas, vinculadas aos seus espaços vividos, suas geograficidades compreendidas como um patrimônio imaterial e material, etc. Contudo, em outros testes, não ocorrem muitas dispersões que agregariam informações qualitativas, em que não foram tão evidentes outras associações, circunstância em que o exercício investigativo estendido para outros programas nos sucedeu ser de grande risco de arbitrariedade analítica. Desse lance, centramos, novamente, nossa orientação para leitura mediante a relação entre grelha de leitura e os projetos e, recorrendo aos currículos, grupos de pesquisas somente quando tínhamos informações lacônicas ou antagônicas nos relatórios.

Também reforçamos o levantamento do “estado da arte” da produção geográfica, por meio da leitura dos projetos de pesquisas vinculados e expostos nos sítios da Internet dos Programas de Pós-Graduação em Geografia recomendados pela CAPES. Ao longo do levantamento, alguns programas especificavam em suas páginas eletrônicas apenas os macros projetos de pesquisas, e outros detalhavam todos os projetos em que seus docentes estivessem envolvidos. Também há de se considerar que, entre a atualização das páginas em relação à produção e os

---

<sup>86</sup> Cabe frisar que os programas de pós-graduação são estruturados em área de concentração, o que corresponde de certa forma ao núcleo da discussão que a instituição visa a problematizar com seus respectivos educandos, assim como as linhas de pesquisas, caracterizando-se por eixos discursivos e desdobramentos desse núcleo principal. Portanto, área de concentração e linhas de pesquisas de certa forma articulam o arcabouço teórico e temático que individualizam os programas de pós-graduação em Geografia em referência aos seus pares.

projetos em desenvolvimento pelos docentes, havia um descompasso, o que nos impossibilitou de traçar uma generalização do ponto de vista de comparar quantitativamente projetos entre programas. Contudo, conseguimos trilhar um caminho qualitativo evidenciando as temáticas, as linhas de abordagens, um pouco das técnicas de pesquisas e os principais conceitos enunciados.

## **2 Os lastros espaciais das pesquisas: imbricações do campo geográfico com as instituições**

Dentre os aspectos compreendidos nos projetos, uma questão interessante é que eles contemplam objetivos, temas, conceitos, aspectos operacionais e poucas ênfases em termos de métodos. Dos poucos projetos que fizeram alusão ao método, atrelava-se a hermenêutica na compreensão de territorialidades de povos tradicionais, especificamente comunidades quilombolas, destacando-se a preocupação com a criação de sentidos envolvendo os próprios sujeitos, ou seja, os quilombolas e a estruturação interpretativa do pesquisador sustentada na ideia de territorialidade. Destacamos ser um aspecto importantíssimo no rol que esses estudos, em alguma medida, são ferramentas incorporadas na caracterização de relatórios geográfico-antropológicos, sendo incorporados na luta pelo reconhecimento da tradição-propriedade da terra. De outro lance, isso expressa algo que concebemos como dimensão empírica (espaço absoluto) do espaço geográfico, isto é, a localização e a vivência espacial de um determinado grupo que apresenta certas nuances que clamam para uma leitura ou pesquisa que extrapolam um dimensionamento meramente econômico. Mais que a luta pela terra, disputas pela existência que demanda uma apropriação espacial, o espaço geográfico em que se fazem como tal: quilombolas.

Por outra ótica, percebemos uma imbricação entre o campo geográfico da disciplina angariado pelas instituições, as universidades os grupos de pesquisas, suas localizações, suas pesquisas e as conexões com pesquisadores geógrafos. Dos grupos de pesquisas que estudamos, somente no Grupo de Geografia Humanista-Cultural percebeu-se uma discussão mais ordenada em torno dos métodos de abordagem, especialmente conduzidas nos encontros anuais de

“Geografia e Fenomenologia”. Por outro lado, membros do grupo estão poucos presentes nos projetos de pesquisas por nós analisados, talvez pela composição propensa à interdisciplinariedade. Assim, nosso corte de análise foram os projetos vinculados aos programas de pós-graduação em Geografia.

<b>Instituições</b>	<b>Número médio de projetos com vieses culturais em relação ao total de projetos vinculados ao programa</b>	<b>Total de Programas (41= 100%)</b>	<b>Percentual de participação dos programas com ou, sem, a presença de projetos enredados em questões culturais</b>
UNB; UFMS; UEM; UNICENTRO; UNIOESTE F.B; UFF; PUC RJ; UNESP PP; PUC SP; PUC MG	0 %	10	24,4 %
UFG JATAÍ; UFSC; UFPE; UFPB; UFG CATALÃO; UFPA; UFSM	1,6 – 3,7 %	8	19,5 %
USP FIS; UEL; UFRN; UFU; UNICAMP; UFRJ; UFMT; UFMG	4,1 – 6 %	8	19,5 %
UFBA; UNESP RC; UFC; USP HUM; FUFSE; UECE; FURG	7,1 – 9,5 %	7	17,1 %
UFG; UFGD; UFPR; UFRGS; UFAM; UERJ	11, 1 – 17,8%	6	14,6 %
UEPG; UNIR	25 – 33,3 %	2	4,9 %

**Quadro 4 – Distribuição do percentual de projetos com evocações culturais na pós-graduação em Geografia no Brasil (2007-2009)**

Fonte: Cadernos de Indicadores - CAPES

Elaboração: Almir Nabozny – 2011

Esses dados possuem uma distorção no aspecto de que, quanto maior o número de docentes e de projetos vinculados aos programas de pós-graduação, menor é o impacto de determinadas “tipificações de projetos”, pois os intervalos vão desde a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com 129 projetos cadastrados até a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com dez projetos vinculados ao seu relatório.

Não obstante, nossa sistemática não esteve sustentada no número amostral, sendo que sua proposição tem mais valor no sentido de delinear os caminhos e as escolhas mediante a construção de um objeto de investigação. Qualitativamente, visamos a explorar dois aspectos fundamentais, a presença ou não de projetos com autoidentificações culturais nos programas e, em termos relativos, quais ocupam posições de liderança (na enunciação cultural), ou não em relação à totalidade dos programas. Disso, é possível perceber que em nenhum programa a perspectiva é hegemônica, mas que possui uma incidência em cerca de 75% do total de programas, o que corresponde a dizer que do total de 41 programas, em 31 um educando, por exemplo, pode, no mínimo, pleitear a execução de uma dissertação de mestrado que ao menos pode contar com um possível orientador.

Outro elemento diz respeito à distribuição do percentual de projetos em relação à centralidade e marginalidade da perspectiva cultural e o respectivo programa de pós-graduação, sendo que dos dez programas que não possuem nenhum projeto com uma autoevidência de abordagens relacionadas à cultural, salientam-se as três PUCs (SP, RJ e MG), as quais correspondem, respectivamente, aos únicos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil de instituições privadas de Ensino Superior. Sobretudo, na PUC-MG, possuem um escopo investigativo bastante preocupado com uma Geografia mais aplicada e vinculada à análise espacial mediada por sistema de informação geográfica (SIG).

Nesse mesmo eixo ponderado anteriormente, em termos gerais, ressalta-se um impacto bastante acentuado da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Presidente Prudente (UNESP PP), a qual, juntamente com a Universidade de São Paulo (USP Geografia Humana) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no triênio por nós analisado, correspondia às únicas instituições ranqueadas com nível de excelência sete, instituído pela CAPES. Essas instituições são consideradas pela corporação científica como programas com maior “massa crítica” do país em Geografia. Tal ressalva explica-se pelo fato da UNESP PP não possuir nenhum projeto de matiz cultural. Também fazem parte desse conjunto a Universidade de Brasília (UNB) e as PUCs. Das outras instituições presentes nesse conjunto, ainda temos a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e a

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Destaca-se que seu “corpo docente” conta com vários geógrafos que efetuaram seus mestrados e/ou doutoramentos na UNESP PP, de modo que os projetos desenvolvidos na UNESP PP, com uma forte tendência para denominada “Geografia Crítica”, tem uma repercussão nessas outras instituições fundamentando-se uma espécie de “escola geográfica”. Chegamos, inclusive, a checar de forma não sistemática um forte intercâmbio desses docentes em concursos públicos para carreiras docentes, bancas de defesas de teses e dissertações, assim como um grande número de produções bibliográficas articuladas pela editora Expressão Popular (acrescido do selo Outras Expressões), editora com forte presença de docentes vinculados à UNESP PP em seu “colégio editorial”, fundamentando em grande medida uma série de relações intersubjetivas, as quais são destacadas por Morin (1996) como elementos componentes da construção da ideia de objetividade científica.

Embora possuindo, no período analisado, somente o curso de mestrado, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) consegue angariar uma importância grande no aspecto cultural, o que ratifica as expressões cunhadas por Rosendahl e Corrêa (2005, 2009) do papel exercido pelo Núcleo de Espaço e Cultura (NEPEC) vinculado à UERJ no rol de articulador de uma produção geográfica envolvendo a dimensão espacial da cultura.

Ademais, aglutinamos num mesmo patamar de reflexão as Universidades Federais do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Goiás, uma vez que, apesar do Núcleo de Estudos em Espaço e Representação (NEER) não reivindicar um aspecto institucional, não se pode negar que ele foi “lançado” na Universidade Federal do Paraná, conforme consta no site da rede, assim como em entrevista a nós concedida por Seleno (2011), na qual pondera que a ideia do Núcleo havia sido gestada por ele mais Salete Kozel (UFPR) e Oswaldo Bueno Amorim Filho (PUC-MG). Esses constataram que, num encontro nacional de Geografia, estavam com seus trabalhos “qualificados num conjunto denominado de *outros*”. Assim, evidencia-se que nas três universidades citadas, existem professores compondo o NEER, bem como entre as duas instituições com maior percentual de pesquisas envolvendo o espectro cultural estão a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), a qual foi a terceira instituição a sediar um encontro do NEER, acrescido que a UNIR contou

com uma parceria da UFPR em projetos de pesquisa que, entre outras associações, resultaram no livro “Expedição Amazônica: Desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas” (KOZEL, *et al*, 2009). Por fim, destacamos a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) a qual está bastante próxima de Curitiba (UFPR) e também possui professores vinculados ao NEER.

Entretanto, chama atenção que em algumas instituições como, por exemplo, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), não há um geógrafo debatendo especificamente a cultura, mas como se houvesse uma constatação da importância desse temário, para tal empreitada, acolhe-se um profissional de outra área para fomentar tal discussão. Em específico, na UFU<sup>87</sup>, o renomado antropólogo brasileiro Carlos Rodrigues Brandão ocupava esse espaço, assim como ocorre em outras instituições com sociólogos e historiadores, entre outros profissionais das ciências humanas.

Algo reluzente é que a discussão cultural em Geografia na pós-graduação brasileira efetua-se, majoritariamente, em instituições do interior do Brasil, isto é, de algum modo fora dos circuitos das capitais e, embora tenhamos um bom índice de projetos em desenvolvimento na UERJ e UFRJ, pode-se também apontar que essa abordagem cultural pela Geografia brasileira é do interior no âmbito que foge do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, onde se encontram as instituições que fundaram os primeiros cursos de Geografia do Brasil, respectivamente USP e a antiga Universidade Federal do Brasil em que acrescentamos a sede do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) no Rio de Janeiro.

## **2.1 As manifestações espaciais das pesquisas: imbricações do campo geográfico com os espaços dos projetos e os projetos do espaço**

Após as sínteses dos projetos, especificamente, aglutinamos de modo a efetuarmos uma categorização em que chegamos a uma configuração correspondente de uma profunda relação entre elementos empíricos (dessa

---

<sup>87</sup> No Instituto de Geografia da UFU, dentre a lista de laboratórios destaca-se a presença do “Laboratório de Geografia Cultural e Turismo”, onde trabalha o geógrafo Radamanto, membro do NEER, entrevistado para a tese. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/node/12>>, acesso em 16 de janeiro de 2014.

regionalização da produção de pesquisa) ou de determinadas manifestações culturais que, de algum modo, “obrigam” uma discussão sob um mote cultural. Em que podemos vislumbrar no quadro seguinte:

<p><b>Conceitos e associações</b>  <b>A) Espaço geográfico</b></p>
<p>Espaço, desenvolvimento teórico-metodológico (interfaces, social, econômico e turismo). Trajetórias espaciais cotidianas. Espaço urbano e grupos sociais minoritários. Espaço social, saber popular e memória. Conexões espaciais entre região de origem e o local do culto religioso. Relação dialógica sobre geografias através dos conceitos de território e espaço. Geografia urbana e pobreza feminina (espaço social). Espaço (urbano) e formas simbólicas. Geografia espaço social, elite, patrimônio cultural, identidade social. Espacialidade da religião em dimensões políticas, econômicas e simbólicas. Espaço e bens simbólicos (econômicos), redes. Trabalho de campo, espaços simbólicos. Produção do espaço, turismo e o carnaval. Espaço público e representação do urbano. Espaço, representações/imagens, hermenêutica. Cultura, espaço representação e memória. Espaço, representação, literatura e região. Espaço urbano, subjetividade humana e disputas simbólicas. Espaço social, identidades e territorialidades. Sociedade, espaço e cultura. Representações espaciais de maritimidade, trópicos. Espaço urbano, turismo e cultura. Imigração e impacto cultural na estruturação espacial.</p>
<p><b>Conceitos e associações</b>  <b>B) Transição entre espaço geográfico e território/territorialidade</b></p>
<p>Interface entre território e o espaço envolvendo comunidades tradicionais, diferenças de gênero com diálogos do temário da “Geografia Agrária”. Geografia agrária e papel social da mulher em comunidades tradicionais. Gênero, reforma agrária e sustentabilidade. Trabalho, gênero e estigmas envolvendo espaço.</p>
<p><b>Conceitos e associações</b>  <b>C) Território/territorialidade</b></p>
<p>Território e territorialidade: associados ao patrimônio cultural, as identidades culturais, comunidades tradicionais e/ou discussão étnica. E também relacionado às instituições como em casos que enlaçam espaço e poder atrelado a religião e religiosidade. Abordagem mais vinculadas com o mote social em termos de discussões que articulam identidade, corpo e território para compor um aspecto específico em relação a um processo de feminização da imigração para fins de prostituição. Sujeitos precariamente territorializados e suas relações com identidades sociais. O território também aparece no sentido de poder em termos de apropriações espaciais para específicas manifestações culturais mediante a um tensionamento (do local) por processos de globalização.</p>
<p><b>Conceitos e associações</b>  <b>D) Paisagem</b></p>
<p>Paisagem cultural compondo uma diversidade versus uma paisagem natural.</p>



**CONTINUAÇÃO**

Representações de paisagens por meio de pinturas (artes plásticas). Paisagem, identidade nacional e representações. Paisagem e a percepção ambiental na valorização simbólica da natureza. Somente paisagem e identidade.

**Conceitos e associações****E) Lugar**

O lugar aparece no sentido de posição/ocorrência e manifestação do patrimônio cultural. Juntamente como apropriação da mídia na veiculação de “geograficidades”. Associado a Geografia Humanista o lugar é articulado ao carnaval, à música, experiência vivida e o imaginário urbano. Como tema forte também à referência a lugares simbólicos. Um desdobramento das ideias anteriores, todavia, em articulação: lugar, memória, patrimônio material e imaterial; cultura popular, comunicação, periferia. E em uma única vez é vinculada numa discussão urbana na ideia de “entre-lugar”.

**Conceitos e associações****F) Região**

Redes regionais e suas interfaces com a comunicação, o turismo e o patrimônio cultural (material e simbólico) das cidades cearenses. Esse é o título de um projeto que é representativo das poucas ocorrências do discurso regional.

**Quadro 5 – Associações entre conceitos e abordagens nos projetos com evocações culturais na pós-graduação em Geografia no Brasil (2007-2009)**

Fonte: Cadernos de Indicadores – Capes. Elaboração: Almir Nabozny – 2011.

Associados aos conceitos e temas articulados no Quadro 5, verifica-se que, em termos de ações, essas pesquisas encadeiam-se ao planejamento comunitário participativo com o uso de táticas/estratégias da “Cartografia Social”, associam-se ao turismo e ao desenvolvimento espacial tendo como fundante de processos a concepção de “Patrimônio Cultural Material e/ou Imaterial”. Embora ressalte o espaço num viés de materialidade e forma, curiosamente não tem no conceito de paisagem seu matiz privilegiado. Enquanto orquestrações de um patrimônio imaterial, são recorrentes temas que tendenciam para uma discussão de *brasilidades*, tais como a cultura popular, festas populares, carnaval e religiosidade, o dossel temático são as denominadas populações tradicionais, nominalmente citadas a questão indígena, quilombolas e pescadores tradicionais, sendo que, além do planejamento comunitário já referendado, articulam-se os diagnósticos socioculturais no rol de demarcação de terras, bem como vinculado às discussões do desenvolvimento sustentável.

Destaque-se que, embora haja um debate sobre o campesinato enquanto “população tradicional” pela ideia de uma racionalidade diferenciada na relação com

a terra, a sentença principal dos argumentos, nesse caso, é a renda da terra e projetando-se como cenário futuro o debate agroecológico.

São temas mais pontuais ou periféricos os estudos de obras literárias na compreensão da formação de uma “ideia” de Brasil em que se envolvem as dimensões do ensino da Geografia, vinculando-se a debates como de patriotismo e nacionalismos. Esse viés entrelaça-se em muito à discussão de Geografia Política de Jean Gottmann (1915-1994) ponderada por Castro (2010), no aspecto das iconografias, isto é, o nacionalismo que oferece conteúdos simbólicos (iconográficos) para criar um cimento social, como imperativo de resistência a tendência de circulação (força de mudança) que, de forma intensa, produz o deslocamento das pessoas, ideias, entre outros. Também nos temas pontuais, temos uma tênue tendência para a discussão da paisagem com questões vinculadas às manifestações artísticas, cotidiano, emoção e subjetividades. E alguns elementos que envolvem paisagem destacam, sobretudo, um diálogo com a arquitetura e a toponímia. Excetuam-se a questão das cartografias subjetivas (mapas mentais, cartografia social, etc.) à discussão de operacionalizações de investigações geográficas nessa seara discursiva que é pouco problematizada. Outra exceção da elaboração de pesquisas é a percepção do meio ambiente e trabalhos que se preocupam com o registro fotográfico para fundamentar a discussão do patrimônio cultural.

Embora tenhamos constatado um trabalho que enfatizava a manifestação espacial de determinadas expressões culturais e sua “necessidade” de territorialização para resistir ao processo de globalização enquanto fenômeno solapador das expressões locais, pode se afirmar que a escala geográfica de compreensão dos fenômenos é em grande parte a própria escala dos grupos e, sobretudo, das comunidades.

Esse elemento escalar das pesquisas resulta em um acalorado debate como alertam Kayser (1985), Corrêa (1996) em relação ao trabalho de campo em Geografia e a questão da apreensão e a abrangência dos fenômenos, uma vez que o trabalho de campo reporta-se sempre a uma dada realidade socioespacial. Contudo, diversos fenômenos que aí se processam têm como projeção a ação de atores que dialogam de forma exógena ao recorte em que se realiza o campo e

produzem diferentes diálogos e intensidades com o endógeno.

Assim, o compromisso para chegar à representação dos sujeitos e “seu espaço geográfico” perpassa por olhar detrás das estruturas acadêmicas como instituições simbólicas, relacionando-as à expressão espacial dos agentes que o produzem, juntamente com os termos que as pessoas representam para si e para os outros em seu espaço geográfico. Essas resiliências são apontadas como táticas de escapar ao aprisionamento da aparência (que escamoteia), buscando a essência que produz a reflexão crítica dos partícipes da atividade de campo.

Essas ressalvas ponderadas em relação aos trabalhos de campo e a escala (KAYSER, 1985; CORRÊA, 1996) podem ser transubstanciadas para as abordagens geográficas (dos projetos de pesquisas) que priorizam o cotidiano como universo de análise. Em geral, esses projetos não se restringem a esfera do local sob o ponto de vista da escala de compreensão, correlacionando o local, regional e global; como exemplo, tem-se das associações entre patrimônio cultural e processos de desenvolvimento regional mediados por questões do “turismo global”. Nisso, percebe-se alguns ruídos (críticas) em que os trabalhos que priorizam uma referência local tenderiam para análises alienantes (vinculadas as aparências). Identificamos um equívoco nas críticas em associar o fenômeno problematizado à dimensão empírica, geometrizando o espaço e compreendendo a escala enquanto métrica.

Também é importante o alerta de Castro (1995) em torno da escala no escopo dos diferentes modos de percepção e composição do real. Assim, a escala, igualmente, é estratégia de aproximação do real que relaciona fenômeno e tamanho; isto define a escala como problema de dimensão, como também de complexidade de apreensão.

Destarte, nessas perspectivas culturais que se autodenominam como incorporadoras de uma dimensão verdadeiramente humana na ciência geográfica, são interessantes também a compreensão da escala como um processo social (SMITH, 2000), produzida na sociedade, por interações sociais. Assim, a escala geográfica pode remeter às formas em que as pessoas entendem-se ou definem-se como pessoas, “de que se compõe a ideia que elas têm [...] do que é um ‘eu’” (GEERTZ, 1998, p.89). Leva-se em consideração que o próprio espaço geográfico

compõe e é composto por essa ação simbólica e material dos sujeitos que o produz. De outro modo, “a análise geográfica dos fenômenos requer objetivar os espaços na escala em que eles são percebidos [...]. O fenômeno observado, articulado a uma determinada escala, ganha um sentido particular” (CASTRO, 1995, p.120).

Nessa discussão da escala, temos a hipótese de emergência de um embate epistemológico: de um lado, a analogia da escala com o trabalho de campo no viés da localidade da abordagem. De outro, a inter-relação entre dimensões em que os fenômenos ocorrem e são percebidos, atinente à ideia que a essência extrapola o local/onde restrito a esse teria uma análise alienada pela aparência. Noutra viés, quando articulado, espaço e o próprio entendimento de si, enquanto sentido particular, de fato, tem outra compreensão de essência. À guisa que as leis que regem uma determinada dimensão de fenômeno não passam sem alteração à outra dimensão e “a escala coloca-se como um problema para a ciência [...] o artifício analítico que dá visibilidade ao real” (CASTRO, 1995, p.133). Desta maneira, a realidade está contida em todas as escalas, sua percepção é o nível do fenômeno percebido e não fragmenta o real, mas orienta sua apreensão. Todavia,

As diversas escalas supõem, portanto, campos de representação a partir dos quais é estabelecida a pertinência do objeto, mas cada escala apenas indica o espaço de referência no qual se pensa a pertinência, mas geralmente a pertinência do sentido atribuído ao objeto definido pelo campo de representação, ou o 'tableau visuel' de Merleau-Ponty. (CASTRO, 1995, p.134)

A própria compreensão distinta de essência, de um lado, vinculada ao sentido essencial de construção do eu e, de outro viés, atribuída à fundamentação estrutural, na qual se concebe o espaço imediato, enquanto formas aparentes, denota um problema epistemológico no campo metodológico. Isso porque as correlações entre escala, fenômeno estão imbricadas na relação entre construção de objeto de pesquisa e sujeito pesquisador, igualmente aos sentidos configurados à incursão ou visão social de mundo do cientista.

### 2.1.1 Os espaços dos projetos e suas leituras conceituais

Há outro choque entre aquilo que denominamos no capítulo anterior de tradição geográfica e as perspectivas culturalista que vem a configurar a ideia de uma novidade. O exemplo anterior de tensionamento entre tradição e novo foi usado para ilustrar as opções de métodos dos pesquisadores. Destarte, esse cruzamento sequente é também epistemológico só que no plano teórico-conceitual.

Referente às questões conceituais, localizou-se um projeto que visava a discutir as redes regionais e suas interfaces com a comunicação, o turismo e o patrimônio cultural (material e simbólico) das cidades cearenses. Esse projeto foi uma das poucas ocorrências do discurso regional, salvo acepções como Werlen (2000) e Frémont (1979), em grande medida a região é articulada (seja de forma idealista ou materialista) a um processo de maior extensão espacial (ARAUJO, 2003). Por sua vez, as explicações teóricas da regionalização envolvem aquilo que Claval (2004) denomina de metas-narrativas, como materialismo histórico, estruturalismo, entre outros.

Cabe visualizar que, mesmo nas poucas aparições, o regional está atrelado ao conceito de rede e as discussões das comunicações. Destacamos que o debate sobre redes tem enlace com uma série de investigações da sociedade em escalas mundiais. Já a comunicação, em diversas passagens textuais, é reivindicada por Paul Claval, por exemplo, como uma possível questão articuladora das incursões envolvendo espaço e cultura.

Constatou-se uma emergência de explicações qualitativas de diversos fenômenos inquiridos. Essas incursões de pesquisa, em geral, estão untadas à escolhas operacionais diversificadas, envolvendo exploração de imagens, audiovisuais, obras de artes, sobretudo vinculadas às linguagens mais compreensivas, explicativas e em oposição às linguagens de natureza preditiva, descritiva e normativa. Além do que a enunciação de matizes conceituais cogita explicações que envolvem a construção da racionalidade posicionada nos contextos históricos e geográficos, tensionando as metas-narrativas de ordem mais universalistas e racionalistas.

Como grande exemplo dos argumentos tecidos nos parágrafos anteriores,

temos a questão das pesquisas com enfoques territoriais observadas nos projetos de pós-graduação em Geografia com autoidentificações com a discussão cultural, embora Haesbaert (2004) discuta a amplitude do conceito de território referente ao seu emprego além da Geografia, assim como a polissemia de definições, as quais sintetiza em três principais vertentes: uma política onde se referencia o poder ao espaço delimitado e controlado, o qual, na maioria das vezes, é relacionado ao campo institucional do Estado-Nação; uma segunda conceituação vinculada à cultura como produto da apropriação/valorização simbólica e uma terceira via postulada na ordenação econômica como fonte de recursos, incorporados na relação capital-trabalho. Também se poderia incluir uma conceituação natural relacionada ao binômio recurso-meio.

Em que pese a amplitude conceitual destacada pelo autor anterior, Claval (1999b), primeiramente, disserta sobre o território adotado em Geografia enquanto um significado político do espaço, ou seja, o Estado e o monopólio da força, diante de determinadas fronteiras, o controle territorial. Posteriormente, Claval (1999b) enfatiza o autor Robert Sack (1986), que propôs uma interpretação de territorialidade. Trata-se de uma abordagem de múltiplas escalas onde se extrai não mais a apropriação, mas sim a relação (abordagem relacional), portanto, a territorialidade enquanto práticas, ações de controles espaciais necessárias à vida social<sup>88</sup>.

Outros autores, como Sánchez Pérez (2005), atribuem a visão relacional ao domínio de uma concepção de poder fundamentada em Michel Foucault. Haesbaert (2004) pontua que a visão relacional de território estruturada em Claude Raffestin e Robert Sack fundamenta-se na relação social, portanto, históricas, sem restringir o político, o estatal e sem excluir as dimensões culturais e econômicas. Tudo isso tem por base uma relação de um amplo poder que:

não é objeto ou coisa, mas uma relação e que esta relação ainda que desigual, não tem um 'centro' unitário de onde emana poder [...]. Assim, podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou

---

<sup>88</sup> Ver em português a tradução do capítulo introdutório da obra supracitada: SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (org). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011, p.63-89.

seja, enquanto mediação espacial de poder, resulta da interação diferenciada entre múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política [...]. Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo 'poder' sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais. (HAESBAERT, 2004, p.83-97)

Além de tudo, a abordagem territorial abre-se para uma condição essencial da própria reprodução social dos grupos que vislumbramos nos projetos de pesquisas, associados ao patrimônio cultural e às identidades culturais, envolvendo comunidades tradicionais e/ou a discussão étnica. Também são relacionados às instituições e ao controle espacial; contudo, legitimados por uma ordenação simbólica de uso espacial nos casos em que enfatizam a imbricação entre a religião (institucional) e própria religiosidade vinculada mais aos grupos professantes de determinadas ordem teológicas.

Pelo viés da representação temos, também, uma visão ao reverso do território do Estado-Nação, na medida em que esse marca o corpo pelo viés de uma identidade moderna que compõe um caráter específico de determinados sujeitos, imbuídos em processo de imigração para fins de prostituição. Nesse último exemplo, há uma implicação do território no sujeito e que forma um conjunto ou grupo mediante a qualificação que se dá no encontro com o outro, fundamentando o território como elemento central na produção de duas identidades cambiantes — de grupo e que se institui pela representação do outro, articulado a uma ideia moderna, isto é, da identidade atrelada à nacionalidade.

Logo, territorializar-se significa criar mediações espaciais que proporcionem poder da própria reprodução. Inúmeros projetos debruçam sobre a perspectiva de minorias identitárias pela compreensão da precarização de suas territorializações no rol que a luta do grupo perpassa pelo domínio espacial, pela territorialização.

O território também aparece no sentido de poder, em termos de apropriações espaciais como estratégia vital de determinadas manifestações culturais, mediante a um tensionamento dos processos de globalização. Desde elementos tradicionais, de europeus que migram para o Brasil, há manifestações ímpares em termos de hibridização, etc. Nesse aspecto que ressaltamos anteriormente, sem muito

detalhamento, a ideia de busca de uma brasilidade pela territorialização de credos, cultos, festas populares que não efetivam uma ideia de identidade nacional, mas manifestações singulares do Brasil.

Novamente, ganham cena questões epistemológicas no âmbito de explicações teóricas que remetem para um discurso mais pontual, que exemplificamos pelas questões das identidades evidenciadas, de modo a se construir, também, através de sua territorialização, as quais se compõem da convivência conflituosa entre grupos sociais. Por outro lado, as identidades e os espaços de convivência cotidiana têm sido requisitados como uma potencial possibilidade da “organização de grupos para luta política. É uma maneira de compreender que as diferenças podem ser também um princípio da unidade e convergência de interesses” (SILVA JR, 2004, p.08). Estes interesses convergentes podem ser construídos mesmo no confronto das diferenças de grupos. Segundo Hall (1998), hodiernamente, há uma erosão da 'identidade mestra'. “As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe [...] constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença” (HALL, 1998, p.20-21).

Explorando o quadro de articulação entre temas e o território, o conceito também é untado a uma materialidade que constitui um patrimônio, cuja apropriação privilegiada ou sua própria manutenção se sustentam atreladas à concepção de uso dos territórios. Todavia, Santos e Silveira (2008) consideram que esse uso do território pode ser definido pela tríade infraestrutura/dinamismo da economia/sociedade. Sob esse prisma, busca-se compreender o papel das formas geográficas materiais e das formas sociais, impregnadas de técnica-ciência-informação. O uso é desdobrado em uma manifestação cultural, como as festas populares brasileiras e, sobretudo, articuladas ao turismo. Essas manifestações artísticas, culturais, de patrimônios arquitetônicos, entre outros, não se efetivam sem uma regulação política do território, ou seja,

quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade [...] e seu uso. Nele devemos considerar os fixos, isto é, o que é fixo, e os fluxos, isto é, o que é móvel. Os fixos são [...]



constituintes da ordem pública e social [...] os fluxos são formados por elementos públicos e privados. O território também revela as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações [...]. As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdadas por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. (SANTOS, SILVEIRA, 2003, p.247-248)

Deste modo, as questões territoriais são atreladas à manutenção de identidades de grupos sociais e de minorias étnicas, fabricação/materialidade e representação de fenômenos vinculados a um território e também remetem ao controle espacial para viabilização de um uso específico, articulado na herança técnica e cultural constitutiva de um patrimônio, de uma memória, etc. Em todos os debates territoriais, a concepção de cultura viabiliza-se em torno de um arranjo essencializado em uma extensão espacial, tal qual uma matriz de produção de sentidos que, pelo espaço, sustenta a sua eficiência em articular identidades, ou seja, diversidades culturais em relação a um outro. Conforme Berdoulay (2012) cogita esse amalgamento numa acepção de cultura enquanto uma totalidade, sendo que a mesma traz problemas com a constituição de territórios das etnias, identidades, “Compreendemos como essa concepção pode reforçar conflitos territoriais entre culturas consideradas radicalmente diferentes e que não podiam partilhar o mesmo espaço” (BERDOULAY, 2012, p.116).

Badie (1995), discutindo a questão identitária, profere uma crítica semelhante:

a identidade não é nem primeira nem perene; levantando a questão do eu, em relação ao outro, ela é mais o sintoma de um mal-estar social, um efeito de frustração e de fracasso, uma vontade manifesta de se redefinir do que a expressão de uma essência que atravessa a história (BADIE, 1995, p. 119).

Deixando de ser o suporte de um contrato político, o território torna-se o instrumento de uma identidade e conduz assim à exclusão (BADIE, 1995, p.145).

Badie (1995) e Berdoulay (2012) extraem suas preocupações baseados em conflitos étnicos — territoriais na Península Balcânica, por exemplo, sendo que na Bósnia Herzegovina, após queda do regime autoritário, houve uma reestruturação

política e os grupos organizaram os partidos políticos por alianças religiosas. Enfim, uma série de questões do cenário europeu em que a associação unívoca entre território e identidade, ou espaço e cultura, tem gerado efeitos nefastos.

Outro aspecto a se entender são essas associações com a acepção apregoada por Massey (2008) de espaço e sociedade, o que forma um mapa claro de divisões e de agrupamentos bem delimitados e diferenciados uns dos outros, estabelecendo-se uma diferenciação dos lugares hierarquizados. Esses processos são encadeados por um projeto hegemônico e Moderno para organizar o espaço mundial, ao mesmo tempo que ordena uma interpretação linear da globalização econômica atual, no angariamento do discurso da coerência e das diferenças espaciais regulares. Em decorrência desse plano, derivam *compreensões fetiches*, nostalgias de algo que nunca existiu, senão enquanto modelo. Isso pode inspirar algumas reflexões atreladas ao território e comunidades tradicionais, similares à catalogação de “gêneros de vida – preservados”.

Não obstante, Massey (2008) questiona alguns autores como, por exemplo, Anthony Giddens que fundamenta que haveria uma comunhão de espaço e lugar numa pré-modernidade<sup>89</sup>. Massey (2008), cita o trabalho Oakes na China, no qual o autor demonstra que no passado os localismos, ou seja, os lugares, eram componentes contingenciais de espaço de fluxos. Essa é uma reflexão importante para a Geografia que, muitas vezes, reforça a tese de Giddens em pesquisas com as sociedades tradicionais. Ao invés da pretensa valorização da territorialidade dessas populações, é reforçada, justamente, a leitura dicotomizada de espaço e lugar da Modernidade.

Ademais, identidades culturais não são sinônimas de particularidades de uma espacialidade interna. Pelo contrário, muitas vezes essas condições que favorecem o recolhimento, a ancoragem e naturalização de elementos externos, ou seja, análises de fora e de dentro não fazem sentido (estabelecidos e “outsiders”). No processo-projeto de Modernidade houve uma subjugação espacial pelo viés da tomada do espaço geográfico por um apriorismo, isto é, aquilo que eram diferenças espaciais foi atribuído como distintas temporalidades em relação aos desenvolvidos

---

<sup>89</sup> Vide, o artigo de Löwen Sahr (2007), “O pré-moderno na pós-modernidade: refletindo sobre as comunidades de faxinais da Floresta com Araucária do Paraná”.

versus os atrasados. Contudo:

Ironicamente, essa concepção temporal da Geografia da modernidade não apenas é uma repressão do espacial, como é também a repressão da possibilidade de outras temporalidades. [...]. Este tipo de espaço da modernidade, em outras palavras, não vê o espaço como emergindo de uma interação nem como a esfera de multiplicidades nem como essencialmente aberto e em contínuo desenvolvimento. É uma subjugação do desafio espacial. (MASSEY, 2008, p.109-111)

Como alternativa, Berdoulay (2012) refere-se a uma concepção de cultura pautada na reflexibilidade do sujeito, e Badie (1995) argumenta sobre a solidariedade sem território, fundamentado em uma visão cosmopolita. Já a reflexibilidade diz respeito à negação de uma ligação orgânica entre porção do espaço e uma cultura, para focar o que a cultura significa para o indivíduo. Contrapõe-se, desse modo, a cultura como traços que caracterizam uma sociedade particular para o desenvolvimento do indivíduo em seu contexto.

Encontramos, então, o significado da palavra *culture* como ela prevaleceu em francês: é relacionada ao esforço que o indivíduo faz sobre si mesmo pra melhor compreender o mundo e interagir com ele, para se enriquecer pessoalmente e para agir com sabedoria. A cultura é uma questão de sentido, de trabalho sobre si, de tensão entre si e o mundo, enfim, de afirmação do sujeito. (BERDOULAY, 2012, p.120)

Neste caso, a ideia de cultura se aproxima do mesmo ideal da *paideia* grega, conjunto de elementos formadores do comportamento e da consciência, primários éticos e processo de educação do indivíduo, que regula a vida social do cidadão. (GOMES, 1999, p.110)

Portanto, essa ideia de cultura preceitua uma idealização ocidental: do mesmo modo que se visa a ser singular, anuncia a pluralidade. Pois a tentativa de homogeneização é paradoxalmente uma afirmação das inúmeras formas de conceber a vida, outras culturas — no plural. Para Gomes (1999), na França, prevalece a ideia de civilização como movimento uniforme e progressista. Já na Alemanha, essa noção civilizatória é criticada como uma ideia de comportamentos falsos e não

espontâneos, como resposta ao Iluminismo francês. Já a Kultur (cultura), a mesma é valorizada na sua pluralidade enquanto “forma particular encontrada pelo gênero humano para sobreviver em diferentes ambientes naturais” (GOMES, 1999, p.115). Desenvolve-se a ideia de valorização do particular em resposta ao progresso.

Vista como sistema de valores ou como conjunto de referências específico de um grupo social, a cultura é a principal fonte para a compreensão de comportamentos e hábitos espaciais, da organização espacial das coisas e das divisões simbólicas do espaço. Ao contrário, dentro de uma visão generalizante, as práticas espaciais possuem uma uniformidade lógica universal, têm valor analítico e comparabilidade e as diferenciações na manifestação da cultura são concebidas como variantes de um mesmo modelo ou de um mesmo padrão elementar. Porém, mais uma vez, precisamos desconfiar sempre destas visões esquemáticas e reconhecermos os usos precisos que os autores fazem da ideia de cultura. (GOMES, 1999, p.120-121)

E, por fim, temos três acepções possíveis. Uma ordem reflexiva pautada no sentido atribuído pelo indivíduo em que o espaço fundamenta a ação desses indivíduos, ação/representação, particular/reflexivo e uma totalidade espaço. Um modelo universal em que as diferenças seriam variações do universal. E a contingência de uma resultante de espaço e matriz de sentidos, conforme decorre em grande parte dos projetos de pesquisas analisados. Por outro lado, Haesbaert (2008), ao prefaciá-lo livro de D. Massey, sutilmente aponta que a dimensão da territorialização no Brasil, longe de ser caráter de segmentação, é encadeada numa sociedade de um profundo monopólio do espaço por parte de alguns segmentos da sociedade. Assim, vislumbramos as arguições de Badie (1995), Werlen (2000), Massey (2008) e Berdoulay (2012) como importantes alertas em que articulação entre cultura, identidade e território pode gerar, de um lado, a dicotomização de uma essência que é criada pelo pesquisador (uma nostalgia) e, doutro mote, o perigo político e social pelo estabelecimento do conflito na autoafirmação da cultura e do espaço em relação aos outros.

Também se efetivam reflexões, ou mesmo as ações institucionais, que relacionam o território e a cultura com um matiz de materialidade, vislumbrando o uso e o controle de um espaço para constituir uma relação específica com espaço

geográfico, isto é, uma *patrimonialização* para fins de turismo. Nesse caso, mais que a distinção entre essência ou reflexibilidade, observou-se um elemento conceitual mais importante, o próprio espaço geográfico, naquilo que reveste o lugar de acontecimento da noção de transversalidade (ORTIZ, 1996), pois o turismo pode ser mundial, a *patrimonialização* local. Nesse ínterim, só existe quando resulta em vivências, não obstante, atravessadas/transversalmente, de outro ângulo, o acontecer desse atravessamento entre uma ideia de produção/consumo global demanda-se de certas estruturas de organização social para o seu acontecer.

Igualmente, estabelece-se uma relação entre um grupo/comunidade em que a sua construção cultural demanda apropriação de determinado espaço em que a construção do território envolve o domínio de um discurso atrelado a determinadas representações de espaço. Além disso, a mesma é vinculada à discussão de grupos fragilizados ou de minorias, sejam elas de gênero, sexualidade, religiosos, entre outros, ou mesmo, na ideia da posse da terra. Nesse aspecto, o debate fica bastante próximo a uma discussão agrária.

Observando a relação entre campo dos discursos geográficos representados pelas instituições, ou seja, as universidades, há uma tendência para discussão do espaço geográfico na medida em que o debate tem como foco a questão urbana. De longe se ressalta o debate entre espaço geográfico e formas simbólicas, sejam elas nos aspectos de uma materialidade/forma, tal qual monumentos, estátuas, seja em termos de representação ou apropriações discursivas que ponderam determinadas construções de significados em relação ao espaço.

Propositadamente, oferecemos para o leitor, de forma mais repetida (na produção do quadro 5), a relação entre temas e conceitos na vinculação em que é produzida em torno do espaço geográfico, no sentido que a variação não é exatamente em torno do tema, mas como o tema é concebido ou aquilo em que é articulado. Voltamos a frisar a relação entre espaço e o viés simbólico: o simbolismo pode ser religioso, artístico, envolvendo imagens, discursos, literatura, enfim, distintas linguagens que oferecem determinadas representações do espaço.

Ainda explorando a relação entre a discussão de espaço geográfico nos projetos, destacamos novas leituras de temas tradicionais na denominada Geografia Crítica, relativos aos “problemas sociais”. Porém, ao passo que a questão de classe

social era preponderante nessa Geografia de base mais marxiana, nos projetos autoidentificados como culturais, os elementos de classes são recompostas por debates de identidades, como de gênero, sexualidade. Quando diretamente frisam-se relações de classes sociais, a temática do grupo pesquisado exerce um papel central, isto é, não há uma perspectiva de universalização dos problemas pesquisados, observação válida para pesquisas que se reportam aos sem tetos, os meninos de rua, o imigrante, entre outras questões que se equalizam com as políticas da diferença que evidenciamos também na discussão das identidades e os territórios. Não por acaso, identificamos nos projetos algo que no quadro denominamos como área de transição ou mesmo interface entre espaço geográfico território, haja vista a discussão que todo território é espaço geográfico, mas nem todo espaço geográfico é território.

A região quase que sumiu nos projetos autoidentificados com as questões culturais. Naquilo que delineamos, poderia ser articulada a paisagem no aspecto em que paisagem aparece como uma tradição próxima à discussão saueriana, como produção de uma forma humanizada. Todavia, essas formas expressam nuances distintas conforme a cultura que a produziu — novamente, a cultura brota como expressão que distingue os agrupamentos humanos. Contudo, se na discussão do território sua “reprodução” prescinde a apropriação, o domínio do uso e o controle do espaço, na paisagem cultural, ou sua regionalização, se precede quase que como o resultado espacial de uma ação que caracteriza determinada expressão cultural e individualiza espaços. Talvez a ideia de patrimônio, bastante recorrente nos projetos analisados, exerça uma espécie de zona de contato, ao passo que remete, em geral, a uma herança, a uma memória quando vislumbrado pelo patamar material, sendo que quando é imaterial representa determinada manifestação, ou mesmo, o modo como se atribuí sentidos a determinada espacialidade.

A valorização “natural” da paisagem, no aspecto de uma natureza simbólica, também ganha um dimensionamento privilegiado, ao passo que a região é articulada a uma escala de abrangência dessas determinadas paisagens. Essas pesquisas se aproximam do debate fundamentado por Corrêa (2008b) em torno da região cultural e aspectos de sua identificação. Nesse trabalho, o autor pontua que, inicialmente, trata-se de uma contiguidade dimensional identificada por traços culturais materiais

ou não materiais, expressando uma paisagem cultural. Se há aspectos de uma morfologia próxima da discussão saueriana, Corrêa (2008b) destaca uma tradição vidalina, especificamente no trabalho do geógrafo tropicalista Joël Bonnemaison, na identificação de geossímbolos fixos que, por serem dotados de significados, são elementos fortalecedores dos laços identitários dos grupos.

Todavia, ao nosso entender, Corrêa (2008b) não efetua uma problematização entre significados e significantes ou exclusividade de uma natureza de ordem material, apregoada na composição desses marcadores simbólicos. Destacamos um relato informal de pesquisa proferido por Werther Holzer (UFF), atinente a uma investigação e mapeamento via GPS (Sistema de Posicionamento Global) de pontos de pescas tradicionais e tradicionais pontos de pescas. Os pescadores não permitiram a marcação dos pontos com GPS, isto é, cartografar e materializar o conhecimento espacial de seu pertencimento. Esses pescadores guiaram os pesquisadores por pontos de referência, próximos de uma velha árvore seca, ou de outro marcador. Contudo, a árvore e outros marcadores não existiam mais enquanto presenças físicas, apenas na localização das memórias dos pescadores. Árvores secas eram símbolos de uma memória que recortava toponimicamente a imensidão do mar para a pesca. Por outro lado, Corrêa (2008b) adverte que “a contiguidade espacial dos traços culturais é fundamental para a sua constituição. Pois, dela depende a comunicação imediata entre os seus membros” (p. 12).

Corrêa (2008b) ressalta, ainda, que o valor da paisagem regional não está na sua caracterização diferencial, mas na compreensão de distintas ações humanas no espaço tempo. Corrêa (2008b), baseado em Norton (2000), caracteriza três acepções de regiões culturais, sendo elas as formais, funcionais e vernaculares. A primeira caracterizada pela uniformidade de traços culturais. As funcionais são definidas pela conectividade. As regiões vernaculares constituem-se pela combinação de traços culturais, sendo um mecanismo de alteridade, ou seja, de distinção e reconhecimento. Destaque-se que Corrêa (2008b) está entendendo por traços culturais a língua, etnia, religião, etc. E, por cultura, simultaneamente, o meio, reflexo e condição de existência dos grupos humanos. Dentre as tentativas metodológicas de identificação regional, o autor destaca que ambas se diferenciam, enquanto regiões pelo grau e intensidade das variáveis agregadas.

Quanto à análise das regiões culturais, destaca aspectos elaborados pela Escola de Berkeley, no âmbito da tríade analítica de foco inicial, núcleo e franja. Inicialmente, de onde os traços culturais se difundiram, posteriormente, onde são mais intensos e, finalmente, a franja onde são mais difusos. Essa tipologia é enriquecida quando acrescentada aspectos da discussão pertinente à difusão espacial da cultura, nos aspectos da duplicação, desvio e fusão. Primeiro, a reprodução de focos culturais, os desvios seriam suas alterações, “a fusão, por fim, constitui-se no mais frequente processo pelo qual novas regiões culturais são formadas” (CORRÊA, 2008b, p.19).

Embora a insistência de Corrêa (2008b) no matiz da região pelo viés de uma contiguidade de traços culturais, essas elaborações aportam-se muito mais pela valoração espacial ou construção de uma representação mediada, sobretudo, pela literatura, isto é, criação discursiva. Nisso, a paisagem também é compreendida enquanto representação, mas articulada às imagens e às formas espaciais no âmbito que são as artes plásticas (pintura) os mecanismos privilegiados de suas apreensões.

Já o lugar é o conceito que fornece uma ligação direta com a autoidentificação de Geografia Humanista. Ora constituindo um cenário enquanto posição e manifestação de determinados fenômenos culturais, tais como festas, carnaval, religiosidade, ora como expressão de um espaço vivido e articulado a ideias de cotidiano e experiência. O lugar, de modo como conseguirmos visualizar nos projetos, de acordo com Holzer (1997), acompanha a concepção de lugar de Edward Relph, pois “para ele o lugar é um modo particular de relacionar essas diversas experiências de espaço, podendo ser identificado a partir de três componentes que se inter-relacionam: traços físicos, atividades e funções observáveis e, finalmente, significados ou símbolos” (HOLZER, 1997, p.13).

Localizamos, também, com certa frequência, referências nos projetos em relação à ideia de “geograficidades”, termo certamente vinculado a Eric Dardel (2011), mas não conseguimos evidenciar de fato esse atrelamento no aspecto de ligações existenciais com a Terra ou mesmo em referência ao espaço, ou seja, sem esse teor dardeliano. Entrelaçando conceitos e métodos, novamente existe uma aproximação desse viés humanista naquilo que evidenciamos anteriormente como



problematização operacional da percepção ambiental, ao passo que nas elucubrações referentes ao lugar existe uma tendência para o uso do método fenomenológico.

Naqueles projetos em que encontramos, muito claramente, uma opção para o termo “Geografia Cultural”, percebe-se uma tendência para concepções hermenêuticas, facilitadas por diálogos como a metáfora da paisagem geográfica tal qual um texto (DUNCAN, 2004). De outro lado, constatamos certa pluralidade ao que se refere às múltiplas possibilidades de objetos que são enquadrados numa perspectiva geográfica, muito embora alguns, ao relacionarem, por exemplo, a questão de grupos minoritários e precárias territorializações em muito poderiam se enquadrar nas discussões mais recorrentes da Geografia urbana que relaciona as condições socioespaciais aos processos de segregação espacial. Contudo, o fato dos sujeitos (geógrafos) atribuírem um novo nome para processos aparentemente parecidos pode indicar alguma necessidade de se diferenciar enquanto produção científica.

### **3 As pesquisas e suas conexões espaciais**

Na leitura do conjunto dos projetos de pesquisas, autoidentificados com abordagens envolvendo Geografia e fenômenos culturais, pode-se dizer que os mesmos se efetivam em certo grau como novidades no discurso geográfico. Para não produzirmos um excepcionalismo, também frisamos, por exemplo, projetos que apresentavam como palavras-chave a ideia ambiental. Nesses enunciados apareceram uma tentativa de abordagem mais conjuntiva entre fenômenos da sociedade e de um espaço “físico”, como questões de degradação do solo articulando a temática de renda da terra, outro aspecto pertinente ao uso de defensivos agrícolas articulados ao manejo do solo e a saúde pública (alimentos), entre outros.

Porém, fica também o questionamento/curiosidade sobre o que essas abordagens vêm a produzir enquanto projeto de Geografia. Para tanto, consideramos extremamente sutil as observações do geógrafo Nirvana numa exposição em entrevista:

Então, eu acho que cada vez mais é isso. Essa Geografia que enfoca cada vez mais o sujeito. É também uma Geografia que emerge cada vez mais não apenas compreensão do mundo como ele é, mas, a compreensão do mundo como pode se tornar. Como o mundo pode se tornar eu estou incluindo os espaços físicos, o planejamento deles, a produção e a produção deles, tanto local como global. E o que isso me parece traz com muita força é que embora se falem em utopias, não é uma utopia, no sentido tradicional da palavra, no sentido tradicional da palavra é a utopia do lugar do mundo que seria a imposição de um ideal único. E o que a gente vê é a difusão de muitos projetos, de muitas visões de mundo, como poderia ser, múltiplas. Então, ao invés de falar de utopia e, convenhamos as utopias históricas que foram produzidas até hoje todas elas são terríveis, começando por Platão e a República, a morte de crianças, há fixação das castas sociais, a Utopia de Thomas Morus quando as pessoas leem elas se apavoram, a Cidade do Sol do Campanella, sem falar das utopias dos grandes partidos políticos, da Revolução Soviética? Da Revolução Chinesa, e outras. Experiências, que sempre foram experiências fechadas, totalitárias, causaram tragédias, sofrimento e desgraça. As produções de utopias continuam existindo, só que na verdade são heterotopias, eutopias, utopias dos lugares, utopias dos lugares diferentes, então, a própria multiplicidade de palavras, palavras que surgem para designar essas visões diferentes, de fato dessa palavra não ser utopia, mas todas essas palavras, mostram que existe uma relação entre multiplicidade e integração, ao invés de um projeto único e totalitário. O que eu acho que aparece que vai aparecer como prenúncio da história essa relação de multiplicidade de um lado e, do outro lado integração. Como conviver essas duas coisas juntas, o múltiplo com o integrado? Como podem existir essas articulações, coexistências, convivência. Então, eu acho que isso é muito confuso, muito complexo, nós não sabemos ao certo o que vai acontecer, existindo muitas condições, muitos embates e avanços e acho que vem acompanhando algumas experiências e algumas visões geográficas. Novos movimentos sociais, novas experiências com novos fazeres, e inclusive esse pessoal mais ligado à universidade que vai aproximando cada vez mais Geografia, cultura e arte, às vezes fazendo trabalhos totalmente inúteis, e cuja beleza esta justamente nisso, do fato de ser totalmente inútil, tem lado de estética, que aquilo que a gente pode dizer da arte que ela é inútil, então, quando a Geografia se aproxima da arte. Acho que uma coisa muito bonita que emerge é essa geografia de algo totalmente inútil, o que é belíssimo! (risos). Isso é maravilhoso. Não que seja a única. Acho que é totalmente útil pelo lado estético e, acho que deve haver maior integração desses aspectos com outros que são diferentes, é a relação de multiplicada e integração, por um lado é bom de manifestações que são totalmente inúteis<sup>90</sup>.

Da observação efetuada por Nirvana, vê-se que a Geografia em muito de

---

<sup>90</sup> Entrevista concedida por Nirvana (maio, 2011). Entrevistador: Almir Nabozny. Porto Alegre, 2011, 1 arquivo de áudio em fita cassete.

suas hodiernas produções efetivou uma aproximação forte com a compreensão estética e tem produzido trabalhos completamente inúteis. Todavia, o mesmo tem a beleza de sua existência justamente pela estética, por sua completa inutilidade. Estendemos a reflexão para observar o tensionamento no campo de uma episteme moderna, de apego à forma-epiderme do espaço, em que a contraposição inútil-estética tensiona, justamente, a ideia de um conhecimento racionalista, investido de um componente de projeto-mundo em que a ciência exerceria um papel fundamental para a emancipação social ou, nas palavras de Nirvana (2011), em um projeto utópico (moderno). Porém, percebemos a ideia de inutilidade como um elogio à Geografia contemporânea, aproximando a reflexão ao termo “inutensílio” cunhado pelo poeta paranaense Paulo Leminski (1944-1989), ou seja, o convite para a dispensa do por que, assim como a poesia, a ciência derivaria em um serviço de algo em que práxis do pesquisador reside no próprio fazer científico, desvinculado de um ordenamento pragmático.

Temos a impressão que o enunciado cultural sinaliza uma forma de compreensão ou de identificação com um debate mais amplo que a ciência geográfica. Pensamos dessas que existem outras tentativas de dar nomes, ou seja, atribuir sentidos a esse movimento reflexivo, o qual alguns referenciam como giro cultural, virada linguística, incorporação das filosofias do significado, entre outros. Nós não encontramos como enunciado exatamente aquilo que propomos seja qual for a referência. Então, efetuamos uma série de enunciações. O fato é que, embora o enunciado estabeleça o espaço das significações e as regras para orbitarem nas construções dos objetos, temas e discursos (ao mesmo tempo os sinalizadores dessas incorporações) tendem, paradoxalmente, para uma discussão mais ampla. Afinal, o que frisamos como debate amplificado? Precisamos crivar algumas pistas daquilo que delineou Nirvana. Harvey (2004) debate a ideia de construção de um utopismo histórico-espacial fundado na compreensão dialética dos movimentos espaço-temporais desiguais. Salvo as incongruências de genealogia epistêmica é, de algum modo, a construção utópica referendada em fenômenos híbridos (LATOURETTE, 1996)?

Žižek (2008) enfrenta o debate utópico com a questão do “ainda não realizado” sendo substituído pela realização do improvável lógico. Não num sentido

de impossível, mas como referência de uma necessidade de darmos respostas novas àquilo que, de alguma forma, perpassa pela pergunta “o que entendemos como a ideia de criação”? Seguindo a mesma pista aventada por Žižek (2008), há uma conversa sobre Modernidade e a crítica pós-colonial, próxima à compreensão de Massey (2008) de valorização do espaço distinto dos aconteceres, ou seja, na contramão da diferença de tempo. Contudo, Žižek (2008) valoriza essa crítica dos aconteceres da Modernidade, mas afinca positivamente para constituição de algumas ideias universalistas nesses espaços dos aconteceres. A crítica sim, mas sem perder de vista aquilo que universalmente foi conquistado para reivindicá-los para dimensões do acontecer particularizado.

Finalmente, fechamos parte da pista: as construções que se aproximam de um axioma, guardam em si distinções utópicas, isto é, projetos de construção de mundo, entrando em choque com a ideia de tradição inscrita no *corpus* geográfico. Nisso que Araujo (2003) apregoa não haver uma prerrogativa de salvação, o projeto a ser executado, em seu lugar ganha força a melodia do novo e da criação e, com isso, reiteramos a questão paraláctica em se encontrar e confrontar justo a ideia do novo, por excelência moderna e contrapor-se a algo da tradição da modernidade (ORTIZ, 1996), de um ideário coeso de transformação ou mesmo de um racionalismo mítico. A questão posta de um lado é quais são os caminhos emancipatórios se eles são justamente díspares e fluídos.

Também nos parece bastante interessante a reflexão propagada por Cantero (1987) quando da preocupação de confabular uma tradição da Geografia moderna, jogando com status dialetizado da modernidade em relação ao novo e a novidade. Tracejando uma viagem diacrônica, desde Humboldt e Ritter, depois Reclus, Kropotkin, entre outros, o autor demonstra que dentro de uma configuração de “tradição geográfica”, sobretudo, imbricada pela “epistemologia romântica”, esses autores-geógrafos trariam no bojo de sua reflexão uma importante preocupação de cunho estético e poético na confabulação de sistemas e ideias de um universo integrado. Um aspecto importante, que vale sempre lembrar, é que não estamos percorrendo uma tentativa de trilharmos uma linha interpretativa, definidora daquilo que seria o ponto nuclear das atuais e plurais abordagens em decorrência na Geografia produzida no Brasil. Assim, tendo o intuito de discutir a partir de uma

questão do presente, é importante frisar que, num tempo anterior, já houve tentativas de produção geográfica, diferentemente da ideia hegemônica, sejam elas positivistas ou marxistas, ou mesmo românticas. Essa tentativa refere-se, por exemplo, aos trabalhos vinculados à percepção geográfica, da percepção do meio-ambiente. Todavia, os mesmos se fizeram presentes sem, no entanto, ramificar na Geografia do Brasil, ao ser classificada como Geografia da Percepção atraindo para seu suposto conjunto trabalhos que vinculavam em seus títulos apenas a expressão *percepção*.

Embora não se possa ser taxativo na interpretação dos “projetos de pesquisas”, assim como na leitura compreensiva do Periódico Espaço e Cultura (próximo capítulo), percebeu-se ressonâncias das críticas tecidas por Sahr (2009), quanto aos contextos dos saberes e a valorização das diferentes racionalidades. As pesquisas, apesar de enfatizarem uma diversidade de questões referentes ao Brasil, configuram propensões para interpretações “autocentrada” no pesquisador.

Mesmo nas posturas de pesquisas que vislumbram debruçar-se por questões subjetivas, outra característica é um apreço interpretativo vinculado a uma “espécie de realismo”. Ilustrativamente, Diniz (2007) enfoca a percepção em dois eixos: primeiramente numa base kantiana que aporta na “Escola Behaviorista”, na relação entre os indivíduos, suas vivências e os elos ambientais e, uma segunda perspectiva de referência humanista, com aprimoramento filosófico e metodológico, em que se axiomatiza que “toda investigação é subjetiva uma vez que reflete as atitudes e percepções do pesquisador que pode, inclusive, influenciar o próprio campo de estudo” (DINIZ, 2007. p.181). Diniz (2007) aborda a relação entre crime e sensação de (in)segurança na cidade de Belo Horizonte (MG), relacionando os locais de acontecimentos dos crimes com os “locais de evocação” de sentimentos topofóbicos. Como não há uma acintosa correspondência entre locais de incidências de crimes e as manifestações subjetivas de “medo”; o pesquisador interpreta a dissonância tal a uma irracionalidade. Todavia, se os sujeitos dizem “temer” a uma localização, a sensação de insegurança projetada não necessariamente precise da correspondência com “fatos”. Ao contrário, para Tuan (2005), se as crianças têm medo do escuro, isso configura-se em uma “paisagem do medo”.

De outro ângulo, nas nossas leituras, um dos trabalhos mais desafiantes,

nesses contextos, foi o de Silva (2007) que, ao discutir a cultura amazônica a partir e por meio dos conhecimentos e significações dos ribeirinhos de Porto Velho, Rondônia, evidencia a complexidade da racionalidade mítica<sup>91</sup>, envolvendo relações entre atividades diárias, ambiente e mensagens, orientando os ribeirinhos no mundo. O autor destaca os mitos das águas e das matas como universos simbólicos imbricados que orientam os códigos do “comportamento” das relações entre os ribeirinhos e a natureza, em que “o modo de vida é moldado no espaço criando uma lógica que ajuda a resolver os seus problemas imediatos e os orienta no mundo” (SILVA, 2007, p.232). Nesse caso, é claro que o autor não se isenta (exemplo à ideia de modo de vida), mas é a própria racionalidade dos sujeitos que efetivam a compreensão.

#### **4 Conexões e sínteses do capítulo**

Em nosso esquema, centramos no espaço de manifestação do campo científico as manifestações regionais da própria pós-graduação em Geografia no Brasil, as interdependências de certos corpos de pesquisadores mediante as suas relações intersubjetivas. Dialetizando o esquema, acompanhamos Žižek (2008) naquilo que os objetos tensionam o pesquisador, esse sujeito que se sujeita a passividade do objeto, logo, o objeto é aquilo que objetiva e perturba. Obviamente que Žižek (2008) refere-se ao objeto paralático, mas a constituição do próprio corpo de investigação, os temas e as abordagens desse campo regionalizado fora por nós, observado como que ativamente intrincadas nas pesquisas elegidas numa aliança em espaço de manifestação e manifestação do espaço. A nossa compreensão regional, tal qual o argumento de Sahr (2007), constitui um nível simbólico configurado pela interpretação epistemológica. Já objetos pesquisados nos projetos dos professores, ou os projetos propriamente ditos, revelam um nível ontológico ou de lócus de existência desses geógrafos. Baseado em Sahr (2007) ponderou ainda outro nível

---

<sup>91</sup> Em consonância com nossos argumentos, ressaltamos a profunda reflexão de Octavio Paz em *O Labirinto da Solidão*: “O homem contemporâneo racionalizou os mitos, mas não pôde destruí-los. Muitas das nossas verdades científicas, assim como a maior parte de nossas concepções morais, políticas e filosóficas, são apenas novas expressões de tendências que antes encarnaram em formas míticas. A linguagem racional do nosso tempo apenas encobre os antigos mitos” (PAZ, 2006, p.190).

de relação que é nossa inserção no campo, constituindo uma dupla hermenêutica entre geógrafo, ser social e seu objeto socialmente produzido.

Sintetizando, chegamos até a ideia de que a manifestação simbólica do campo, com a concretude da presença dos geógrafos (suas “ontologias”), é que produz uma diferença em relação às diversidades em que se encontram (ontogênese). Nesse aspecto, a curta afirmação de Daciano (2011), em entrevista, parece certa: “não devido às contradições e conflitos da sincrética, miscigenada, híbrida e eclética sociedade brasileira”. Tal resposta foi efetivada quando questionamos se haveria possibilidades de uma “unidade” nos discursos, atrelados às questões culturais. Sua resposta vem ao encontro, justamente, com a diversidade temática que evidenciamos como constitutivos desses objetos paralácticos, isto é, que só a nós são objetos, pois quando percebidos por essa visão paraláctica, não coincidem com uma concretude, a não ser na eficiência das investigações dos geógrafos proponentes dos projetos em discussão. Pois, de outro mote, conseguimos vislumbrar, até certo ponto, alguns eixos fundamentais em desfechos de conceitos e, até mesmo, em termos de cosmovisões que, de algum modo, em especial, pela forte ênfase nas questões identitárias, parecem sinalizar justamente para uma política da diferença, ou das diversidades como delineou Nirvana (2011) em entrevista. É deste lance que afirmamos ser de certo modo uma Geografia do interior do Brasil.

Interessante também que as diversidades temáticas levam a uma associação de pluralidade da Geografia. Porém, Talasso<sup>92</sup>, em entrevista, destaca que em comum tem-se a Geografia, tal qual um substantivo, e que existe uma pluralidade de predicados. Nesse caso, entende o predicado na opção metodológica a qual é importante no rol da coerência do trabalho.

Talasso tem a percepção dessa Geografia do interior do Brasil ao destacar suas trajetórias por eventos, discutindo fenomenologia e Geografia Humanista, em que em diversos momentos estabeleceu interlocuções episódicas. E quando da criação do Grupo de Estudos em Geografia Humanista Cultural, visa, de algum modo, a articular essa Geografia, a qual denomina de uma Geografia da periferia:

---

<sup>92</sup> Entrevista concedida por Talasso (junho, 2011). Entrevistador: Almir Nabozny. Campinas, 2011, 1 arquivo de áudio em fita cassete.

Agora eu tenho um grupo. É (pausa). Eu acho assim, durante um tempo bem razoável, quer dizer, essa discussão no campo da Geografia Humanista, a própria Geografia Cultural, a questão da fenomenologia, a questão da percepção, muito compartimentada, ela dependia muito da iniciativa de pessoas mesmo [...]. Então, é, uma coisa, os encontros eram muito bissextos. Por outro lado, também tinha um interesse de pessoas que não trabalhavam diretamente com o campo, então te convidavam “ah você quer publicar um artigo aqui” [...]. Mas, efetivamente eu acho que o que propiciou é a criação desses grupos foi o Lobato lá junto com a Zeny quando criaram lá esse evento, Espaço e Cultura. Eles abriram lá as portas para as pessoas apresentarem né? O próprio João, eu a Geralda também foi lá, outras pessoas [...]. Mas, eu acho que realmente eles criaram um espaço que propiciou uma divulgação maior desse negócio. [...] E mais um monte de pessoas que estão espalhadas por aí. E tem que agregar e, não é a mesma coisa que o Espaço e Cultura. Eu faço parte lá do Espaço e Cultura da Zeny, tem lá o grupo de pesquisa. Oficialmente eu estou lá. Mas, eu nunca tive interlocução fora dos eventos, eu nunca tive interlocução com eles, entendeu? Então, eu acho que tem que ter outro espaço, trabalhar com essa periferia, né? Eu acho que o NEPEC tem outra função, trabalha com outra visão. O NEPEC trabalha mais com essa coisa mais consolidada do centro. E a ideia do grupo é de trabalhar mais com essa coisa dispersa da periferia, sabe? E a ideia foi essa, eu acho que o grupo está funcionando. Muito melhor até que eu esperava. Aliás, não graças a mim, né? Graças a esse pessoal aqui da UNICAMP, porque eles que são, fazem o trabalho braçal. De articular as coisas, [...], são novinhos, então têm gás!

Então, nos argumentos de Talasso, ressaltamos essa perspectiva de uma periferia que não é exatamente uma compreensão referendada a um espaço periférico em relação a um centro, mas justamente em termos de um argumento ou uma construção geográfica dispersa e com diálogos incipientes em comparação com outros discursos. Ao passo que Sahr (2009), ao escrever um artigo em que cita o NEER, destaca, justamente, o fato de esse ser organizado por uma rede não hierarquizada e mais próxima de um rizoma, o que, de algum modo, também cruza com a espacialidade efetiva “de onde” estão esses sujeitos-geógrafos e o acontecer de suas pesquisas. Desse modo, frisamos que, no capítulo anterior, destacamos certa tendência para autores que tinham determinados liames com uma Geografia mais próxima dos discursos marxistas, seja por formação profissional (instituições) e/ou afiliação teórica em que salientamos de suas trajetórias referências a uma Geografia Crítica, assim como um apreço mesmo na “renovação” de seu fazer acadêmico para a questão do espaço geográfico, tanto quanto objeto de estudo,



como em relação ao principal conceito enunciado em suas investidas científicas. Cruzamos outro argumento do capítulo anterior que se refere a certa tradição no discurso geográfico: de algum modo, os geógrafos com os trabalhos mais consolidados no campo científico, respeitados pela corporação científica, mobilizariam mais esse discurso entre as questões culturais com feitiço mais conciliatório, oscilando próximo de um “centro” discursivo.

Por outro lado, outro argumento tecido na entrevista de Talasso é peculiar, “são novos”, os jovens<sup>93</sup>, isto é, coincide um pouco o campo científico com a espacialidade da corporação e a diversidade temática (dos projetos) alinhavada empiricamente. Reforçando a reflexão pela sua contrariedade, tem-se a vastidão de trabalhos envolvendo uma tríade: urbano, espaço geográfico e simbolismos, sendo que nesses se articulam uma tradição geográfica (a própria discussão espacial) acrescidos das questões simbólicas.

De outro modo, essas articulações em redes de pesquisas, rizomas, grupos, parecem-nos uma estratégia de encontro com a ideia de Escolar (1996) da inquietação de como os geógrafos produzem espaço, ou seja, em sua dupla acepção, compondo e discursivamente, produzindo representações sobre o mesmo. Assim sendo, de antemão, evidenciamos um discurso da produção em rede, internacionalização da produção acadêmica e uma série de investidas do Estado brasileiro no quesito de fomentar e financiar essas articulações.

Apesar disso, constatamos nos projetos de pesquisas das pós-graduações em Geografia no Brasil que os projetos são mais vinculados à própria instituição, pois há, no máximo, uma tênue busca por projetos “interdisciplinares” envolvendo outros departamentos das instituições. Também se observa nas equipes dos projetos, às vezes, a vinculação de doutorandos de outras instituições, o que pode ser um indicativo de que mestres de determinados programas buscam doutoramento em outras instituições, mas mantendo seus vínculos com os grupos de pesquisa da instituição de “origem”, fato que fomenta silenciosamente uma “rede interpessoal de pesquisa”, ou mesmo, uma rede de interdependência (ELIAS, 1994, 1998).

Em todo caso, do ponto de vista dos projetos, 70% dos programas analisados

---

<sup>93</sup> Evangelista (2007), em seu ensaio, também tem essa percepção de serem os “debates culturais” mais propensos para os jovens geógrafos.

possuem um ou mais projetos com indicativos de inter-relação de instituições brasileiras ou internacionais. Quanto às relações internacionais, destacam-se a Espanha, envolvendo Universidades como de Almeria e de Sevilha, algumas relações com instituições norte americanas, entre elas a NASA (National Aeronautics and Space Administration), Universidade Bologna da Itália, assim como relações com Cuba, Alemanha e França; merecem também destaque algumas pesquisas em parceria com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Vale ressaltar que, dessas cooperações internacionais, os temas centrais são a gestão recursos naturais envolvendo o uso de geotecnologias, questões de governança e gestão e, por fim, questões agrárias. Outros perfis de cooperações de pesquisas são com órgãos e empresas governamentais em que aparecem IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), FUNAI (Fundação Nacional do Índio), EMPRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A).

A maior eficiência em termos de articulações que se apresentam nos projetos de pesquisas refere-se à denominada “Geografia Urbana” em que o Observatório das Metrôpoles<sup>94</sup> é citado em projetos de cinco instituições. Já a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), atrelada à Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias da Argentina, Brasil e Chile (RECIMES), é alocada em projetos de, no mínimo, seis universidades com inúmeras pesquisas. Essa rede sobre cidades médias em certa medida reforça nossos argumentos anteriores com relação à influência da UNESP PP na composição dos projetos de pesquisas de outras instituições, uma vez que a líder da rede é a geógrafa Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP PP).

Em todo caso, ponderamos essas questões das redes ou articulações de produção científica, identificadas nos projetos, para ponderar um terceiro nível de leitura espacial, no sentido de problematizar propriamente os grupos elegidos para nossa pesquisa e possíveis autoidentificações com nuances culturais. Assim, apesar do NEPEC atualmente contar com um grupo de pesquisa cadastrado no repositório

---

<sup>94</sup> O Observatório das Metrôpoles tem origem no Rio de Janeiro, relacionado à avaliação de políticas públicas urbanas e afins. Atualmente, é um dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) ligadas ao Governo Federal, possuindo equipes (em rede) em doze capitais brasileiras mais a cidade de Maringá, no estado do Paraná. Fonte: <<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/>>. Visitado em 12 de junho de 2013.

de grupos de pesquisas do CNPq como “NEPEC em Rede”<sup>95</sup>, da articulação que o grupo de Geografia Humanista e Cultural está promovendo, como ficou evidenciado na entrevista de Talasso (2011), não identificamos nos projetos das pós-graduações integrações no sentido de produção de investigações em redes de pesquisadores.

Identificamos o projeto de Pesquisa entre UFPR e UNIR denominado de “Cultural, Espaço e Representações das Sociedades Amazônicas: Saber Popular e Memória de Populações Ribeirinhas, Um Estudo Para a Sustentabilidade da Vida”, projeto este vinculado ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad), que visa a estimular o desenvolvimento de pesquisas interinstitucionais de médio prazo. Esse projeto, conforme consta em sua descrição disponível nos Cadernos de Indicadores CAPES, visava a:

compreender através do estudo da cultura e das representações como se configuram a organização do espaço social de comunidades Ribeirinhas registrando, analisando, resgatando, sistematizando e divulgando os saberes locais e o acervo do patrimônio imaterial que constitui o modo de vida de populações ribeirinhas tornando-as partícipes do modelo de desenvolvimento regional. Visa ainda fortalecer o intercâmbio entre os programas de pós-graduação em geografia da UFPR e UNIR por meio de orientação, palestras, cursos, trabalhos de campo e publicações. (CADERNOS DE INDICADORES CAPES – UFPR, 2009, p.15)

Detalhamos esse projeto pelo fato de o mesmo ser único projeto em que tínhamos uma autoidentificação com as questões culturais em que se vislumbrava a produção de conhecimentos em conjunto. Destacamos, também, o fato que dos professores responsáveis pelo projeto, apenas um não era componente do NEER. Saliente-se que, além da produção científica, existe um anseio *político acadêmico* em torno do mútuo fortalecimento, em orientações, palestras, publicações, entre outros. E, desse modo, ressaltam-se estratégias de expansão da discussão cultural na Geografia brasileira, naquilo que se refere à pós-graduação, dado o fato que observamos ser a discussão interiorana e que o NEER possui professores de várias instituições brasileiras; assim, acrescentamos esses planos, ainda que incipiente de produção investigativa, em conjunto como fatores que tendenciam para uma maior

---

<sup>95</sup> <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0326706HQY7JS0>>. Visitado em 30 de agosto de 2013.

percolação desse núcleo no escopo do campo científico da Geografia.

## 5 Trecho paralático – posfácio do capítulo

Para Castro-Gómez (2005), há uma mudança na sociedade global com a reorganização do capitalismo apoiado na produção da diferença. Então, os discursos do híbrido, da multiplicidade, das identidades também se apoiam nos motes da globalização da economia.

A tese central é a transformação da Modernidade como “crise de um dispositivo de poder que construía o 'outro'” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.169). Esse ordenamento repressor foi sustentado pelos seguintes “atores”: a ciência (razão e escrita), colonialidade e/ou primeira globalização<sup>96</sup> e a fundação do Estado-Nação-Moderno-Colonial, tendo como fundamento o poder centralizado e o controle do território (CASTRO-GÓMEZ, 2005, CASTRO, 2010). Sendo assim, o “outro” é algo a ser produzido em um formato padrão, cumprindo um papel na sociedade capitalista. Desse modo, quais seriam os fundamentos dessas identidades das diferenças (HALL, 1998)? Para Castro-Gómez (2005), trata-se de uma mudança da Modernidade. Todavia, em consonância com o papel destacado da ciência na produção dos “sujeitos-padrões”, interroga-se sob quais seriam as forças atuantes na produção do sujeito-diferente e suas respectivas “utilidades” na reprodução do modo de produção capitalista. Enquanto, conjectura já se destacou na tese a questão do mercado consumidor (mundialização da cultura) e os processos de vendas direcionados aos “sujeitos”<sup>97</sup>.

Baseado em Hans Blumenberg (1920-1996), Castro-Gómez (2005) ressalta que o projeto de Modernidade elege o homem como princípio ordenador das coisas — antropocentrismo — partindo da ordenação e do domínio da natureza, por meio da técnica e da ciência. Fundado em Francis Bacon (1561-1626), a natureza compreendida como um adversário seria domesticado pela ciência e a tática de guerra seria

---

<sup>96</sup> Denominada por Santos (2006) de ocupação dos territórios.

<sup>97</sup> Todavia, não se trata de uma relação estrita entre produtos e consumidores, mas envolve fetichismos, fantasias, gestos, etc. Para um melhor detalhamento sugere-se assistir o filme: "1,99 - Um Supermercado Que Vende Palavras" – direção de Marcelo Masagão (Brasil, 2003).

conhecer o interior do inimigo, perscrutar seu segredos mais íntimos, para depois, com suas próprias armas, submetê-lo à vontade humana. O papel da razão científico-técnica é precisamente acessar os segredos mais ocultados e remotos da natureza com o intuito de obrigá-la a obedecer nossos imperativos de controle. (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.170-171)

Racionalização, cálculo e o controle fundamentam o domínio do mistério e da fantasia: a natureza tal qual uma externalidade constituindo uma das bases do desencantamento com o mundo. Para Santos (2002), o dispositivo desse processo é a transformação, o amanhã diferente, a acumulação de riquezas.

Já Araujo (2003), do ponto de vista epistemológico, observa esse momento da Modernidade como periodização, incrustada na concepção de “história absoluta” de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) em que o novo e a transformação, fundamentam-se na medida em que “o presente assume um caráter fugaz, transitoriedade de realização do espírito pressionada entre o passado e o destino” (ARAUJO, 2003, p.18). Dentre a razão teleológica de Hegel, há também a fundamentação de um racionalismo ocidental em Maximilian Karl Emil Weber (1864-1920), acrescidos de estruturas específicas, tais como a empresa capitalista em que Araujo (2003) alia a secularização, seguido da moderna ancoragem na consciência do tempo e na racionalidade despontada com o Iluminismo e uma ciência despertada para a tecnologia, destronando os habitats ancestrais e tudo enlaçado a burocratização, a escrita, o direito racional, o contrato social, entre outras manifestações textuais da razão moderna.

Nisso que há uma ruptura com a tradição no sentido que a episteme da semelhança cede lugar para a diferença classificatória (construção de ordens)<sup>98</sup>, as quais são abordadas por Foucault em *As palavras e as coisas*, mas tendo, sobretudo, uma crítica construtiva em *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2009), destronando a história fatalista, linear, e a ciência taxonômica. Castro-Gómez (2005) disserta que o Estado completa pelo monopólio da força a instauração de uma

---

<sup>98</sup> Em *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 2008), o autor vai falar da lógica que antecede ao discurso individual, ou seja, a ordem de controlar, selecionar, organizar e distribuir esse discurso ou postulado de dominar a “terrível materialidade” do próprio discurso. Assim, cruzam-se a exclusão e a interdição: o ritual do que e quando e quem pode falar. Curioso que Bourdieu (2004) argumenta que no campo científico, são em grande medida as próprias regras do jogo/campo (cenário) que estão em disputas.

racionalidade, de uma identidade moderna em que se fundem símbolo e território, ajudam produzir taxionomias que o Estado “ajusta” à comunidade política por meio do poder político. Esse quadro que destacamos deságua em uma “tentativa de criar perfis de subjetividades estatalmente coordenados conduz ao fenômeno que aqui denominamos 'a invenção do outro'” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.172). Isso não é só a ideia do outro, mas o dispositivo de saber veiculado nessas representações.

De forma rápida, postulamos uma formação de concepção de natureza, do homem e outro na ordenação do mundo. Nesse ínterim, o tempo e o espaço absoluto newtoniano cumprem um papel estratégico, as coisas no espaço, tempo e as leis como “exclusiva relações de massa, extensão e tempo [...]. as transformações são consideradas apenas manifestações periódicas de uma natureza imutável e eterna” (ARAUJO, 2003, p.22). Configuram-se duas categorias de inteligibilidade de mundo e de construção das coisas: são elas o tempo e o espaço.

Moreira (2002), ao arguir o espaço como invenção da Modernidade, retrata o espectro da visão em perspectiva na pintura, da quadrícula da tela para a passagem na Cartografia. Trata-se, inicialmente, então, de uma composição retratada na “Geometria das massas, formas e linhas dispostas num arranjo de localização, distribuição e demarcação de limites precisos da paisagem reproduzida, essa ideia do espaço migra da pintura para a cartografia” (MOREIRA, 2002, p.09). Assim, do imaginário para o nível ôntico, a partir de uma técnica, precisão e localização são outros artifícios que compõem essa esquematização de um espaço reticulado.

Desse modo, a dúvida geográfica é de natureza topológica no rol de ordenação territorial dos fenômenos ou, como se refere Gomes (1996), criação de uma imagem de ordenação no mundo. Portanto, não cabe discutir essa dimensão de ordenamento, mas como se construiu esse sentido. Primeiro ponto, relação entre Geografia e Cartografia, partindo para a geometria espacial de base técnica, ressaltando que a Cartografia, representação de certo ponto de vista de mundo, da sociedade que o construiu, exemplo de mapas que trazem as cosmologias dos autores. Embora apareça como superfície neutra a “arte ocidental vai transitar em torno da questão de cunho topológico” (SANTOS, 2002, p.26). Assim, a reconstituição do objeto há de ser do pensamento na ideia de reconstrução e de

natureza teleológica para os deslocamentos em que o aspecto topológico é importante.

A Geografia une-se com a perspectiva espacial por meio da ordenação, da toponímia (dar nomes aos lugares). Desse modo, localizar pressupõe um ponto conhecido, para a amarração em que a diferenciação espacial demarca um espaço diferencial para os deslocamentos humanos; mais do que situar, é parte do devir possível (subjetivo e objetivo).

Assim, do quadro moderno de produção de homem, natureza, coisas atreladas às dimensões de ordem estrutural e ao espaço como categoria de ordenação, outro ponto de destaque é o tempo. E recorremos a Elias (1998) para realçar o tempo na eficiência do autocontrole social. A construção social de processos padronizadores de orientação envolve a construção do tempo tal qual uma “grande síntese” simbólica. Duração, velocidade e processos são palavras-chaves para entender a revolução cosmológica no rol de situar acontecimentos. Elias (1998) compreende o tempo como desenvolvimento do saber humano em seus meios de orientação o que insere a compreensão de si mesmo — a humanidade.

O domínio físico sobre o tempo e da natureza é um corte pós-Galileu. Antes,

o tempo servia aos homens, essencialmente, como meio de orientação no universo social e como modo de regulação de sua coexistência. Alguns processos físicos, uma vez elaborados e padronizados pelo homem, foram por ele utilizados no intuito de situar suas atividades sociais no fluxo do devir, ou de avaliar a duração delas. (ELIAS, 1998, p.08)

Para Elias (1998), o tempo tem também um caráter instrumental na sociedade. Nas sociedades complexas, o tempo é também mediado pelo calendário, como autodisciplina, desprendidas de uma experiência pontual, o tempo perpassa uma mediação/referência de sofisticada elaboração simbólica.

A comparação e a relação de sequência é a transformação social em símbolos comunicáveis, não obstante, “tal” aprendizagem reflete a um processo de aprendizagem social.

Assim como a topologia para Santos (2002) tem um fundamento de localizar e deslocar, o tempo também se insere numa comunicação simbólica para se orientar

no mundo. Todavia, o tempo é desses símbolos, mas foi num estágio tardio que adquiriu esse caráter de coerção. Na sociedade Moderna, o indivíduo é integrado ao complexo de autorregulação e sensibilização ao tempo (tempo é dinheiro). Convenção e sentidos são outras características do tempo. Comunicações ao caráter multifuncional assumido pelo tempo nas sociedades diferenciadas correspondem à extensão e à diversidade de sua utilização, tais como funções, “hora disso, hora daquilo”.

Pois bem, se Castro-Gómez (2005) ressalta uma mudança nos dispositivos de poder que produziu o “outro”, tais argumentos revestem-se na modernidade e colonialidade do saber. Araujo (2003) salienta, atualmente, uma “fé cega” no progresso ou na salvação mediante o controle das coisas, essas fundadas na técnica-científica e baseadas na infraestrutura global da informação (IGI). Tal processo de transformação social perpassa pelo

caminho da redenção, no sentido anteriormente gestado, passa pelo avanço do conhecimento sobre as coisas, pela transformação desse conhecimento em meios e modos materiais do existir social e pela ampla difusão do aparato tecnológico. (ARAUJO, 2003, p.17)

Não obstante, é a crença assustadora nesse movimento como irreversível que se transforma de fato como mudança política, econômica e cultural. Um período de efervescência em que

a herança teórico-conceitual, por meio da qual vínhamos atribuindo significados ao existir e ao devir de homens e coisas, vem se mostrando cada vez mais incapaz de dar conta das múltiplas complexidades do mundo [...]. Constatação dessa desestabilização do saber mostra-se irrecusável. Encontramo-nos em meio a uma crise dos padrões de conhecimento, crise dos modos e formas de construção dos saberes, pois os que até então estão em vigor expressam e são oriundos de contextos fundamentalmente distintos. (ARAUJO, 2003, p.17-18)

Contudo, o autor não considera que haja uma ruptura com a Modernidade, o que está em desacordo para Araujo (2003) é a episteme vigente e o “mundo contemporâneo”, ou seja, como produzir conhecimentos mediante um quadro de



transformações. Em paralelo, na contemporaneidade da diferença, da cultura, de salvar as “comunidades autóctones” seria o domínio de si mesmo? Ao avesso do encantamento com o mundo pronunciado pelo turismo, a venda das linguagens, fundidas numa infraestrutura informacional?

Desse modo, na compreensão dos projetos de pesquisas, ao passo que ressaltamos um discurso do interior, ou mesmo acompanhamos em certo espectro, a ideia de periferia proferida por Talasso (em entrevista), nossa posição não visa a fundir espaço com classificação e hierarquização. Em tensão com as discussões de Modernidade expostas neste posfácio, destaca-se nossa compreensão das posições dos geógrafos em projetos e nas entrevistas, delineando o lugar de onde se expressam. Observa-se que, mesmo tênues, as redes nas quais esses sujeitos-geógrafos organizam potencializam relações e a expressão de suas “falas”, tais como seus lugares no mundo.

Nisso, detectamos nos trabalhos um forte apreço para as questões que envolvem identidades, fundados em concepções de cultura que sinalizam para uma totalidade. Explicações que entrecruzam utopias com estética e projetam uma integração entre diversos planos e desejos de um “outro mundo”. Do ponto de vista epistemológico, as pluralidades (utópicas, temáticas, etc.) apresentaram-se arraigadas nas mudanças de escalas de análises. Entretanto, não há totalmente respostas em relação àquilo que permitirá ou às justificativas de poder em que se permite ou produz uma sociedade pautada na política diferença.

Se já sinalizamos os projetos, as discussões teóricas, e uma mudança no mundo, a nossa saída para finalizar essa compreensão estabeleceu-se pela dimensão política econômica, um tensionamento pelo viés estrutural, uma extrapolação de cruzamentos de campos (BOURDIEU, 2004). Nisso, para discutirmos em termos de Geografia Cultural, encontramos a corrosiva crítica de Smith (2007) que, em relação à Geografia Cultural anglofônica, o geógrafo advoga que em relação de identificação no fundamento das políticas das identidades em muito se perde da relação da política econômica, em nome de um pós-estruturalismo, de uma crítica à teoria social crítica por meio de uma essencialização cultural que se efetua como um estrabismo sobre aquilo que os

hegemonizam. No mundo identitário que a sua máxima manifestação é a desproporcionalidade das relações de classe.

Portanto, de fato há uma nefasta estratégia de poder fundamentada na relação permissiva da identidade, na intensificação da existência, quando não da fabricação do outro, artificialização das relações sociais. Esse mecanismo é, sobretudo, verdadeiro naqueles expedientes em que esses arranjos fabricados fundamentam uma ingênua ou perversa inserção nas relações globais. Por meio da pseudo-resistência, estabelecem paisagens, espacialidades para adentrar num circuito de oferta e procura, no caso dos projetos analisados, por meio do turismo.

Por outro lado, advogamos que a relação de apropriação territorial, os planejamentos comunitários, as demarcações de terras em comunidades tradicionais também remetem a um fundamento da sociedade de classes, isto é, a propriedade privada da terra. A terra, nesse processo, transcende uma essência, em que a identidade atrelada à territorialidade e ao território demarca uma propensão para o efetivo humano, uma apropriação de poder sobre suas próprias condições de existência.

Queremos ser libertados. O que dá uma enxadada no chão quer saber o sentido dessa enxadada [...]. A prisão não está onde se trabalha com a enxada. Não há horror material. A prisão está onde o trabalho da enxada não tem sentido, não liga quem o faz à comunidade dos homens. [...]. Se para nos libertarmos basta que nos ajudemos a tomar consciência de um fim que nos liga uns aos outros, procuremos um fim que nos ligue a todos. (SAINT-EXUPÉRY, 1946, p.155-157)

A citação literária reforça uma crítica à propagação da diferença, veiculada, por exemplo, na propaganda exibida (2013) na televisão brasileira e protagonizada pelo compositor Gilberto Gil e sua filha Preta Gil: *“Ser Diferente é Normal”*. Portanto, essa política do engajamento múltiplo (identidades) conforma um esquema em que a verdade racional (universal) é rearranjada na possibilidade das múltiplas narrativas territoriais. Em contraposição ao antagonismo da luta de classes que visam a um caráter de superação, formula-se a aceitação da aparência/diferente que, por um lado, tem um fim destacado pelo consumo específico, por outro, tem o papel da tolerância desde que mantidas as distâncias sustentadas pelos diferentes territórios.

Disso, se a construção das “verdades” funda-se ao acesso específico do mundo (identidades situadas e teoria pós-colonial), ainda é válido buscar um sentido coletivo/universalidade (colonialidade e modernidade do saber). Repete-se: “Se para nos libertarmos basta que nos ajudemos a tomar consciência de um fim que nos liga uns aos outros, procuremos um fim que nos ligue a todos.” (SAINT-EXUPÉRY, 1946, p.155-157).

## **CAPÍTULO 05 REPRESENTAÇÕES DAS ENUNCIÇÕES CULTURAIS EM TESES DE GEOGRAFIA E NO PERIÓDICO ESPAÇO E CULTURA**

A representação que temos de algo não está diretamente relacionada à nossa maneira de pensar e, contrariamente, porque nossa maneira de pensar e o que pensamos, depende de tais representações, isto é, no fato de que nós temos, ou não temos, dada representação. Eu quero dizer que elas são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações. Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam em um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente. (MOSCOVICI, 2003, p.37)

### **1 Notas introdutórias**

Neste capítulo, exploramos as autoidentificações com as abordagens culturais na Geografia, debatida no Brasil por meio da Revista *Espaço e Cultura* (1995-2011), sendo que investigamos um total de 137 artigos em 29 edições. Também contemplam essa compreensão a investigação do acervo de Teses da CAPES (1987-2012) no qual, com nossas chaves de buscas, identificamos 594 teses de Geografia, salientando que esses números não representam valores totais, pois algumas teses repetem-se em outras categorias; logo, frisamos que são 594 enunciações em 25 anos de produções. Todavia, os valores totais das teses com as quais trabalhamos inicialmente são bem mais expressivos visto que determinada chave de busca atraía inúmeras teses, além do campo disciplinar da ciência geográfica, totalizando duas mil duzentas e dezenove teses em dez categorias (chaves de buscas). No quadro seguinte, especificamos nossas chaves de buscas, assim como os valores de suas respectivas aparições.

<b>Chaves de Buscas</b>	<b>Totais de teses em todas as áreas</b>	<b>Teses de Geografia</b>
Geografia Cultural Renovada	6	3
Geografia Humanista	485	117
Geografia das Representações	755	157
Geografia Cultural Saueriana	0	0
Nova Geografia Cultural	83	26
Geografia Social	507	174
Geografia e Cognição	12	05
Geografia Comportamental	07	01
Geografia da Percepção	104	32
Geografia Cultural	260	79
<b>Totais</b>	<b>2. 219</b>	<b>594</b>

**Quadro 6 – Teses de Geografia com nuances culturais**

**Fonte:** Banco de Teses Capes (1987-2012).

**Concepção:** Almir Nabozny (2010/2013). **Levantamento:** Everton Miranda (2012).

Frisamos que as categorias por nós elencadas no âmbito de buscas das teses correspondem a enunciações por nós identificadas nas produções bibliográficas, nas páginas da internet do NEPEC, NEER e Grupo de Geografia Humanista Cultural, assim como corroboram com alguns discursos efetivados nas entrevistas que fizemos no percurso de construção desse trabalho. Algo que exemplifica o exercício é a ideia de uma Geografia Cultural Saueriana, tal qual uma perspectiva de um fazer geográfico cunhado nos textos de Roberto Lobato Corrêa (NEPEC) sobre Carl Sauer. Contudo, tal nomenclatura não aparece enquanto palavras-chaves e ou integrante dos resumos das teses presentes no Banco de Dados da CAPES. Obviamente, não quer dizer que não haja teses em que os autores tenham construindo argumentos próximos de uma abordagem saueriana. Destarte, nossa opção de investigação funda-se nas autoidentificações produzidas pelos autores por meio das palavras-chaves dos seus trabalhos. Desse feito, recusa-se a ideia de efetuarmos externamente um trabalho taxionômico.

## 1.1 Percursos de construção dos instrumentos de leitura dos artigos

### A natureza existencial do espaço – movimentos de totalização

A totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que se está fazendo, significada pelo que chamamos de espaço... se o ser é a existência é o ser em ato, a sociedade seria, assim, o Ser e o espaço, a Existência. É o espaço que, afinal, permite à sociedade global realizar-se como fenômeno [...]. Assim, o espaço, é, antes de mais, especialização do todo social, um aspecto particular da sociedade global [...]. Na ideia de totalidade real-abstrato e real-concreto temos o deslocamento como ato potencial. Em que a totalidade seria um movimento em busca da objetividade. [...]. Assim, os lugares reproduzem o País e o Mundo segundo uma ordem. É essa ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente, quantitativa e qualitativamente, para cada lugar (SANTOS, 2008b, p. 119-125).

Sendo:

Lugar: reprodução diferenciada da totalidade;

Paisagem: expressão da totalidade acabada e o

Espaço: a totalização (processo inacabado).

**A natureza aristotélica do espaço – representação, racional, por vezes, mecânica.**

Os procedimentos de escolhas das revistas, bem como as categorias de análises, já foram salientadas no item em que se especificou a construção da tese. Não obstante, cabe detalhar nossa fase de exploração das revistas anterior à nossa decisão por trabalhar unicamente com o periódico *Espaço e Cultura*. Tal ensejo está inscrito no compartilhamento com o leitor dos encontros e aquilo que catapultamos e agregamos na construção dos instrumentos de leitura dos artigos e de maneira geral de compreensão integral dos argumentos de tese.

Assim, o primeiro periódico que analisamos foi a Revista *Rae'ga* (UFPR – 1997-2006). Nesse, percebemos, inicialmente, sinais e tentativas de construção de uma revista de Geografia regional abordando problemáticas do Estado do Paraná e da região metropolitana de Curitiba<sup>99</sup>. No leque das abordagens voltadas para

---

<sup>99</sup> Esse escopo identificado em outros periódicos, isto é, com uma linha editorial inicialmente identificada com determinados temas, escalas ou mesmo modos de fazer Geografia. Não obstante, talvez pela regulação da CAPES que induz a universalização das publicações e, dentre seus desdobramentos um deles é a concepção de que um periódico, ao expressar pesquisas de um número concentrado de instituições, configura-se em uma endogenia – “maléfica”. Salvo todos os pontos positivos que certamente compõe os argumentos do órgão regulador da pós-graduação brasileira, a ciência geográfica sai prejudicada nessa seara, dado que determinadas publicações

aspectos sociais, identificamos uma preocupação com as questões urbanas e industriais. Por outro lado, vislumbramos artigos de Geomorfologia, ora correlacionando com questões de hidrografia, ora apegado mais nas relações estruturais - geológicas e transversalmente associados à paisagem fitogeográfica.

Trazemos para o texto essas primeiras incursões relativas à Revista *Rae'ga*, pois os primeiros textos da Revista, os quais abordaram nos artigos são privilegiadas as acepções das formas espaciais e/ou materialidades duplamente naturalizadas, com elocução de longas periodizações. De outro mote, nossas categorias iniciais de compreensões dos textos estavam dispostas em materialidade construída ou naturalizada, forma e representação do espaço geográfico. Com o início das análises, percebemos que alguns artigos enfocavam as formas a partir da ação de determinados agentes, que tivemos que incluir essa nova aba de leitura, acrescidos de forma-ação, processos-ação e também pela compreensão conjuntiva desses enfoques.

Encontramos um volume da revista que indicava uma espécie de dossiê das temáticas ambientais; nesses, os artigos ancoraram-se nas suas construções de pesquisas, aspectos quantitativos, números (estatística), imagens, mapas. Os fenômenos não tiveram uma presilha de enfoque *a priori*, exemplo, o turismo nesse íterim quantificável em uma “materialidade” e concebido tal qual um processo tangível; já valores, questões subjetivas, etc., possivelmente agregáveis a esse fenômeno ficaram alheios aos textos que efetuamos leituras. Obviamente que não estamos ponderando um julgamento, tampouco nos posicionamos numa pseudo-neutralidade, o que identificamos é o tensionamento entre subjetivo, objetivo e em número menor as opções genitivas.

Vale lembrar que esses dossiês ambientais indicam textos que trabalham com temas como degradação do solo, articulando a questões de renda da terra. Outro exemplo pertinente foram trabalhos relacionados à utilização agroquímicos na agricultura e sua articulação a elementos como uso da terra, produção de alimentos

---

tem grande relevância para específicas comunidades. Por exemplo, um estudo de caso sobre a dinâmica hidro-geomorfológica de um pequeno córrego intra-urbano, quão mais próximo da localidade sejam divulgados os resultados das interpelações científicas, mais chances têm de retorno para a sociedade, o seu contrário. A publicação do mesmo estudo foi feita numa revista super qualificada, mas, mesmo com a Internet, etc., ficará longe, rendendo apenas louros acadêmicos aos autores da publicação.

e à saúde pública. Esses trabalhos que efetivam um enunciado para o ambiental, inicialmente, partem de temas recorrentes em uma “Geografia Humana” encontrando-se com assuntos presentes na “Geografia Física”, sintetizando esses processos em termos do que denominados de abordagens conjuntivas.

Assim, ressaltamos que outros itens de leitura como a presença e tipo de sujeitos nos artigos, a deflagração ou não da teoria, na intersecção com os conhecimentos dos sujeitos foram elementos concebidos na planilha de leitura de artigos do Grupo de Estudos Territoriais (GETE/UEPG), a qual foi elaborada para compreensão de textos científicos relacionados com as “Geografias Feministas”. Por outro lado, a tematização em termos de forma, materialidade, processo, representação, ação, vem, de algum modo, de encontro com aspectos de leituras, tais como o texto de Heidrich (2010), o livro de Santos (2008c), entre outros. Todavia, expomos esse trabalho exploratório com a Revista *Rae’ga* de modo a salientar como fomos construindo os instrumentos de leitura no tensionamento pelos próprios argumentos vislumbrados em nossos “artigos de campo”, vide, por exemplo, a concepção/argumento compreensivo — abordagens conjuntivas.

Outros acréscimos de nossa grelha de leitura foram as características intrínsecas aos fenômenos explorados pela comunidade geográfica, em que angariamos de Nogué e Romero (2006) as tensões entre fenômenos tangíveis, intangíveis, visíveis e invisíveis, materiais e imateriais, longas periodizações e fenômenos efêmeros, extensão (escalas) e aspectos pontuais. Com detalhe que essa última observação tem um caráter genuíno à Geografia como uma totalidade, uma concepção científica gestada, conforme Araujo (2003) nos percalços de uma epistemologia alicerçada por confrontos paradoxais, tais como,

resultantes das tensões temporais: sucessão/não-sucessão, contiguidade/não-contiguidade, interação/ acaso, duração/ não-duração e reversibilidade/ irreversibilidade; **geografia como resultante das tensões espaciais: extensão/não-extensão, contiguidade/não contiguidade e forma/não-forma**; e ecologia, como resultante das tensões relativas ao mundo das coisas: regularidade/ não regularidade e manipulação / não-manipulação. (ARAUJO, 2003, p.37) (Sem grifos no original)

Sem pretensão de um abarcamento total, frisamos uma atenção para as



construções teóricas e conceituais, assim como de devir/existir, pois a *espaciologia* privilegiada pela Geografia corresponde a um campo gnosiológico do existir e do devir, não se restringe ao olhar geográfico, mas é por ele privilegiado.

Enfim, se exploramos as representações de Geografia, os autopoicionamentos dos geógrafos no questionamento provocativo “abordagem cultural” nas entrevistas, também vislumbramos, nos projetos das pós-graduações, as intersecções entre os enunciados de pesquisa, o campo empírico, as temáticas, concomitantemente ao campo epistemológico, conceitos, teorias e métodos. Nesse momento, buscamos compreender um recorte entre os trabalhos das pós-graduações, ou seja, as teses e, de outro mote, um discurso centrado na interface de uma autoevidência, de um projeto cultural para a Geografia brasileira por meio da Revista *Espaço e Cultura*. Sobretudo, enfocando quais são os fenômenos elegidos, quais são os tipos de interpretação dos fenômenos, as acepções de sujeitos e os modos de diálogos com os sujeitos/objetos e, os sujeitos pesquisadores, dentre outros refinamentos.

No entanto, algumas outras pistas colhidas de nossas buscas iniciais merecem destaque. Das primeiras insinuações com os fenômenos de teor cultural, envolveram-se elementos de representações, simbolismo, nos quais não deparamos com enfrentamentos teóricos em relação à concepção de cultura e, nesses trabalhos, especificamente, os diálogos mais acurados foram com textos de sociólogos, filósofos e psicólogos, entre outros, em que a intertextualidade com autores da Geografia demonstrou-se periférica.

Em uma zona de interface entre trabalhos oriundos da denominada “Geografia Crítica” e as abordagens culturalistas, identificamos em estudos vinculados a discussão de “ideologias geográficas<sup>100</sup>”. Notadamente, referindo-se à apreensão dos discursos com efeitos de ações na configuração espacial ou de legitimação de determinadas ações sustentadas num discurso de lastro espacial. Seja na política, mormente na apropriação das mídias — aparelho cultural, tensionamento entre identidades nacionais e regionais, donde se entrecruzam paradoxos como de valorização de uma “cultura material regional” ao mesmo tempo

---

<sup>100</sup> Tal leitura é sustentada nas discussões de *Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil* (MORAES, 1996).

em que se combatem “um modo de pensar regional”, isto é, forçar a inscrição de enclaves, de exceções, de espaços desconexos na circulação dos valores hegemônicos<sup>101</sup> ou, como prefere Ortiz (1996), na matriz de sentidos do consumo.

## **2 Espaço e Cultura, um apanhado editorial: trajetórias histórico-geográficas de um projeto político-epistemológico**

Ao responder sua pergunta sobre as tensões que resultaram na produção científica de Geografia Cultural no Brasil é necessário lembrar **o lugar e o período** da difusão desta ideia da abordagem cultural na Geografia Brasileira. O lugar foi e é o NEPEC - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura. A noção de tempo em geografia deve ser fator de fundamental importância em nossa resposta: o período será pós 1990. Considerar o tempo e o lugar é entender os sucessivos acontecimentos, as diversas ações e diferentes agentes conectados.<sup>102</sup>

Estado da arte, sínteses bibliográficas, traduções de literatura estrangeira com apreço especial para textos originalmente publicados em língua inglesa. Sugestões de agendas de pesquisas. Vigilância teórica daquilo que corresponderia a uma Geografia Cultural ou Geografias Culturais, possibilidades de estudos atinentes à expressão espacial da cultura: são esses os elementos gerais, os quais nos pareciam *ser o Periódico Espaço e Cultura*, quando nos aproximamos do mesmo a partir de nossas leituras episódicas.

A trajetória de publicações na Revista, de fato, inscreve-se por um viés comparativo entre uma produção internacional em termos de perspectivas culturais em Geografia e as potencialidades do seu desenvolvimento na Geografia produzida no Brasil., dessa seara investigativa constatada numa literatura estrangeira. A primeira edição, por exemplo, traduz-se pela metáfora “a que pés anda a Geografia cultural brasileira”, sendo essa linha de sínteses e proposições, de algum modo, representada por Roberto Lobato Corrêa e tendo na pessoa da geógrafa e editora do Periódico, Zeny Rosendahl, o apoio e a publicação de estudos geográficos de diversos fenômenos vinculados às questões da religião.

---

<sup>101</sup> Um aspecto que não aprofundamos, mas que nos pareceu recorrente na apreensão temporal e fenomênica foi a utilização de um linguagem preditiva e teleológica, em que mesmo aqueles trabalhos que abordavam “acidentes naturais” episódicos, suas macros explicações em termos gerais, inscreviam-se em uma concepção catastrofista.

<sup>102</sup> Entrevista concedida por Zandra (fevereiro, 2012). Por e-mail.

Ainda com relação ao tema religioso, merece destaque a hegemonização de uma ordem teológica cristã, tanto na recorrência dos estudos envolvendo o catolicismo, os quais vão desde uma cartografia social dos simbolismos ou das expressões tangíveis das manifestações sagradas e profanas, à exploração das festas populares que possuem interfaces com o “calendário religioso”, catolicismo popular, dentre outros. Episodicamente, e de forma progressiva, outras expressões religiosas escalam visibilidade. Não obstante, as mesmas enunciam outras formas de abordagem geográfica dos fenômenos religiosos, assim como dialogam com autores distintos da enunciação centralizada na ordem cristã. De todo, os feitos nas revisões bibliográficas remetem a uma “História da abordagem da Religião no Pensamento Geográfico”.

Os artigos que aventam questões epistemológicas, sejam no debate metodológico, teórico ou conceitual, e que vislumbram questões circulantes a produções do conhecimento geográfico e as preocupações com o debate cultural, dentre outros argumentos similares, são merecedores de discussões de “longo fôlego”. Entretanto, os autores não brasileiros são majoritários nesse espectro “epistemológico”. Aspectos constatados que coadunam com os argumentos de Corrêa e Rosendahl (2005) em procurar fundamentar uma base teórica para “Geografia Cultural” no Brasil.

Dos posicionamentos de uma fundamentação teórica para *Geografia Cultural* já se destacou as ásperas críticas de Sahr (2009), mas o fato que pontuamos nesse momento é a política editorial e a constatação das traduções de textos estrangeiros com vieses epistêmicos, os quais são vislumbrados em uma construção identitária — daquilo que seria uma Geografia Cultural, autocentrada na representação dos parceiros Corrêa e Rosendahl. O formato eurocêntrico e anglofônico do projeto criticado por Sahr (2009), em relação à prática discursiva dos geógrafos do NEPEC, de fato, tem uma correspondência. Por outro lado, em comparação aos primeiros textos que identificamos em outras revistas e que, de algum modo, possuíam contrastes com questões culturais, observamos preeminentemente um diálogo maior com outros cientistas sociais e, em menor grau, com geógrafos. Ao passo que as traduções de textos com autoria de geógrafos estrangeiros foram ocorrendo na

Revista *Espaço e Cultura* e na Coleção de Livros “Geografia Cultural”<sup>103</sup>, delineamos um progressivo diálogo, citações, dentre outros aspectos relacionados com leituras de geógrafos, em outros textos de Revistas, teses, etc., tanto citando as traduções do NEPEC como buscando as fontes originais. Obviamente que isso não é uma linha uniforme, mas parte significativa do movimento processual.

Arelado a uma política de identidade da “Geografia Cultural” (pelo mecanismo epistemológico), está presente, no mesmo peso, a ideia de *difusão cultural*:<sup>104</sup> temática e conceitual. Os agentes envolvidos no processo de difusão da ideia de uma abordagem cultural (período e o lugar) correspondem à ação de uma *geopolítica do conhecimento*, como enunciada em entrevista por Zandra (2012), ou seja, a produção de um conhecimento engajado em sua acepção de saber, de representação e fundamentação teórica e metodológica.

A temática urbana de início tem poucas publicações. Embora num dos artigos inaugurais de Corrêa (1995a) na revista em que muitos temas são lançados para possíveis pesquisas, destacam-se como temáticas a serem pesquisadas: *o espaço, o urbano e a cultura*<sup>105</sup>, etc., e, de algum modo, trata-se de um tema que recorre à própria trajetória de Corrêa pela “Geografia Urbana”. Dominam as primeiras edições de Espaço e Cultura os trabalhos que são estruturados nas discussões do conceito de paisagem geográfica (ver discussão *paisagística* de McDOWELL, 1996),

---

<sup>103</sup> Coordenada por Corrêa e Rosendahl e com publicação pela editora da UERJ.

<sup>104</sup> Nomeamos parte do movimento editorial da revista como *difusão cultural* num duplo aspecto, um pouco com refino de ironia. De outro lado, como hipótese, as trajetórias geográficas de R. Lobato Corrêa, de formação “lablachiana”, que se especializa na Geografia Teórica Americana e concomitante trava conhecimentos com a “Geografia Radical” e tendo a reflexão sobre o espaço urbano (redes, região) como aspecto catalisador, acrescidos da sua inserção no IBGE, dentre outras nuances, marcam tanto a sua acepção de Geografia, como nesse caso as suas estratégias (geográficas) de construção política do projeto que angaria com Rosendahl. Em termos de exemplificação, vejamos que essa política editorial e de autocompreensão (representação) do processo se assemelham com aspectos elaborados pela Escola de Berkeley, no âmbito da tríade analítica de foco inicial, núcleo e franja; inicialmente de onde os traços culturais se difundiram, posteriormente onde são mais intensos e finalmente a franja onde são mais difusos (CORRÊA, 2008b). Muito próximas das análises do espaço urbano propagadas pelo próprio Corrêa em outros trabalhos, essa tipologia é enriquecida quando acrescentada aspectos da discussão pertinente à difusão espacial da cultural, nos aspectos da duplicação, desvio e fusão. Primeiro, a reprodução de focos culturais, os desvios seriam suas alterações, “A fusão, por fim, constitui-se no mais frequente processo pelo qual novas regiões culturais são formadas” (CORRÊA, 2008b. p.19). Essa “hipótese” pode também ser aventada quando Corrêa alça uma discussão em termos de paradigmas na Geografia em texto publicado na Revista da Anpege (2011b) e que originalmente é a base de sua exposição em mesa redonda no Encontro Nacional da Anpege – Goiânia (2011).

<sup>105</sup> Próximo ao título do livro de Corrêa e Rosendahl (2006).

reforçando o enlace por opções teóricas e metodológicas. As temáticas são, assim, presididas de uma concepção axiomática.

Os sujeitos ou os objetos dos trabalhos publicados são, em geral, institucionais, o católico, o judeu, ou seja, identidades orquestradas em generalidades e vinculadas a uma nominação que é externamente impingida ao sujeito por parte dos pesquisadores<sup>106</sup>.

\*

### **Trecho Paralático:**

Mesquita (1997), ao preconizar na revista a relação entre música e geografia, também é precursora na desinstitucionalização dos sujeitos, ou melhor expondo, já havia sido publicados dois artigos sobre identidades com análise não institucional. Entretanto, o enfoque primordial é a forma espacial que é concebida pela representação e internalizada pelos sujeitos. Mesquita (1997) discute a influência da *Música do Prata* na cultura/concomitante a suas mensagens, abarcando no discurso da música os anseios vivenciados ou prescritos na alma dos sujeitos, demonstrando que a música tem o sentido de fazer falar os anseios interconexos na relação dos sujeitos com o **espaço social**.

Compreensão paralática efetuada por Jardel de Lima em *Iniciação Científica*, UEPG, 2013.

\*

Existe um espaço de inventividade quando começa a ser construída, ao mesmo tempo de seu lançamento na revista, a constituição de temas (de pesquisas) relacionados à exploração das linguagens, sobretudo, literatura e música. O cinema, por sua vez, tem um viés próximo do formato do debate epistemológico. A música faz abertura para o espaço social entrecruzado com uma linha intimista. Já a literatura é efetiva na problematização de disposições, tradições, habitus

---

<sup>106</sup> De acordo com Berger e Luckmann (2005), criam-se tipificações/categóricas que perpassam, instituições comunicam e controlam o consumo dos sentidos para o agir. Mas isso é menos regulado na sociedade moderna.

(BOURDIEU, 1989) de um fazer geográfico: o urbano e o interior, uma dicotomia moderna *brasileira* (frente à dicotomia urbano-rural); *O Cortiço* de Aluizio Azevedo ao lado de *O Grande Sertão Veredas*. Ao mesmo tempo, a literatura começa a ser projetada como um escopo para a discussão de uma “teoria da cultura”.

Gomes (1996) analisa os “horizontes geográficos” como uma trama moderna. Eis que na forma de organização de um enunciado cultural, tal qual, a produção de uma ação intencional, fundada na representação de uma agenda cultural para geografia brasileira, isto é, *status* editorial de *Espaço e Cultura*, observamos além da dicotomia estrangeiro/nacional, por exemplo, outros resquícios do paradigma dos paradoxos: Rio de Janeiro, concebido como o lugar de acontecimento dessa virada cultural (tal qual a metáfora dos Portos de Sahr (2009)). Ganha *corpus* uma geografia do carnaval, como “crônicas geográficas” de Nelson Rodrigues, a rua e o samba – “um brinde”!

\*

Autores brasileiros e estrangeiros, residentes no Brasil, que inicialmente vão tendo expressão na revista, são professores doutores de universidades brasileiras, em geral, convidados para o *Simpósio Nacional Espaço e Cultura*. Seus textos exploram determinados eixos de pesquisas, revisões bibliográficas, fundamentações conceituais<sup>107</sup>, enfim, textos com elevadas cargas teóricas, ensaios que preconizam determinadas abordagens, temas. Curiosamente, muitos desses trabalhos têm relações com a agenda de pesquisa elaborada por Claval (1999c) na própria Revista *Espaço e Cultura*. Por sinal, finaliza a edição (e na edição) de 1999 a transcrição-tradução de um acirrado debate, a Geografia Cultural, como ideologia (similar à crítica deferida por um longo período, contra a geopolítica, dentro da geografia)<sup>108</sup>. Outros mais irônicos ponderam que, em um futuro próximo, vai ser banal defender no interior do campo geográfico o significado do estudo da “cultura”. Há aqueles que

---

<sup>107</sup> Conforme entrevista a nós concedida por Talasso alguns desses textos são produzidos sob encomendas de R. Lobato Corrêa.

<sup>108</sup> Se na primeira é a crítica em relação a um conhecimento engajado, a serviço dos Estados, a crítica à segunda é em relação ao trabalho intelectual de reconhecer os outros, a Geografia e a desordem espacial do mundo, como uma contribuição que é consumida pelo mercado capitalista global.

ênfatizam os sentidos — ou o melhor a fazer é estudar, as pessoas e o espaço em que elas vivem suas percepções espaciais, a espacialidade da percepção<sup>109</sup>.

Em comparativo com o nome dos autores das teses que elencamos, percebe-se que além do já detalhado, os autores mais jovens que ascendem no cenário discursivo da revista, publicando trabalhos que mediam teoria e um campo empírico, são ex-orientandos dos primeiros geógrafos a terem visibilidade na revista. Esse eixo discursivo, de algum jeito, entrecruza-se com partes das potencialidades que a revista vislumbra em seu escrutínio editorial, o campo empírico brasileiro, como espaço a ser descoberto pela análise cultural (nova descoberta do Brasil, pelo encantamento com a nação). Em outros espaços de acontecimentos, universidades, específicas agendas de interesses (escalas), a teoria curva-se ao espaço do outro.

Esses são curiosos acontecimentos que se assemelham à trajetória narrada por Gomes (2006b) a despeito de “O Deslocamento Geográfico dos Conhecimentos e Seus Intérpretes: Os exemplos de Pierre Monbeig e Roger Bastide no Brasil”. Para Gomes (2006b), o geógrafo e o sociólogo são formados em um positivismo rígido, de um único método, numa tradição lablachiana e, o outro, nos auspícios de Durkheim. Acabam por trilhar caminhos inovadores e inventivos das próprias ciências nas quais estão inseridas. A pergunta de Gomes (2006b) está atrelada à compreensão do modo como os campos brasileiros, empíricos e epistemológicos contribuem nessas ousadias.

Atualmente, há um reconhecimento dos intelectuais franceses que aportaram no Brasil para além da espacialidade brasileira. Contudo, a vinda desses para o Brasil, para Gomes (2006b), compreendia-se *mais uma aventura humana*, exatamente a prerrogativa de um desafio epistêmico, isto é, ideia que fundamenta um princípio científico hodiernamente em foco: a incerteza. Também são desafios para esses intelectuais a institucionalização de uma “universidade brasileira” ausente de qualquer infraestrutura, apoio dos mestres, “cultura acadêmica”, entre outras questões articuladas aos “modos operacionais”. Portanto, na propagação de uma redescoberta do Brasil por um mote cultural, assemelham-se ao processo de

---

<sup>109</sup> O espaço da percepção e a percepção do espaço não é exatamente um trocadilho, tem correspondência na trajetória intelectual de Armando Corrêa da Silva, o qual é um geógrafo que aparece como orientador de inúmeras teses que encontramos por meio da chave de buscas “Geografia Humanista” em nossas pesquisas no acervo da CAPES.

institucionalização de uma Geografia acadêmica no Brasil.

Gomes (2006b) destaca que na história, por exemplo, Fernand Braudel ainda consegue fundar um curso de História com certo distanciamento das questões “brasileiras”. Por outro lado, a Geografia e a Sociologia, como campos disciplinares, exigiam um envolvimento maior com o “terreno”. Assim, o autor destaca que, antes, as arguições teóricas, os intelectuais franceses têm que “pôr o pé no chão” para fundar conhecimentos do espaço em que aterrissaram (dupla territorialização), sem, no entanto, terem fontes já consagradas de pesquisas como na Europa, tais como arquivos públicos. Terão eles que elaborar esses dados com entrevistas, imersões, entre outras técnicas não convencionais. Desse entendimento, uma nova coincidência com a propagação de uma Geografia da Cultura são as tendências a trabalhos qualitativos preconizados, por exemplo, por Pierre Monbeig.

Dois pontos salientam: o espaço “empírico” e as formas de acessá-los. “O mais importante, entretanto, foi a descoberta e aceitação de que os conceitos tradicionais forjados na Europa não eram completamente adaptados às múltiplas facetas da vida social e de seus quadros de relações no Brasil” (GOMES, 2006b, p. 228). Contudo, serão também inventivos nos conceitos, ao mesmo tempo, vide a explicação formulada por Monbeig, na compreensão (da produção) do espaço paulista, em constante transformação; Monbeig utiliza-se do conceito de rede em detrimento ao conceito de região em voga na Geografia a qual foi formado, bem como faz alusão inclusive a aspectos psicológicos para execução de suas pesquisas. Configurando uma epistemologia vigilante e atenta às questões empíricas, nesse caso as coincidências com as questões culturais propagadas anteriormente são ainda mais relevantes.

Um último aspecto, ressaltado por Gomes (2006b), diz respeito aos encontros trilhados pelos intelectuais franceses no Brasil, não necessariamente de forma institucionalizada. O fato é que se reuniam sociólogos, geógrafos, literatos, entre outros, e preconizavam diálogos transdisciplinares. Como compreensão final, o autor destaca como sucesso das empreitadas a perspectiva de diálogos, de enriquecimento mútuo, alheios ao colonialismo intelectual e a pseudo-superioridade (os círculos de intersubjetividades).

Pensamos que quaisquer semelhanças com aquilo que estamos evidenciando



precisam ser consideradas em comparativos com as não considerações/dessemelhanças. No espectro da observação na revista é que há inversão de uma escala. Nos casos destacados por Gomes (1996), na excursão sociológico-antropológica, são imersos em terreiros de candomblé, tribos e outras racionalidades. Já a Geografia explora a urbanização, a europeização. Fixamos nesse íterim um espelho invertido: aflora na Revista a construção de uma geografia dos indígenas, quilombolas, *hip hop*, uma geografia mais amiga da antropologia (CAPEL, 1987). Também há o lançamento, até o presente momento, de um último tema: a questão ambiental, a outras racionalidades, desenvolvimento sustentável, “epistemologias étnico-raciais”, questões de gênero, dentro outras ponderações bastante próximas das críticas pós-colonialista, pós-modernas, etc. (MIGNOLO, 2004).

Contudo, a linha editorial que se flexiona a “Heterogeneidade e Transformação Espacial no Brasil” (ROSENDAHL, CORRÊA, 2000) pondera a Geografia Cultural no Brasil como um país, os problemas espaciais da continentalidade, de suas variações ecossistêmicas<sup>110</sup>, postulam-se como posições mais conciliadoras com as tradições geográficas, em comparação com o arrojo do discurso afirmativo que sustentava o tom discursivo/editorial. Por outro lado, nas observações que delineamos dos projetos de pesquisas das pós-graduações em capítulo anterior, temos uma significativa emergência de pesquisas que enfocam as múltiplas identidades, as *culturas tradicionais*, etc., fenômenos de compreensão menos preditiva, mais compreensiva e de menor entonação generalista, estudos realizados em grandes escalas (tal qual debatido no capítulo em que discutimos os projetos). A proposta escalar de Rosendahl e Corrêa (2000) sinaliza que as investidas iniciais estão diluídas num complexo discurso geográfico brasileiro, numa “geopolítica cultural”, de apoderamento espacial pelos discursos patrimonialistas, da preservação à apropriação mercadológica — parte do fenômeno turístico, dentre outros, qualitativos do consumo do desejo ou da capitalização das emoções como enfatiza Harvey (1993). Ademais, reside novamente a distinção entre um movimento engendrado na Geografia do Brasil e a Geografia Cultural anglo-saxônica criticada

---

<sup>110</sup> Curioso que dos temas de pesquisas enfocados por Claval (2010) em *A construção do Brasil: uma grande potência em emergência*, somente as telenovelas ainda não foram exploradas com grande ânimo pelos geógrafos brasileiros.

por Smith (2007): de um lado sua reverberação, o delineamento de emergências espaciais de culturas para o mercado (disso sua essencialização perigosa/um conceito e uma existência fenomênica) e, de outro, uma efetiva preocupação com a luta, de grupos, movimentos, comunidades que envolvem distintas territorialidades, nem sempre territorializadas.

Alguns outros aspectos embalam as páginas da revista, influências do global em manifestações culturais “locais”, a economia e a cultura. E se falamos de uma hegemonia do conceito de paisagem ao longo da revista, no final da primeira década dos anos 2000, quando surgem questões de gênero, os caboclos, numa forma desconstrucionista “das categorizações” estabelecidas e enfatizando as representações; a categoria de espaço geográfico galga um prestígio maior nas discussões publicadas. *Espaciologia* vem à tona com o devir e o existir.

A revista passa por mudanças. O Simpósio Nacional (Internacional) Espaço e Cultura que alimenta parte da Revista parece perder fôlego, o acervo é digitalizado e disposto num repositório de revistas<sup>111</sup> que facilitam a seleção em fluxo contínuo de artigos, ou seja, mais aberta e integrada aos modos hegemônicos de divulgação científica contemporânea — veiculados pela internet. Um pouco antes disso, *Espaço e Cultura*, edição de número 25, de 2009, veicula uma “espécie de edição de síntese” de grande parte dos temas anteriormente fomentados. Retoma-se a literatura como tema desde a questão espacial urbana na obra de Lima Barreto (Clara dos Anjos), ao debate do espaço público e a imagem na película do diretor francês Eric Rohmer, aspectos geográficos do urbano são debatidos por meio da obra de Machado de Assis. O compositor Itamar Assumpção é interpelado por suas músicas, suas percepções geográficas sobre o espaço urbano da metrópole paulista, o espaço urbano faz o elo entre as linguagens, representações e percepções. Todavia, o conceito de paisagem permanece na interpretação do espaço urbano da cidade de São Paulo através das artes plásticas.

Ainda nessa edição, há o desenvolvimento da interpretação do espaço geográfico a partir da percepção do outro (obra literária, pintura, música, cinema).

---

<sup>111</sup> Quando realizamos nossa pesquisa, quase toda revista estava em formato impresso, e como a biblioteca não emprestava periódicos por longos períodos e a leitura ficava condicionada aos horários de funcionamento da biblioteca, Everton Miranda executou o trabalho de digitalizar toda a revista.

Portanto, uma temática proposta em edições anteriores foi desenvolvida nessa edição, porém com uma incursão mais atenta ao outro. Não obstante, os sujeitos são todos “cânones do cinema”, da literatura e que, de algum modo, transferem inclusive parte de suas “famas” àqueles que desses se aproximam por meio da ciência. Disso, o artigo de Ornat (2010) é um dos mais questionadores, ao passo que os sujeitos investigados por Ornat (2010) são “prostitutas travestis”, igualmente potenciais transferentes de estigmas aos pesquisadores que com esses dialogue; na mesma edição, Costa (2010) trilha as micro-territorializações homoeróticas enquanto “Geografias não mapeáveis”, dos excluídos da Geografia do Mapa, incluídos talvez na fluidez das redes sociais, dentre outras táticas (CERTEAU, 1996).

Se o espaço traz consigo uma discussão com lastros de crítica social, ao mesmo tempo demonstra que a discussão de poder atrelada à paisagem de uma concepção mais anglofônica é destronada por um apreço ao território. Já a paisagem reposiciona-se com o último grande tema lançado, isto é, a “questão ambiental”, como forma, projeção e imagem de um reencantamento com a natureza: “as paisagens do belo” (estética). Mas já não é uma natureza enquanto externalidade, é relacional, é o *sertão*, as festas do cerrado, são também compreensões regionais. Até o tema religioso, de forma jocosa, pode-se dizer que a “Revista se laicizou”, a teologia cristã tal qual uma teleologia permite-se ao diálogo com cosmovisões ou mesmo religiões próximas às “filosofias confessionais”, isto é, organizações não exatamente religiosas, filosóficas, míticas, estendidas às compreensões de autoevolução do ser humano.

O poder da representação do espaço (ESCOLAR, 1996) parece ser um aspecto para se discutir “na representação do espaço” pela paisagem da pintura, da literatura canonizada, etc., pois, “determinadas criações culturais têm uma força enorme como a eficácia de medidas geopolíticas. Sem falar que a cultura contemporânea está alicerçada no consumo cultural, com o exótico, com o novo e com o tradicional (na relação espaço e tempo)” (LIMA, 2013, s/p). Disso, merecem destaque na alameda religiosa inicial da revista os centros de peregrinações no binômio sagrado profano, uma vez que a peregrinação representa uma viagem ao interior do sujeito, concomitantemente ao movimento do corpo. Outro enfoque em relação aos deslocamentos espaciais diz respeito ao turismo: nisso envolve uma

experiência de movimento do corpo ao encontro com o outro, a paisagem, etc., sendo que ambas envolvem comercializações, profanas do sagrado e também negativas no âmbito de uma análise em oposição ao mercado. Gomes e Ribeiro (2011), em “Cozinha Geográfica”<sup>112</sup>, discutem a apreensão da natureza e sua transformação em “produto” cultural de consumo — a comida sempre foi vista como uma questão cultural (fetichização do alimento). Por outro lado, muitas vezes é pelo paladar que se lembra do outro. Se Costa (2010) faz alusão a “Geografias não mapeáveis”, Silva (2010) e Ornat (2010) dialogam com sujeitos interditos, dentre outros; Gomes e Ribeiro (2011) perfazem uma tipificação do modo como o intangível é incorporado nessas enunciações geográficas.

## **2.1 Da política editorial teórico e metodológico às áreas representativas: aspectos qualitativos e variáveis nas respectivas abordagens**

Após uma compreensão das inúmeras enunciações veiculadas na orquestração editorial da Revista Científica *Espaço e Cultura*, detectou-se um movimento intencionalmente conduzido, sustentados em estratégias (CERTEAU, 1996) de inserção científica por meio daquilo que Bourdieu (2004), Morin (1996), dentre outros, denominam como lutas pelas regras do jogo (científico). Essas estratégias são conduzidas por uma lógica que antecede ao discurso individual, ou seja, respaldam-se numa ordem de controlar, selecionar, organizar e distribuir, esse discurso ou o postulado de dominar a “terrível materialidade” do próprio discurso (FOUCAULT, 2008).

Das diversas enunciações, destacamos uma convergência para uma “difusão cultural” balizada por um movimento de “sólida” constituição identitária de uma ideia de discussão geográfica — Geografia(s) Cultural (is). Para tanto, destacamos como uma espécie de área de publicação vinculada a um debate de teor epistemológico, tal qual uma ferramenta de instrumentalização das estratégias discursivas. Disso, acompanharemos nesse momento parte das publicações angariadas por essa “área

---

<sup>112</sup> Novamente insistimos na dialogia entre a tradição e a inventividade: presenciamos o encontro sobre Geografia dos Sabores realizado pelo “Grupo de Geografia Humanista Cultural” (o qual faz parte desse estudo), em 2011, na cidade de Rio Claro, SP, evento com uma agenda de discussão temperada pela questão edônica. Já na programação do segundo encontro, em 2013, têm-se indícios de um diálogo também com questões como Geografia e segurança alimentar (vide Josué de Castro).

estratégica” e, na sequência, exploramos as reverberações dessas proposições no seio da própria revista.

Identificamos propensões teórico-metodológicas apregoadas para critérios conjuntivos, centralidade compreensiva no “outro”, humildade epistêmica, dentre outros elementos presentes na literatura de modo geral (segundo capítulo da tese) e que compuseram nossa grelha de leitura. Nos textos propositivos (*Espaço e Cultura*) em termos teórico-conceituais, observou-se que as propostas em geral também são centradas numa representação teórica do próprio autor, ou seja, com raros lastreamentos em elementos de pesquisas “aplicadas”. Nesse aspecto, não há artigos conjuntivos na discussão epistêmica: em geral, são argumentos teóricos, ausentes de interlocutores diretos, com poucos lastros em experiências de pesquisas.

Também exploramos nos artigos elementos constitutivos do próprio discurso de *poder saber* na construção do conhecimento científico. Embora se advogue para um reposicionamento na relação entre sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados, dos 138 artigos analisados, em apenas 06 artigos os pesquisadores efetuaram reflexões em torno do contexto em que foram produzidos os “dados” tomados como referência para a discussão científica. A preocupação maior centrou-se na diversificação dos “tipos de dados”, textos, imagens, sons, etc.; numa gradação, menor detalhou-se a “coleta”, a construção investigativa. Contudo, Bauer, Gaskell e Allum (2008) atestam que o “dado” é também uma construção comunicacional do mundo, assim, o objeto de estudo é o que acontece em um determinado campo de ação. Acrescentaríamos a dimensão de como os sujeitos experienciam os acontecimentos do campo de ação, residindo a importância de refletir sobre a contextualidade dos saberes, reduzindo o distanciamento entre as experiências de pesquisas e a comunicação científica.

Também no rol dos elementos de *poder saber*, miraram-se as posições ocupadas pelos geógrafos nas representações dos “dados comunicacionais”: se a partir de si (pesquisador); a partir de si/realidade representada e por meio da visão dos sujeitos estudados, em ampla maioria a representação científica é sustentada no pesquisador. Nesse mesmo compasso, é importante observar sobre a “reflexibilidade”, isto é, se o pesquisador tensionou ou mesmo criticou as teorias

enunciadas a partir dos sujeitos sociais componentes de sua pesquisa. Nesse caso, em cinco artigos houve “confrontos” entre as teorias científicas e os saberes sociais.

Junto com aspectos que já destacamos anteriormente, é válido salientar uma preocupação em encontrar lastros de “Geografia Cultural” na história do pensamento geográfico brasileiro e da própria América do Sul. Essa estratégia é identificada por Gomes (1996) como um dos artifícios modernos presentes no movimento de interposições do que denomina de “horizontes geográficos”. Vejamos mais de perto o discurso de Corrêa (1995a) em “A Dimensão Cultural do Espaço: alguns temas”, em que busca em referências históricas a construção de uma agenda de pesquisa.

A geografia cultural produziu um enorme volume de livros, artigos e teses sobre uma ampla temática reunida em quatro temas maiores: a análise da paisagem cultural, a história da cultura no espaço, as áreas culturais e a ecologia cultural, ou o estudo da ação do homem alterando a natureza levando, por exemplo, à degradação do solo. Outros temas foram também considerados, sobretudo a partir dos anos 60 e mais recentemente ainda, quando se incluí uma abordagem crítica à dimensão espacial da cultura. (CORRÊA, 1995a, p.02)

Embora haja uma prevalência das questões elencadas por Corrêa (1995a), já não é tão tranquilo falarmos das formas como essas questões são abordadas. Outro trabalho de apelo historiográfico é a “Ascensão da Geografia Cultural na América” tradução de um clássico (como é compreendido no movimento) artigo de Platt (1996 — originalmente 1952). O autor afirma que a ascensão na América considerou a questão da formação do espaço, a partir da relação de apreensão/transformação da natureza pela ação do gênero humano. Por conseguinte, o nome de Carl O. Sauer, que figura como uma espécie de fundador de uma “Geografia Cultural Tradicional”, em grande parte das “revisões” bibliográficas que deparamos em ensaio de sugestivo nome “Geografia Cultural”, figura uma sensatez que talvez mereça maior atenção por parte de seus críticos ou mesmo “discípulos”:

A outra escala continua a tradição principal da disciplina. Por conseguinte, não pretende representar uma nova ciência, mas apenas atualizar as ideias tradicionais. Não é antropocêntrica, mas tem demonstrado em determinados momentos tendências excessivas em sentido contrário. A geografia cultural é apenas um capítulo da geografia no seu sentido amplo e sempre o último

capítulo (SAUER, 1997, p.03).

Sauer (1997) destaca que a compreensão geográfica humana é inerente à questão cultural, pois a própria geografia é em si uma construção humana. O último capítulo não é cultural como divisões de subcampo, senão aceno para compreensões humanas (históricas) na totalidade da Geografia, por vezes naturalista. Por outro lado, Cosgrove (1998), “Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria”, faz uma defesa mais acirrada da abordagem cultural, bem como uma contundente crítica em relação aos debates em torno de uma problematização conceitual da cultura:

porque toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação. Esta apropriação simbólica do mundo produz estilos de vida (*genres de vie*) distintos e paisagens distintas, que são histórica e geograficamente específicos. A tarefa da geografia cultural é apreender e compreender esta dimensão da interação humana com a natureza e seu papel na ordenação do espaço [...]. Pouco se ganha ao se tentar uma definição precisa de cultura. Fazê-lo implica sua redução a uma categoria objetiva, negando sua subjetividade essencial. Nenhum grupo humano considera seu mundo vivido como uma produção cultural, exceto a burguesia ocidental que criou o conceito de cultura. (COSGROVE, 1998, p.05)

São outros textos representativos dessa área:

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ed</b>	<b>Ano</b>
CLAVAL, P.	Reflexões sobre a Geografia Cultural no Brasil	08	1999c
MITCHELL, D.	Não Existe Aquilo que Chamamos de Cultura: Para uma Reconceitualização da Ideia de Cultura em Geografia	08	1999
SEEMANN, J.	Geografia Cultural: A Inovação da Tradição ou a Tradição da Inovação?	09	2000
DUNCAN, J.	O Supra-orgânico da Geografia Cultural Americana	13	2002
WILLIAMS, R.	Base e Superestrutura na Teoria Cultural Marxista	14	2002
SIVIGNON, M.	Sobre a Geografia Cultural	14	2002
SEEMANN, J.	Em Busca do Lugar de Franz Boas na Geografia Cultural	19-20	2005

<b>Continuação da página anterior</b> HOLZER, W.	A Geografia Cultural e a História: uma Leitura a Partir da Obra de David Lowenthal	19-20	2005
GIL FILHO, S. F.	Geografia Cultural: Estrutura e Primado das Representações	19-20	2005
MELLO, J.B.F de.	Valores em Geografia e o Dinamismo do Mundo Vivido na Obra de Anne Buttimer	19-20	2005
HOEFLE, S.W.	ANTROPOLOGIA E GEOGRAFIA: Convergências e Divergências históricas	22	2007

**Quadro 7 – Artigos representativos das discussões epistêmicas na Revista *Espaço e Cultura* (1995-2011)**

Fonte: Revista Espaço e Cultura (1995-2011). Levantamento: LIMA, Jardel de (2012). Elaboração e concepção: NABOZNY, Almir (2012/2013).

Da relação dos artigos, indicamos que, embora haja essa sedução por “definição” da “Geografia Cultural”, os autores convidados, assim como os artigos que são selecionados para tradução e publicação, em nenhum momento buscam por uma “definição” restritiva. Ao contrário, talvez a única postura assumida seja de uma “Geografia Cultural” tal qual uma heterotopia (DUNCAN, 2004), dando sequência (como herança) de uma discussão anglofônica. Se observarmos, há comentários bibliográficos sobre Anne Buttimer, David Lowenthal, autores consagrados na discussão Humanista, debates de interfaces entre Geografia e a Antropologia, fatores que remontam à própria história da questão supra orgânica, uma vez que dentre as críticas que Duncan (2002) profere à Escola de Berkeley, uma delas refere a herança e uso de um não “discutido” conceito de cultura da Antropologia de Alfred Kroeber (dentre outros), muito embora o mesmo receba influências do geógrafo F. Ratzel, por exemplo, etc. Ainda, o debate é enriquecido pelo primado das representações, assim como por publicações que posicionam as “teorias culturais” dentro de determinados “paradigmas” ou concepções teórico-metodológicas (metanarrativas)<sup>113</sup>.

<sup>113</sup> Insistimos, novamente, dessas autocompreensões identificadas e, ao mesmo tempo, pesquisando é que nos posicionamos quando da formulação, por exemplo, de nossas chaves de buscas em teses, escolhas dos grupos de pesquisas para realização de entrevistas, dentre outras posturas conscientes e intencionais (éticas) que tomamos na elaboração da tese. Daí a sensação de repetições e certas “pseudo-contradições” (tensões) com que nosso argumento é construído.

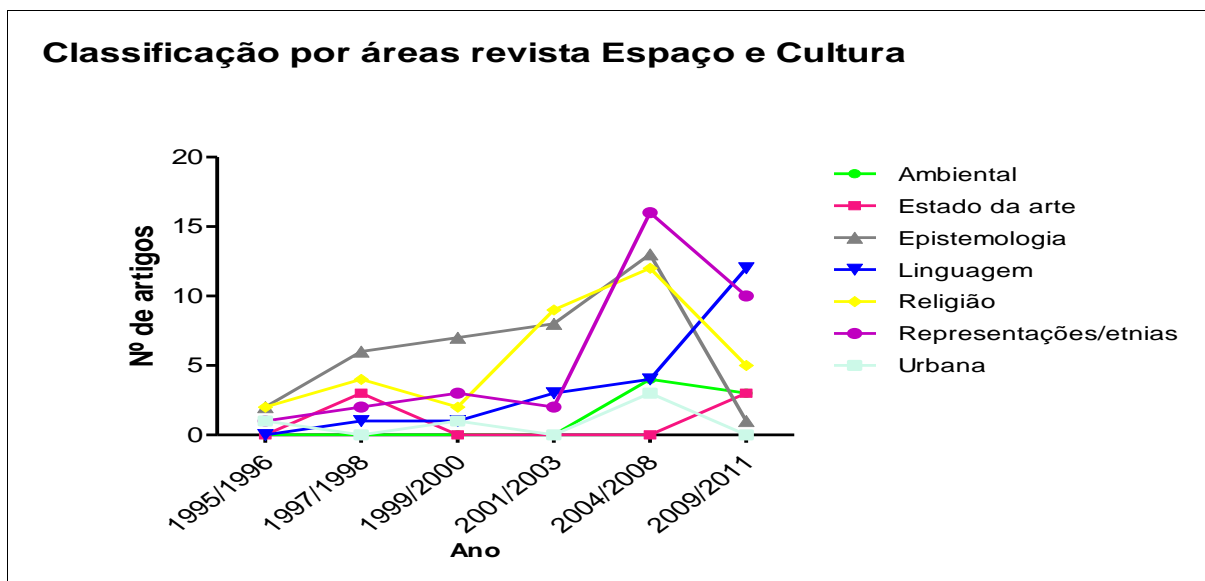


\*

Se já destacamos algumas questões de geografia não mapeáveis, sujeitos interditos, etc., cabe lembrar que, apesar das enunciações em termos teóricos, isto é, das inúmeras reivindicações das abordagens culturais enquanto centradas “verdadeiramente” nos aspectos humanos (ver capítulo 01 e 02 da tese), as quais são recorrentes nos artigos de teor epistemológicos, ou mesmo enunciados em algumas entrevistas que efetuamos, tais empreitadas ainda são incipientes.

Grandes números de artigos efetivam-se na preocupação quanto à forma/material, um espaço estruturante, a casa, a rua, a praça e o templo, majoritariamente concentrados nas feições espaciais da religião. Já os textos que buscam uma abordagem conjuntiva, os que problematizam os argumentos dos sujeitos (objetos de pesquisas), os trabalhos que tensionam os referenciais teóricos são, em média, cinco publicações ao longo dos dezesseis anos de produção observados. Esses não possuem afiliações temáticas evidentes, vão desde a compreensão das geografidades dos sujeitos do *hip hop* (lugares e territorialidade) à compreensão das representações sociais da forma urbana vertical, naquelas figurações em que os “outros” têm “voz ativa” no texto do acadêmico. Os trabalhos conjuntivos expressaram uma tênue inclinação para a relação entre música e Geografia.

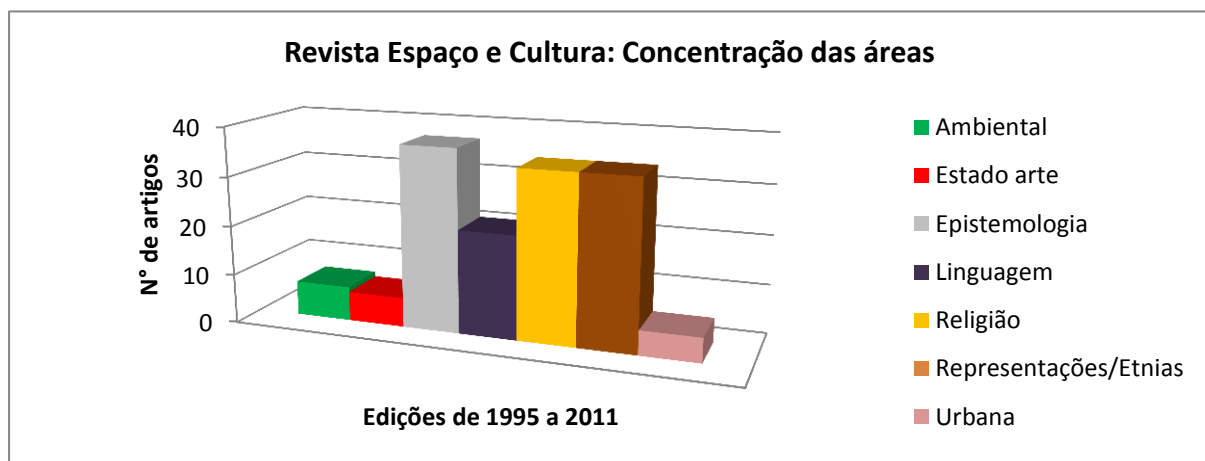
Por fim, conseguimos aglutinar, além das temáticas específicas que a Revista buscou fomentar, um agrupamento em termos de Geografia da Religião, “Estados da Arte” (revisões bibliográficas concomitantes às agendas de pesquisas), Linguagens (literatura, cinema, pintura), Geografia e a interface urbano/cultural, Geografia questões étnicas e as representações, bem como um desdobramento renovado daquilo que Corrêa (1995a) qualificou de ecologia humana, em que concebemos como nuances ambientais e obviamente a destacada preocupação epistemológica. Vejamos a seguir como se sucedeu esse movimento:



**Gráfico 1 – Movimento das publicações por “áreas” – Revista Espaço e Cultura (1995-2011)**<sup>114</sup>

Fonte: Revista Espaço e Cultura. Concepção: NABOZNY, Almir (2013). Elaboração: LIMA, Jardel, MAY-LIMA, Eliane (2013).

O Gráfico 1, expressa um movimento em que as questões epistemológicas têm certa constância, ao passo que a religião tem edições específicas, as representações e questões étnicas se majoram após o ano de 2008. Por outro lado, as questões da linguagem se equiparam, numa apreensão do volume total de artigos.



**Gráfico 2 – Agrupamento das publicações por “áreas” – Revista Espaço e Cultura (1995-2011)**<sup>115</sup>

Fonte: Revista Espaço e Cultura. Concepção: NABOZNY, Almir (2013). Elaboração: LIMA, Jardel, MAY-LIMA, Eliane (2013).

<sup>114</sup> Observação: as periodizações não foram feitas de antemão, procurou-se respeitar a própria dinâmica de publicações da Revista.

<sup>115</sup> Observação: as periodizações não foram feitas de antemão, procurou-se respeitar a própria dinâmica de publicações da Revista.

Dentre aquilo que já apontamos, reforçamos a constatação de vigilância epistêmica e a propagação desproporcional dos temas religiosos, que destoam de uma compreensão mais coletiva por uma possível interferência direta da Editora do Periódico — a geógrafa Zeny Rosendhal, por exemplo, vamos ter uma edição consagrada especialmente para orientandos, ex-orientandos e similares. Já observamos que são os mais “jovens”, ex-orientandos, de diversas universidades, dentre outras características, aqueles que assumem e experimentam, efetivamente, as preconizações teóricas, problematizam em termos de técnicas de pesquisas, escolhas teórico-metodológicas, dentre outros elementos, afeitos a discussão “cultural” propagada. Conjuntamente, cabe realçar que essa ascensão ocorre mais ou menos posteriormente aos dez anos de lançamento da revista, ao lado da propagação das questões afiliadas às representações, às linguagens e à temática ambiental<sup>116</sup>, essa última com interfaces ora com questões éticas, ora envolvendo o escopo da representação, juntamente com a questão urbana que, apesar de ser lançada desde o início, fica dormente até expandir quando da sua associação com as artes de modo geral.

### **3 Representações enlaçadas em palavras-chaves de teses em Geografia: escolhas, compreensões e os interstícios do campo**

Já destacamos, anteriormente, com apreço especial para as nossas leituras das entrevistas com os geógrafos, as contingências pelas quais também produzimos representações na empreita científica (PLUCIENNIK e DREW, 2000). Assim, remetemos as eventualidades das inter-relações entre o pesquisador, as estruturas, as relações intersubjetivas. Apesar dessa possibilidade, de modo algum se resolve, numa síntese, a atenção para não linearidade (FOUCAULT, 2009) e a ideia de paralaxe (ŽIŽEK, 2008), isto é, as lacunas em que diferentes tomadas de um objeto não podem encontrar-se numa síntese, mediante a sua própria incongruência. Dessa feita, o nosso alerta na abertura do tópico é que antes de uma compreensão

---

<sup>116</sup> Os aspectos que pontuamos dizem respeito às publicações que encontramos na Revista. Por outro lado, se observarmos o texto de Mathewson e Seemann (2008), quando argumentam sobre as contribuições da Escola de Berkeley (em especial Carl Sauer) para a figuração de uma “História Ambiental”, percebe-se que a perspectiva é bastante complexa, envolve uma ecologia da paisagem, transformação humana da paisagem, domesticação de plantas, etc., bem como, uma rica aproximação com a Arqueologia em suas práticas de campo.

generalista, a ideia é a apresentação de escolhas, a interpretações refletidas por tensionamentos e, por fim, os interstícios, o convite ao leitor em se situar-se forma autônoma em relação a essa compreensão exposta (FOUREZ, 1995).

Na construção compreensiva das teses, procurou-se abarcar em que medida as teses buscadas por meio de pista se entrecruzavam, teses repetidas em outras expressões chaves, quais eram as aproximações teóricas e seus cercos temáticos. Por conseguinte após a montagem de um banco de dados das teses, realizou-se um agrupamento em termos de áreas relacionadas com temáticas. Das temáticas representativas das “áreas”, efetuemos leituras de resumos, às vezes das teses na íntegra, isto é, dos trabalhos que expressavam uma espécie de “tese síntese”. Angariou-se algo que já havíamos considerado na fase exploratória da pesquisa, encontros entre uma linha de percepção, cognição e humanismo. Muito embora Serpa (2005) considere a percepção como apreensão relacionada, há um objeto próximo e a cognição delineada numa apreensão intelectual não arraigada ao objeto aparente e que, portanto, fundamenta uma estrutura da representação social, decorrentes das percepções (experiências) ambientais, ancoragens cognitivas, socialmente construídas e mediadoras de representação.

Das teses autoidentificadas com o “Termo de busca — Humanista” que se configuram no total de 117, a problemática ambiental, seguida pelas relações entre ensino de Geografia e/ou de “alfabetização” cartográfica, fundamentam um eixo central dessas discussões. Já de forma mais pontual, temos um arranjo de trabalhos que abordam o humanismo nas articulações com métodos hermenêuticos e fenomenológicos e, nesse caso, certas tendências para discussões epistemológicas e de história do pensamento geográfico. Também foi interessante observar uma relação entre Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e a discussão do “patrimônio cultural”, atinentes à expressão humanista (o que em um primeiro momento não combina). Ademais, há temáticas como “Geografia Médica” e/ou da saúde, questões urbanas, migrações, Geografia e cinema, dentre outros temas que expressam uma periferia das questões centrais compreendidas nas teses humanistas.

Em conluio com nossas questões de tese, que vislumbram explorar as ações dos grupos e/ou redes na articulação com os sujeitos/geógrafos e os discursos

geográficos, a pesquisadora Salete Kozel Teixeira (UFPR/NEER) figura de forma peculiar: como aluna de pós-graduação tem a defesa da tese no ano de 2001 “*Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba: a "Capital Ecológica"*” no Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da USP, sob a orientação de Maria Elena Ramos Simielli, essa tese é vinculada a questão da percepção. Já em 2011, Kozel orienta a tese “*Representações da Paisagem no Parque Nacional de Superagui: a Homonímia Sígnica da Paisagem em Áreas Protegidas*”, defendida por Helena Midori Kashiwagi, na UFPR, essa tese no banco de dados de teses da CAPES é vinculada a expressão Geografia Humanista.

O trabalho de Kashiwagi (2011) é representativo do núcleo das teses integradas aos termos de uma Geografia Humanista. No próprio resumo da tese existe uma autoidentificação da mesma como Humanista-Cultural. Não obstante, a construção de uma cartografia não convencional, atrelada aos mapas mentais, dá suporte à investigação das imagens sígnicas construídas por membros de uma comunidade tradicional (Barbado) que está inserida na área de um “Parque Ambiental”. Tal empreitada vislumbra uma contribuição não convencional para o planejamento e as políticas ambientais. Enfim, esse trabalho sintetiza a preocupação de uma discussão ambiental em que os sujeitos compõem a construção do ambiente, mas também o apreende pela representação e, de outro mote, a tese representa parte dos discursos do eixo humanista pelo enlace com a representação cartográfica, validada por uma construção não cartesiana.

A tese de Kashiwagi (2011) referenda outras duas questões: uma primeira em relação ao aspecto que já demonstramos na tese, relativo a desafios enfrentados por determinados pesquisadores, os quais, na medida em que se consolidam programas de pós-graduação em Geografia em suas instituições de trabalho, passam a representar certa abertura para trabalhos que fogem uma lógica consolidada de uma tradição do fazer geográfico, isto é, de uma cientificidade ancorada somente na racionalidade. Um segundo aspecto é o reforço entre os enlaces das expressões percepção, cognição e representação no primado de uma “Geografia Humanista”, pois, se Serpa (2005) confere a percepção como parte de uma experiência sensível atinente a uma externalidade e a cognição como uma construção mais do intelecto e estruturante da representação, o artifício do mapa

mental comporta enquanto “produto final” essas três dimensões, na medida em que é uma intelectualização atinente à uma experiência sensível e, finalmente, uma representação estruturada pela acomodação e ancoragem dos aspectos sociais na experiência do sujeito. Enfim, cabe ressaltar que na leitura dos resumos das teses que enfocam as questões humanista-culturais enredadas pelas questões do ambiente, aproxima-se de um habitat/lar, e

Habitar implica mais do que morar, cultivar ou organizar o espaço. Significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza, ver a vida da pessoa como apoiada na história humana e direcionada para um futuro, construir um lar que é símbolo de um diálogo diário com o meio ambiente ecológico e social da pessoa. (BUTTIMER, 1982, p.166)

Cinco universidades fazem frente nessa linha de abordagem, respectivamente a USP e a UFRJ, seguidos por UNESP de Rio Claro, UFPR e UFF. Se em certas circunstâncias a tese de Kashiwagi (2011) representa um enlace entre percepção e representação no âmbito de uma discussão ambiental, a tese “*O estrangeiro no mundo da Geografia*” de Angela Massumi Katuta, defendida na USP, no ano de 2004, também sob a orientação de Maria Elena Ramos Simielli, é compreendida como um exemplo mais direto da articulação com o debate do ensino geográfico, em que a autora abarca que uma concepção de espaço cartesiano-newtoniano fundamenta uma linguagem que promove um ensino de geografia balizado pelas ausências do sujeito e de articulação de significados em relação ao “conteúdo” promovido.

Nesse mote, se por um lado há teses atreladas a cognição que se repetem nas “chamadas” humanistas, existe também uma tendência de atrelamento da discussão de “Geografia Comportamental” no crivo da questão cognitiva. Não obstante, esses são dois tipos diferentes de ligação. A primeira já destacou no primado de representações, e com certas nuances da percepção ambiental, angariadas de forma privilegiadas nos discursos da educação geográfica. Essa segunda tendência é bem específica e se funde numa concepção naturalista e biológica da cognição, especificamente na discussão do “cérebro” e, a exemplo, a única tese que fora identificada na seara comportamental intitula-se: “*Mapas*

*cognitivos de primatas: análise de movimentos e rotas de Cebus nigritus*” apoiada por sistemas de informação geográfica, de autoria de Andrea Prezotto e defendida na USP, em 2009, sob a supervisão do geógrafo José Bueno Conti.

Na mesma toada de correlações, as teses que se vinculam diretamente com a chave de busca cognição e Geografia, em sua maioria, correspondem à discussão cartográfica de forma mais incisiva. Diferente da relação anteriormente relatada sob o “Ensino da Geografia”, pois, nesse viés, a ideia humanista reverbera nos sujeitos leitores de mapas, suas cartografias pessoais e respectivas intersecções.

Sem forjar uma ideia de pessoalização dos discursos, essas linhas de conexões e afastamentos de muito ilustram as primeiras preocupações de pesquisas angariadas por Livia de Oliveira, do mesmo modo que referenda o nosso argumento de um tensionamento entre discursos que visam a promover mudanças, mas que se estabelecem diretamente no tensionamento (fronteira) e, por vezes, no diálogo com uma tradição do fazer geográfico.

Outro aspecto inerente a algumas teses autoidentificadas como humanista diz respeito ao diálogo com os sistemas de informações geográficas (SIG). No caso humanista, vem acoplado com a problematização e/ou representação de possíveis patrimônios culturais, de tal modo que sinaliza um encontro pretérito entre o humanismo e uma discussão geográfica sustentada por modelos espaciais, os quais são, em determinadas instâncias, tipos idealizados de representação do espaço. Todavia, desse feitio, são delineadas expressões de conteúdos simbólicos, valores, dentre outras formas de atribuir sentidos. Isso se desvincilha de qualquer relação com o neopositivismo, pois as questões dos SIGs referendadas como maior intensidade entre as 174 teses vinculadas à expressão “Geografia Social” não remetem a quantificações, mas relacionam o SIG como um eixo importante na figuração metodológica para um planejamento de ordenamento do território, vinculados às questões como desenvolvimento sustentável e ao temário ambiental.

Aquilo que é nominado como Geografia Social, em largo itinerário, são recomposições de temáticas tradicionalmente pesquisadas sob a guarita de uma Geografia Humana, agrupado a discussão urbana, política e agrária em cerca de 50% das teses enlaçadas nessa expressão. Todavia, são expressivas teses que guardam estrita relação com as discussões territoriais e os saberes tradicionais, os

quais já foram salientados neste trabalho quando das leituras dos projetos de pesquisas. Vide, por exemplo, a tese de Eduardo Schiavone Cardoso, intitulada “*Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social*”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da USP, em 2001, sob a orientação do geógrafo Gil Sodero de Toledo. Essa tese seria tipicamente um trabalho de Geografia econômica. Inclusive, tem um capítulo exclusivamente sobre o setor pesqueiro, em que a própria discussão econômica por setores produtivos tem sido criticada na contemporaneidade. Mas a tese, na nossa compreensão, fora vinculada à “Geografia Social”, por um lado, pelas palavras-chaves “movimento social” e seguidamente pela reportagem relacional entre o “ser pescador tradicional” e seu enredamento no mundo mediado pela construção especial de conhecimentos da natureza (vernacular).

Há, nas teses de Geografia Social, um rearranjo de uma “Geografia Crítica” para o desenvolvimento de trabalhos críticos que deslocam a preocupação com a justiça social para a eficiência da política, mais aos moldes de uma filosofia pragmática, uma política do *ordenamento do território*<sup>117</sup>, tal qual projetos liderados pelo Estado. Outra tendência é a compreensão do saber vernacular.

Muito embora, por ser um programa de pós-graduação relativamente antigo, ter um grande corpo docente e pela constituição de dois programas de pós-graduação em Geografia, a USP lidera com grande número de teses na expressão de Geografia Social, por outro lado, em segundo lugar, efetiva-se a Fundação Universidade Federal do Sergipe, na qual orienta teses a geógrafa Maria Geralda de Almeida, figurando como a principal orientadora de teses dessa expressão. Também nos chamou a atenção que vários pesquisadores que compõem a Rede NEER desenvolveram suas teses de doutorado na USP, vinculadas com a expressão “social”.

Já os SIGs atrelados nas ideias de “Geografia Social” configuram instrumentos de ordenamento do território, no enlace com saberes tradicionais, ressoando que em alguns casos delineiam-se *saberes* a partir dos sistemas de

---

<sup>117</sup> Rückert (2007) qualifica a política do ordenamento do território brasileiro em contraposição ao projeto geopolítico de integração nacional, balizado na tese da segurança nacional. O ordenamento do território implicará numa racionalidade espacial que busca reduzir as desigualdades sociais, mas valorizando as diferenças regionais. É a valorização das diferenças a nosso ver outro dos enlaces entre as perspectivas que estamos abordando.



informações geográficas. Por outro lado, os saberes efetivamente de acordo com a “resenha” efetivada por Claval (2011) de Collignon (1996), a despeito dos saberes dos esquimós, ressaltam a fundamentação mais em experiências compartilhadas que efetivamente em conhecimentos verbalizados (técnicos). Essa observação, em nosso entendimento, reside nas expressões de pesquisas das autoidentificações culturais numa vasta teia de chaves de buscas e, ao mesmo tempo, a nós se manifestam coerentes justamente no enlace das inovações das pesquisas, das teses, justamente no âmbito do esforço operacional em dar visibilidades, acessar esses conhecimentos dos outros. Nisso, uma plêiade de temas, aparentemente consagrados na Geografia Humana, são transferidos para uma Geografia Social, Humanista-Cultural, nos esforços compartilhados de técnicas de pesquisas inovadoras — especialmente qualitativas, assim como por esquemas teóricos menos ortodoxos.

Embora identifiquemos nos textos angariados no Periódico *Espaço e Cultura* e desse mote nas apreensões concebidas pelo NEPEC a ideia de uma Geografia Cultural Renovada, Nova Geografia Cultural, essas expressões têm ressonância na USP com grande correspondência com as questões dos saberes dos outros.

A tese “*Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*” (2001), produzido por Maria Inês Martins Ladeira, refere-se ao espaço geográfico, articulado às questões/saberes ambientais, sociais, fundamentados num modo de ser no mundo do grupo indígena, angariando símbolos, dentre outros aspectos compreendidos como compositores de expressões culturais. Se já destacamos mapas mentais, cartografias sociais, dentre esforços operacionais, no trabalho de Ladeira (2001) reverbera outra nuance geral a qual destacamos como esforços teóricos não ortodoxos, nesses aspectos representados pela articulação de mais de um conceito geográfico nas compreensões, vide a provocação conceitual entre território e espaço, concepção de lugar e espaço vivido, acrescidos do debate da tradição, memória e, ainda, a dinâmica territorial — articulados num apanhado etnográfico do grupo indígena.

Por outro lado, as teses vinculadas à expressão “Geografia Cultural”, de fato, apresentaram uma grande dispersão de instituições de origens das teses, assim como expressaram significativo número de textos em que o termo “cultura” é

vinculado desde os títulos dos trabalhos, a exemplo, *“Alto-médio São Francisco e o estudo da cultura reconhecida pela população local”*, de José Henrique da Silva Júnior (2010), defendida na Universidade Federal de Minas Gerais. Nessa tese, debate-se uma acepção de cultura local, como uma nuance performática de identidades, hábitos e costumes. Do mesmo modo, são enfatizadas as fragilizações das “culturas autóctones” mediante os processos de modernização.

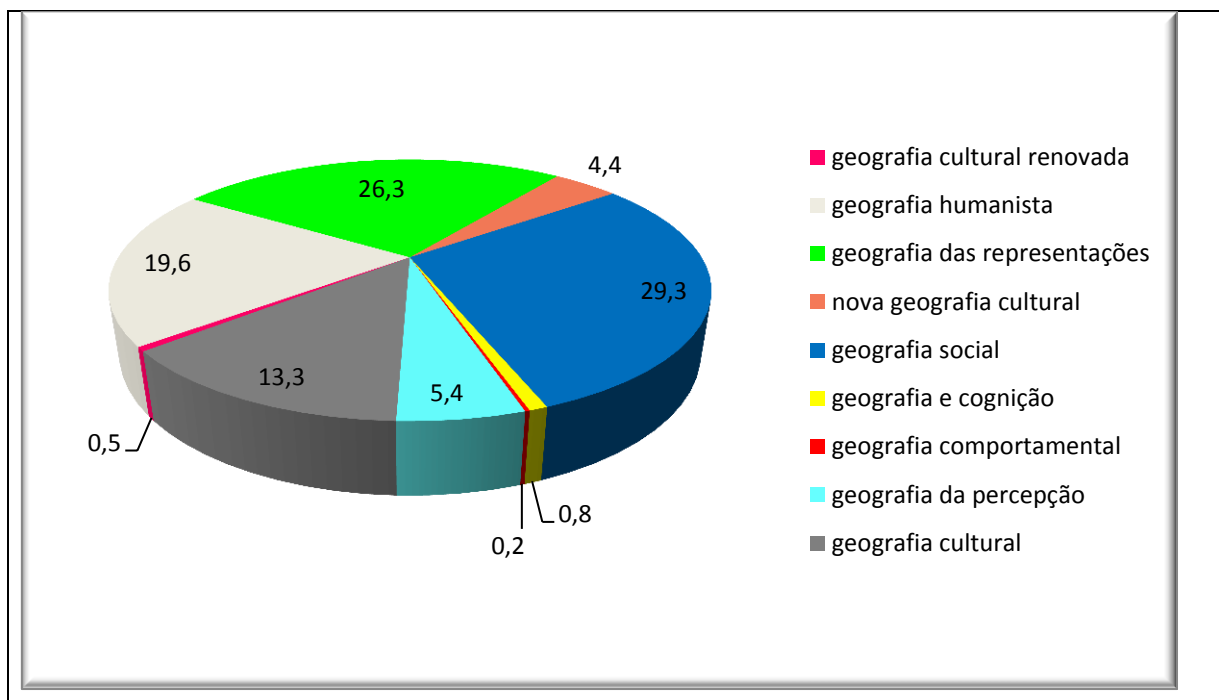
*“Paisagem e lugar como referências culturais – Ribeirão da Ilha – Florianópolis”*, de Soraya Nór (UFSC, 2010), fundamenta a concepção de paisagem e lugar, provindos de uma herança cultural, atrelados a um patrimônio, articulado à memória e às identidades. Um terceiro exemplo de tese “cultural” é a *“A paisagem como representação espacial: a paisagem vitícola como símbolo das indicações da procedência de vinhos das regiões Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo do Sul (RS)”*, de Ivanira Falcade defendida na UFRGS, em 2011. A paisagem é compreendida pela representação espacial de uma imagem vitícola e, ao mesmo tempo, constituindo um símbolo espacial, uma regionalidade dos vinhos. Noções de cultura são atreladas à tradição e à modernidade na produção dos vinhos e também fundamentam identidades atreladas aos parreirais e à atividade de produzir vinhos, esses, fundantes das paisagens vitícolas.

Já nas teses autoidentificadas com as “representações”, há uma articulação referente à cultura como expressão de valores, signos que compõem as representações sociais. Não obstante, esses valores compartilhados e ancorados nos sujeitos são fundamentados em territorialidades, memórias de cunho espacial, às vezes constitutivos de tradições. Essas teses, atinentes às expressão “Geografia das Representações”, são fiéis às recomposições do debate espacial em suas nuances territoriais, as quais identificamos nos Projetos de Pesquisas da Pós-Graduação, ancorados nas discussões das dinâmicas socioespaciais.

Serpa (2005) comenta que “os espaços das representações preocupam-se com os espaços percebidos e vividos [...] o espaço percebido e espaço concebido, é o lócus dos processos cognitivos e das representações sociais” (p.222-225). Então, podemos perceber que nessa apreensão de Serpa (2005), fundada na compreensão da produção social do espaço de Henri Lefebvre (1901-1991), que as representações espraiam-se em grande parte das enunciações “mapeadas” nas

teses, e, sobretudo, a ideia de produção do espaço geográfico compõe-se privilegiadamente no rol de sua concepção, ou seja, a produção espacial intencional e integrada na ação material, em que a representação também é fundante do material.

Vejamos como se configura o agrupamento por “áreas/chaves de buscas”:

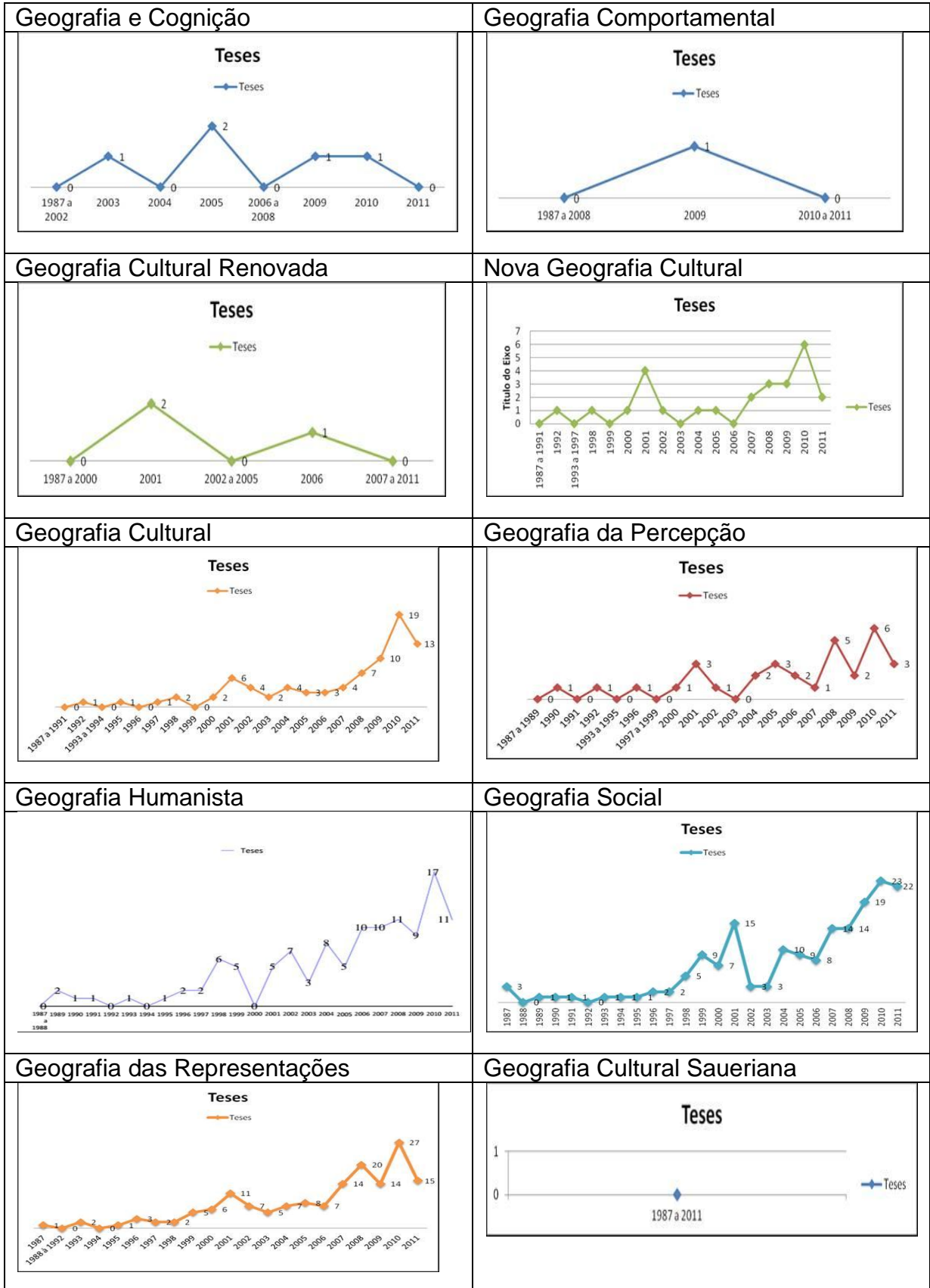


**Gráfico 3 – Percentual de Teses por Chaves de Buscas**

Fonte: Banco de Teses Capes – 1987-2011

Levantamento e Elaboração: Everton Miranda (2012)

Das 594 teses delineadas por nossas chaves de buscas, ressaltamos 29,3% identificadas como Geografia Social e, acrescidas de 26,3% vinculadas à Geografia das Representações; essas já perfazem mais de cinquenta por cento das teses. Cognição e Comportamental ocupam em torno de 1% e a Geografia Humanista e as “Geografias Culturais” dividem algo próximo de 19%. Valendo-se que essas chaves / “rótulos” foram por nós pinceladas, no âmbito da própria literatura geográfica, dado as sobreposições, os encontros que identificamos nas teses, mesmo que em autoidentificações distintas, nossa compreensão é de que essas expressões constituam enunciações, das quais levantamos de suas superfícies de aparecimentos.



**Quadro 8 – Movimento temporal das teses de acordo com as chaves de buscas – 2012**

Fonte: Banco de Teses Capes – 1987-2011. Levantamento e Elaboração: Everton Miranda.

Dentre o movimento das áreas, é visivelmente importante a repercussão das teses após os anos 2000. Muito embora esse movimento temporal corresponda a uma maior universalização dos cursos de doutorados no Brasil, não se pode escamotear que a USP compõe um dos mais antigos programas e, nesse caso, ressaltamos que a USP lidera todas as chaves de buscas por nós elencadas como maior número de teses defendidas. Por outro lado, as chaves que mais concentram teses, representações, humanistas, cultural e social correspondem, também, às áreas de maiores ocorrências de teses fora da ciência geográfica. Esse dado também indica que o movimento da Geografia corresponde a um movimento mais amplo da própria ciência.

Embora o objetivo não seja classificatório, cabe retornar ao título do capítulo em tela: “Representações das enunciações culturais em teses e no Periódico Espaço e Cultura”, isto é, a construção representacional de um movimento que de algum modo possui confluência com as ideias de abordagens culturais em Geografia. Dessa forma, percebeu-se uma agitação intensional no “Periódico Espaço e Cultura” (capitaneado pelo NEPEC), no sentido de “fundar referências teóricas” (epistemologia) para alicerçar a construção de uma “Geografia Cultural” no Brasil. Para a empreitada, são publicados desde textos de Carl Sauer (1889-1975), como representante de uma “Geografia Cultural Tradicional”, passando por questões atinentes às representações e às “revisões bibliográficas” de autores identificados como humanistas.

Assim, sobrepondo esse “projeto epistêmico” com as teses de doutorado infere-se que as questões humanistas, por exemplo, articuladas à percepção e à cognição (ver Quadro 8) constituem-se em uma seara investigativa com uma presença constante nas produções das teses em Geografia. Todavia, as teses possuem fortes relações com questões de ensino geográfico e cartografia, no mesmo compasso são marcantes os trabalhos da percepção ambiental, essa segunda questão desponta também no final da primeira década dos anos 2000 na Revista *Espaço e Cultura*, porém com outras referências teóricas.

Já sob um “rótulo” de “Geografia Social” foi assinalada uma expressiva produção de teses na USP, sendo que dos 27 pesquisadores membros do NEER (em 2011) 07 haviam defendidos teses na USP e curiosamente 04 professores com

doutorados realizados em instituições estrangeiras. Já as teses em que se identificaram como “Geografia Cultural” constituem um movimento mais recente e ao mesmo tempo presente nos debates das paisagens culturais e linguagens, mais próximo do temário propagado pelo Periódico *Espaço e Cultura*.

Em geral, concebeu-se a confluência de esforços para pesquisas qualitativas em que as ações investigativas são associadas com tentativas de diálogos com os sujeitos investigados, ainda que pese a baixa exploração dos contextos dos saberes, a reflexibilidade e a posicionalidade do pesquisador. Esses sujeitos pesquisados compõem grupos minoritários, etnias específicas, comunidades tradicionais, etc., presentes frequentemente nas teses identificadas com a “Geografia Social”. E são justamente esses sujeitos “não mapeados” que protagonizam os últimos artigos analisados de *Espaço e Cultura* (final de 2010), figurando também como trabalhos que possuem mais lastros com a pesquisa de campo, entrevistas, dados empíricos, etc. Com isso, identificam-se caminhos aparentemente distintos, mas que de algum modo começam a se interseccionar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou refletir sobre os modos como se efetivam processos de autoidentificação das abordagens culturais na Geografia acadêmica brasileira. O argumento que lastreou o exercício compreensivo circundante às “nomações culturais” involucra questões científicas, político-científicas e, ao mesmo tempo, os sentidos conferidos ao fazer geográfico pelos sujeitos pesquisadores, configurando-se numa fronteira (paralática) entre uma ideia estrutural (campo), as práticas e representações científicas dos geógrafos. Tal jornada foi orientada pelos *questionamentos específicos, tais como* a preocupação de como se deram as tensões que resultaram na nomeação da produção “científica geográfica brasileira” enquanto Geografia Cultural; quais os elementos epistemológicos e metodológicos que caracterizam as diferentes redes/grupos da produção científica cultural e quais as relações estabelecidas entre os sujeitos pesquisadores das perspectivas culturais e o campo científico consolidado na Geografia brasileira no processo de autoidentificação.

As investidas operacionais abarcadas pelas *leituras sistemáticas* dos Projetos de Pesquisas do “Corpo Docente” da Pós-Graduação em Geografia no Brasil (CAPES, 2007-2009), das Teses de Doutorado em Geografia (CAPES, 1987-2012) e dos artigos publicados no Periódico Espaço e Cultura (UERJ/NEPEC, 1995-2011) são fontes representativas do campo científico (BOURDIEU, 2004), isto é, fontes de pesquisas enredadas com aspectos qualificadores de cientificidade. Ao mesmo tempo em que os agentes e as instituições estão inseridos no campo, produzindo e difundindo a ciência, as jornadas de entrevistas com pesquisadores geógrafos, priorizando a maneira como esse campo constitui-se e é modificado.

Embora sejam frisados aspectos estruturais na construção teórica da acepção de campo científico, não se buscou configurá-lo tal a um modelo “panóptico” em nosso trabalho de compreensão que remete ao título da tese. Ao reverso, o campo científico constitui-se em uma referência, no movimento da tese em que se identificaram nuances geográficas do/no campo, assim como manifestações espaciais do mesmo, vide os arranjos espaciais internos ao campo, as inter-relações

entre pesquisadores, instituições, suas obras e regras de produção científica. Também na imbricação das posições relativas, nas quais os geógrafos se posicionam no mundo, acrescidas das interposições entre esses pesquisadores e os outros sujeitos sociais investigados em seus respectivos trabalhos acadêmicos, ou seja, nas publicações em que se manifestam a *produção do espaço pelo geógrafo* (ESCOLAR, 1996). Assim, com base nos projetos de pesquisas vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil, frisam-se os “espaços” de acontecimentos das pesquisas ancorados nas instituições, donde as questões culturais, ainda que periféricamente, marcassem presença em 75% dos cursos de pós-graduação da Geografia brasileira.

Os detalhes anteriormente delineados, ao mesmo tempo em que eram diagnosticados nos processos de pesquisas, foram também incorporados na composição da tese; exemplo ilustrativo são os tratamentos dados para os discursos proferidos pelos sujeitos pesquisadores em entrevistas, simultaneamente apreendidos como fonte e “referência autoral”, procedimento fundamentado nas ideias de “reflexibilidade” e “posicionalidade” do pesquisador. Válido lembrar que, para a concessão das entrevistas, houve a necessidade de se explicar sucintamente a pesquisa de tese em sua globalidade. Assim, em muitos casos, os discursos proferidos tiveram o caráter de uma espécie de “recado” para os pares, uma enunciação para o próprio campo, não raro são trechos de entrevistas em que o entrevistado faz referência à própria pesquisa de tese (em evidência) na constituição de suas respostas. Assim, a análise discursiva efetuada coaduna com as ideias de Gill (2008), ressaltando que o conhecimento não é “dado”, mas produzido dentro de uma contextualidade socialmente ligada às ações práticas.

As diferentes incursões operacionais também foram angariadas no movimento de *triangulação* (JOVCHELOVITCH, 2008) enquanto tática de validação metodológica e de qualificação das fontes e resultados. Desse modo, relatam-se possíveis conexões inerentes a esses caminhos aparentemente díspares. Dos projetos de pesquisas, tínhamos a ideia que, de algum modo, os mesmos promoveriam tendências para a produção de teses<sup>118</sup>. Contudo, essa

---

<sup>118</sup> Salientando que a temporalidade da produção das teses difere dos projetos, bem como os projetos correspondem a um período em que se possuem mais cursos de doutorados, muito



assimetria esperada não foi tão efetiva, a exemplo das discussões dos projetos de pesquisas em que as identidades são “per-formadas” nos territórios. Já nas teses, verificou-se uma forte presença da discussão da paisagem como elemento constitutivo da diferenciação social, isto é, de balizamento das identidades. Como os projetos correspondem a uma seleção vinculada às enunciações culturais, pode-se dizer que performam um “nicho” mais democrático para se efetuarem pesquisas, com maiores liberdades para os doutorandos em relação aos projetos de pesquisas de seus respectivos orientadores.

Em argumentos colhidos em entrevistas, alguns pesquisadores narram as dificuldades para se conseguir efetivar uma tese de doutorado com propostas de pesquisas atinentes a alguma nuance das múltiplas facetas daquilo que estamos qualificando como abordagens culturais. Assim, o atual professor-doutor envolvido em pós-graduação seria “mais flexível” em relação às propostas de pesquisas de seus orientandos. Por outro lado, também é relevante o número de teses defendidas em instituições com pós-graduações mais antigas, nas quais o pesquisador autoidentificou seu trabalho com alguma correspondência às nossas chaves de buscas e, posteriormente, o geógrafo é visualizado como orientador de teses em perspectivas similares. Esses exemplos são úteis para demonstrarmos como as escolhas individuais acabam tensionando aquilo que, supostamente, está hegemonizado no âmbito institucional em termos de concepção de pesquisa em Geografia.

Também repercute nas teses angariadas como “Geografia Cultural” uma proximidade com os artigos teóricos da Revista *Espaço e Cultura* em que há discussões afinadas entre paisagem geográfica, tal qual expressão da cultura referente às ações humanas, ao mesmo tempo em que a paisagem como presença figura um importante elemento na formação de sentidos ou na atribuição de valores aos objetos em seus ordenamentos espaciais.

Das teses cujas expressões de buscas obtiveram maiores valores, respectivamente Geografia Social (174 teses) e Geografia das Representações (157 teses), destacou-se uma grande proporção de teses relacionadas ao mesmo termo de busca em outras áreas do conhecimento. Todavia, a relação foi inversa entre os

termos “Social” e “Representações”, fator que qualificamos como acompanhamento de um movimento mais amplo da ciência no *corpus* da Geografia. Essa questão também reflete numa amplitude de diálogos (citações) com autores de outras ciências humanas detectados nos textos de teses, artigos analisados e, até mesmo, elencados pelos professores em entrevistas.

No próprio texto em tela, recorreram-se às citações e referências de outras áreas do conhecimento. Não obstante, tal artifício foi utilizado principalmente em obras em que identificamos fortes aproximações com a Geografia, como, por exemplo, a discussão de “espaciologia” promovida por Araujo (2003). Acrescenta-se que essas estratégias de leituras estão afinadas com a proposta de Suertegaray (2003), denominada de “trânsito”, na qual se delineia a importância de se colocar no lugar do outro, buscando uma compreensão ampliada do horizonte da sua disciplina.

Na própria análise bibliográfica efetuada na tese, seja nos artigos da Revista *Espaço e Cultura* ou nas referências que acompanham a tese, percebe-se um apreço especial na ciência geográfica pela discussão conceitual (espaço geográfico, território, lugar, paisagem, região, escala, redes, etc.), pelos debates dos métodos de abordagem e, em menor quantidade, reflexões sobre categorias científicas. São menos expressivos ainda os trabalhos voltados para os “modos operantes” da ciência. Nesse ínterim, travaram-se diálogos com as redações de autores como Bourdieu (2004), Foucault (2009), entre outros.

Também foi expressivo nas teses e nos artigos verificados o número de esforços em torno de técnicas de pesquisas qualitativas, como entrevistas em profundidade, mapas mentais (embora os mapas mentais tenham sido concebidos como metodologia em alguns casos), entre outras orientações, por vezes casadas com estratégias de pesquisas como pesquisa participante, “pesquisação”, etc. Essas incursões, em geral, perseguem a ideia de dar visibilidade às “vozes, percepções” e outras expressões dos agentes sociais imbuídos nas pesquisas delineadas. Destarte, nesses modos de autoidentificação com as questões culturais, compondo com uma tradição teórico-metodológica na Geografia, aparece a preocupação mais direta com os modos de se fazer pesquisa e suas prováveis especificidades na ciência geográfica.

Contudo, dos 138 artigos analisados em *Espaço e Cultura*, em apenas seis

artigos são explorados a “contextualidade” da produção dos dados tomados como referência na análise. Também foram poucos os artigos (nove) em que se efetuam reflexões sobre a posicionalidade do pesquisador na produção da compreensão investigativa. Nesse caso, analisávamos três possibilidades: a partir de si (pesquisador); a partir de si/realidade representada; e por meio da visão dos sujeitos estudados. Em ampla maioria, a representação científica é sustentada no pesquisador. Outro elemento importante observado foi a “reflexibilidade”, isto é, se o pesquisador tensionou, ou mesmo criticou as teorias enunciadas, a partir dos sujeitos sociais componentes de sua pesquisa. Nesse caso, em cinco artigos, houve “confrontos” entre as teorias científicas e os saberes sociais. Embora se tenha destacado na tese um grande coeficiente de artigos inclinados para epistemologia e “estados da arte” na composição da Revista, ou seja, trabalhos de caráter mais teórico, identificamos a presença de sujeitos sociais em 48% dos artigos publicados. Todavia, creditamos a baixa reflexibilidade aos modos em que esses sujeitos são “construídos” nas pesquisas e conseqüentemente nas publicações, ou seja, são tomados através de uma concepção institucional, cujo exemplo mais significativo foram os textos em que se exploram as questões religiosas; os sujeitos se configuram enquanto “os judeus, os católicos, os romeiros, etc.”, compondo-se de identidades “genéricas” ao oposto de concepções performáticas, construídas e reelaboradas constantemente pelos sujeitos que experienciam e significam essas denominações apriorísticas.

Acrescentando os trabalhos que estudam a Geografia no cinema, na música (e a Geografia dessas expressões), entre outras nuances que agrupamos como linguagens, pondera-se como um grande desafio a articulação entre todas as prerrogativas teóricas que arrolamos na tese (especialmente no segundo capítulo) e a *eficiência* em chegar-se numa “Geografia das pessoas comuns”, cujos esforços destacados, em termos de abordagens qualitativas, linguagens compreensivas e a exploração do imaginário, por vezes onírico (especialmente na música e na literatura), fundamentam importantes elos entre as enunciações consideradas na construção da tese e, especialmente, na constituição dos “espaços” de relações e fundamentação de sentidos naquilo que foi comunicado por meio de nossas fontes e dados.

Disso, nossa escolha em procurar esses debates em dez expressões, tais como Cultural, Cultural Renovada, Humanista, Social, Representações, etc., pois, se de um lado, essas abordagens possuem sintonias com os discursos efetuados pelos sujeitos-geógrafos entrevistados para a tese, suas opções de pesquisas e sentidos de Geografia inscrevem-se como uma crítica aos procedimentos sustentados nas estruturas, em modelos, nas interpretações macro econômicas, nos fluxos, entre outras formas de captação indireta do humano. Por outro lado, especialmente na leitura dos artigos de *Espaço e Cultura*, observou-se a objetivação da experiência humana na Terra, por meio de representações cunhadas nas religiões, na “cultura”, nas etnias, nas festas, músicas, entre outros temas em que se “revelariam” essências das humanidades.

Alongou-se na tese a “estratégia de escrita” de *seguidas explicações internas*, detalhes, a exemplo do processo de construção da tese (capítulo inicial), do projeto e dos mecanismos de operacionalização, interpretação de dados, etc. Em parte, são imbricações com os próprios fenômenos, as pesquisas qualitativas, as linguagens compreensivas, dentre outras características propagadas anteriormente de outro vértice. Um desafio foi o de aceitar a “si mesmo” e, ao mesmo tempo, desvincular-se de um mero relato pessoal. Entretanto, se optamos por vislumbrar os sujeitos como importantes compositores dos modos como se dão as auto nomeações culturais, foi primordial delinear o sujeito que pesquisa, tal a construção dos sujeitos que “falam”, suas trajetórias e encontros. Destaque-se que as falas dos geógrafos, suas trajetórias foram também interpretadas como percursos constituintes de “coetaneidades” (MASSEY, 2008), tanto por meio da compreensão do espaço configurando uma multiplicidade de trajetórias, ou pelos encontros de distintas histórias. O tempo como movimento da história e o espaço como a coexistência do social, em que

[...] espaço como multiplicidade. E isto faz emergir o aspecto do espaço praticado, que é sua construção relacional, sua produção através de práticas de envolvimento material. Se o tempo se revela como mudança, então o espaço se revela como interação. Neste sentido, o espaço é a dimensão social não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade. (MASSEY, 2008. p. 97-8)

Esse aspecto foi importante nas trajetórias dos geógrafos, em seus fazeres de pesquisas, na medida em que incorporavam novos fenômenos de investigação, assim como averiguavam a necessidade de acrescentar em suas explicações científicas outras dimensões dos fenômenos. Esses recursos conceituais também foram recorrentes no rol das leituras dos projetos: na saliência de trabalhos envolvendo comunidades autóctones, próximas aos lugares de trabalho dos pesquisadores. A multiplicidade de trajetórias e encontros (MASSEY, 2008) soma-se à dimensão geográfica angariada por Gomes (2006a) quanto à localização relacional e multidimensional, em que se imbricam campo científico, escolhas pessoais e uma dimensão empírica da vivência do geógrafo e dos sujeitos das suas pesquisas.

Esses lugares também podem ser identificados num sentido mais figurativo, naquilo que Foucault (2009) elucubra nas regras de formação de um objeto. Nesse caso, são “paradigmáticas” as estratégias discursivas configuradas pelos geógrafos líderes do NEPEC, Corrêa e Rosendahl (1999, 2005, 2007, 2008), reforçado em entrevista por Zandra, quando defendem a formação de uma Geografia Cultural no Brasil, centrada em suas ações. Isto quer dizer, delimitando um regime de existência, uma superfície de aparecimento, promovendo uma rarefação, semelhante a uma política discursiva em que se estabelece o “verdadeiro”. Essa “tecnologia” discursiva acentua-se em um projeto editorial fundado numa estratégia de “difusão cultural”, constatado em nossas análises no Periódico *Espaço e Cultura*. Estratégias essas realizadas tanto pelos mecanismos dos aportes teóricos, quanto pelas propostas de agendas de pesquisas e “estados da arte”. Contudo, tanto autores vinculados ao NEER quanto Talasso representando o Grupo de Geografia Humanista Cultural se fazem presentes nas páginas da Revista e sobremaneira com textos que ora se aproximam das referências propagadas pelo NEPEC e ora se afastam. Desses movimentos, interpretamos tais como a constituição de uma tática (CERTEAU, 1996), dribles, astúcias, mediante uma prática de ordenamento.

Dentre as “revisões bibliográficas”, são marcantes as posições apontando que não seria uma novidade no discurso geográfico os aspectos relacionados à cultura, concebidos numa generalidade como aquilo que é “produzido pelo humano”. Porém, quando se passa a atribuir um nome “abordagem cultural”, “humanista-cultural”, entre outros sentidos e fronteiras, isto promove uma recomposição quanto às

concepções e formas de se conceber estes aspectos no rol das pesquisas geográficas e nas orientações teórico-metodológicas. Especialmente, é destacada uma tradição-empírica e material (Escola de Berkeley, lablachiana, etc.), para se requisitarem investigações de modo genitivo, observando-se fenômenos intangíveis, efêmeros, fluídos, etc. Já na leitura dos artigos publicados em *Espaço e Cultura*, majoritariamente exploram-se fenômenos de “natureza visível (tangível)”, baseados em longas periodizações, textos em que o aspecto privilegiado na abordagem é a forma-representação. Como forma-representação, qualificamos aqueles textos em que o autor remete a uma espacialidade que se expressa por uma forma-material, por exemplo, o espaço urbano concebido como aglomerado de edificações, etc., em que, no entanto, a mediação e acesso a essa forma são fundamentados em representações literárias, musicais, cinematográficas e afins.

Nesses interstícios, configura-se certa sutileza, ao reverso da busca por uma “definição” daquilo que seria Geografia. No objeto e método, há uma insistência em discutir o que seria “humano”. Incorre nesses “universos” as discussões da “natureza humana” do pesquisador. O exemplo da racionalidade do geógrafo, no ato de pesquisar e a consequência de suas explicações de mundo, curiosamente adevêm das preocupações geográficas com as lógicas racionais de localização, próximo às ideias modelísticas na Geografia. O modelo do “têmporo-geográfico da sociedade, de Hägerstrand” (PRED, 1982), por exemplo, traz algumas versões dos indivíduos nas lógicas dos seus deslocamentos e acessibilidade espacial e, ao mesmo tempo em que se associam a certos domínios estruturais da sociedade, mormente aos atributos físicos do espaço, há uma aparição do geógrafo no âmbito em que configura os modelos racionalmente sob as condições bio-antropológicas do conhecimento, em “o campo do conhecimento do conhecimento” (MORIN, 1996). Delineamos desdobramentos desses aspectos nas análises dos projetos preconizados em ações de pesquisas, investigações que priorizam as pequenas escalas geográficas ou as grandes escalas cartográficas (mapeamento), como alternativas dos geógrafos para se aproximarem efetivamente dos agentes, tal a relação entre indivíduos e sociedade (sistemas de ideias).

Também interpretamos como um dado “novo” as enunciações subjetivas, qualitativas, dentre outros pontos de vistas, interpostos a uma “tradição crítica”. Essa

questão é recorrente nos projetos investigados, principalmente em temáticas que envolvem lutas sociais e se preconiza uma práxis por meio dos planejamentos participativos e da propedêutica do desenvolvimento sustentável. Esses últimos aspectos, em termos conceituais, são relacionados com os territórios em que a “luta cultural” fundamenta controles pelas condições do existir. Na análise dos artigos, aproximam-se dessa seara textos que discutem o poder e os grupos sociais com maiores “forças” para perpetuarem suas marcas nas paisagens, assim como se identificou um desejo de conciliação nas falas proferidas pelos geógrafos entrevistados, equilibrando uma perspectiva crítica e a incorporação de métodos fenomenológicos e hermenêuticos.

Já nas teses, essa tendência (novo/tradição crítica) expressou-se de forma mais aguda nos trabalhos autoidentificados como “Geografia Social”, nos interstícios entre temas caros a Geografia, tais como as questões agrárias, políticas, econômicas e urbanas, angariadas em ideias de ordenamento do território. Ordem territorial, por sua vez, concebida na valorização das diferenças espaciais e na consideração de temáticas de pesquisas como saberes vernaculares, distinções de papéis sociais e representações de gênero.

Essa dimensão espacial de acontecimento das pesquisas, no rol dos projetos, com tendências conceituais para as abordagens territoriais, atrelou-se a uma visão social angariada na “política da diferença”. Esse entendimento político-científico de algum modo, articula-se nas transformações da Modernidade, especialmente dos mecanismos de poder que produzia a normativa disciplinar – racional balizada pela ciência, o Estado Nação e a escrita, mudando para a produção da diferença. Nisso, são considerados nos trabalhos (artigos, projetos, teses) as múltiplas racionalidades, apregoadas por lutas pelos territórios em que há enredamento dos sujeitos pesquisados nas investigações da Geografia. Todavia, tal acesso revigora-se na noção de novas operacionalizações das incursões científicas.

Essa discussão decantou em grande parte na problematização da dimensão cultural, por meio de temas que referenciam problemáticas identitárias. Se Berdoulay (2012) propõe o abandono das perspectivas essencialistas de cultura, teoricamente fundadas na relação orgânica entre espaço e “uma cultura”, para a adoção de uma “concepção reflexiva”, orquestrada na ação do sujeito, no “sentido de trabalho sobre

si, de tensão entre si e o mundo, enfim, de afirmação do sujeito” (BERDOULAY, 2012. p.120), de modo algum as associações entre grupos, comunidades e territórios, por exemplo, são essencialistas. As questões identitárias são vistas como inerentes à negação de um fundamento universal dos sujeitos e de natureza permanente. Realçam posições de sujeitos dentre círculos de intersubjetividades espacialisáveis, de formação dos nós e os outros (eles), por meio de dinâmicas que ressoam em plêiades singularizações e revelam facetas multi-identitárias de um “eu” particularista, em que o espaço é uma condição para os reconhecimentos, configurando-se uma constante reelaboração do 'projeto' de pensar e ser no mundo. Portanto, esse caráter relacional enaltece a questão política da problemática, residindo nesse aspecto partes fundantes dos projetos utópicos, ou das visões sociais de mundo refletidas pelos pesquisadores.

Nesse mesmo íterim, figurou a discussão das paisagens geográficas, delineadas por representações/linguagens literárias, cinematográficas, etc., preconizando um reencantamento com mundo na sua natureza humana, reconfigurando uma natureza conjuntiva, cuja “expulsão do paraíso” havia sido promovida pela Média Modernidade (MOREIRA, 2008). Por outro lado, especialmente na exploração dos “lugares de memórias”, expressos em paisagens, em referenciais arquitetônicos, tanto em projetos de pesquisas quanto nas teses, indicou-se uma associação entre turismo, tradições e patrimônio, por vezes como tentativa pragmática de resistência a movimentos preconizados como “globais” e – alternadamente – inserindo-se nesses processos/movimentos como “ator”, por meio da espetacularização da “imagem geográfica” em que a representação científica alia-se à maximização do efeito semiótico de venda e consumo.

Na mesma sintonia que destacamos os lugares dos geógrafos no mundo, suas pesquisas e empirias, relacionando teses e os projetos de pesquisas, são possíveis algumas correlações com os “espaços institucionais”. Ao passo que, na USP, produzem-se inúmeras teses sob os auspícios das ideias humanistas (1) e sociais (2), na primeira identifica uma participação importante da UNESP – Rio Claro, na segunda a FUFSE (Sergipe) teve um papel destacado, nesses exemplos é precioso detalhar que são instituições com cursos de doutorados antigos no país. Ademais, quando se move a leitura para projetos de pesquisas do triênio de 2007-



2009, existe um deslocamento prestigioso em relação às propostas de trabalhos com identificações autocentrada(s) nos “rótulos culturais”, pode-se afirmar que se trata de uma Geografia produzida no interior do Brasil; nisso é sintomática a afirmação de Gomes (2006b) de que a Geografia exige um envolvimento mais direto com o “terreno”, em que nessas pesquisas propagadas pelo interior do país haveriam uma potencializada empiria, em termos de diversidades étnicas, manifestações populares, religiosas, entre outros. Contudo, de modo algum, configura-se em um determinismo, mas na valorização do próprio “espaço de inserção” do pesquisador.

Juntamente com as questões conceituais, foi identificada, pela discussão escalar, certa preocupação epistemológica, fazendo frente a uma tradição crítica a qual, de algum modo, apregoava que os trabalhos de caráter local poderiam incorrer em análises alienantes. O enfrentamento escalar figurou na ideia do privilégio de inteligibilidade dos fenômenos, não em recorte de realidade. Obviamente, nesses casos, privilegiam-se os valores, os sentidos das experiências atacados pelos sujeitos, ao invés das nuances, da produção espacial, macros-agentes, economia mundial e meta-narrativas como forças explicativas.

Outro fato que se observou em parte nas entrevistas foram os apreços dos geógrafos pelas leituras filosóficas, o que evidencia um posicionamento dos geógrafos das autonominações culturais frente ao campo instituído na medida em que as leituras filosóficas se arrefecem na constituição da cientificidade, nas escolhas de métodos. Válido enaltecer que, dos grupos que investigamos, o Grupo de Geografia Humanista Cultural parece cultivar com certa frequência entre os membros as discussões fenomenológicas.

Por outro lado, geógrafos com capitais simbólicos, prestígios na corporação científica pontuaram, de algum modo, uma tendência para incorporar discussões referentes às subjetividades, emoções e afetividades na conformação espacial, na forma, na materialidade, equilibrando uma espécie de tradição com um discurso distinto.

Na paralaxe dessa discussão: um texto publicado na Revista *Geographia* (2010) – relativamente à transcrição de uma palestra da professora Dirce Maria Antunes Suertegaray, a autora, ao explorar vinte anos de grupo de pesquisas sobre

areais no Rio Grande do Sul, baliza na discussão metodológica, aponta a modesta conclusão: “o que fiz foram representações sobre areais no Rio Grande do Sul”, a partir da Geomorfologia e do materialismo histórico e dialético. É claro que a autora não está restringindo a “só isso”, quer dizer, adicionem-se contribuições à epistemologia da Geografia, discussões sobre a natureza na Geografia, trabalhos de campos, dentre outros diálogos, sempre arejados nos campos dos trabalhos de constantes pesquisas em areais.

Suertegaray (2010) admite que, embora não produzisse verdades, sequer pondera resultados, ainda que tenham acontecidos, etc., efetuou representações. “Pronto, Suertegaray (2010) foi, desde sempre, uma geógrafa cultural (sic)! (tipo de afirmação circulante em enunciações, dos corredores de eventos científicos. Por isso, grafado em texto com os traços dos coloquialismos)”. Em nenhum momento a autora identifica-se com esse rótulo; porém, admite que a representação faz parte de suas compreensões do espaço geográfico. Fundam-se a discussão do método e a compreensão do espaço geográfico articuladas a uma visão social de mundo e filosófica que rompe com a dualidade idealista, materialista, produzindo *conceitos mediações* (HAESBAERT, 2009).

Portanto, de modo algum, intencionou-se na tese distribuir rótulos para as produções científicas “das vozes” (GULLAR, 2005) do campo disciplinar, relacionar e qualificar. Identificou-se um grupo que assume nuances dessas nomeações, outros que revelam necessárias tais vinculações conforme as situações espaços-temporais e um terceiro nicho que rejeita completamente essa incursão. Também não se motivou fazer o papel de juiz de um cogitado embate. A priori, identificaram-se determinadas rotações em torno de “questões culturais” na Geografia, tentativas de paternidade/maternidade e de classificações das mesmas, assim como disputas veladas e/ou publicitadas (ver recados em entrevistas).

Trabalhos envolvendo questões da percepção, cognição foram localizados especialmente nas teses, decantados na “Geografia Humanista”, sendo que nas teses mais antigas, associam-se a percepção a uma ação sensível, primeiramente na Climatologia e na Cartografia. Posteriormente, a percepção é angariada nas discussões fenomenológicas, no debate ambiental e em discussões do ensino da Geografia e interfaces com a Cartografia. Já a cognição ressoa em trabalhos sobre

“alfabetização cartográfica”, com ênfase no “mapa”, em suas cores, legendas e outros elementos, ao passo que associação entre percepção, Cartografia e educação geográfica prioriza o sujeito leitor de produtos cartográficos (o educando ativo) e suas articulações com as “leituras d(e) o mundo”. Nesse último aspecto, reside um elemento que se articula com as outras enunciações já delineadas, isto é, a preocupação com o “outro”.

Nesse intervalo, destaca-se uma relação entre tradições e aproximações de discursos como parte integrante do movimento pesquisado, ou seja, em contraposição às visões paradigmáticas, à propagação de visadas diferentes que não são, em si, excludentes. Nas entrevistas, aparece uma vinculação por meio da dimensão cultural nos estudos, pelo viés de uma crítica a exacerbada racionalidade na Geografia e, nesses casos, “são citadas” as perspectivas humanista-culturais como possibilidades. Por outro lado, os diálogos de uma materialidade, sobretudo numa tradição marxista, revelaram-se profícuos, especialmente com as questões das representações, no sentido de acolher diretamente esses debates no rol de uma discussão do espaço geográfico, em que as ideias de cultura referendadas nas concepções de poder também enlaçam os (novos) trabalhos críticos.

Se do campo instituído realçou uma espécie(s) de constrangimentos, de forma paralítica, em escultura móvel, “criou-se”, como estratégia investigativa, uma espécie de super-sujeito, em que as coetaneidades, os encontros em pós-graduação fora do país, em encontros de pesquisas no Brasil, realçaram a necessidade de soma de esforços individualizados, com especial atenção para possibilidades outorgadas pelos encontros e acessos as informações multiplicadas pela Internet. Disso, na entrevista com Seleno, destacou-se a formação do NEER como uma rede que articula, pesquisadores então tidos como “outros”, os *não classificáveis*. Ou mesmo nas/das observações de Ferreira (2005) quanto ao encontro de “Geografia e Percepção Ambiental”, que homenageou Livia de Oliveira, evento em que se encontrará uma série de pesquisadores, dando origem, posteriormente, ao grupo de pesquisa em Geografia Humanista Cultural. Trajetórias de encontro (s) múltiplo (s) onde se vislumbram “iguais”.

Nas teses, há uma repercussão maior da ideia de paisagem, fenômenos que ajudam a atestar uma Geografia que seduz bastante os novos pesquisadores da

Geografia brasileira. As operacionalizações de pesquisas, tanto nos projetos como nas teses, além de reportarem a objetos como obra de arte, a fotografia, cartografia social, dentre outros, figuram, sobretudo, pesquisas qualitativas e fundem numa linguagem científica de ordem compreensiva, menos preditiva/normativa. A paisagem (e as paisagens) também é compreendida enquanto representação, mas articulada às imagens e às formas espaciais no âmbito que são as artes plásticas (pintura) os mecanismos privilegiados de suas apreensões.

Nas teses pesquisadas, vê-se abertura para cientificidade além da racionalidade, usos não ortodoxos de conceitos, etc. Por fim, essas questões enlaçadas por social, humanista-cultural, representações, cognição, cultural, foram as expressões colhidas nos debates, longe de um caráter classificatório, em buscar um oculto e as origens, pautamo-nos nas instâncias dos fatos constitutivos, seus lugares de enunciações, pelas permanências, singularidades e diferenças. Nesse lance, compreendeu-se que as expressões, as autonominações perfiladas constituíveis de enunciações, das quais a ideia de “abordagem cultural” é reconhecida ou vem constituindo um enunciado (e ajudou a construir essa tese), exercem uma função que não é exatamente de dar um sentido dos objetos, mas de pontuar espaços de relações.

## POSFÁCIO

O trabalho não contempla a posicionalidade do sujeito pesquisador, síntese possível das críticas tecidas ao texto de tese. O escrito é caleidoscópico, isto é, a narração e os movimentos preconizados pelo método induzem a percepção de uma pseudo-ausência de sujeito. Contribuem para essa interpretação as posições privilegiadas pelo autor ao objeto construído, os outros sujeitos os quais objetam e tensionam o sujeito.

A posicionalidade é lida e entendida como multi-expressão identitária do pesquisador ou pela reivindicação do estabelecimento de um julgamento em relação aos debates que aparentemente vão se constituindo. De forma contrária, nossa opção remete à consciência de um processo em que se efetivam representações no ato de pesquisar e, também, a sapiência de participação do campo em que se pesquisa.

As opções, visão social de mundo, autocompreensão da construção social de realidade são permeadas pelas escolhas intencionais na construção da pesquisa: os locais que mediam relações de poder, o campo, a pós-graduação, os escalonamentos CAPES. Há também, uma saturação/subvertida ao não sinonimizá-la tal qual, repetição e criação de padrões, isto na compreensão das entrevistas e das consultas por e-mail em que entendemos os pesquisadores discursando conscientemente sobre aquilo que “se quer falar”, divulgar, se esconder ou tensionar.

Em tal grau, a escolha de grupos consolidados, redes, entre outros, remete a uma posicionalidade coerente com as opções teórico-metodológicas (críticas) e com o método, refere-se às estratégias de poder e suas respectivas validações no âmbito das regras do campo. Em outras palavras, a busca por frisar os sentidos, as posições dos sujeitos (científicas), não invalidam realçar um entrelaçamento sociopolítico.

Os dados quantitativos estão presentes, não os tememos ou simbolizamos como tendências positivistas ou ainda como constitutivos de verdades inerentes. Estes têm uma função enunciativa, entre a não correspondência de determinadas propagações teóricas e as autoidentificações em textos, falas, projetos, os quais

para o trabalho de tese vieram a constituir os dados, a materialidade. Por exemplo, ideias de “Geografia Social” são encontradas nas teses do banco de dados da CAPES, pelas palavras-chaves, e são trabalhos articulados em temáticas como movimentos sociais, questões comunitárias, entre outras prerrogativas que não apresentam necessariamente uma afiliação teórico e metodológica a uma possível Geografia Social, teoricamente definida. Como não estamos preocupados em fundar verbetes e/ou estabelecer patamares de inscrições, ausências e presenças, não vemos os emaranhados termos, “cultural, social, humanistas, representações [...]” expostos de forma promiscua, pois nosso papel interpretativo é o de ponderar os sentidos que são afirmados pelos próprios sujeitos(objetos), os autores das teses.

Assim, os números, os gráficos nos importam enquanto elementos de saltos qualitativos não lineares, os quais avançam e retornam aos mesmos, indicando recursividades. São, sobretudo, escolhas (posicionalidades). A “escolha de um olhar tranquilo” é um movimento consciente intencional e não um dado aparente. Com as ausências de diálogos na “Geografia Cultural”, interpretação alocada nas entrevistas, sem ranços, no texto, queremos apontar para as relações, interconexões; nisso, na análise do periódico *Espaço e Cultura*, destacamos uma imbricação entre uma autocompreensão de cultura com as estratégias dos editores em fomentar as publicações, sendo que nesse episódio as compreensões das práticas sociais (políticas e acadêmicas) são endossadas nesse exercício.

Segunda não-síntese – deslocamento. Foucault (2009) começa o livro *Arqueologia do Saber* de algum modo exercitando suas elucubrações de “heterotopia” ao contra-argumentar aos seus críticos, “não estou em lugar nenhum, tente achar-me, eu escapo”. Enfatiza a não linearidade entre o elemento físico, sua representação, a que estenderíamos ao embaralhamento entre autor, texto e aquilo que se está enfatizando (o que se discute). Nisso, a exigência para o autor ocupar um lugar na tese (em tela), ou seja, o lugar de onde argumenta, são efeitos do movimento de pesquisa em que o pesquisador vislumbra configurar um espelho projetivo dos sujeitos. A pseudo-ausência de lugar remete a trajetória, presença de lugares (espelho-(sujeitos)-realidade), pluralidade de posições paraláticas.

O trabalho, por vezes, terminou em encruzilhadas, recomeçou na tentativa de representar que a mudança nas condições iniciais altera os espaços de relações e

as respectivas bifurcações, embora esses pontos não tenham sido estudados por esse prisma; assim, uma “cartografia caótica” poderia vir à tona nesse esquema.

Também alçamos mão de alguns “recursos” de escrita. Rizomas poderiam ser “processos maquínicos”, entre outros termos, os quais são expressos sem a citação precisa de autores que tenham conferido a essas palavras sentidos de conceitos. Portanto, a associação entre as palavras e determinados autores está nos sujeitos que leem, tais como os conceitos. A nós, além de recursos de redação, configura a materialização em forma de crítica da atual tomada das coisas (no sentido mais amplo possível), pelas palavras. Sem hierarquização, insinua-se também, a riqueza e a polifonia das letras quando ajuntadas.

Transcrito-crítico de um trecho de diálogos “sobre uma pesquisa geográfica da geografia dos vivos”: a tese no espelho. Uma possível tradução para insight (referência anglo-saxônica), tchan! Quais seriam as influências estrangeiras na “Geografia Cultural do Brasil”? Outra forma de produzir hierarquização ou uma possibilidade de resposta a questão: é viável uma ciência sem hegemonização? As respostas não estão no campo e tampouco nos cantos (periferia), nas ilhas, pois a compreensão empreendida não está balizada por redes delineadas na “teoria dos grafos”.

No mesmo compasso em que Evangelista (2007) expõe sobre uma dessacralização do mundo, na produção pós-fordista, o trabalho em tempo fluído configura-se ainda mais exaustivo, no autocontrole: a alta produtividade (científica também). Destituindo-se de “si mesmo” – entes queridos, famílias, entre lugar de trabalho e casa. Não são exatamente refuncionalizações dos espaços de fazeres, mas o embaralhamento entre espiritualidade e trabalho, entre outros aspectos formativos de “plexos” entre os geógrafos (nesse caso) e os seus trabalhos científicos (pensando tanto em termos de resultados apresentados em publicações quanto nas diversas ações enredadas nessas produções) enfocados na construção da tese.

Contudo, não se trata aqui de fundir na mesma liga críticas institucionais (no caso a acadêmica) e a ciência. Pois, no mesmo bojo em que se preconizam um pós-racionalismo e críticas às instituições mediadores de sentidos, impõe-se uma racionalidade ainda maior: a mercantilização da fantasia, a fabricação do desejo, a

midiatização das relações humanas, o espetáculo dos esportes e a tecno-educação (ensino a distância, aparelhos, etc.), ou seja, a racionalização e a tecnificação daquilo que é sutil, subjetivo, etc.

Visto isso, questões não exploradas no contexto da tese poderiam ser aglutinadas em perguntas como: quais seriam as percepções de espaço e tempo nas relações humanas midiatizadas, os papéis das imagens, reencantamento com a natureza e a espiritualidade? Questões essas cujas leituras apregoam um rompimento com a dualista dança materialidade/idealismo. Eis então: incertezas, bifurcações, a busca por um método hologramático?

A tese é epigrafada pelo poema de Ferreira Gullar “Não Coisa” em que destacamos os sentidos produzidos por muitas vozes enquanto nossa compreensão expressa no título da tese. Já as muitas questões suscitadas e ainda por serem feitas, resta-nos **as ideias**:

Qualquer ideia que te agrada,  
Por isso mesmo ... é tua.  
O autor nada mais fez que vestir a verdade  
Que dentro em ti se achava inteiramente nua ... (QUINTANA, 2006,  
p.38).



## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Cultural Geography in Brazil: A Brave Start. **Ecumene**, 6 (3), p.360-362, 1999.

ALBET I MAS, Abel. Valoració dels lligams entre Geografia radical i Geografia humanística. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, n.13, p.05-18. 1988.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Geografia Cultural e os Geógrafos Culturalistas: Uma leitura francesa. **GEOSUL**, Florianópolis, n.15, ano VIII, p.40-52, 1 semestre de 1993.

\_\_\_\_\_. Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da geografia cultural. **Geonordeste**, Aracaju (edição especial), ano XIX, n.1, p.33-54, julho de 2008.

ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTTS, Alecsandro José Prudêncio. (org). **Geografia leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. 284 p.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A Pluralidade da Geografia e a Necessidade das Abordagens Culturais. In: KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto (org). **Da percepção e Cognição à Representação: Reconstruções Teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem – Curitiba: NEER, 2007. p.15-35.

ANDERSON, Ben; McFARLANE, Colin. Assemblage and geography. **Area** (Royal Geographical Society), v.43, n.2, p.124–127, 2011.

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira. **Saber sobre os homens, saber sobre as coisas**. História e tempo, Geografia e espaço, ecologia e natureza. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 368 p.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. 304 p.

BARRA, Eduardo Sales O. Na história da ciência quem tem medo do interior? In: SALVI, Rosana Figueiredo; MARANDOLA JR, Eduardo (org). **Geografia e interfaces de conhecimento: debates contemporâneos sobre ciência, cultura e ambiente**. Londrina: EDUEL, 2011. p.75-84.

BAUER, Martin W; GASKELL, George (org). **Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 516 p.

BAUER, Martin W; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, Quantidade e interesses do conhecimento. Evitando confusões. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (org). **Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p.17-36.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 260 p.

BERDOULAY, Vincent. Espaço e Cultura. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Olhares Geográficos**: Modos de Ver e Viver o Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2012. p.101-131.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, Pluralidade e Crise de Sentido**: A orientação do homem moderno. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 94 p.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). **Paisagem, tempo e cultura**. 2.ed. Rio de Janeiro:UERJ, 2004. p.84-91.

BLOOMFIELD, Tânia Bittencourt. Diferentes apropriações do conceito de cultura: Da Geografia Cultural Clássica a uma Proposição Pós-Moderna. In: **II Simpósio Paranaense de Pós-Graduação em Geografia (SIMP GEO)**, 2007, Londrina: UEL.

BONNEMAISON, Joël. **La géographie culturelle**. Cours de l'université. Paris IV – Sorbonne (1994-1997). Paris: Éditions du C.T.H.S, 2000. 152 p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 311 p.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004. 86 p.

BRETON, Roland. **Geografia das civilizações**. São Paulo: Ática, 1990. 126 p.

BROEK, Jan O M. **Iniciação ao estudo da Geografia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967. 155 p.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p.165-193.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A Ruptura do Meio Ambiente**: Conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: A geografia da complexidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 237 p.

CANTERO, Nicolás Ortega. **Geografía y Cultura**. Madrid: Alianza Editorial, 1987. 123 p.

CAPEL, Horacio. Geografía humana y antropología. In: CAPEL, Horacio. **Geografía humana y ciencias sociales**: Una perspectiva histórica. Barcelona: Montesinos Editor, 1987. p.23-41.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Repensando a construção do espaço. **Revista de**

**História Regional**, Ponta Grossa, v.3(1), p.07-23, verão de 1998.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. 2001. 143 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 160 p.

CASSETI, Valter. **Contra a Correnteza**. Goiânia: Editora KELPS, 1999. 135 p.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, Violência Epistêmica e o Problema da “Invenção do Outro”. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p.169-189.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.117-140.

\_\_\_\_\_. **Geografia e Política: territórios, escalas de ação e instituições**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 299 p.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 351 p.

CHESNAIS, François. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998. 334 p.

CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. 318 p.

CLAVAL, Paul. Geografia Cultural: O Estado da Arte. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999a. p 59-97.

\_\_\_\_\_. O Território na Transição da Pós-Modernidade. **GEOgraphia**, Niterói, 1999b, ano 1, n.2, p 07-26.

\_\_\_\_\_. Reflexões Sobre a Geografia Cultural no Brasil. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.08, p.07-29, ago/dez de 1999c.

\_\_\_\_\_. O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Ação Humana. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p.35-86.

\_\_\_\_\_. Campo e Perspectivas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto

Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). **Geografia Cultural: Um Século (3)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002a. p.133-195.

\_\_\_\_\_. "A volta do cultural" na Geografia. **MERCATOR – Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, ano 01, n.1, p.19-28, 2002b.

\_\_\_\_\_. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (org.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. 2 ed. Curitiba: UFPR, 2004. p.11-43.

\_\_\_\_\_. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006a. 140 p.

\_\_\_\_\_. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b. p.89-117.

\_\_\_\_\_. **A Geografia Cultural**. 3 ed. Florianópolis: UFSC, 2007a. 453 p.

\_\_\_\_\_. A Contribuição Francesa ao Desenvolvimento da Abordagem Cultural na Geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). **Introdução a Geografia Cultural**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b. p.147-166.

\_\_\_\_\_. **A construção do Brasil: uma grande potência em emergência**. Lisboa: Instituto Piaget, 2010. 300 p.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: UFSC, 2011. 404 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e a Geografia Cultural. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.51, n.01, p.113-122. Jan-Mar de 1989.

\_\_\_\_\_. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, ano.01, p.01-22. Outubro de 1995a.

\_\_\_\_\_. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995b. p.15-47.

\_\_\_\_\_. Trabalho de Campo e Globalização. In: **Colóquio: O Discurso Geográfico na Aurora do Século XXI**. Florianópolis: UFSC. 27-29 de novembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Prof.Dr.Roberto Lobato Corrêa. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, n.01, p01-14, jun/ 2005.

\_\_\_\_\_. Produção geográfica, controle e poder. **Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, Vol.XI, n. 650, 05 maio de 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-650.htm>>. Acesso em 16/02/2009.

\_\_\_\_\_. A Espacialidade da Cultura. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aurenice de Mello (org). **O Brasil, A América Latina e o Mundo**: Espacialidades Contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina, 2008a. v.02. p.301-313.

\_\_\_\_\_. Região Cultural – Um tema fundamental. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Espaço e cultura**: Pluralidade temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008b. p.11-43.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Prof.Roberto Lobato Corrêa. **ParaOnde!?** Porto Alegre, v.05, n.01, p.134-142, ago/dez 2011a.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre paradigmas, Geografia e contemporaneidade. **Revista da ANPEGE**, v.7, n.1 (número especial), p.59-65,out 2011b.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Apresentação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p.07-13.

\_\_\_\_\_. A Geografia Cultural no Brasil. **Revista da Anpege**, p.97-102, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cultura, Espaço e o Urbano**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. 165 p.

\_\_\_\_\_. Geografia Cultural: Introduzindo a Temática, os Textos e uma Agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). **Introdução a Geografia Cultural**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.09-18.

\_\_\_\_\_. A Geografia Cultural Brasileira: Uma avaliação preliminar. **Revista da Anpege**, v.04, p.73-88, 2008.

COSGROVE, Denis. Em direção a uma Geografia Cultural radical: Problema da teoria. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.5, p.05-29, jan/jun de 1998.

COSTA, Benhur Pinós da. Espaço social, cultura e território: o processo de territorialização homoerótica. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v.27, p.25-36, 2010.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. A volta aos periódicos. **Revista da Anpege**. v.7, n.1 (número especial), p.119-134, out 2011.

DARDEL, Eric. **O Homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011. 160 p.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. 240 p.

DEMO, Pedro. A demarcação científica. In: DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989. p.16-40.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia (org). **Percepção Ambiental**: A experiência

brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1996. 288 p.

DEUS, Everton de. **Quando construímos um lugar não queremos mudar**: uma pesquisação entre o estágio no "Projeto Casa Segura" e os moradores do entorno do Arroio Gertrudes - Ponta Grossa - PR. 2012. 61 f. (Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação de Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

DI MÉO, Guy; BULÉON, Pascal. **L'espace social. Lecture géographique des sociétés**. Paris: Armand Colin, 2007. 304 p.

DINIZ, Alexandre Magno Alves. Topofobias e Conduas Defensivas: Uma análise do sentimento de insegurança e medo de vitimização em Belo Horizonte. In: KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto (org). **Da percepção e Cognição à Representação**: Reconstruções Teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Marge. Curitiba: NEER. 2007. p.179-193.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. Certa Má Herança Marxista: Elementos Para Repensar a Geografia Crítica. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (org.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. 2 ed. Curitiba: UFPR, 2004. p.77-108.

\_\_\_\_\_. **Por uma crítica da geografia crítica**. Ponta Grossa: EdUEPG, 2013. 230 p.

DUNCAN, James Stuart. O Supraorgânico na Geografia Cultural Americana. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, n.13, p.7-33, jan/jun de 2002.

\_\_\_\_\_. Após a guerra civil: Reconstruindo a Geografia Cultural como Heterotopia. In: CORRÉA, Roberto Lobato; Rosendahl, Zeny (org). **Geografia Cultural: Um século (2)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p.61-83

DUNCAN, James Stuart; DUNCAN, Nancy. Reconceitualizando as ideias de cultura em Geografia: uma resposta a Don Mitchell. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.8, p.63-67, agos/dez de 1999.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1994. 204 p.

\_\_\_\_\_. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 165 p.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 175 p.

EVANGELISTA, Helio de Araújo. Geografia Moderna e Pós-Moderna. **GEOgraphia**, Niterói, ano 1, n.1, p.121-137, 1999.

\_\_\_\_\_. Geografia e cultura. **Revista geo-paisagem** (on line). Ano.6, n.11, sem

páginas, jan/jun de 2007. Disponível: <<http://www.feth.ggf.br/Revista11.htm>>. Acesso em julho de 2011.

FALCADE, Ivanira. **A paisagem como representação espacial**: a paisagem vitícola como símbolo das indicações de procedência de vinhos das regiões Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil). 2011. 310 f. (Tese de Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. O estudo geográfico dos elementos culturais – considerações para além da geografia cultural. **Terra Livre**, Presidente Prudente, ano 23, v.2, n.29, p.29-50, ago/dez 2007.

FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. Simpósio Nacional: Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.15, n.25, p.130-135, 2.sem de 2005.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977. 488 p.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo: Autores Associados, no.114, p.197-223, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Visitado em agosto de 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II**: o uso dos prazeres. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. 232 p.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 262 p.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 80 p.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. 264 p.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**: Introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995. 219 p.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1979. 276 p.

GARCÍA-RAMON, Maria Dolors. Prefácio. In: SILVA, Joseli Maria (org). **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: TodaPalavra, 2009. p.09-12.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1998. 255 p.

\_\_\_\_\_. **A interpretação das culturas**. 1 ed. 13 reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 213 p.

GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. **A Geografia Ativa**. 3 ed. São Paulo: DIFEL, 1973. 354 p.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia Cultural: Estrutura e Primado das Representações. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v.19-20, p. 51-59, 2005.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (org). **Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p.244-270.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia: CEGRAF, 1991. 121 p.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 366 p.

\_\_\_\_\_. Cultura ou civilização: A renovação de um importante debate. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.99-122.

\_\_\_\_\_. **A Condição Urbana**: Ensaios de Geopolítica da Cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a. 304 p.

\_\_\_\_\_. O Deslocamento Geográfico dos Conhecimentos e Seus Intérpretes: Os exemplos de Pierre Monbeig e Roger Bastide no Brasil. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org). **Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira**: a dinâmica da transformação. Bauru: EDUSC, 2006b. p.223-232.

\_\_\_\_\_. Um lugar para a geografia: Contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LÖWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (org). **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba/Antonina: ADEMADAN, 2009a. p.13-30.

\_\_\_\_\_. Que espaço pode haver para uma geografia cultural? Elementos para uma reflexão sobre a relação entre o cultural e o geográfico. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges; GALVANI, Emerson (org). **Geografia, tradições e perspectivas**: Interdisciplinaridade, meio ambiente e representações. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2009b. p.69-79.

GOMES, Paulo Cesar da Costa; RIBEIRO, Leticia Parente. Cozinha geográfica: a propósito da transformação de natureza em cultura. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.29, p.69-81, jan./jun de 2011.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Da Geografia às Geo-grafias: Um Mundo Em Busca de Novas Territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir. (Org). **La**



**guerra infinita:** hegemonía y terror mundial. Buenos Aires - Argentina: Clacso, 2002. p.217-256.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993. 310 p.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica:** Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1986. 327 p.

GULLAR, Ferreira. **Muitas Vozes**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2005. 114 p.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p.167-190.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização:** Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006. 188 p.

\_\_\_\_\_. Identidades Territoriais: Entre a Multiterritorialidade e a Reclusão Territorial (Ou: Do Hibridismo cultural À Essencialização das Identidades). In: ARAUJO, Frederico G Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (org). **Identidades e territórios:** questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: ACCESS, 2007. p.33-56.

\_\_\_\_\_. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. In: SERPA, Angelo (org). **Espaços Culturais:** vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008a. p. 393-419.

\_\_\_\_\_. Apresentação à edição brasileira. In: MASSEY, Doreen. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008b.p.09-13.

\_\_\_\_\_. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Território e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: UNESP/Expressão Popular, 2009. p.95-120.

\_\_\_\_\_. **Regional-Global:** Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208 p.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. 102 p.

HANCOCK, Claire. Cultural approaches in geography. **Ecumene**, 5 (3), p.349-351, 1998.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 504 p.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993. 347 p.

\_\_\_\_\_. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382 p.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. A Abordagem Territorial e a Noção de Representação. In: **Encontro Nacional dos Geógrafos (ENG)**: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças - Espaço de Socialização de Coletivos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG** (AGB), 2010.

HOEFLE, Scott William. Geografia e Antropologia: Convergências e Divergências Históricas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v.22, p.06-31, 2007.

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: Uma revisão. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.03, p.08-19, jan de 1997.

\_\_\_\_\_. A Geografia Fenomenológica de Eric Dardel. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p.103-122.

\_\_\_\_\_. A Geografia Cultural e a História: uma leitura a partir da obra de Lowenthal. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, p.32-47, 2005.

\_\_\_\_\_. A influência de Eric Dardel na Construção da Geografia Humanista Norte Americana. In: **Encontro Nacional dos Geógrafos (ENG)**: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças - Espaço de Socialização de Coletivos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG** (AGB), 2010.

I.B.G.E – Conselho Nacional de Geografia. **Tipos e Aspectos do Brasil**. 7 ed. Aumentada. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. 467 p. (Edição comemorativa da I Semana da Geografia).

JACKSON, Peter. Commercial cultures: transcending the cultural and the economic. **Progress in Human Geography**, 26, 1, p.03-18, 2002.

JOHNSTON, Ronald J. **Geografia e Geógrafos**. (A Geografia Humana anglo-americana desde 1945). São Paulo: DIFEL, 1986. 359 p.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. 232 p.

\_\_\_\_\_. **Os contextos do Saber** – Representações, Comunidade e Cultura. Petrópolis: Vozes, 2008. 344 p.

KASHIWAGI, Helena Midori. **Representações da paisagem no Parque Nacional de Superagui**: a homonímia signíca da paisagem em áreas preservadas. 2011. 274 f. (Tese de Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Programa de

Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba: UFPR, 2011.

KATUTA, Ângela Massumi. **O Estrangeiro no Mundo da Geografia**. 2004. 261 f. (Tese de Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Seleção de textos 11**, São Paulo, p.01-25, 1985.

KOZEL, Salete. **Das imagens às linguagens do geográfico**: Curitiba: a "Capital Ecológica". 2001. 316 f. (Tese de Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. As representações no geográfico. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; KOZEL, Salete (org). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. 2 ed. Curitiba:UFPR, 2004. p.215-232.

\_\_\_\_\_. Mapas Mentais – Uma Forma de Linguagem: Perspectivas Metodológicas. In: KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto (org.). **Da percepção e Cognição à Representação**: Reconstruções Teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem – Curitiba: NEER, 2007. p.114-138.

KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto FILIZOLA, Roberto (org). **Expedição Amazônica**: desvendando espaços e representações dos festejos em comunidades amazônicas - A festa do boi bumbá: um ato de fé. Curitiba: SK Editora, 2009. 346 p.

KREBS, Norbert. **Geografía Humana**. Barcelona – Buenos Aires: Editorial Labor, 1931. 335 p.

LADEIRA, Maria Inês Martins. **Espaço Geográfico Guarani-Mbya**: significado, constituição e uso. 2001. 235 f (Tese de Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais**: Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. 278 p.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992. 152 p.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999 (Coleção Acadêmica, 25). 224 p.

LIMA, Jardel de. **Novas Abordagens e fenômenos no escopo teórico-**

**metodológico da Geografia Brasileira:** uma análise em periódicos científicos. Relatório Parcial de Iniciação Científica. Ponta Grossa: DEGEO/UEPG, 2013.

LINDÓN, Alicia. De Las Geografías Constructivistas a Las Narrativas de Vida Espaciales Como Metodologías Geográficas Cualitativas. **Revista da Anpege**, v.04, p.07-26, 2008.

LOWENTHAL, David. Geografia, Experiência e Imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.p.103-141.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. O pré-moderno na pós-modernidade: refletindo sobre as comunidades de faxinais da Floresta com Araucária do Paraná. In: MARAFON, Glauco; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (org.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. p.208-223.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.15, p.15-38, 2000.

MACDOWELL, Linda. A transformação da Geografia Cultural. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. (org). **Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p.159-83.

MARANDOLA JR., Eduardo. Heidegger e o pensamento fenomenológico em Geografia: sobre os modos geográficos de existência. **Geografia**, Rio Claro, v.37, p.81-94, 2012.

MASSEY, Doreen. Imaginando a globalização: Geometrias de poder de tempo-espço. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, n.03, p142-155, maio/2007.

\_\_\_\_\_. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 314 p.

MATHEWSON, Kent; SEEMANN, Jörn. A Geografia Histórico-Cultural da Escola de Berkeley: Um Precursor ao Surgimento da História Ambiental. **Varia História**, Belo Horizonte, v.24, n.39, p.71-85, jan/jun 2008.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Valores em Geografia e o dinamismo do mundo vivido na obra de Anne Buttimer. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.19-20. p. 45-58, jan/dez 2005.

MESQUITA, Zilá. A Geografia Social na Música do Prata. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.03. p.33-41, jan de 1997.

MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São

Paulo: Cortez, 2004. p.667-710.

MITCHELL, Don. Não Existe Aquilo que Chamamos de Cultura: Para uma Reconceitualização da Ideia de Cultura em Geografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.08. p.31-51, ago/dez de 1999.

MONDADA, Lorenza; SÖDERSTRÖM, Ola. Do Texto à Interação: Percurso Através da Geografia Cultural Contemporânea. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p.133-156.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A Geografia no Brasil (1934-1977)**. Avaliação e Tendências. São Paulo: USP/Instituto de Geografia, 1980. 155 p.

\_\_\_\_\_. **Geografia Sempre: O Homem e seus Mundos**. Campinas: Edições Territoriais, 2008. 256 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Pequena História Crítica**. 7 ed. São Paulo: HUCITEC, 1987. 138 p.

\_\_\_\_\_. **Ideologias Geográficas**. Espaço, Cultura e Política no Brasil. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. 156 p.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia?** 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 113 p.

\_\_\_\_\_. Prefácio: A invenção da modernidade. In: SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço**. Diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: UNESP, 2002. p.09-11.

\_\_\_\_\_. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo: Ed. Contexto, 2007. 192 p.

\_\_\_\_\_. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Ed. Contexto, 2008. 192 p.

MORIN, Edgar. Problemas de uma epistemologia complexa. In: MORIN, Edgar (org). **O Problema Epistemológico da Complexidade**. Sintra – Portugal: Biblioteca Universitária, 1996. p.13-34.

\_\_\_\_\_. Por uma reforma do pensamento. In MORIN, Edgar (org). **Introdução ao pensamento complexo**. 2 ed. São Paulo: Instituto Piaget, 1990. p.21-34.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003. 404 p.

NABOZNY, Almir. **Meninas Prostituídas e Suas Geo-Grafias**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 172 p.

NOGUÉ, Joan; ROMERO, Joan. Otras geografías, otros tiempos. Nuevas y viejas

preguntas, viejas y nuevas respuestas. In: NOGUÉ, Joan; ROMERO, Joan (org). **Las otras Geografías**. Valencia: Ed. Tirant La Blanch, 2006. p.15-50.

NÓR, Soraya. **Paisagem e lugar como referências culturais** - Ribeirão da Ilha – Florianópolis. 2010. 231 f (Tese de Doutorado em Geografia) – Departamento de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

OBERHAUSER, Ann M.; RUBINOFF, Donna; BRES, Karen De; MAINS, Susan and POPE, Cindy. Geographic perspectives on women. In: Gary L. Gaile and Crt. J. Willmott (Orgs). **Geography in America at the down of the 21<sup>st</sup> century**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p.736-758.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Prefácio. In: SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. 1 reimpressão. São Paulo: Ed.UNESP, 2004. p.09-12.

OLIVEIRA, Livia de. Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica. **Geografia**, Rio Claro, v.02, n.03, p.61-72, abril de 1977.

\_\_\_\_\_. Ainda sobre percepção, cognição e representação em geografia. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; KOZEL, Salete (org). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. 2 ed. Curitiba: UFPR, 2004. p.189-196.

\_\_\_\_\_. Uma Leitura Geográfica da Epistemologia do Espaço Segundo Piaget. In: VITTE, Antonio Carlos (org). **Contribuições à História e à Epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.163-188.

ORTIZ, Renato. **Um outro território**. 2 ed. Ampliada. São Paulo: Olho d'água, 1996. 142 p.

ORNAT, Marcio. Do Território Instituído ao Território Instituinte do Ser Travesti: algumas reflexões teóricas e metodológicas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v.27, p.75-88, 2010.

PAZ, Octavio. **O Labirinto da solidão**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 261 p.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da Geografia que se Ensina à Gênese da Geografia Moderna**. Florianópolis: UFSC, 1989. 131 p.

PLATT, Robert S. A Ascensão da Geografia Cultural na América. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.02, p.01-07, jan/dez de 1996.

PLUCENNIK, Mark; DREW, Quentin. 'Only Connect': Global and Local Networks, Contexts and Fieldwork. **Ecumene**, 7 (1), p.67-104, 2000.

PRED, Alan R. O Modelo “Têmporo-Geográfico” da Sociedade, de Hägerstrand. In:

CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.p.299-318.

PREZOTTO, Andrea. **Mapas cognitivos de primatas**: análise de movimentos e rotas de *Cebus nigrinus* apoiada por sistemas. 2009. 174 f. (Tese de Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

QUINTANA, Mario. **Quintana de Bolso**. Rua dos Cataventos & Outros Poemas. Porto Alegre: L&PM, 2006. 164 p.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992. 284 p.

RAFFESTIN, Claude. Pourquoi n'avons-nous pas lu Éric Dardel? **Cahiers de géographie du Québec**, v.31, n.84, p.471-481, 1987. Disponível em: <http://id.erudit.org/iderudit/021898ar>. Visitado em 19 de Out, 2011.

REYNAUD, Alain. A noção do espaço em Geografia. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org). **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986. p.05-23.

RIERA, Enric Mendizábal i. Algunes reflexions sobre la (nova) geografia cultural des de la perifèria. **Doc. Anàl. Geogr**, 34, p.119-132, 1999.

ROSE, Gillian. Situating knowledges: positionality, reflexities and other tactics. **Progress in Human Geography**, v.2. p.305-320, 1997.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Heterogeneidade e Transformação Espacial no Brasil. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 9/10, p. 57-64, 2000.

ROSENDAHL, Zeny. **Geografia e Religião**: Uma abordagem geográfica. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. 89 p.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. In: **Scripta Nova** (Barcelona), v. XI, p.01-20, 2007. Disponível: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24566.htm>>. Visitado em janeiro de 2013.

SÁ, Celso Pereira. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 106 p.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (org). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Ed. Insular, 2011. p.63-89.

SAHR, Wolf-Dietrich. Signos e Espaço Mundos – A Semiótica da Espacialização na Geografia Cultural. In: KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto (org). **Da percepção e Cognição à Representação**: Reconstruções Teóricas

da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem. Curitiba: NEER, 2007. p.57-79.

\_\_\_\_\_. Portos e Sertões – reflexões sobre uma geografia cultural à la bresilienne. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LÖWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (org). **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba/Antonina: ADEMADAN, 2009. p.261-288.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine. **Terra dos homens**. 2 ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1946. 166 p.

SALVI, Rosana Figueiredo. A questão pós-moderna e a Geografia. **Revista Geografia** (Do Departamento de Geociências), Londrina, v.09, n.02, p.95-112, jul/dez 2000.

SÁNCHEZ PÉREZ, Joan-Eugeni. **Geografía Política**. Madrid: Editorial Síntesis. 2005. 224 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13 ed. São Paulo: Editora Record, 2006. 174 p.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 1 reimpressão. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2008a. 285 p.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**. 4 reimpressão. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008b. 308 p.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008c. 120 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura (org.). **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 12 ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2008. 471 p.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço**. Diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: UNESP, 2002. 217 p.

SARMENTO, João. David Harvey e a Geografia Cultural. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Espaço e cultura**: Pluralidade temática. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. p.107-153.

SAUER, Carl Ortwin. Geografia Cultural. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.03, p.01-07, jan de 1997.

\_\_\_\_\_. A morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p.12-74.

SEEMANN, Jörn. Geografia Cultural: A Inovação da Tradição ou a Tradição da Inovação? **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v.9/10, p.49-56, 2000.



\_\_\_\_\_. A morfologia da paisagem cultural de Otto Schlüter: marcas visíveis da geografia cultural? **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v.17-18, p.65-75, 2004.

\_\_\_\_\_. Perspectivas humanísticas na relação entre a Percepção Ambiental e a Cartografia. In: **Anais do Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente**. Londrina: UEL, 2005a, 16 p.

\_\_\_\_\_. Em Busca do Lugar de Franz Boas na Geografia Cultural. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v.19/20, p.07-21, 2005b.

SERPA, Angelo. Por uma Geografia das Representações Sociais. In: **OLAM – Ciência & Tecnologia**. Rio Claro, v.05, n.01. p.220-232, maio de 2005. Disponível In: <[www.olam.com.br](http://www.olam.com.br)>. Visitado em julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Culturas Transversais: Um novo referencial teórico-metodológico para a Geografia Humanista e Cultural? In: KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto (org.). **Da percepção e Cognição à Representação: Reconstruções Teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem – Curitiba: NEER, 2007. p.36-56.

SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; NABOZNY, Almir; ORNAT, Marcio Jose; ROSSI, Rodrigo. Algumas reflexões sobre a lógica eurocêntrica da ciência geográfica e sua subversão com a emergência de saberes não hegemônicos. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, ano 11, v.2, n.19, p.1-16, 1 semestre de 2009a.

SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PERACETTA FILHO, Emilson; ROSSI, Rodrigo. Geografia e Gênero no Brasil: Uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v.03, n.07, p.38-62, set/2009b.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, Joseli Maria (org). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: TodaPalavra, 2009c. p.55-91.

\_\_\_\_\_. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 27, p.39-55, 2010.

SILVA, Josué da Costa. O Mito e as Crenças Como Constituintes do Espaço Ribeirinho na Formação do Modo de Vida Amazônico. In: KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto (org). **Da percepção e Cognição à Representação: Reconstruções Teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem – Curitiba: NEER, 2007. p.231-240.

SILVA JÚNIOR, José Henrique da. **Alto-Médio São Francisco e o Estudo da**

**Cultura Reconhecida pela População Local.** 2010. 260 f.(Tese de Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SILVA JUNIOR, Wilson. **Identidade e locais de sociabilidade na instituição dos territórios intra-urbanos.** Ponta Grossa, 2004. p.08. (no prelo).

SIVIGNON, Michel. Sobre a Geografia Cultural. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.14, p.33-39, jul/dez de 2002.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A. (org). **O Espaço da Diferença.** Campinas: Papirus, 2000. p.132-175.

\_\_\_\_\_. The Diversion of Culture, the Politics of Cultural Geography. In: **NCeHu** 5/08, 15 p. 2007.

Disponível: <<http://www.elistas.net/lista/humboldt/archivo/indice/9521/msg/9778/>>. Acesso em dezembro de 2010.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324 p.

SORRE, Max. A Noção de Gênero de Vida e Seu Valor Atual (parte III e IV). In: **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro (IBGE), v.22, n.177. p.711-720. Nov-Dez de 1963. (Obs: parte I e II publicado no número 172 de fevereiro de 1963).

SOUZA, Marcelo José Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: Sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Território**, Rio de Janeiro, n.1, v.1, p.05-22, jul/dez de 1996.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 319 p.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia:** Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. 1 reimpressão. São Paulo: Ed.UNESP, 2004. 218 p.

STERNBERG, Hilgard O’Reilly. **A Água e o Homem na Várzea do Careiro.** 2 ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998. 248 p (mais 14 páginas). (Volume I).

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia e interdisciplinaridade. Espaço geográfico: interface natureza e sociedade. **Geosul**, Florianópolis, v.18, n.35, p.43-53, jan./jun, 2003.

\_\_\_\_\_. O atual e as tendências do ensino e da pesquisa em Geografia no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v.16, p.38-45, 2005a.

\_\_\_\_\_. Notas sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos.**

(Publicação do Departamento de Geociências – CFH / UFSC). Florianópolis: UFSC, n.12, p.01-63, maio de 2005b.

\_\_\_\_\_. Rumos e Rumores das Pós-Graduação e da Pesquisa em Geografia no Brasil. **Revista da Anpege**, v.3, p.12-19, 2007.

\_\_\_\_\_. Geografia física e geografia humana: Uma questão de método - Um ensaio a partir da pesquisa sobre arenização. **GEOgraphia**, Niterói, v.12, n.23, p.08-29, 2010.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 430 p.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. São Paulo: EdUNESP, 2005. 376 p.

WAGNER, Philip L; MIKESELL, Marvin W. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). **Introdução a Geografia Cultural**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.27-61.

WAGNER, Philip L. **El uso Humano de La Tierra**. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1974. 359 p.

WERLEN, Benno. Regionalismo e Ciência Política. **GEOgraphia**, Niterói, ano 02, n.04, p.07-25, 2000.

WILLIAMS, Raymond. Base e Superestrutura na Teoria Cultural Marxista. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, 14, p.07-21, jul/dez de 2002.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. A Abordagem Cultural na Geografia. **Temporis(ação)**, Goiânia (UEG), v.1, p.249-262, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008. 507 p.

\_\_\_\_\_. O violento silêncio de um novo começo. In: JINKINGS, Ivana (coordenação editorial). **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2012. p.15-25.

**1,99 - Um Supermercado que Vende Palavras**. Direção: Marcelo Masagão. Produção: Agência Observatório, Bits Produções. Brasil, 2003. 72 min.

**Sites visitados** (os sites foram consultados por diversas vezes, em geral a data de acesso corresponde à primeira consulta efetuada para a tese).

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Disponível: <<http://www.agb.org.br/index.php?secao=&ver=&id=&pagina>>, visitado em 15 de abril de 2011.

ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Disponível: <<http://www.anpege.org.br/>>, visitado em 14 de abril de 2011.

BRASIL. Decreto Federal 6.583 de 29 de setembro de 2008 que promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm)>, visitado em 01 de fevereiro de 2014.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw> e <http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>, visitado em 14 de abril de 2011. (Cadernos de Indicadores, 2009).

Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural. Disponível: <<http://geografiahumanista.wordpress.com/about/>>, visitado em 22 de novembro de 2010.

Instituto de Geografia da UFU. Disponível: <<http://www.ig.ufu.br/node/12>>, acesso em 16 de janeiro de 2014.

LECgeo - Laboratório de Estudos Sobre Espaço e Cultura. Disponível: <<http://www.lecgeo.com.br/>>, visitado em 25 de agosto de 2010.

Observatório das Metrôpolis. Disponível: <<http://www.observatoriodasmetropoles.net/>> Visitado em 12 de junho de 2013.

NEER - Núcleo de Estudos em Espaço e Representação. Disponível: <<http://www.neer.com.br/home/>>, visitado de 15 de setembro de 2010.

NEPEC - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura. Disponível: <<http://www.nepec.com.br/>>, visitado em 22 de agosto de 2010.

NEPEC em Rede. Disponível: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0326706HQY7JS0>> Visitado em 12 de junho de 2013.

Plataforma Lattes. Disponível: <<http://lattes.cnpq.br/>>, visitado em 14 de abril de 2011.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – PROFESSORES INTEGRANTES DAS REDES/GRUPOS DE PESQUISAS**

Pesquisador: Almir Nabozny.

### **I – Identificação**

Data e local da entrevista:

Nome:

Instituição de trabalho (explorar período de trabalho, cargos e/ou funções exercidas):

### **II – Questões para iniciar a conversa**

a) Fale-me da sua trajetória pela Geografia?

b) Qual é sua relação com os grupos e/ou redes de pesquisa? Participa de algum? Quais?

(explorar: qual a influência da ação coletiva no trabalho individual e se desenvolve trabalhos em parcerias nesses grupos e/ou somente discussões, em que eles contribuem).

c) Existe alguma relação entre a Geografia produzida pelo professor (ou professora) com a instituição de trabalho e a Geografia da sua Vivência? Essas relações de alguma maneira afeta na repercussão de seu trabalho científico?

d) Já participou ou participa ativamente em instituições como CAPES, CNPq, ANPEGE, AGB (outras)? De que modo isso se relaciona ou influencia em suas atividades de pesquisa e produção intelectual?

e) Em uma sociedade “técnico-científica e informacional” comparativamente com períodos anteriores, como avalia as condições atuais de pesquisa?

### **III – Macro questão**

a) O que lhe vem à “cabeça” ou o que lhe sugere ao ouvir a seguinte expressão: *Geografia Cultural, Geografia Humanista e Geografia Social*.

*Possíveis questões no decorrer da conversa:*

Quais as contribuições da Geografia Cultural?

O que lhe daria uma identidade enquanto um subcampo investigativo?

Qual a influência da Geografia Cultural na Geografia enquanto ciência?

Quais suas limitações (se existem)?

Quais suas potencialidades?

**APÊNDICE B – GRELHA DE LEITURA: PROJETOS DE PESQUISAS VINCULADOS AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL**

<b>IES</b>	<b>T-Proj</b>	<b>Proj-Cult</b>	<b>Título</b>	<b>D</b>	<b>Docentes</b>	<b>Diálogos</b>	<b>Síntese</b>

**Fonte:** páginas da internet dos Programas de Pós-Graduação recomendados pela CAPES. 2011.

**Concepção e Elaboração:** Almir Nabozny. 2011

**Legenda:**

**IES:** Instituição de Ensino Superior (M= Mestrado. D=Doutorado). **T-PROJ:** total de projetos vinculados aos programas. **PROJ-CULT:** há evidências de projetos com enfoques culturais. **D:** possui descrição qualitativa dos projetos nos sites. **Docentes:** Nome do professor responsável pelo projeto. **Diálogos:** evidências de discussões com outras ciências, especificar. **Síntese:** espaço para descrição dos temas, palavras-chaves e principais conceitos envolvidos nos projetos (interpretação do pesquisador).

## APÊNDICE C – PLANILHA DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA ESPAÇO E CULTURA

A						B					C						D					
1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6

Concepção Grupo de Estudo Territoriais (GETE/UEPG, 2009).  
Modificado por Almir Nabozny (2011).

### A – Identificação:

- 1) Título do Periódico, volume e número;
- 2) Ano de publicação do artigo;
- 3) Título do artigo;
- 4) Nome do autor (até sete);
- 5) Sexo do autor (até sete);
- 6) Procedência institucional do autor (até sete).

### B) Quais são as evidências de identificação com as abordagens culturais?

- 1) Temáticas (Quais)

Tema central;

Subtema;

Temas transversais.

- 2) Metodológicas
- 3) Teorias
- 4) Relação sujeito e objeto não dicotômica
- 5) Debate centralizado nos sujeitos

### C – Traços epistêmicos privilegiados na abordagem dos objetos/sujeitos:

- 1) Materialidade;
- 2) Representação,
- 3) Forma/material;
- 4) Forma/representação;
- 5) Forma/representação/ação,



6) Critérios conjuntivos que levam em conta, forma, processo, função, estrutura, representação e ação (caracteres subjetivos e objetivos).

**D – Principais características dos fenômenos ou temas investigados:**

- 1) Visível;
- 2) Invisível;
- 3) Tangível;
- 4) Intangível;
- 5) Efêmero;
- 6) Periodizações longas.

## **APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – PROFESSORES INTEGRANTES DAS REDES/GRUPOS DE PESQUISAS (REFORMULADO)**

Pesquisador: Almir Nabozny.

### **I – Identificação**

Data e local da entrevista:

Nome:

Instituição de trabalho:

### **II – Questões para iniciar a conversa**

A) Identifica-se como um geógrafo ou geógrafa cultural? (ou que alce mão de uma perspectiva cultural na Geografia)

B) Em sua trajetória pela Geografia sempre manteve uma mesma linha teórico-metodológica? Em que momento mudou? Por quê?

C) Quais as facilidades e/ou tensões para operar a sua Geografia no Campo Científico da Geografia Instituída?

D) Qual é sua relação com os grupos e/ou redes de pesquisa? Participa de algum? Quais? De que modo esses grupos estão organizados? (explorar: quais as influências da ação coletiva no trabalho individual desenvolvem-se trabalhos em parcerias nesses grupos e/ou somente discussões, em que eles contribuem).

E) Existe alguma relação entre a Geografia produzida pelo professor (ou professora) com a instituição de trabalho e a Geografia da sua Vivência? Essas relações de alguma maneira afetam na repercussão de seu trabalho científico?

### **III – Macro questão**

A) O que lhe vem na “cabeça” ou o que lhe sugere ao ouvir a seguinte expressão: “Geografia Cultural”.

#### ***Possíveis questões no decorrer da interrogação.***

Quais as contribuições da Geografia Cultural?

É possível falar de uma unidade nesse subcampo?

Qual a influência da Geografia Cultural na Geografia enquanto ciência?

Quais suas limitações (se existem)?

Quais suas potencialidades?